UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

RODRIGO FORTES DE ÁVILA

INSURGÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS EM BUSCA DA DIVERSIDADE

Salvador, BA
2020

RODRIGO FORTES DE ÁVILA

INSURGÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS EM BUSCA DA DIVERSIDADE

Teses apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) como requisito parcial à obtenção do título de doutorado em Ciência da Informação. Linha de pesquisa Políticas e Tecnologias da Informação.

Orientadora: Maria Teresa Navarro de Britto Matos

Salvador, BA
2020

RODRIGO FORTES DE ÁVILA

INSURGÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS EM BUSCA DA DIVERSIDADE

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito para obtenção do grau de Doutor em Ciência da Informação.

Aprovada em: 06/07/2020

Banca Examinadora

Prof°. Dra. Maria Teresa Navarro de Britto Matos – Orientadora - UFBA

Prof. Dr. Miguel Angel Rendón Rojas – Coorientador - UNAM(México)

Prof°. Dra. Luciana Quillet Heymann – Membro Externo Titular - UNIRIO

Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha - Membro Externo Titular - UNIRIO

Prof. Dra. Cheiron Moreira dos Santos Schmidt – Membro Externo Titular – ECA-USP

Prof. Dr. José Cláudio Alves de Oliveira – Membro Interno Titular - UFBA

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal da Bahia (UFBA), em especial a Maria Teresa Matos, por se tornar uma companheira de aprendizagem.

À *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM), em especial a Miguel Ángel Rendón Rojas, pelas inúmeras oportunidades.

À *Universidad de La Salle* (Colômbia/Bogotá), em especial a Johann Pirela Morillo, pela disposição e apoio.

À *Universidad Distrital Francisco José de Caldas* (Colômbia/Bogotá), em especial a Ruth Helena Sierra, pelo debate primoroso.

À Universidade de São Paulo (USP), em especial a Bruno Moretti, pela revisão atenciosa.

À Universidade Federal São Carlos (UFSCar), em especial a Alice Prado, pelo apoio metodológico.

À Universidade de Brasília (UnB), em especial a Julio Cabrera, por sempre relembrar a desimportância desta tese.

À Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em especial a Vanessa Alves, pelo compromisso na padronização.

Aos membros da Banca de Qualificação, pelas reflexões que reorientaram a pesquisa: Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva e Renato Tarciso Barbosa de Sousa.

Aos membros da banca avaliadora, pela inestimável contribuição: Clarissa Schmidt, Gustavo Saldanha, José Cláudio Oliveira e Luciana Heymann.

ÁVILA, Rodrigo Fortes de. **Insurgências Arquivísticas em Busca da Diversidade**. Orientadora: Maria Teresa Navarro de Britto Matos. 2020. 219f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

RESUMO

Esta tese investiga o *ethos* da Arquivística na busca pela diversidade. A partir de sua natureza teórica, examina as implicações da agenda moderna/colonial na composição da memória coletiva. Em seguida, apresenta as condições que facultaram os movimentos teóricos insurgentes. A linha constitutiva em favor da pluralidade identifica o Plano de Documentação, os Arquivos Totais, a Estratégia de Documentação, a Macroavaliação e os Arquivos Comunitários. Caracterizadas pela permanente negociação com as matrizes do campo, tais iniciativas demonstram: **(a)** sua emergência enquanto efeitos colaterais da supressão moderna/colonial; **(b)** sua dinâmica pulverizada de eclosão, e; **(c)** a consciência quanto ao aprimoramento reflexivo do campo, indicando seu caráter dinâmico. Tais particularidades potencializam seu sentido de revisitação para instaurar possíveis futuros à agenda da multiplicidade.

Palavras-chave: Arquivística. Modernidade/Colonialidade. Insurgências**.** Pluralidade.

ÁVILA, Rodrigo Fortes de. **Archival Insurgencies in Search of Diversity**. Advisor: Maria Teresa Navarro de Britto Matos. 2020. 216f. Thesis (Information Science) - Institute of Information Science, Federal University of Bahia (UFBA), Salvador, 2020.

ABSTRACT

This thesis investigates the archival ethos in the search for diversity. Based on its theoretical nature, it examines the modern/colonial agenda´s implications in the collective memory´s composition. Then it presents the conditions provided by the insurgent theoretical movements. The plurality favoring constitutive line identifies the Documentation Plan, Total Archives, Documentation Strategy, Macroevaluation and Community Archives. Characterized by their permanent negotiation such initiatives demonstrate: (a) emergence as side effects of Modernity/Coloniality suppression; (b) the sprayed dynamics of eclosion, and; (c) consciousness about the field´s reflexive improvement, indicating its dynamic character. Such particularities enhance their sense of revisiting to establish futures for the multiplicity agenda.

Archival Science: Archival Studies. Modernity/Coloniality. Insurgencies. Plurality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Caminho epistemológico 23
Figura 2 A intermitência das insurgências 33
Figura 3 As brechas da desconstrução 77
Figura 4 Qualidades dos documentos arquivísticos 114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Caminhos da Proveniência 99
Quadro 2 Matrizes estruturante e desestruturante 124
Quadro 3 Condições Insurgentes 132
Quadro 4 As Fases dos Arquivos Totais 142
Quadro 5 As Insurgências Arquivísticas 161

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10
1.1 DOS OBJETIVOS 23
1.2 DO MÉTODO 23
1.3 DA JUSTIFICATIVA 25
1.3.1 Das Insurgências Teóricas 32

2 CAMINHOS DA TEORIA ARQUIVÍSTICA 37
2.1 EM BUSCA DA UNIVERSALIZAÇÃO 39
2.1.1 As Polêmicas de John Roberts 40
2.1.2 A Resposta de Terry Eastwood 43
2.1.3 A Réplica de John Roberts 45
2.2 EM BUSCA DA TRANGRESSÃO 46

3 A MATRIZ ESTRUTURANTE 49
3.1 A ARQUIVÍSTICA E A RACIONALIDADE MODERNA/COLONIAL 53
3.2 A DESNATURALIZAÇÃO DA MODERNIDADE EUROCÊNTRICA 57
3.2.1 A (ir)racionalidade do Progresso 61
3.2.2 O (des)compromisso da Ciência 62
3.2.3 A Universalidade Excludente 62
3.3 A NAÇÃO COMO MITO 65
3.3.1 Patrimonialismo 68
3.4 A CENTRALIZAÇÃO DOS ARQUIVOS 69

4 A MATRIZ DESESTRUTURANTE 71
4.1 A RECESSÃO DEMOCRÁTICA 72
4.1.1 O Direito de Acesso à Informação 73
4.1.2 Accountability 75
4.2 ARQUIVOS: INSTITUIÇÕES SOCIAIS 78
4.2.1 A Mediação Informativa 82
4.2.1.1 A Redescoberta da Proveniência 89
4.2.1.2 A Avaliação da Avaliação Arquivística 101
4.2.1.3 O Redimensionamento do Documento Arquivístico 106
4.2.1.3.1 Dos Atributos 107
4.2.1.3.2 Da Organicidade 108
4.2.1.3.3 Da Autenticidade 109
4.2.1.3.4 Das naturalidade e imparcialidade 110
4.2.1.3.5 Da unicidade 111
4.2.1.3.6 Das Qualidades 112

4.2.1.3.7 Da Evidência 114
4.2.1.3.8 Da Representação 116
4.2.1.3.9 Do Redimensionamento 119

5 INSURGÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS 125
5.1 PLANO DE DOCUMENTAÇÃO 132
5.2 ARQUIVOS TOTAIS 136
5.3 ESTRATÉGIA DE DOCUMENTAÇÃO 143
5.4 MACROAVALIAÇÃO 150
5.5 ARQUIVOS COMUNITÁRIOS 156

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 162

REFERÊNCIAS 167

1 INTRODUÇÃO

Uma das maneiras de se repensar a estrutura de qualquer normalidade é colocando-a entre (parênteses). Esse trabalho de suspensão geralmente é interrompido pela sua natureza regular, comprometendo a percepção de seu funcionamento. Muitas vezes, a ocorrência de episódios desestabilizadores permite interrogar suas condições. No caminho contrário, também pode ocorrer que, ao sentir-se incomodada em sua rotina silenciosa, a normalidade seja impelida a expulsar elementos extraordinários. Ou ela ainda pode "providenciar" a abertura de determinadas brechas para assimilar o que a tocava de maneira inusitada.

Essas circunstâncias possibilitam tomar as insurgências arquivísticas de distintas maneiras. Entretanto, é recorrente a observação de seu caráter de "ruptura" daquilo que era tido como real. Tal leitura aponta dois sentidos: (a) a rebeldia negacionista da estrutura de certa realidade ou (b) o despertar da autoconsciência, que atenua efeitos colaterais do funcionamento dessa "normalidade".

Os dois pontos revelam que as insurgências expressam desejos recônditos de fuga das amarras estruturantes. Diante dessa tarefa, revertem-se em crivo de comparação das gramáticas constitutivas. Na perspectiva **B**, elas representam tentativas de preenchimento de espaços de desatenção. Como um sinal de alerta, seus gritos se acomodam na poeira do tempo, violando cenários estáveis com sementes de reconhecimento das contradições do terreno que ambicionam.

As diferentes perspectivas aguçam o entendimento dessas ferramentas conceituais. Por isso, os argumentos acerca da "inconveniência diversificadora" das insurgências arquivísticas colocaram esta tese diante de um panorama exuberante de interpretações: (a) teorias tolas (FRANCO; THIESEN; RODRIGUES, 2017) [1] ; (b) facilitadoras da interpretação conteudística (ROBERTS, 1994b; MENNE-HARITZ, 2005); (c) comprometedoras do caráter reflexivo dos arquivos (CAMARGO, 2009); (d)

---

[1] Em resposta às brasileiras Franco, Thiesen e Rodrigues (2017), John Roberts tenta se eximir da alegação de ter "dispensado" uma teoria arquivística universalizante. Esse movimento é caracterizado pelas autoras como *"as duas teorias de John Roberts"*. A primeira estabelece a proveniência, a organização hierárquica e os valores schellenberguianos. Envolve também a literatura de "como fazer". Já a segunda representa o "delírio" de sistematizar princípios com ideias alheias ao campo. Esta seria a "teoria tola", cujos mecanismos de aplicação seriam desnecessariamente complexos.

institucionalizadoras de modismos historiográficos (ROBERTS, 1987; 1994a), e; (e) instrumentalizadoras políticas (MENNE-HARITZ, 2005).

Tal profusão perspectiva estimulou o reconhecimento das estratégias mobilizadoras dessa "normalidade". Essa atitude recupera o sentido de seu trajeto para não cair em armadilhas transcorridas. Naturalmente, a crítica é o instrumento transformador desse itinerário. Ela não consiste, porém, na destruição daquilo que se enseja conhecer. Ao contrário, ela recorda que nenhuma matriz estruturante de qualquer campo de pesquisa está isenta a uma crítica *de* e *sobre si* mesma.

O fato é que a crítica emerge como ferramenta de desmontagem para potencializar melhoras perspectivas. Nada parece passível de alteração na ausência de certo grau de ceticismo. Diria Hegel (2007), de uma maneira mais poética: há uma certa verdade nas inverdades, porque todo entendimento remonta ao seu processo histórico, onde as coisas se edificam em seu próprio desenrolar. Sendo assim, a paisagem remota de "*cair sobre si*" significa fustigar posturas cristalizadas, introduzindo ruídos em consensos deliberados para redimensionar determinados *tabus*.

Talvez esse seja um modo atípico de dizer que a pesquisa "*Além que se vê: o uso e pós-uso das informações orgânicas arquivísticas*" foi preponderante à construção desta tese. Analisar as maneiras de utilização das informações revigorou reflexões sobre a representatividade social da memória arquivística. Quais forças sustentam os fatos? Por que certas informações estão disponíveis e não outras? A burocracia é aparato à confiabilidade dos eventos? Que poderes instauram a manifestação de publicidade da documentação? Existem vozes dissonantes?

As perguntas se proliferavam. Todas provocavam tensões pela sedimentação da natureza teórica do campo de pesquisa. Afinal, a abordagem estruturante condicionou sua predileção enquanto institucionalidade enviesada. Com dispositivos formalizadores, sua origem se assentou na "manutenção de registros probatórios da consecução de atividades administrativas" (LOPEZ, 2003, p.70). Dessa maneira, sua liturgia tornou imperativo racionalizar processos de tomada de decisão para fundamentar uma "plena realização arquivística". Numa sentença simples: quanto maior o nível de organização formal, maior a probabilidade de gênese teórica de um "*arquivo*".

Essa cooptação aponta a influência da concepção evidencial legalista. Para Gauld (2017), os procedimentos transacionais cumpriram funcionalidade naturalizada, tornando seus "subprodutos" isentos de intencionalidades. Smith (1981) tem a impressão que mesmo Schellenberg, diante de seu esforço de afastamento das ideias jenkinsonianas, seguiu a natureza orgânica enquanto representação das atividades. Parece possível pensar que o universo arquivístico se manteve essencialmente vinculado ao famoso *Manual Holandês*: "somente documentos oficiais, ou seja, aqueles recebidos ou produzidos por órgãos administrativos ou funcionários em sua capacidade oficial" (MULLER *et al*., 2003, p.13, tradução nossa).

A penosa consequência dessa "estruturação formalista" é não advertir a operacionalização de uma perspectiva monolítica do passado. Esse horizonte ocorre em função da inibição formalizadora de certas experiências sociais, comprometendo o nível de estabilidade previsto pela matriz estruturante. De maneira resumida, essa conformação inibiu a promoção de práticas inclusivas de representação. Por esse motivo, as abordagens críticas a esse caminho enveredam a trilha incômoda da negociação entre a gestão e o poder erigido em praça pública. Suas novas questões seriam: são os arquivos espelhos institucionais ou construtos sociais? São evidências que gritam, sussurros silenciosos ou falas repletas de jogos de interesse?[2]

Responder a estas questões significa pensá-los como instrumentos de representação social. Essa perspectiva transporta o pensamento ao que Tom Nesmith (2002) salientou: tudo o que sabemos é visto através das lentes da comunicação, as quais são acompanhadas de ambiguidades e limitações. Tal observação também ratifica os pensamentos de Brien Brothman (2002): considerá-los parte constitutiva do processo comunicacional; eivados de significações a serem interpretadas no seio discursivo das provisórias construções sociais. Nas últimas décadas, tal "viragem" remodelou tais acervos enquanto processos, e não como produtos sem "vontades parciais": atos políticos dignos de escrutínio crítico.

---

[2] Steedman (1992) aponta a negligência sobre a maneira como as evidências são incluídas e excluídas desses acervos. É preciso reconhecer suas regras de estabilização para evitar o "silêncio virtual sobre as questões do método" (Johnson, 2001, p. 273, tradução nossa). Da mesma maneira, Ginzburg (1989) declara os "paradigmas evidenciais" enquanto mecanismos essencias para compreender as condições sociopolíticas de sua confiabilidade. Nesse caminho, Burton (2003) questiona a associação das evidências com as práticas estatais. Essa verificação torna certos documentos "provas de verdade", desconsiderando as memórias femininas. Assim, os acervos domésticos são apresentados como reconhecimento de que os arquivos são "fundamentalmente não confiáveis" (Burton, 2003, p. 26, tradução nossa).

Pela perspectiva estruturante, a controversa acerca da legitimidade do *status* arquivístico acontece por duas razões: **(a)** pelo questionamento da maneira de produção das informações: tomadas enquanto construções conscientes, instrumentos parciais de luta por sobrevivência cultural de determinados grupos sociais, e; **(b)** porque, ironicamente, devem ser capturadas pela "neutralidade" de um sistema formal de gestão. Sob o rito de tais parâmetros, esses acervos precisam cumprir determinadas "regras de salvação institucionalizantes": **(1)** elaborados por procedimentos legais; **(2)** decorrentes de processos formais; **(3)** originários de funções e atividades administrativas; e, **(4)** ter sua proveniência[3] assentada em propriedade única. Ou ainda, aquelas indicadas pelo francês Michel Duchein (1977) e pelo australiano Peter Scott (1966; 1980) para composição de um fundo documental: **(5)** identidade jurídica prevista em estatuto legal; **(6)** mandato oficial estável; **(7)** posição hierárquica administrativa com autonomia para tomar decisões; **(8)** organização explícita em organograma, e; **(9)** sistema independente de gestão informativa.

Ao que parece, o desdobramento desse descompasso segue o peso entre a teoria e o poder de agência estatal. Sua ocorrência ressalta o fato de que tais informações são acolhidas mais facilmente à noção teórica de arquivo devido à elaboração de políticas públicas. A presença de agentes intermediários institucionalizantes preenche o espaço de diálogo nos marcos da tradição jurídica ocidental. Dito de outra maneira, a funcionalidade metafórica de "ponte-formalizadora" revela a tensão entre a oralidade e a escrita como elemento indispensável à sobrevivência sociocultural de certos coletivos.

No entanto, a escolha desse caminho não parece aleatória. Parte-se do desenho conjuntural que impeliu a visualização de um espelho com "memórias distorcidas". Num lugar onde as comunidades relegadas às bordas do mundo, como afirma Ailton Krenak (2019), lutam para edificar discursos considerados contra-hegemônicos. Mesmo com mobilizações teóricas para a pluralidade, esses empreendimentos jamais ganharam a centralidade das preocupações. Parece provável os efeitos da sedimentação estruturante enquanto inibição da inclusão sistemática de distintas narrativas.

---

[3] Princípio que preconiza a manutenção da individualidade dos conjuntos, onde os documentos produzidos e recebidos por uma entidade coletiva, pessoa ou família não devem ser mesclados a outras entidades produtoras.

A pressa de simplificação, contudo, não deve ultrapassar os limites de equacionamento do problema. A tarefa não é condenar a Arquivística por sua condição de aporia representativa. Tampouco o anacronismo pode servir a uma sentença típica de "juízo final". Não há uma batalha do bem contra o mal. A balança cega da justiça aponta que é inescusável colocá-la *em* perspectiva, levantando os parênteses de sua "normalidade" em ação: *normaliza-ação*.

Nessa linha de pensamento, torna-se capital reconhecer condicionantes que posicionaram a teoria no cerne do problema. Ao desarmar a suspeita de uma desarticulação entre a teoria e a prática, o professor colaborador da *Universidade de Stanford*, Matienzo (2004), relembra que os conceitos operam tanto como leis abstratas quanto como guias para ações. Assim, é preciso investigar seus padrões para avaliar os motivos de sua consideração de verdade. Tal "desconfiança" clarifica como as relações imanentes à natureza da matriz estruturante determinaram questões dignas de preocupação. Somente a retomada retrospectiva, atrelada ao horizonte de intermediação dos conflitos sociais, detona a maneira peculiar de efetivação do edifício das construções investigativas.

Ao partir das condições nas quais se situam seus alicerces teóricos, os conjuntos arquivísticos possuem o destino irremediável de serem recorrentemente impactados por questões impostas pela agenda moderna. Steedman (1992, p. 620, tradução nossa) coloca que "qualquer forma teórica rigorosa ou modo de investigação necessita de uma perspectiva histórica". Sua visão explicita como se incorporam processos de estabilização das ideias ao longo do tempo. Como nos lembra Hegel (2007): a tentativa de determinar a efetividade de um conceito tem como efeito a sobreposição de suas próprias contradições.

Esse perpectivismo hegeliano desafia a cumplicidade da memória arquivística para com as realidades socioculturais. Uma postura autorreflexiva evita equívocos já verificados por compreender sua redefinição, instaurando a capacidade de redimensionar realidades contingentes. Para Eagleton (2005, p.48), "essa reflexão crítica é o que conhecemos por teoria". Ela está presente quando somos forçados a adquirir uma nova consciência sobre o que fazemos. O que prediz tornar certas práticas, até então garantidas, objetos de nossa inquirição.

Tudo indica que os incômodos imanentes à lógica de sedimentação da matriz estruturante buscaram um refinamento das questões acerca de sua representação social.

Esse desconforto encontrou eco na dicotomia fundamental dos conjuntos arquivísticos. Se por um lado são um local de consolidação da herança cultural, elementar à memória coletiva, por outro estão envoltos pela áurea de evidência dos atos burocráticos.

Os dois caminhos retomam as críticas de Terry Cook (1992a) à centralidade da teoria arquivística. Suas objeções partiram do pressuposto de que as decisões quanto à preservação dos documentos não passavam de "adivinhações" sobre sua utilidade futura. Tal apreensão esboça uma pedra de toque: a escolha entre o que é necessário preservar e aquilo que é remetido ao esquecimento se tornou extremamente relevante no jogo das dissidências socioculturais. Como nos demonstra o personagem *"Funes, o memorioso",* do escritor argentino Jorge Luís Borges (2007): não há memória sem a possibilidade de esquecimento, pois o silêncio é pressuposto da fala[4].

Essa seletividade deve assumir, assim como Carter (2006, p. 216, tradução nossa), que "o poder de exclusão é um de seus aspectos fundamentais". Desnudar seus mecanismos de legitimação postula a memória como um elemento aglutinador de valores para estimular ações políticas. Em verdade, vai adiante: posiciona a razão de ser dos arquivos no fato de que seus vestígios pertencem tanto ao presente, pelas demandas do "agora", quanto ao passado, pelo "rabiscar" dos eventos decorridos.

Essa bifurcação não desmerece a preocupação emergente com a comunicação imediata dos sinais efêmeros do cotidiano. O mais significativo seria que essa espécie de dupla consciência não sinalizasse sua restrição aos fatos antigos. Pelo contrário, ela deve realçar aquilo que foi salvo do esquecimento, sendo menos o que foi essa "[…] totalização destotalizada (unicamente seus vestígios), e bem mais que o que é agora: uma totalidade destotalizada através da qual o passado fala ao presente" (OPHIR, 2011, p. 80). Ou como declarou Verne Harris (2011): não se trata de preservar traços do passado, mas de projetar possíveis cenários futuros.

Nessa linha argumentativa, os acervos arquivísticos seriam "[…] o lugar em direção ao qual todas as ciências da linguagem se dirigem quando elas buscam compreender o seu

---

[4] Os estudos arqueológicos Foucaultianos (2008) alertaram que os arquivos não podem ser resumidos pela soma dos "escritos" de uma cultura. Muito menos pelas instituições que permitem sua manutenção. Eles representam um "sistema de declarações" acolhido pela regularidade prática. Essa perspectiva captura a formulação do que se pode excluir e incluir nas configurações particulares do poder. Por esses pensamentos, tais conjuntos passam a ser uma metáfora ao esquecimento seletivo, prescrevendo o que pode ser dito pelo seu sistema de enunciados.

tema" (OPHIR, 2011, p. 80). Eles suspenderiam o tensionamento das qualidades representativas dos testemunhos em consonância às manifestações culturais. Em outros termos, isso significa reiterá-los como "espaço de encontro com o outro, com a diferença em si. O gosto de arquivo é o gosto do outro" (SALOMON, 2011, p. 41).

Diante das inquietações provocadas pelo *acontecimento fundacional* de ampliação perspectiva em direção "ao outro", os dilemas são provocados pelas perguntas de Ryszard Kapuscinski (2007), em seu belíssimo texto "*Encuentro con el Otro*": que atitude tomar? Ou seja, como tratá-lo? Esse instante mágico traduz um marco em que cada indivíduo se depara com uma parte de si. Um momento em que se estabelece um espaço relacional onde essa experiência abandona anseios de uma disputa. Não só isso, ela assume os riscos da incerteza de ver o outro enquanto "um espelho em que se contempla – e em que se é contemplado – um espelho que o desmascara e o desnuda, coisa que todos preferem evitar" (KAPUSCINSKI, 2007, p. 22, tradução nossa).

Essa contenda pode ser distendida ao preenchimento das naturezas cultural e gerencial desses acervos. Como fragmentadora dos esforços de entendimento quanto ao seu destino, tal dualidade mobilizou a comunidade profissional a reiterar preocupações diluídas. Daí a preocupação em proteger a essência do documento arquivístico garantindo a qualidade da memória coletiva às futuras gerações. Este pensamento erigiu um esforço constante de busca por abordagens que elaborem um espelho de memórias condizente com realidades plurais. Se pensá-las no século XXI significa reconhecer diversidades, atenta-se à conservação da amplitude contextual, que envolve tanto produtores quanto gestores e usuários.

Porém, o caminho dessa essencialidade relacional instrumentalizante demarca uma interpretação contextual *apriorística*. Em sua concepção objetiva, tal potencialidade aponta a viabilidade retrospectiva, constituída pelo funcionamento dos princípios e métodos. Esse raciocínio focaliza tais acervos enquanto signos à espera de um interlocutor. Eles ocupam, portanto, a perspectiva intermediadora dos fatos com aquilo que é possível demonstrar a partir deles. Numa perspectiva abrangente, refletem a vinculação com a habilidade desse *hoje* se projetar ao *amanhã*.

A presença dessa elasticidade temporal os conecta ao resultado instrumentalizador de algum objetivo antecessor: seja ele revelar o processo de tomada de decisão ou ainda

enquadrar traços de determinada imagem social. Esta última não escapa ao equivoco de se pensar que os pesquisadores nunca manipulam materiais mediante prévias significações. Tal disposição responde a uma leitura fundada na perspectiva de ferramentas que servem a propósitos específicos “como aparências, vistas filosoficamente em termos de valores e ideologias” (EASTWOOD, 2016, p. 39).

Partindo dessa visão, Gerald Ham apontou o desafio de compilar experiências discursivas. Desde 1975, o pesquisador se preocupa com a restrição desses conjuntos ao eixo de sua sustentabilidade normativa. Em sua opinião, o dilema estaria sobre o que é possível acessar nos limites das conjunturas contextuais. Isso porque a concepção manualística do “como-fazer” se esquivou do fato de que tais informações integram as dinâmicas da comunicação social. Um deslize operativo dessa ordem obscureceu a imposição de regras antecessoras a sua conformação, camuflando condições sob as quais os discursos foram concebidos.

Segundo o historiador das ideias, Michel Foucault (2014), o discurso consiste em um canal estruturado para reconhecimento dos elementos que estabilizam as proposições dos campos de pesquisa. A fim de produzir efeitos de sentido, esta palavra não pode ser resumida à tradução simplista dos sistemas de dominação. É também possível percebê-la como aquilo “pelo que se luta, o poder do qual nos podemos apoderar” (FOUCAULT, 2014, p. 10).

Essa estrutura translada procedimentos de delimitação dos sujeitos a uma “vontade de verdade” que exerce coerção sobre outras narrativas. De fato, todo campo elabora princípios disciplinares imprescindíveis à construção de seus enunciados. Diante desse destino, os cerceamentos são efeitos colaterais de seu funcionamento ordinário delimitando “[…] os poderes, que dominam as aparições aleatórias e que selecionam os sujeitos que falam” (FOUCAULT, 2014, p. 35).

Esses raciocínios reconhecem que as proposições disciplinares correspondem à inscrição em certas condições estruturantes. Ou seja, a tarefa de pertencer a uma disciplina envolve certa propensão a acomodar-se nesse horizonte teórico. É esse cenário que exerce o controle discursivo fixando “[…] limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, 2014, p. 34). Em termos

sentenciadores, esse cenário prediz uma conformação previamente validada. Nela, as proposições preenchem certas exigências desse "pertencimento disciplinar".

Sendo assim, de antemão, antes de serem declaradas verdadeiras ou falsas, as asserções já devem estar "no verdadeiro". Por conseguinte, o erro só pode ocorrer numa prática antecessora, pois "[…] não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma polícia discursiva que devemos reativar" (FOUCAULT, 2014, p.34). Essa particularidade concebe a todo sistema teórico uma política de apropriação. A disciplina acaba sendo uma promessa para formular proposições, percebidas como "[…] uma atividade intelectual conduzida por regras que são parcialmente explícitas" (OPHIR, 2011, p.76).

Essa disciplinariedade reverbera considerações sobre o desenvolvimento científico de Kuhn (1998). A natureza do caminhar científico intensifica a via de acumulação das descobertas convergente à natureza social de suas resoluções. Essas reflexões assinalam qualquer campo sociopolítico enquanto espaço de exclusões, uma vez que estas não são imperfeições, mas efeitos colaterais da lógica estrutural de seu funcionamento. Por esse motivo, Miguel (2018) as reitera como ferramentas indispensáveis à performance institucionalizante: (a) atuam como elementos que modulam demandas do controle discursivo; e, (b) moldam sua adequação ao padrão, engendrando critérios tácitos à sua respeitabilidade. Esses motivos determinam que os agentes precisam se adequar às maneiras de sua expressão, sob pena de redução de sua capacidade transformadora. Também promulga ao Estado a moderação sistemática das demandas, tornando-se pouco permissivo a interesses conflitivos. Essa aparente prudência denota um esforço perene de domesticação de aspectos antagônicos pela via da institucionalidade seletiva.

Dessa maneira, as operacionalidades apontadas pelo professor da Universidade de Brasília (UnB) revelam o vínculo entre o poder estatal e a consolidação da memória coletiva. Enquanto instrumentalidade orgânica, a partir da proteção de seu campo narrativo, as instituições públicas hierarquizam as possibilidades discursivas. Para sustentar seus propósitos, é preciso seguir validando critérios de ingresso para minorar as presenças disruptivas.

A transposição dessa inquietação à Arquivística pressupõe um desnível entre os discursos sociais. O entrecruzamento com as representações percebe relações culturais que

legitimam formas de apropriação dos materiais. Esse transtorno transparece uma pintura em que certas identidades são "desautorizadas" daquilo que se denominou memória nacional. Essa reflexão conduz a observá-la como campo de possibilidades, revelando um conjunto de práticas coordenadas entre posições que diferenciam o acesso às fontes. Ainda mais: racionaliza as "pretensões de verdade" reafirmando suas condições estruturantes.

Entretanto, Foucault adverte que o autorizado nunca está extenuado, assim como o proibido jamais será obstruído de maneira plena. A tarefa primordial é sustentar a questão: quais seriam os indicadores de verdade de determinada discursividade? Sob a perspectiva arquivística, esta questão desvenda o valor dos arquivos enquanto poder discursivo organizacional, num panorama que transcorre sua gênese funcional[5].

Esse despertar percebe claramente um incômodo epistêmico. Um olhar que revela assimetrias em construções teóricas fortificadoras de vozes específicas. Ao mesmo tempo, reserva outras ao local de marginalidade. De certo modo, os elementos dessa discursividade condicionaram prioridades de "organização das prateleiras". Seus componentes impuseram tanto os limites do interpretável quanto restrições aos seus métodos. Esse argumento elevou o ordenamento às circunstâncias interpretativas "dando forma ao material, introduzindo uma ordem que transpassa um agregado informe de vestígios" (OPHIR, 2011, p. 76).

Esses pensamentos determinam o reconhecimento da diversidade social nas instituições arquivísticas. Eles tornam necessária a apreensão de sua relação com a modernidade/colonialidade, questionando em que medida seus fundamentos se tornaram centrais às memórias pós-coloniais. Assim como pavimentaram ligações disciplinares em respeito às suas condições sociopolíticas.

Essa via epistemológica interpela aspectos fundantes do campo de pesquisa em direção às entrelinhas discursivas. Basta observar os trabalhos de Fonseca (2005), Cook (2007b) e Barros (2015). Mesmo sobre pontos de sustentação diferenciados, as três visões relembram que a teoria arquivística estruturante surge no contexto de invenção das culturas

---

[5] Ophir (2011) concede aos arquivos o poder de significação por constituir um conjunto de vestígios que produz sentido ao passado. Sua crítica argumenta que esses indícios são acumulados em uma disposição relativamente contingente. Nela, a escolha entre a lembrança e o esquecimento se daria, de certa forma, acidentalmente. Por isso, Cook e Schwartz (2002, p.13, tradução nossa) reiteram a alteração perspectiva em resposta a "conflitos religiosos, guerras civis, revoluções políticas, estado imperial e convulsões ligadas a gênero, raça e classe, assim como relacionadas a circunstâncias geográficas: distância, transporte e comunicação". Esse movimento postula uma historicidade institucional permeada por abrangentes contextos sociais.

burocráticas europeias, entre o final do século XVIII e início do XIX. Em perspectiva, a consistência de suas escolhas é oriunda da defesa por sua autonomia. Em outros termos, a natureza de sua fundamentação instituiu a busca irremediável pela consolidação de certas perspectivas. Não por acaso, esse assentimento conjectural concebeu consequências deliberadas, que se transformaram em dilemas intransponíveis até o presente momento.

À luz desse cenário, cabe interrogar o pano de fundo desse encapsulamento teórico. A vinculação da modernidade/colonialidade com a Arquivística precisa ser explorada, abrindo possibilidades de tomá-la enquanto sistema de pensamento que atendeu a essas alterações[6]. Essa conjuntura a inseriu em metodologias específicas, tornando praticamente impossível pensá-la fora da postura político-ideológica das liberdades individuais e do direito de acesso à informação. A partir dessa estabilização, percebem-se desdobramentos sobre o processo de formação da memória coletiva, assim como espaços para análise de um *vir-à-ser* insurgente e as repercussões *a posteori* sobre seus caminhos epistemológicos.

Por certo, não há como negligenciar o impacto dessa realidade nas alterações institucionais que regulamentaram mecanismos burocráticos centralizados dos Estados Nacionais. Essa tendência converteu a noção de informação num instrumento constitutivo dessas unidades. A partir desse ponto, parte da memória arquivística foi legitimada por um paradigma cultural. Como desdobramento, o empenho pela diversidade passou a ser um embate constante contra os efeitos de um "pensamento europeu tradicional que privilegiou os arquivos produzidos por instituições" (EASTWOOD, 2016, p. 24).

Nesse sentido, é preciso compreender a reconfiguração do campo tendo em vista a herança da modernidade/colonialidade. Nenhuma preocupação parece mais genuína que sua política colonial. A sistematização do novo "sistema-mundo" assentou a lógica desumanizante, naturalizando práticas de alcance a objetivos "civilizacionais". Por esse

---

[6] Os arquivos coloniais ordenavam os critérios de evidência para idealizar narrativas morais. Correspondiam, portanto, a tecnologias de apoio às máquinas estatais. Esses acervos motivavam uma sistematização redutiva do conhecimento ao poder. Sendo assim, a política colonial foi construída sobre bases estatísticas a partir do aparato administrativo. Michel Duchein (1992) problematiza de maneira muito elucidativa essa questão. Também o posicionamento crítico-epistemológico de Kaplan (2002) confere primazia ao conceito de arquivo com raízes fincadas ainda no terreno positivista. Isso se dá por sua análise poderosa dos mecanismos da Antropologia na representação desses conjuntos.

caminho, as investigações quanto às origens dos processos de difusão desses propósitos espelham afinidades com o modo como o poder desses grupos se articulou[7].

Sendo assim, a recuperação coletiva nesses espaços concebe a reconfiguração de cenários epistêmicos da memória social. Como nos relembra Pollak (1992), esse "campo minado" deve ser vislumbrado em sua constituição coletiva. Ou ainda como sugere Le Goff (1997, p. 46): "a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva". Nesse sentido, a política de acontecimentos atomizados reconhece a dinâmica social[8].

Dessa maneira, é um certo colonialismo cultural que as insurgências enfrentam. Como observa De La Garza (2002), se a história é uma interpretação possível em função do passado idealizado, ela também deve se realizar pelos participantes dessa colonialidade. A pesquisadora mexicana convoca a pensar subjetividades históricas deslocadas dos mecanismos de produção narrativa. Esse contraponto interpreta condições para erigir um edifício memorialístico sobre parâmetros de um presente que não as renegue.

Nessa perspectiva, a Arquivística vem sendo mobilizada pela perturbação de alcançar metas maiores do que a modernidade/colonialidade a apresentou. Esse giro revela que as desigualdades são oriundas da maneira como o poder posicionou a invisibilidade das culturas subalternizadas pelos recursos teóricos. Esse deslocamento tornou necessária a meditação renunciativa dessa lógica para desvendar práticas institucionais[9].

---

[7] O cubano Echevvaria (1990) constatou que os acervos coloniais foram repositórios legais da polícia oficial moderna. Para o estudioso, é premente visualizá-los como agentes culturais de produção dos "fatos" e das taxonomias. Sua constituição assumiu sistemas de classificação que sinalizaram esses momentos. Também Ann Laura Stoler (2002) os reconecta à tecnologia imperial do final do século XIX: repositórios codificados das conexões entre segredos, lei e poder. A autora analisa o comportamento afetivo dos arquivos coloniais das Comissões Holandesas do século XIX. Estas são interpretadas pela sua forma de classificação dos grupos sociais, elaborando uma "historiografia do estado". Suas conclusões demonstram que tais registros se tornaram confiáveis: (a) pela maneira como mapearam o passado e (b) pela forma como as práticas sociais emolduraram eventos (desemprego e empobrecimento). Essas condições tornaram tais Comissões produtoras de categorias sociais: repositórios das ansiedades coloniais.

[8] Tal circunstância remonta o contexto da América Latina dos anos 1970. Absorvido pelo processo de produção de conhecimentos desde a práxis ético-política, o período convoca saberes das camadas populares. Essas experiências reconfiguram pensamentos críticos em torno da ordem hegemônica na região (MARÍN, 2013), instaurando um levante de narrativas para recuperação histórica desses setores.

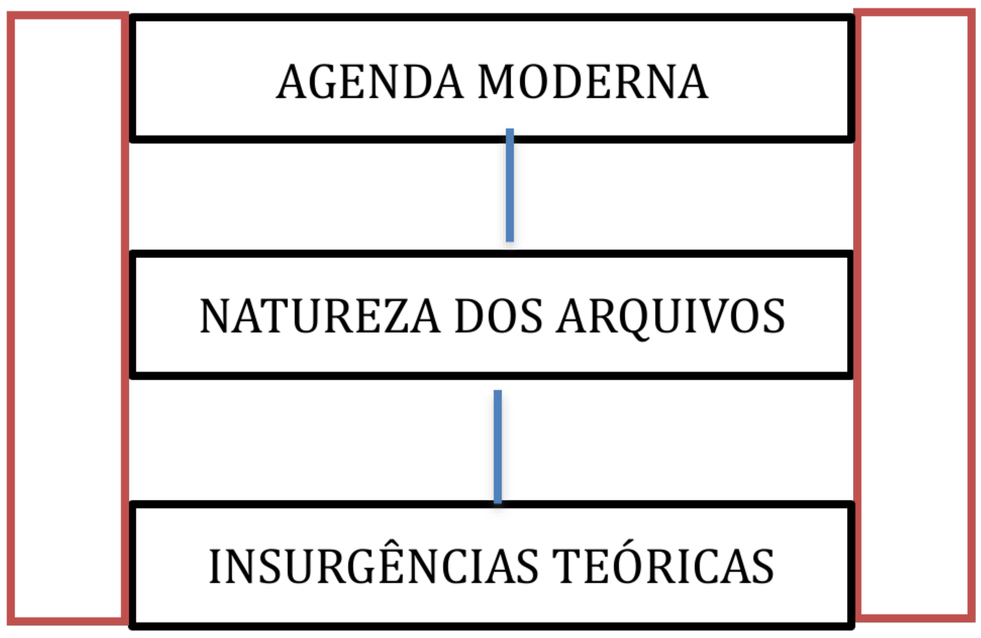
[9] É imperativo estabelecer quais fatores impedem concepções teóricas que atentem a realidades plurais. Segundo a filósofa brasileira Djamila Ribeiro (2017), essa postura permitirá construir novos lugares de fala, viabilizando sujeitos que foram descartados pela normatização hegemônica. Essa postura também se alinha à atitude de libertação, não nos aprisionando naquilo que Fanon (2008) nomeia de jogo "de gato e rato". A seriedade da proposta não deve adiardifusos o momento em que tais questões se tornam primordiais.

Diante disso, este trabalho parte do pressuposto de que *a agenda epistemológica moderna/colonial incitou insurgências pulverizadas enquanto tentativa de fuga de seus efeitos colaterais*. Invariavelmente, a validação da matriz estruturante potencializou exclusões daquilo que foi definido como "natureza arquivística". Em termos efetivos, essa matriz inibiu a pluralidade representativa. Não por um esforço deliberado, mas pelo próprio caminho de sua consolidação. Tanto que essa "sedimentação" acarretou na consciência *a posteriori* por movimentos difusos, conformadores dos limites dessa institucionalidade. São eles que alimentam recorrentes "ajustes regulatórios" para atenuar vácuos representativos.

No entanto, esses deslocamentos compensatórios negociaram constantemente com a matriz estruturante. É característico desses movimentos certa "gradação de insurgir". Esse "negar negociando" concebeu um quadro de intercâmbio conciliador dos elementos endógenos da natureza matricial. Nesse sentido, a busca pela diversidade também se posicionou como resposta a apelos externos, revelando um estado nefasto: (a) de saturação das bases tradicionais e (b) de não acomodação teórica de empreendimentos mais radicais, que rompam com todos os elementos dessa "plataforma estabilizadora".

Essa revisão da "matriz produtiva" dos sentidos de insurgir assumiu a imposição de uma contradição incontornável: se o estado atual da representatividade vem alimentando um desejo por diversidade, esse anseio foi corporificado em propostas que negociaram dentro dos limites normativos do campo. Dentro dessa estrutura distributiva, a elaboração de avanços pluralistas mais radicais acaba se situando no plano das meras projeções irrealizáveis. Foi esse paradoxo circunstancial que motivou constantes ajustes regulatórios. Ainda que sejam recorrentes argumentos que os coloquem na posição de hereges, na visão desta tese, contudo, eles refinam a qualidade das investidas para salvar a Arquivística de si mesma.

Figura 1- Caminho epistemológico



Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

1.1 DOS OBJETIVOS

Nesses termos, o *objetivo geral* em questão é *investigar a trajetória da Arquivística na busca pela diversidade.* Esse interesse toma como *objeto* o estudo da própria natureza dos arquivos a fim de alcançar os seguintes *objetivos específicos*: (a) analisar o caminho da natureza teórica arquivística; (b) examinar as implicações da agenda moderna/colonial na composição da memória coletiva; (c) discutir os elementos da matriz desestruturante, para enfim; (d) mapear os intermitentes movimentos teóricos insurgentes.

1.2 DO MÉTODO

Devido à sua natureza teórica, o método desta tese é a pesquisa bibliográfica. Segundo Umberto Eco (2016, p. 14), essa caracterização ocorre porque ela se dispõe a "atacar um problema abstrato, que pode já ter sido ou não objeto de outras reflexões". Para Minayo (1994, p.23), longe de ser uma escolha simplista, seu procedimento envolve um "processo intrinsecamente inacabado e permanente". O intuito de investigar a natureza dos conjuntos arquivísticos demanda aproximações históricas com conceitos fundantes. Tal posicionamento apresenta dilemas de suas distintas abordagens. Por isso, a construção desse instrumental incita o aperfeiçoamento das experiências de sua sedimentação teórica.

Sendo assim, o estudo bibliométrico identifica o que foi produzido de conhecimento pela comunidade. Ao mesmo tempo avalia suas tendências. O mapeamento das fontes é definido por Vanti (2002) como diagnóstico da estrutura do conhecimento numa abordagem bibliográfica quantitativa e estatística. Já para Lacerda, Ensslin e Ensslin (2012), o conceito avalia parâmetros observáveis de um conjunto definido de artigos. O resultado de tal análise é o gerenciamento do conhecimento científico sobre a temática elegida.

Nesse sentido, a metodologia desta tese perpassa a identificação das fontes seguindo a trajetória epistemológica das matrizes estruturante e desestruturante da Arquivística. Isso significa observá-la a partir dos mecanismos que orientaram suas origens, posicionando a modernidade/colonialidade enquanto elemento matricial de sua constituição. Como desdobramento, identifica o comportamento das insurgências teóricas para a diversidade.

Segundo Gil (1994), a pesquisa bibliográfica possibilita definir o quadro conceitual. Isso é notório já no capítulo que segue, expondo a trajetória dos debates teóricos. Muitas vezes, porém, esta metodologia é superficialmente caracterizada enquanto mera "revisão de literatura". Essa maneira fortuita de pensá-la obscurece um conjunto de procedimentos verificáveis. A fim de não ceder a esse equívoco, Kumar (2005) afirma que se deve garantir uma escolha bibliográfica a partir de um universo representativo do ˜estado da arte˜ da temática, tanto em sua abrangência quanto em seu significado.

Para amainar essa perspectiva imprudente, Salvador (1986) compreende quatro dispositivos: (a) elaborar o projeto de pesquisa; (b) investigar soluções possíveis; (c) analisá-las, e; (d) sintetizá-las, integrando-as aos argumentos. A primeira etapa formula o tema e os problemas planejando as questões. A segunda se compromete com a coleta documental partindo do estudo crítico das fontes. A terceira procede ao exame conteudístico, explorando o material justificado pelas escolhas. A última apreende a investigação rigorosa das sínteses.

Esses momentos se impõem pela própria natureza teórica desta tese. Os caminhos epistemológicos dos acervos arquivísticos relevam seu caráter exploratório e qualitativo, de acordo com as características expostas por Minayo (2001): (a) consciência histórica: envolve sua localização temporal, sempre dinâmica, porque seu caráter social confere

intencionalidades às construções teóricas; (b) identidade com o sujeito: ao propor investigar a pluralidade das memórias arquivísticas, o pesquisador identifica-se com o projeto; (c) intrinsecamente ideológico por veicular visões de mundo historicamente resistentes aos limites dos esquemas de dominação, e; (d) essencialmente qualitativo, pois teorizar sua realidade social envolve complexidades analíticas[10].

Em suma, considera-se que esse processo incita concepções teóricas baseadas num conjunto de técnicas. Naturalmente, entender a busca da Arquivística pela diversidade desenreda predileções que delineiam determinadas implicações. Justamente por subverter a maneira de interpretar o objeto de estudo, atentando aos seus condicionantes, a natureza dialética do método motiva uma revisitação permanente. Trata-se de assimilar a relação entre os processos e as estruturas, analisando as representações sobre a natureza do objeto.

O diagnóstico da inibição plural das memórias arquivísticas surge de uma reflexão crítica do conhecimento científico. Isso gera a síntese das insurgências no horizonte daquilo que Quiroga (1991) nomeia de "concreto pensado". Por tudo isso, considera-se que o processo de pesquisa se constitui em uma atividade científica primordial, pois questiona as relações tangíveis do campo. Em outros termos, pesquisar significa ser capaz de vincular pensamento e ação, pois "nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática" (MINAYO, 2001, p. 17).

1.3 DA JUSTIFICATIVA

Na trigésima oitava reunião anual da *Society of American Archivists* (SAA), Ham (1975) declarou que as instituições arquivísticas não estavam preparadas para compilar a diversidade das experiências humanas. A dificuldade para atingir tal objetivo lançava bases para um amplo debate. Ao que parece, o grupo se demonstrava incomodado com seus próprios métodos de trabalho. Tanto que seis anos mais tarde, Ham (1981) reiterou que a

---

[10] Estas características levantadas por Minayo (2001) demandam cinco tipos de leitura: (a) reconhecimento: localizar e selecionar materiais referentes ao tema; (b) exploratória: verificar se respondem aos objetivos; (c) seletiva: determinar o material de interesse, relacionando-o aos objetivos; (d) reflexiva: estudar criticamente a fim de sumarizar argumentos, e; (e) interpretativa: relacionar as ideias com o problema.

revolução da informação, assim como as percepções acerca do documento arquivístico, produziam a passividade profissional, predispondo-se a representar dispositivos poderosos.

Essa crise de representatividade instaurou um acalorado debate sobre as maneiras de aproximação dos arquivos com a sociedade. Entre as décadas de 1980 e 1990, a discussão interrogou as naturezas e os significados desses acervos (JACKMAN, 2011). A partir desse momento, o alvorecer de narrativas distintas celebra a diversidade com estratégias que buscam promover a cooperação institucional.

A alteração na perspectiva coletiva incrementou a percepção de invisibilidades representativas. Nesse movimento, tais acervos passaram a se destacar como ferramentas dos direitos humanos, dos movimentos migratórios e identitários, assim como elementos de promoção da tão proclamada justiça social. “A recuperação, organização e preservação dos arquivos da dor e da resistência se convertiam em instrumentos de luta para amplos setores sociais nas vias judiciais, na arena política e na vida cotidiana” (SÁNCHEZ GÓMEZ, 2019, p. 15, tradução nossa). Tal mudança inscreveu anseios teóricos para romper implicações da linha mestra discursiva do campo.

Para o canadense Cook (2007a; 2007b), essa configuração desafia cinco fundamentos: **(a)** a neutralidade dos custodiadores imparciais da “verdade” dos fatos[11]; **(b)** o desinteresse presunçoso dos documentos como subprodutos naturais das administrações; **(c)** a noção de que a proveniência pode ser encontrada num único local, ao invés de estar situada em complexos processos sociais; **(d)** o cinismo de acreditar que a linguagem imposta nas atividades de arranjo e descrição são livres de valores, e; **(e)** que os arquivos são heranças das narrativas estatais, e não um todo holístico de múltiplas proveniências.

A erosão dessas bases abre espaço a uma matriz desestruturante com princípios subjacentes ao processo de diversificação. Oriundos de Caswell (2014a; 2014b), Harris (2007) e Jimerson (2003; 2007; 2013), percorrem a participação, o compartilhamento, a multiplicidade, a reflexividade, o ativismo e a justiça social. Seus significados indicam que as práticas arquivísticas se tornaram pontos para interpretação dos conceitos que antes deveriam manter certa distância perspectiva dos agentes produtores. Em outros termos, a

---

[11] O fator aglutinador dessa conscientização destaca o discurso proferido por Howard (1977) na reunião anual da *Society of American Archivists*. O pesquisador desafiou a visão de neutralidade ao insistir no fato de que os mais poderosos sempre “apresentam maior capacidade de encontrar documentos, preservá-los e decidir o que está ou não disponível ao público” (HOWARD, 1977, p. 20, tradução nossa).

compreensão da memória arquivística se alinha cada vez mais ao entendimento das normas sociais que partem das experiências cotidianas.

Ao engajar membros comunitários na gestão de seus acervos, a *participação* apresenta o desdobramento da atitude ativa de intervenção nos conjuntos constitutivos de suas culturas. Compreende uma contribuição substancial aos esforços memorialísticos independentes, tendo como norte a autoidentificação dos sujeitos na concepção formativa de sua trajetória identitária.

Já o princípio do *compartilhamento* traduz a superação da custódia única dos conjuntos recolhidos. Esse rito de passagem não seguiria mais a lógica que perpassa a "neutralidade" institucional de um terceiro partícipe. A propriedade desses acervos já não seria uma exclusividade desse "novo custodiador". Nela, os conjuntos realizam-se sob a dinâmica de um relacionamento perene com as comunidades, fixando compromissos com seus valores. Nesse sentido, as instituições formais consolidam a autonomia do grupo ao fornecer infraestrutura para o controle intelectual das experiências. A possibilidade desse cenário antevê um modelo que os capacite a cuidar de seus vestígios, motivando um sentimento de orgulho por esse comprometimento.

O próximo ponto de apoio atenta a *multiplicidade* perspectiva, desdobrando-se na coleta ativa de novos formatos documentais. Enquanto a *reflexividade* tonifica a busca por diálogos, perfilando prioridades ao prosseguimento de projetos pluralistas. É ela quem se preocupa com o bem-estar emocional dos profissionais expostos à rememoração de fatos aterrorizantes com as vítimas de todos os tipos de violações.

Os dois últimos princípios, *justiça social* e *ativismo*, são vislumbrados enquanto manifestações diretas da politicidade. Nela, o poder passa a ser elemento central da dinâmica de formação desses acervos, reconhecendo uma plataforma de oportunidades às vozes marginalizadas. Essa perspectiva encontra eco nos pensamentos do sul-africano Harris (2007), que apontam tais acervos como representantes de uma pequena fração social, limitando acesso a outras versões. Em seu argumento, as restrições operativas da noção de fundo documental empreendem a natureza seletiva dos recolhimentos.

Como resultados da instrumentalidade orgânica, esses conjuntos revelam aspectos inevitáveis em prol de uma "justiça social" (Harris, 2007). Por esse motivo, o pesquisador norte-americano Jimerson (2003; 2007; 2013), parte da defesa moral da evidência

Jenkinsoniana em direção à *defesa moral da justiça social*. Ele questiona os pressupostos do documento arquivístico, configurando o poder de contrabalançar estruturas. Os propósitos dessa especulação seriam não contribuir com os apagamentos sistemáticos e manter a desconfiança em relação às injustiças documentadas (HAWORTH, 1992).

O ativismo arquivístico, por sua vez, retrata uma viragem funcional. Desperta a consciência de que a "entrada" dos registros nesses locais ocorre pela elaboração de leis definidoras do que pode ser lembrado. O que significa que tais conjuntos "em suas operações mais fundamentais criam e destroem, promovem ou desencorajam, cooptam ou descreditam contextos" (HARRIS, 2007, p. 246, tradução nossa). Sob esse olhar, reafirma a atuação do presente no tempo do ativismo.

O intuito desses princípios é evitar o uso dos registros para perpetuar injustiças. Se o poder é operado por intermédio de sua criação, eles se tornam pontos de participação desse exercício. Essa postura exige a responsabilidade para com os mais diversos grupos, não abandonando a ideia de que as informações arquivísticas são partes constituintes da herança cultural. Sendo sua missão definida pelo atendimento às responsabilidades sociais, em alguma medida, essa autoconsciência encontra eco no argumento de Ham (1975, p. 5, tradução nossa) segundo o qual "os documentos de arquivo tendem a cobrir os poderosos da sociedade enquanto os vulnerabilizados permanecem obscuros".

Sendo assim, a matriz desestruturante empreendida por esses seis princípios encerrou novos questionamentos acerca do *ethos* em favor da pluralidade arquivística. Sob condições específicas, essas objeções alteraram o âmago da mediação ao desestabilizar três pilares: (a) o princípio da proveniência; (b) a função avaliativa, e; (c) a concepção tradicional de documento arquivístico.

A principal ferramenta de desestabilização da matriz clássica parte de questões oportunas em relação à intermediação do processo comunicativo. Essa desconstrução viria pela fragilização das noções de naturalidade e imparcialidade, difundidas por Hillary Jenkinson[12]. Os sucessivos intentos de desvanecimento da gramática moderna tensionaram uma suposta verdade objetiva assumida pelo registro dos eventos. Isso despertou o fato de

---

[12] Para o autor inglês, a imparcialidade é consequência do funcionamento burocrático, atribuindo às informações arquivísticas a capacidade de serem evidências das atividades e, por conseguinte, refletirem suas transações sem interesses *a posteriori*.

que eles não falam por si, mas por intermédio da inferência da genealogia semântica[13] (HARRIS, 1997). Do mesmo modo, Ketellar (2001) tornou imperativo ler as narrativas tácitas de poder para exprimir a consciência de que os documentos fazem existir os fatos, e não são somente seus desdobramentos.

Desde então, assumir a representatividade desses conjuntos como "espelho das decisões" abriu espaço à sacralização de determinadas normas. As rotinas foram ritualizadas, intensificando a auto-observação passiva dos "guardiões das evidências" construídas no percurso "inquestionável" das burocracias. No entanto, o caráter objetivo da gênese documental vem sendo contestado justamente por obscurecer o trabalho de produção das fontes. Essa ocultação acentua a opacidade dos efeitos dos "filtros" em seu sentido interpretativo[14].

É fato que a noção que ultrapasse os limites da modernidade/colonialidade sugere a responsabilização das ações profissionais. Na contramão, a matriz estruturante endossa a defesa de que tais informações jamais são produzidas com vistas à posteridade. Tomadas enquanto subprodutos espontâneos do exercício de funções institucionais, elas não se curvam ao receio da opinião pública. Não obstante, os novos empreendimentos prenunciam o abandono da noção simplificadora dos conjuntos como "recipientes passivos" e "espelhos da sociedade" (NESMITH, 2002). Enquanto agentes cocriadores da memória coletiva, entra em jogo a intencionalidade produtiva.

A primeira repercussão dessa incredulidade mediativa foi a ressignificação do princípio da proveniência. Elaborado pela Europa Ocidental, ainda no século XIX, essa abordagem contextual tornou-se indispensável à integridade dos conjuntos, ancorando-se em quatro qualidades: **(a)** os fundos são originários da mesma fonte produtora; **(b)** as atividades de arranjo e descrição explicitam o contexto de gênese; **(c)** os arquivos devem ser disponibilizados no mesmo local, e; **(d)** é imprescindível a manutenção da custódia ininterrupta para fornecer valores probatórios.

---

[13] A genealogia semântica encontra múltiplos significados aos documentos para interrogar não somente o contexto administrativo, mas também o social, cultural e político. Assemelha-se à ideia de Sistema Informativo Documental (SID), caráter relacional do pensador mexicano Rendón Rojas.

[14] Eastwood (2016, p. 41) aponta que essa perspectiva presume que "a visão arquivística simplista da conexão entre documentos e provas distorce as teorias e os métodos arquivísticos e deixa os arquivistas cegos em relação às formas com que os arquivos são utilizados com fins ideológicos".

Entretanto, a partir dos anos 1980, se admite a redescoberta desse princípio por pesquisadores canadenses. Sua revisitação ocorreu pela reinterpretação da noção de propriedade nas eras pós-colonial e pós-custodial, assim como pelo redimensionamento da gestão das informações organizacionais. Estudos mais recentes oferecem uma estrutura de autodeterminação dos criadores, assumindo novas escolhas para elucidar o contexto de gênese.

Esse deslocamento pode ser anunciado pela expressão "*Mind Over Matter*", cunhada por Terry Cook. No início dos anos 1990, o canadense realizou avaliações críticas do conceito de fundo arquivístico, aprofundando os desafios digitais para articular uma alteração da noção de "*archives*" para "*archiving as practice*". Foi a partir desse ponto que o princípio passou a integrar uma espécie de "historiografia social". Ao se deter mais em transparecer como e por que os registros foram elaborados, Cook reconhece tendências de conhecimento que transcendam o imperativo físico. Essa contravensão transferiu o eixo do conteúdo dos documentos aos padrões de seus contextos.

O segundo resultado da desestabilização mediativa foi a inquirição das bases do processo avaliativo. Numa retrospectiva histórica, Eastwood (2003) ressalta três objetivos nessa função: **(a)** selecionar documentos à memória historiográfica; **(b)** manter a integridade dos acervos para elucidar decisões organizacionais, e; **(c)** desenhar valores plurais das sociedades democráticas. Esta última via situa a democracia enquanto valor ao ato avaliativo, ampliando a capacidade de intervenção popular sobre as decisões públicas. Estabelece ainda as instituições como reflexos dos sistemas sociais, ditando parâmetros do que deve ser conservado. Essa nova forma de encará-las enfraquece a centralidade do conteúdo, intensificando funções, estruturas e transações. Com o propósito de refletir valores sociais, analisa programas e atividades, coletando séries documentais num contexto dinâmico.

Como a confiança entre os atores sociais é parte essencial do trajeto democrático, a elaboração de ferramentas para transparência apresenta mudança essencial do Estado enquanto reflexo e, ao mesmo tempo, instrumento social. Revela ainda a passagem de uma justificativa existencial jurídico-administrativa dos conjuntos arquivísticos a um apelo vinculado aos elementos socioculturais. Esse *turnpoint* fundamenta uma visão ampliada das políticas públicas como expressões democráticas, e não mais "tesouros dos poderosos".

Sendo assim, a memória coletiva se torna instrumento para múltiplos propósitos em vez de mero resíduo das funções estatais acessadas por acadêmicos.

Essas condições indicaram uma nova maneira de selecionar materiais: preenchendo significativas lacunas informativas. Ou seja, a perspectiva estreita da responsabilidade aos moldes institucionais debilitou a compreensão da produção; impulsionada também por tendências culturais. Isso significa que são os esforços recíprocos entre instituições e indivíduos que influenciam a constituição dos acervos.

Dessa maneira, a noção de *accountability* ganha relevo em repúblicas democráticas por estabelecer um sistema legislativo de contenção do poder tirânico. Ante a obsessão por transparência, reformata-se a noção da participação social na reconstrução do diálogo com a sociedade. Essa remodelação incrementa o desejo de controle dos agentes públicos. Para as instituições, esses elementos intensificam a obrigatoriedade de operacionalizar responsabilidades. No caso da sociedade civil, forçam o acesso à informação, garantindo proteção por privacidade.

Essa "nova consciência avaliativa" se ampara no argumento de que suas decisões incidem sobre a naturalidade de formação desses acervos. Efetiva a participação em processos sociais orientados por normas específicas, estabelecendo valores aos registros. Em vista disso, remete-se ao futuro uma imagem que não será o espelho fiel do passado. Pensar a produção das informações arquivísticas nesses termos significa entendê-las como produtos fabricados pela interferência de "vários agentes, movidos por objetivos distintos e portadores de diferentes visões de mundo" (HEYMANN, 2011, p. 36).

O último sentido ressignificador destaca a análise do objeto de estudo. Na esteira da teoria clássica, reconhecia-se um típico documento arquivístico como produzido por estruturas organizacionais hierarquizadas. O peso da noção jenkinsoniana o reiterou como evidência imparcial das transações negociais burocratizadas. Gilliland (2007) reforça que esse entendimento familiarizou as experiências profissionais a projetos específicos de gestão documental. Suas críticas afirmam que nem mesmo os programas educacionais das universidades os preparam para lidar com práticas culturais de outras tradições. Menos

ainda os educadores do campo, que dispensam pouca atenção à tentativa de compreender metodologias diversificadoras[15].

Entretanto, os novos movimentos sustentam que essa insistência na centralidade do valor evidencial minimizou a relevância dos valores informativo, cultural e humano (HENRY, 1998). Consequentemente, as perguntas que transladam tais incômodos seriam: (1) quem tem o poder de produzir um documento arquivístico? (2) em que momento exato acontece sua gênese? e (3) quais as implicações de seus limites conceituais?

1.3.1 Das Insurgências Teóricas

As insurgências arquivísticas apresentadas nesta tese são definidas enquanto empreendimentos teoricamente consolidados em sua busca pela diversidade representativa. Seu comportamento revela a emergência negociativa com as matrizes estruturante e desestrurante do campo de pesquisa. A condição peculiar desse jogo hesitante de aceitação e negação dos elementos basilares potencializa o surgimento de iniciativas práticas pluralistas.

Nesse sentido, a linha constitutiva dessa busca desenvolveu a anomia das seguintes propostas: na década de 1970, o Plano de Documentação (Alemanha) e o *Total Archives* (Canadá); nos anos 1980-1990, os conceitos de *Documentation Strategy* (Estados Unidos) e Macroavaliação (Canadá); mais recentemente, nos anos 2000, a noção “arrojada” dos Arquivos Comunitários.

Na esteira desses pensamentos, o alemão Hans Booms (1987; 2001-2002; 2003-2004) defendeu o Plano de Documentação tendo em vista a responsabilidade de documentar a sociedade. Tal postura fora amplamente criticada por sua compatriota Menne-Haritz (2005), que reiterou a instrumentalização política da proposta. Esse debate pareceu encontrar reverberações no Canadá com o surgimento do *Total Archives*. Com foco regional, o conceito visava a capilaridade do sistema para documentar a amplitude de

---

[15] O percurso desta tese não se dára sem a angústia atravessada por certo desassossego. O desafio de se pensar o pluralismo arquivístico é duplo. Por um lado, permite ultrapassar uma noção restritiva, promovendo o reencontro com visões marginalizadas, por outro, carece de se importar com a diversificação profissional. Esta última preocupação é admitida por Lau e Gilliland (2011) ao expressarem o baixo nível de consciência entre os especialistas sobre as estruturas teóricas que afetaram dadas subjetividades.

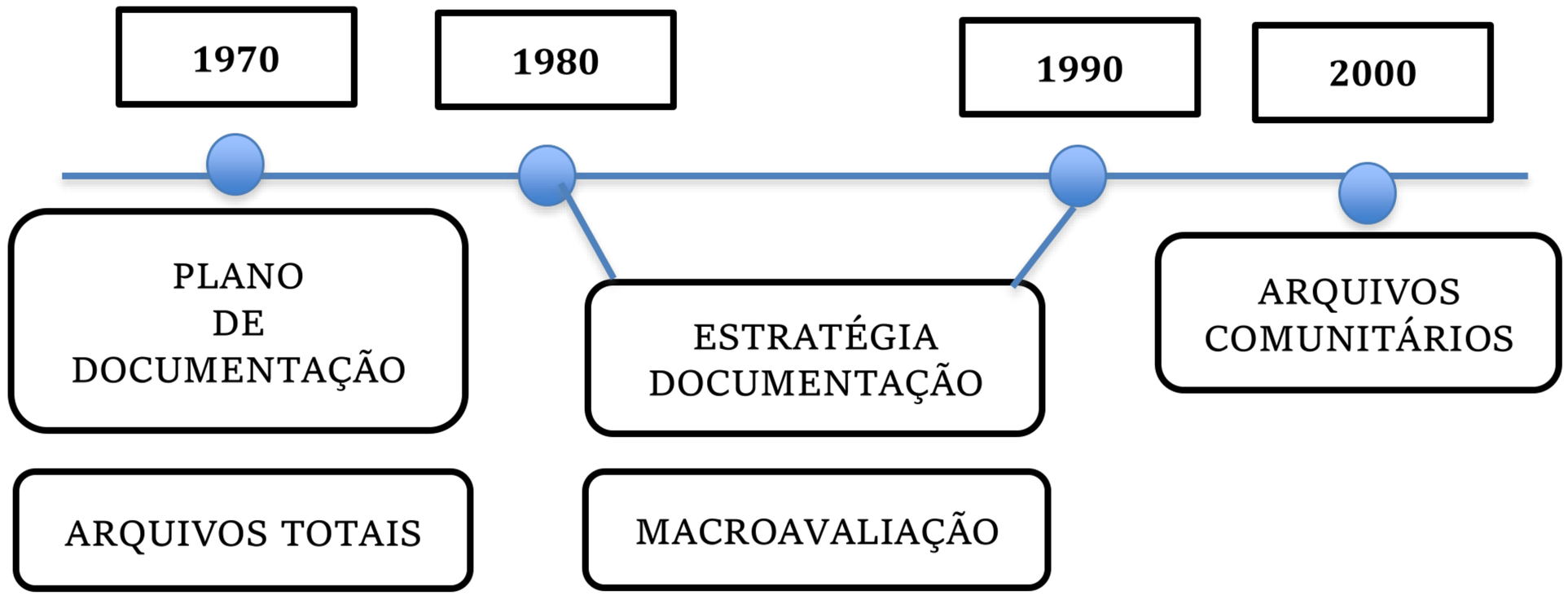
segmentos, adquirindo tanto registros administrativos oficiais quanto pessoais e/ou corporativos privados.

Na década subsequente, Helen Samuels, Larry Hackman e Patrícia Aronnson elaboraram uma metodologia nomeada *Estratégia de Documentação*. Nela, buscavam-se informações da área geográfica específica (tema, processo ou evento) com recolhimentos compartilhados entre as instituições e os cidadãos. Como contraponto às heranças populares, suas raízes remontaram esforços para lidar com a memória das minorias e dos movimentos sociais.

Em princípios dos anos 1990, Terry Cook desenhou valores da sociedade democrática, instituindo a Macroavaliação como eixo de análise da relação Estado-cidadão. Nessa abordagem, a proveniência se apresenta como centro do contexto social de gênese, refletindo a interação das funções institucionais com valores sociais. Nesse sentido, analisa programas e atividades a fim de coletar séries documentais.

Por último, a busca por arquivos comunitários desvendou os instrumentos de poder pelo conjunto de regras que potencializam significados. Para reforçar identidades coletivas, preocupam-se em contrabalancear narrativas com o imperativo moral de retificar as injustiças sociais e documentar grupos sub-representados.

Figura 2- A intermitência das insurgências



Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

O *ethos* pulverizado destas iniciativas mitiga determinados entraves teóricos. Como mecanismos para efetivar uma maneira equânime de distribuição representativa, encorajam investigações sociopolíticas. Ademais, desmontam a forma manifesta de homogeneização dos saberes. Conforme assevera o português Santos (2009), o subsídio da marginalização daqueles que marcham pelos "subúrbios da história" é a promoção de vínculos desiguais. Em consequência disso, torna-se essencial o alcance de um lugar de conforto, que transmita a esperança em uma universalidade não excludente (ROSENZWEIG, 1997). Ou ainda como demonstra a bela imagem de Dussel (2016): uma espécie de "pluriverso" onde as culturas dialoguem e recriem sua distinção, vertendo-se num espaço dialógico de perspectivas.

Sendo assim, a análise desta tese refletirá preocupações diversificadoras, cujas opressões teóricas são consideradas inexpressivas pela ordem legalista. Discutir esse pressuposto hasteia a bandeira por um projeto plural. É preciso interrogar os fundamentos epistemológicos sobre os motivos de desconsideração dos saberes produzidos pelos coletivos subalternizados. Para a indiana Spivak (2011), essa situação é provocada pela desconsideração de certas "humanidades". Tal postura ainda se integra ao reconhecimento das diferenças. Em sua perspectiva, o problema aparece quando elas significam desigualdades, inviabilizando distintas formas de existir no mundo.

Dessa maneira, o próximo capítulo é uma espécie de "abre-alas", atento ao debate sobre a autonomia epistemológica. Entre 1980 e 1990 é possível constatar o empenho por um estatuto científico a partir das alegações do *Manual Holandês*. A investigação desse marco condicionou sua essencialidade aos aspectos administrativos, mobilizando propósitos posteriores, cuja metodologia amparou a proteção de certas particularidades. Assim, abstrair propriedades do objeto de estudo foi a maneira encontrada para justificar a sistematização dos conhecimentos da área. Enquanto nos anos 1990 percebe-se a viabilidade transgressora, cujos aspectos culturais de interpretação do trajeto histórico ganham destaque. Tal entusiasmo para com tais "frestas de transformação" pavimentou teorias eruptivas. Os incômodos dessas investidas sustentam o diálogo científico, tendo como estímulo primordial sua funcionalidade social.

O terceiro capítulo encontra as implicações da ordem racional moderna/colonial eurocêntrica na composição da memória coletiva. Seu questionamento é sobre o programa

da razão crítica que condicionou a interpretação dos “objetos do conhecimento”. Esses aspectos constituem a ideia de verdade do espírito do tempo, responsável por sancionar elementos de insuspeição das concepções de evidência, autenticidade e confiabilidade. Do mesmo modo, encerra o mito do progresso e as controvérsias do fazer científico, assim como o paradoxo da noção circunscrita de sua universalidade.

Os pensadores latino-americanos são chamados a romper esse sonho idílico moderno. Seus pensamentos sustentarão um repensar epistêmico amarrado ao colonialismo político-cognoscente. Naturalmente, pensar as condições do processo de ocidentalização sistematiza a teoria como marca indelével da invisibilidade de certas memórias. Ademais, a partir da centralidade geopolítica eurocêntrica iniciou-se um processo de autonomia disciplinar: (a) fundamentação de fundo documental; (b) constituição dos princípios de respeito aos fundos, à proveniência e à ordem original; (c) neutralidade mediativa passiva e custodial, e; (d) demarcação do objeto de estudo. Estes aspectos foram influenciados pelo modelo centralizador das políticas públicas dos Estados Nacionais, respaldado tanto pela eficiência administrativa quanto pelos ideais de patrimônio e pelas ferramentas metodológicas positivistas das Ciências Humanas.

O sequestro, por parte do espírito iluminista, dos instrumentos de compleição da memória orientou caminhos a um debate democrático. O quarto capítulo compreende justamente a perspectiva da recessão democrática atual pelo desmoronamento do contrato tácito entre atores sociais. Esse quadro debilita as regras de funcionamento da democracia, forçando mecanismos fiscalizadores. Essa linha de raciocínio reconhece os conjuntos arquivísticos em sua inclinação materializadora das maneiras de fenecimento das possibilidades discursivas.

A transformação da intermediação do processo comunicativo perfila uma ressignificação das insurgências pelo questionamento das noções de neutralidade, naturalidade e imparcialidade. Novos caminhos contemplam a performatividade das práticas representativas, compreendendo tais materiais sob os efeitos outorgados pela dimensão do trabalho cotidiano. Esse trajeto demonstra (a) a necessidade de busca por um princípio da proveniência em padrões holísticos e virtuais de conhecimento; (b) o revigoramento das preocupações distributivas e suas possibilidades de avaliar documentos

com vistas à diversificação social, e; (c) o desvanecimento dos limites conceituais do documento arquivístico para estabelecer novos traços evidenciais.

Por fim, o último capítulo exibirá a trajetória intermitente dos movimentos insurgentes. Ao que parece, o apontamento da insuficiência representativa de Gerald Ham sujeitou o campo ao "fantasma da diversidade". Esta última parte perpassa, portanto, os contextos históricos de surgimento, assim como objetivos, métodos e críticas das seguintes mobilizações: Plano de Documentação, Arquivos Totais, Estratégia de Documentação, Macroavaliação e Arquivos Comunitários. Tudo indica que esses debates sobre a privação representativa expressam a consciência de um esforço que parece até o momento inadiável e inatingível.

2 CAMINHOS DA TEORIA ARQUIVÍSTICA

O entendimento epistemológico constitui uma concepção crítica das ciências. Cabe a ele analisar "os princípios, hipóteses e resultados das diversas ciências, destinado a determinar a sua origem lógica, o seu valor e a sua importância objetiva" (LALANDE, 1999, p.313). Este capítulo evidencia estudos epistemológicos das questões concernentes à natureza dos conjuntos arquivísticos, bem como suas relações com futuros caminhos desta tese.

As divergências quanto à sistematização da teoria arquivística se consolidam nas proposições práticas de reconhecimento do princípio da proveniência (*principe du respect des funds* ou *principe de provenance*, 1841) do então famoso "Manual Holandês" (1898). A querela da emancipação do campo é tão evidente que, após noventa anos, Lodolini (1989) publica o texto *"The War of Independence of Archivists"*. Enquanto as ponderações do trio holandês demarcaram uma espécie de "estatuto científico", o italiano partiu da perspectiva psicoemocional, aludindo ao complexo de inferioridade profissional, fundado na sensação de subalternidade em relação à Biblioteconomia.

O debate pela "soberania arquivística" assistiu a contornos irreparáveis. Cruz Domínguez (2017) assevera sua defesa por autonomia em resposta às críticas dos historiadores holandeses aos princípios estabelecidos no *Manual*. Como um "manifesto de insubmissão histórica", o texto aplica a metodologia diplomática defendendo o vínculo desses conjuntos com a administração. Tal particularidade reflete um todo orgânico que não deve ser organizado de acordo com os postulados da História[16].

Essa celeuma apresentou repercussões a partir da década de 1980, principalmente em periódicos científicos anglo-saxões. É possível identificar um intenso debate acerca de uma teoria universal para orientar profissionais. As inquietações de John Roberts quanto à necessidade dessas leis mobilizaram o campo. Ao alegar a ausência da "essência arquivística" para solucionar questões práticas, o norte-americano explorou: **(a)** os equívocos das respostas aos dilemas subjacentes ao gerenciamento do conteúdo dos registros; **(b)** a ilusão do profissionalismo, oferecendo generalizações contraproducentes,

---

[16] Nos anos 1950, a abordagem dos *records managements* e os princípios Shellenberguianos de avaliação acirram ainda mais a tensão entre as duas áreas. Os historiadores apontaram que o princípio da proveniência era insuficiente por se limitar aos interesses específicos do Estado.

e; **(c)** a teoria como componente da autoimagem profissional em sua busca por "glamourização".

Essas trilhas fazem com que John Roberts decomponha a teoria arquivística em duas: ***(i)*** a essencial, provendo princípios que impulsionam o entendimento da coesão dos materiais, e; ***(ii)*** a delirante, introduzindo a complexidade por puro capricho, com ideias subservientes a outras áreas do conhecimento. Esta última seria oriunda da percepção das lacunas com relação aos grupos desfavorecidos. Contudo, na opinião de Roberts, essa constatação seria antes um produto da pesquisa histórica, e não da teoria arquivística. Segundo sua perspectiva, os arquivos as detectam a partir do refinamento das metodologias historiográficas. Esse ponto torna ilusório o aprimoramento de sua abordagem teórica para prevenir vácuos representativos.

Tal conclusão menospreza a metodologia que enreda características elementares. O posicionamento contrário afirma a distorção da natureza desses acervos. Por esse motivo, Eastwood recorre ao entendimento da própria noção de teoria: contemplação de um objeto para examinar propriedades. Por esse ângulo, ela é vista como redenção ao predizer ideias sistematizadas para clarificar os fenômenos propositivos. Enquanto construção mental derivada da observação, a teoria se preocupa com a manutenção da "natureza" do objeto. Seu intuito é promover uma utilização confiável das fontes.

A partir da década de 1990, é possível perceber a teoria como concepção transgressora. Os aspectos culturais ganham relevância pelo ato de interpretação de seu percurso histórico (KIMBALL, 1985). Esse impulso foi primordial à elucidação da função social, que condicionou o pensamento crítico aos benefícios de teorizar, indispensáveis ao avanço das frestas de transformação. Parece cada vez mais presente o aperfeiçoamento dos alicerces teóricos, pavimentando sua imprescindibilidade social.

Mesmo com seu débil prelúdio de autonomia, tanto a prática profissional quanto a teoria disciplinar se deparam com um largo caminho a percorrer. No entanto, as questões colocadas na década de 1980 permanecem pulsantes e indicam os caminhos desta pesquisa. Elas seguem incomodando, conservando o diálogo intelectual, cuja inquietação servirá como ferramenta à plenitude social do campo.

2.1 EM BUSCA DA UNIVERSALIZAÇÃO

Os argumentos encontrados na esteira dessas discussões ecoam como uma arfante resposta às reflexões provocadoras do nova iorquino Burke (1981) em *"The future course of archival theory in the United States"*. Sua ideia é assinalar que a teoria precisa ser vista como "desenvolvimento de leis universais e imutáveis que devem ser aplicadas em todas as ocasiões, independentemente do tempo e do lugar" (BURKE, 1981, p. 40, tradução nossa). Nessa perspectiva, mesmo observando seus limites a determinados tipos de registros, bem como sua derivação europeia, os princípios arquivísticos de respeito à proveniência e *respect des fonds* seriam leis práticas.

A ação de "teorizar a teoria" fez com que Burke anunciasse que a maioria dos escritos arquivísticos estaria fundamentada em princípios práticos vocacionais. Em seu raciocínio, a teoria precisa ser questionada caso ela não seja útil na resolução dos problemas profissionais. O autor clama por algo mais abrangente. Não apenas pelas infindáveis discussões no terreno dos cuidados para com os documentos, e sim por um debate sobre a natureza constitutiva dos registros humanos[17].

No ano subsequente, as inquietações "burkenianas" levam Cappon (1982) a publicar *"What, then, is there to theorize about?"*. O título já é uma pergunta retórica sobre a essencialidade da questão. Quais as implicações da teoria arquivística não ser sobre a própria prática? Desse ponto de vista, a teorização proposta por Burke (1981) compromete a função primordial de "guardião dos registros". Ademais, não seria boa ideia entrar no "reino dos historiadores", reiterando o enfático pensamento de Jenkinson (1922, p. 22, tradução nossa), de que "o arquivista não é e não deveria ser um historiador" devendo guardar a "santidade da evidência" como "devoto mais desinteressado da verdade".

Para Cappon (1982, p.42, tradução nossa), as leis universais afloram "nas condições contemplativas do claustro" do ambiente acadêmico[18]. Essa mesma percepção é endossada

---

[17] A reflexão sobre a essência desses registros o leva a argumentar que os cursos superiores são, em verdade, treinamentos sob o disfarce de educação arquivística, pois os alunos "aprendem o que e como, mas não o porquê" (BURKE, 1981, p. 44-45, tradução nossa).

[18] Cappon (1982) avalia com mais cautela a divisão burkeniana entre princípios práticos vocacionais e leis universais. Para ele, os princípios orientadores menosprezados por Burke são a base profissional devido aos seus resultados teóricos, Mesmo que tais princípios eclodam de maneira empirica, modelando regras ressignificadoras.

dezessete anos depois por Thomassen (1999) para quem a defesa da autonomia acadêmica retira subordinações institucionais. Trata-se de uma perspectiva que posiciona o estudo dos arquivos não apenas como ciência auxiliar, muito menos o subordina às instituições.

No que se refere ao dilema "Burkeniano" entre História e arquivos, Cappon (1982) assevera a existência de uma "verdade arquivística" que se distingue da verdade histórica. Enquanto na última a preocupação é a substância dos textos, na primeira aparecem a origem genuína e a preservação contínua dos registros. Entretano, Cappon não desqualifica a teoria arquivística, apenas apresenta um ponto de vista cauteloso. Sugere uma observação mais conservadora em relação à projetada por Burke: mergulhar na abstração profunda compromete essa "verdade arquivística".

2.1.1 As Polêmicas de John Roberts

Com o objetivo de combater os argumentos críticos a uma teoria universalizante, John Roberts escreve três artigos intrigantes: *"Archival theory: much ado About shelving"* (1987), *"Archival theory: Myth or banality?"* (1990) e *"Practice makes perfect, theory makes theorists"* (1994a). Nesses textos, o autor examina o clamor por teorização. Seus textos chegam à conclusão de que a teoria arquivística definida por Burke é desnecessária. Comparando as funções do profissional de arquivo com as dos jornalistas, assevera que o fator crítico estaria na técnica apreendida na prática cotidiana, e não na substância a ser tratada. Esse paralelo retrata o primeiro trabalho como descomplicado, não justificando uma teoria que "complica o que é simples" (ROBERTS, 1990, p. 110, tradução nossa). Por esse motivo, os porquês burkenianos colocam ao futuro uma perspectiva contraproducente, parecendo "improvável que tais questões renderiam muito para avançar o trabalho nos arquivos" (ROBERTS, 1990, p. 117, tradução nossa).

Os pensamentos polêmicos de Roberts não são inéditos. Em 1987, o norte-americano faz eco às ideias de Cappon (1982) denunciando esse afã por uma teoria universalizante. O então diretor de privacidade da cidade de Ontario sinalizava que a teoria se resumiria em salvar materiais de interesse histórico. Esse seria o objetivo precípuo: resguardar a essência da natureza dos arquivos e se orientar pelo seu valor de pesquisa.

Esses pensamentos revigoram o desinteresse de Roberts por leis gerais. Com sua preocupação restrita às diretrizes diárias, argumenta sua inutilidade pois "os arquivos contêm informações historicamente valiosas ou não" (ROBERTS, 1990, p. 112, tradução nossa). Sua presunçosa conclusão coloca tais profissionais numa condição vulnerável para salvar "o que é historicamente valioso" (ROBERTS, 1987, p. 70, tradução nossa).

Esse artifício aponta que a teoria jamais será estruturada de maneira coerente porque os arquivos não possuem características comuns. Eles representam uma variedade infindável de materiais. Essa particularidade refutaria qualquer consistência teórica, cujas ações profissionais sustentam singularidades. Dessa forma, não há uma "grande imagem nos arquivos", mas infinitas partes capturadas separadamente. Consequentemente, há menos necessidade teórica, uma vez que o trabalho pode ser traduzido de forma empírica. Essa "essência sem essência" faz com que Roberts assegure a preocupação com problemas procedimentais.

Quatro anos depois, Roberts (1994a) aprofunda essas reflexões em um texto devastador: *"Practice makes perfect, theory makes theorists"*. Seu exame é afiado por uma crítica à pretensão de imitação dos métodos acadêmicos sem produzir efeitos valiosos. Dese modo, a teoria elabora a ilusão do profissionalismo para oferecer generalizações contraproducentes[19]. Seus aspectos são úteis em sua forma menos ambiciosa: nas bases do processo de gestão. Assim como são relevantes os procedimentos funcionais e as linhas de ação com diretrizes intervencionistas. O problema é tentar inserir bases científicas nessas atividades.

Ao jogar com a subjetividade, sua análise cobriu efeitos primordiais dos processos de gestão. Para o pesquisador, os *insights* de orientação prática são mais proveitosos que as estéreis noções teóricas. A literatura reflexiva teria melhor desempenho em sua especificidade, e não ao tentar englobar aspectos para além dos procedimentos mecânicos. Essa postura poderia arruinar sua utilidade social, uma vez que tais arcabouços impõem precisão a um campo de extrema imprecisão científica

---

[19] No que se refere à historicidade do pensamento arquivístico, Roberts é taxativo. Afirma que a comunidade estaria se enganando ao crer que refletir a história da administração pública seria uma orientação relevante. Seu posicionamento é o de que trabalhos importantes podem ser observados apenas nas questões práticas, oferecidos como diretrizes opcionais que evitam a presunção por esquemas teóricos universais.

Além disso, Roberts (1984a) apresenta a percepção errônea sobre a definição dos processos enquanto significado do empreendimento arquivístico. O autor joga no sentido inverso: é desnecessária essa compreensão porque ela corresponde a uma questão técnica. Tal pensamento afirma que esse não é o desafio. A verdadeira reflexão "está enraizada na base de conhecimento subjetivo que um arquivista traz" (ROBERTS, 1994a, p. 115, tradução nossa).

Ainda nesse artigo, Roberts realiza esboça uma justificativa psicológica a essa ânsia teórica. Essa "ambição teorizante" seria um comportamento desesperado, causado pela perturbação com sua representação. Nesses termos, a teoria revela um componente da autoimagem profissional, acostumada ao "baixo clero" da hierarquia burocrática. Em outros termos, a aspiração pela abstração forneceria um indicativo por reconhecimento social. Isso significa que esses profissionais debatem questões teóricas não para avançar na compreensão de seu objeto, mas para promover melhoras identitárias. A teoria serviria a objetivos egoístas, mesmo disfarçada de exploração acadêmica[20].

Nesse sentido, o norte-americano aponta a teoria como elemento primordial na definição das agendas. É ela que abastece a expansão profissional em limites demarcados. Por isso, acadêmicos procuram analisar questões que não requerem aprofundamento, desenvolvendo modelos auto-evidentes. Isso ocorre porque a subordinação profissional aos teóricos é velada, o que faz dos cientistas "vencedores" dos rumos das pesquisas.

As críticas apontadas por Roberts sustentam que a teorização arquivística é uma "glamourização". A busca por padrões aparece como esforço por independência e *status* social; uma política para determinar os grupos que governam os caminhos profissionais. O equívoco dessa postura é desconsiderar a validade das expressões culturais nos conceitos arquivísticos. Ela não aponta seu mecanismo de aplicação. Do contrário, os conceitos arquivísticos facilitariam o estudo de outras disciplinas.

---

[20] Para Roberts (1987), esse salto teórico levaria a uma "igualdade" com os historiadores. A ânsia de inserção num campo de estudo mais prestigiado, argumenta Burke (1981), embaralha suas funções. Questões como a natureza dos registros e da "verdade" pertencem ao terreno historiográfico. Nesse ponto, os dois autores parecem concordar: a busca por teorização seria antes uma "necessidade emocional por maior aceitação profissional" (ROBERTS, 1987, p. 67, tradução nossa).

> Ao contemplar a profissão no século XXI, estremeço ao imaginar como é provável que poucos sejam atraídos para uma vida inteira de sistemas e modelos, fluxogramas e métodos. E estremeço também ao imaginar quão pouco a comunidade poderá contribuir quando seus membros forem simplesmente mecânicos bem treinados, imersos nas estruturas teóricas que lhes permitirão aplicar nada mais substancial do que sua intuição informada.
> (ROBERTS, 1994, p. 119, tradução nossa).

2.1.2 A Resposta de Terry Eastwood

Em 1994, Terry Eastwood publica *"What is archival theory and why its important?"*. O texto ilustra que a noção de verdade empreende a contemplação do objeto para compreender sua natureza. Essa ação prediz ideias sistematizadas das proposições fenomenológicas que expliquem suas propriedades. Assim, a teoria não é uma suposição que inicia a contemplação, mas uma construção mental derivada da observação. Caso o método e a prática estejam baseados em teoria, eles podem se tornar laboratórios para seu manejo.

Nesse sentido, a teoria consiste na elaboração dos objetos. Seu método implica em como proceder para observá-los. Já a prática respalda sua aplicação para expandir a análise. Combatendo Roberts, o canadense afirma que toda disciplina aplicada opera em algum conhecimento abstrato. Sendo assim, a questão central não é se essa teoria é ou não contraproducente, mas de que maneira desenvolve sua base de conhecimento. Sob esse ponto, o propósito da teoria arquivística seria elucidar a natureza do material, não sendo exclusividade do campo histórico. Numa visão praticamente "durantiana", o autor reitera que seu primeiro intento é a avaliação da natureza dos registros para proteger propriedades evidenciais. As grandes questões teóricas seriam: quais qualidades precisam ser protegidas e por quais motivos?

Como os documentos arquivísticos são instrumentos para condução dos negócios, para Eastwood (1994), a resposta a esta pergunta remonta princípios jurídicos e administrativos. As transações produzem registros capazes de capturar os fatos, tornando-os confiáveis futuramente. Em resumo, o canadense certifica que o campo se sustenta sobre duas bases: (1) seus documentos atestam fatos e atos, e; (2) sua confiabilidade depende dos

contextos de produção e de preservação. Esses pensamentos remetem às polêmicas de John Roberts. Por acaso, tal profissão estaria subsidiada pela prática, sem nenhuma reflexão sobre suas intervenções? Se cada conjunto arquivístico permanece como evidência das transações negociais, é preciso vê-los como parte integrante das experiências humanas.

Nessa retrospectiva epistemológica, Eastwood (1994) justifica a preocupação excessiva do campo com método e prática. Em sua visão, seus pensadores focaram nas experiências de preservação em instituições dedicadas a esse esforço. Nessa perspectiva, os arquivos eram caracterizados como conjuntos produzidos por organizações ou pessoas no curso de suas atividades. Isso fez com que as reflexões se vinculassem aos modos de tratamento, diluindo características universais para manter qualidades evidenciais.

Nessa perspectiva, as qualidades que precisam ser resguardadas seriam a imparcialidade[21], a autenticidade[22], a naturalidade ou inter-relacionamento e a unicidade[23]. Ainda que orientados pelo uso exclusivo da História, esses cinco conceitos explicitam tratamentos não enviesados. Eles guiam a compreensão da dinâmica acumulativa, imprescindível aos significados evidênciais. Eles também compreendem as relações funcionais-estruturais que protegem tal integridade.

Esses argumentos reivindicam um *status* de autonomia com dimensões teórico-metodológicas. O ponto de partida é a teoria que determina características comuns. Ela define um substrato intelectual à prática. Esses componentes constituem a agenda social da teoria. Ou seja, a funcionalidade de "protetores da evidência" desses vestígios explicita bases das relações sociais. Obviamente, o debate sobre a verdade dos fatos não pode ser evitado. Porém, todos os julgamentos procedem da qualidade das provas, avaliada nas circunstâncias condicionadoras de sua gênese. Por esses raciocínios, Eastwood (1994) sustenta que as controversas de John Roberts prejudicam a "teoria arquivística" por incompreender sua natureza.

---

[21] Enquanto instrumentos que expressam ações, tornam-se imunes a interesses futuros. Suas circunstâncias de criação asseguram que não foram escritos visando a posteridade.

[22] Indica que o objetivo da teoria vai além dos registros ao abranger os contextos procedimentais regulares, atestados legal e administrativamente, tanto em sua geração quanto em sua preservação.

[23] Maneira pela qual se acumulam no curso das transações. A relação intrínseca entre documento e demanda reitera que nenhum documento pode ser memória suficiente da atividade transcorrida. São interdependentes tanto em seu significado quanto em sua capacidade de servir como evidência. O vínculo "atividade funcional-documento", inserido numa estrutura administrativa, apresenta a cada registro um lugar único no conjunto.

2.1.3 A Réplica de John Roberts

Também Roberts (1994b) contrapõe Eastwood. Segundo o norte-americano: sua posição não reconhece a impossibilidade da teoria arquivística, mas a frequência com que "tenta fazer o impossível" (ROBERTS, 1994b, p. 131, tradução nossa). Ao que parece, sua crítica pontua fundamentos sobre os quais Eastwood determina que a teoria não deve se desvincular da objetividade interpretativa. "Praticamente todos os escritos teóricos que critiquei são aqueles que tentam facilitar a objetividade interpretativa ou que tentam envolver o conteúdo com fórmulas gerais" (ROBERTS, 1994b, p. 131, tradução nossa). Ao que parece, ele não está discutindo a alegação de que a teoria identifica propriedades dos conjuntos para protegê-los, mas os equívocos metodológicos conteudistas.

Nesse mesmo texto, Roberts (1994b) acredita que os profissionais não resguardam documentação representativas das questões sociais. Não por sua incapacidade intelectual, mas pela ineficiência das ferramentas conceituais para selecionar materiais.

> O professor Eastwood e eu concordamos na maioria das questões. Nós concordamos sobre a existência da teoria arquivística; concordamos que alguma teoria arquivística é falha; concordamos que alguma teoria é válida; e concordamos sobre o que constitui uma teoria arquivística falida e válida. Com exceção do desacordo sobre a importância da teoria válida para a missão arquivística geral, nossas diferenças parecem ser tão insignificantes quanto a própria teoria arquivística. (ROBERTS, 1994b, p. 133, tradução nossa)

Recentemente, em resposta às brasileiras Franco, Thiesen e Rodrigues (2017), John Roberts se exime das "acusações" sobre a suposta prescindibilidade teórica universalizante. Esse movimento é caracterizado pelas autoras como *"as duas teorias de John Roberts"*. A primeira estabelece a proveniência e a organização hierárquica, bem como os valores schellenberguianos. Envolve ainda a literatura do "como fazer". As autoras revelam o entendimento desses princípios no quadro crítico da formação profissional. Essa parece ser a teoria primordial ao sucesso da gestão documental. A ausência desses elementos unificadores invalida o trabalho arquivístico, fragmentando o sentido da pesquisa histórica.

O foco central é a transformação desse primeiro tipo de teoria. Incrementada pelo surgimento das tecnologias digitais, ela alçou desafios à aplicação desses princípios em formatos eletrônicos. Mas esse seria mais um dilema prático e não teórico. Para Roberts,

não há muito mais a ser dito: o pensamento tradicional é suficiente, embora tentativas de readaptá-lo sejam demandantes.

É nesse ponto que aparece a "teoria tola". Sob o delírio de tentar sistematizar os princípios da primeira teoria, com ideias subservientes à historiografia, à teoria literária e à administração. A incorporação desses conceitos produz a ilusão de novos pontos de arranque na teoria tradicional[24]. Nessa perspectiva, os conceitos continuam os mesmos, embora sua aplicação tenha se tornado desnecessariamente complexa[25].

Sendo assim, a distinção entre a História e os arquivos torna irrelevante inserir as abstrações historiográficas. Ainda parece quimérico o refinamento da abordagem teórica enquanto prevenção das lacunas informativas. Na argumentação de John Roberts, elas foram detectadas pelo refinamento dessas metodologias, por isso "não há nada de teórico nisso. É simplesmente o caso de arquivistas aplicarem essas percepções de uma maneira prática em seus esforços de futuras avaliações" (FRANCO; THIESEN; RODRIGURES, 2017, p.53).

2.2 EM BUSCA DA TRANGRESSÃO

Com postura distinta das apresentadas, Kimball (1985) reitera aspectos culturais concernentes à constituição dos arcabouços arquivísticos. Seu texto examina o desenvolvimento dos princípios no bojo da história europeia. Nesse sentido, as ideias de Burke "não pertencem à teoria arquivística, mas sim a questões culturais derivadas da avaliação, ou seja, um ato de interpretação histórica" (KIMBALL, 1985, p. 24, tradução

---

[24] O autor cita como exemplo o sistema de pontuação português para instituir valores avaliativos com objetividade estatística. O processo continua dependendo da interpretação subjetiva. Roberts também cita a utilização de teorias weberianas como acomodação dos arquivistas em posições de maior autoridade. Da mesma maneira, o desconstrutivismo e o pós-modernismo seriam "tão válidos quanto uma teoria literária, e tão na moda (embora completamente fraudulento e mesmo de orientação fascista) como foi um dia a metodologia historiográfica" (FRANCO; THIESEN; RODRIGURES, 2017, p.54).

[25] Segundo Roberts, o lema "mais processo e menos produto", tão caro aos pós-modernistas, deveria ser substituído por um sistema de hierarquias "tão complexo quanto o necessário, mas tão simples quanto o possível" (FRANCO; THIESEN; RODRIGUES, 2017, p. 52). Sua perspectiva é de que o primeiro lema introduziu a complexidade por capricho, sem oferecer avanços conceituais. O autor reitera os esforços de seu compratiota F. Gerald Ham em ampliar as conexões com grupos sub-documentados. Até certo ponto, isso justifica novas políticas de aquisição da *Escola dos Annales* e da *nova esquerda historiográfica* dos anos 1960. Contudo, o autor afirma que a percepção dessas lacunas memoriais é oriunda da pesquisa histórica.

nossa). É preciso ter o cuidado de não se perder em "vãs filosofias", sob o risco de esquecer sua responsabilidade primordial: cuidar dos registros arquivísticos.

Para além da visão cerceada pela elucidação da natureza do objeto, percebe-se a direção renovativa do campo. A título de exemplo, em 1991, Stielow "libera" os profissionais a "voos teorizantes". Para isso, apresenta-os como intermediários comunicadores do "processo de informação arquivística e no *continuum* entre fontes e usuários" (STIELOW, 1991, p. 26, tradução nossa). Esse foco os libertaria das restrições de "historiadores aplicados" ou "guardiões de registros".

Essa visão retoma uma perspectiva alinhada às Ciências Sociais. As teorias indicam maneiras de alteração das realidades. Tendo em vista que os repositórios não estão alheios à transformação temporal, elas se tornam ferramentas para desenvolver novos princípios. Seriam elas instrumentos indispensáveis para mudanças imprescindíveis. Sua formulação reforça que "os seres humanos, que criaram a instituição e suas práticas, têm o poder de alterar as direções" (STIELOW, 1991, p. 23, tradução nossa). Isso significa que nunca desviaremos nossos rumos sem questionar os passos seguintes. Isso é o que pode ser compreendido por teoria: uma maneira de vislumbrar possibilidades para avaliar o caminho que está sendo construído. Graham (1997) confirma que a ação de teorizar não pode ser observada como privilégio. Seria ela, antes de qualquer coisa, substancial, uma vez que suas informações são partes constituintes da sociedade. Essa permeabilidade preconiza a exploração política e cultural.

Enquanto Burke (1982) e Roberts (1987; 1990; 1994a; 1994b) consolidam a perspectiva estritamente histórica, Graham (1997) pondera razões dessa "validade existencial". Para ele, os argumentos de Roberts levam em consideração uma interpretação muito pessoal. O que devemos nos questionar é como a teoria arquivística se torna necessária. A partir daí, mobilizar esforços para compreender até que ponto ela deve ser empregada. São esses questionamentos que mobilizam métodos, e não a exaltação da prática pela prática. Com outras palavras, as regras dizem como guiar ações; a teoria pergunta os porquês para se libertar de suas restrições operativas.

Nessa perspectiva, Schaeffer (1992) destaca a relevância dos arquivos à "sociedade como um todo". O profissional da informação assume o papel de "servente social" protegendo "os diretos da comunidade mundial e da capacidade de entender e avaliar o

funcionamento das instituições e sua própria evolução em um contexto histórico abrangente" (SCHAEFFER, 1992, p. 615, tradução nossa). Seria necessário, portanto, examinar suas implicações para compreender a função da teoria na formulação de novos princípios. Colaborar com esse papel significa aceitar uma nova base conceitual[26].

Por outro lado, ao se ancorar no campo minado da memória coletiva, Foote (1990) examina os arquivos como resíduos das organizações sociais. Isso torna praticamente impossível isolar seu papel das futuras gerações. Para manter seu destaque na formatação da memória coletiva, torna-se extremamente necessário determinar onde se encontram. Caso isso não ocorra, o esquecimento negligenciará certos eventos. Esse é o dilema que os profissionais precisam enfrentar para lidar com o conflito das tensões.

Os caminhos apontam que a teoria não pode apresentar respostas simplistas. Muito menos ser vista como ameaça. É preciso torná-la essencial para clarificar a existência dos conjuntos arquivísticos. Não por acaso, os artigos de Schaeffer (1992) e Foote (1990) respondem ao pedido Burkeniano de introspecção. Os dois pesquisadores elucidam uma abertura ao pensamento crítico, reiterando o caminho desta tese: teorizar é indispensáveis por expandir possibilidades de transformação. Somente o aperfeiçoamento desse alicerce teórico prepara caminho a esses conjuntos enquanto elementos sociais. Como tal, devem permanecer presentes em um diálogo intelectual, servindo para manter a integridade da memória coletiva. É isso que a passagem pelas matrizes estruturante e desestruturante provocará.

---

[26] Schaeffer (1992) relembra que a teoria explora o que são os registros, quais devem ser guardados e como devem ser organizados. Esse "gerenciamento" considera as instituições apenas como "criadoras", nunca como organizações sociais. Em verdade, o autor propõe um passo adiante: exprimir novos conhecimentos sobre sua função social. Essa perspectiva será explorada no capítulo quatro desta tese.

3 A MATRIZ ESTRUTURANTE

Da eficiência técnica das Grandes Navegações aos movimentos de unificação nacional, apresentam-se estágios premonitórios das catástrofes vindouras. Período que efetiva objetivos úteis à imposição de um modelo desenvolvimentista. Nele, a autonomia das metrópoles passa a depender de uma "ordem racional". O cenário moderno/colonial retrata a inserção do futurismo ao niilismo, juntamente com elementos revolucionários mediados por significados conservadores. Um quadro de celebração da era tecnológica, somado à condenação de suas consequências morais. Um misto do entusiasmo pela superação de antigos regimes com o desespero por futuros desconhecidos.

O século XX e suas ameaças de extermínio nuclear aniquilaram a possibilidade de otimismo[27]. Não é exagero afirmar que a modernidade/colonialidade ansiava solucionar dilemas da desestabilização político-econômica do pós-guerra. Esse desejo introduziu a industrialização das empresas para dirimir problemas advindos da densidade populacional das metrópoles. Por isso, Touraine (1994, p.18) a coloca como substância do pensamento ocidental que consolida a ideia mais ampla de sociedade na qual a razão "não comanda apenas a atividade científica e técnica, mas o governo dos homens tanto quanto a administração das coisas".

Além da exploração de técnicas velozes de transporte e comunicação, o período recorre a alegorias salvacionistas. Abraça uma mitologia capaz de pensar o futuro. Como um esforço messiânico de enfrentar acontecimentos históricos mediante uma verdade que se pretendia eterna. Por isso, foi preciso recorrer à esperança para atenuar as contradições desse momento histórico.

O programa moderno visava a auto-emancipação humanitária. Portanto, explorava a natureza sobre três pilares: **(a)** a confiança excessiva na razão humana, **(b)** a fé ilimitada no progresso e **(c)** a crença na história como grande relato de emancipação individual. A convergência destes elementos consolidou uma narrativa linear desvinculada das realidades particulares. O "Homem-Deus" onipotente desafiava a natureza sagrada. Só se

---

[27] A partir da década 1960, a representação das verdades universalizantes reverbera no questionamento das pretenções hegemônicas. Tal fato proporciona movimentos contra-culturais, em oposição tanto aos fundamentos científicos quanto ao caráter opressivo da racionalidade técnico-burocrática. Eles se contrapõem às formas de institucionalização das corporações.

conhecia o que era determinado pelo laboratório científico de fabricação dos eventos, nomeado por muitos de “o grande sonho do século”: uma humanidade harmonizada com a ordem universal.

Segundo Rouanet (1993), essa emancipação consubstancia disposições do racionalismo, do individualismo e do universalismo. O primeiro implicou no desencanto para com os valores herdados da tradição religiosa. Seria a razão fundante da nova ordem, convidando a ciência a instrumentalizar os “destinos da natureza”. Enquanto o segundo rompia com cosmovisões comunitárias, desassociando o homem das tramas coletivas. Para dissolver particularismos, o universalismo respondia a um projeto civilizatório que removia causas conflitantes.

Tal complexo de sensações torna praticamente impossível interpretar com exatidão a modernidade/colonialidade. Porém, a urbanidade foi ferramenta constituinte de sua dinâmica cultural. Segundo Harvey (1998, p. 49, tradução nossa), ela tornava vigente a ideia de que as fábricas garantiam “uma concepção suficiente para definir qualidades eternas da vida”. Por operar uma implacável consciência espaço-temporal, as cidades cederam à hegemonia do cálculo racional na tentativa de representar o mundo. Harvey (1998, p.53) sustenta que a verdadeira receita do modernismo se encontra na “celebração subterrânea do poder que as racionalidades burocrática e corporativa cultuaram através da eficiência da máquina”.

A transformação dessa tonalidade discursiva foi sustentada por um certo desespero, assinalado pela desordem do final do século XIX. Num momento de assombrosa inquietude cultural, a subjetividade se percebia incapaz de enfrentar a crise que assolava o território europeu. Dessa maneira, o modernismo que eclodiu no Pós-Primeira Gerra foi uma reação às maneiras de organização da vida urbanizada. Também representou uma forma de “confraternizar” a autonomia das metrópoles, bem como resposta possível à mecanização industrial e à circulação de novos sistemas de transportes e comunicações.

Todavia, o “ovo da serpente” foi capaz de produzir seus paradoxos. A frustração pós-guerra impossibilitou a representação do mundo mediante uma concepção única. Assumia-se a compreensão histórica pela exploração de múltiplas perspectivas. Diante disso, o enfraquecimento das crenças universalizantes e a aparição do perspectivismo estetizam a ação social. Conforme afirma Harvey (1998, p.40, tradução nossa), fez-se

presente “o relativismo como a epistemologia que faria conhecer o que se considerava a verdadeira natureza de uma realidade essencialmente unificada e complexa”.

Essas circunstâncias corresponderam a estetização política na produção de mitos aniquiladores. Harvey (1998) suspeita que a tentativa de encontrar um elemento de convergência à tragédia do pós-guerra teve fim com a estabilidade do sistema de poder internacional. Nesse caminho, o impulso comercial da política internacional legitimou a imposição de um “progressismo” ao “atraso terceiro mundista”, segundo linhas fordistas-keynesianas.

Desse modo, o mito unificador expandiu a linearidade insubstituível. Segundo os teóricos latino-americanos, essa homogeneização espaço-temporal ainda se encontra em andamento. Em tais circunstâncias, demonstra-se como a noção eurocêntrica elaborou a falácia da libertação das culturas classificadas como “atrasadas”. Percebe-se ainda como esse movimento impactou na constituição dos arcabouços teóricos que consolidaram a Arquivística.

Partindo desses pensamentos, este capítulo pode ser subdividido em três momentos: (1) a apresentação dos elementos que constituem o entrelaçamento da racionalidade moderna com a Arquivística; (2) a avaliação da matriz moderna/colonial eurocêntrica; (3) o entendimento de como o mito da Nação e a centralização dos arquivos se desdobraram na sistematização disciplinar.

O primeiro ponto relaciona os padrões de confiabilidade do documento arquivístico aos princípios da racionalidade moderna. O segundo apresenta o mito do progresso incessante, as contradições do compromisso social da ciência e a universalidade excludente dessa modernidade/colonialidade. Esse recorte dialoga com teóricos latino-americanos, relembrando que o processo de ocidentalização não se fez de maneira abstrata. Discute ainda que fatores elaboram a narrativa heroica da modernidade eurocentrada, repensando seus domínios sob as relações coloniais.

O terceiro trajeto repensa fundamentos teóricos arquivísticos no contexto colonial da centralidade geopolítica eurocêntrica. Esse caminho revela que, a partir do século XVI, a constituição dos Estados Nacionais inseriu a Arquivística na *episteme* moderna. Isso significou um processo de normalização sistemática de arcabouços teóricos que contribuíssem à autonomia disciplinar (FONSECA, 2005; SILVA e RIBEIRO, 2011;

BAUTIER, 1968). Surgem daí quatro consequências: a fundamentação da noção arquivística de fundo, a adoção de teorias com embasamento prático (respeito aos fundos, à proveniência e à ordem original), o acolhimento do documento arquivístico enquanto objeto de estudo e um modelo centralizador das políticas públicas. Esses desdobramentos surgem como resposta (1) ao novo estatuto dos Estados Culturais; (2) ao conceito romântico de patrimônio nacional; (3) à metodologia de pesquisa histórica positivista (LODOLINI,1993; SILVA e RIBEIRO, 2011).

Os eventos cruciais para entender esse movimento centralizador são a Revolução Francesa e o período pós-Segunda Grande Guerra. A primeira revela sua pretensão universalista-burguesa-colonialista, promulgada sob os auspícios dos Direitos Universais. Diante disso, o imperativo de eficiência advém do propósito de racionalizar negócios em plena expansão, unindo-se, contraditoriamente, à valorização dos Arquivos Públicos enquanto bem cultural.

Segundo Silva e Ribeiro (2011), esse cenário teve as seguintes consequências: ***(a)*** estímulo aos serviços de acesso à informação; ***(b)*** criação de arquivos históricos; ***(c)*** um organismo estatal coordenador da política nacional de arquivos, e; ***(d)*** a eclosão do paradigma histórico-tecnicista. Somam-se a esses elementos ***(e)*** o caráter ideológico de determinação dos sujeitos do conceito de cidadania (GUIBERNAU, 1997); ***(f)*** a valorização excessiva do padrão cultural iluminista (SANTOS, 1988); ***(g)*** a "batalha" pela sobrevivência de visões de mundo às futuras gerações (PANITCH, 1996); ***(h)*** a expressão do caráter conservador dos arquivos, distanciando-os da pluralidade democrática dos Estados Nacionais (JARDIM, 1996).

Ao transferirem seu vínculo à noção de patrimônio, os acervos arquivísticos relegaram sua função administrativa. Assim, os conjuntos documentais de orientação historicista condizem com informações administrativas. Justamente nesse contexto são criadas "ferramentas" indispensáveis a uma política intercontinental de tratamento desses conjuntos: (i) a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), e; (ii) o Conselho Internacional de Arquivos (CIA).

Este capítulo focaliza como as condições modernas/coloniais dificultaram a legitimidade de certas memórias. Indica o rompimento dessa "falácia reducionista" ao sinalizar a realidade arquivística. Tal cenário adverte o reconhecimento das experiências

plurais na recuperação da memória coletiva. Esquecidas pelo poder de exclusão dos referenciais teóricos modernizantes, elas retomam a rota da memória social enquanto regime de representação.

3.1 A ARQUIVÍSTICA E A RACIONALIDADE MODERNA/COLONIAL

A história social dos arquivos relaciona os impulsos formativos da modernidade à promoção da escrita num contexto urbanizado. Nos centros metropolitanos, essas disposições dialogam com a alfabetização e a comunicação. As novas circunstâncias alertavam o impacto dos produtos comunicacionais em estratos sociais ainda incapazes de absorvê-los. De modo particular, buscava-se entender a transição de uma sociedade predominantemente oral a um ambiente parcialmente alfabetizado.

Um ponto de partida nessa análise é o estudo de Clanchy (2013). O pesquisador britânico abordou a transição na formação da memória coletiva. Seu estudo ressaltou o texto manuscrito subordinado à palavra falada na Europa dos séculos XVI e XVII. A oralidade ainda era o principal motor de circulação das informações. Até o momento em que as mudanças educacionais e a mecanização alteraram tal cenário. Ademais, os negócios territoriais intensificaram as transações por terras produtivas.

Nesse contexto de eclosão comercial, tendo como pano de fundo uma economia contratual, predominavam os litígios civis. Esse horizonte proliferou a fabricação de documentais em escala industrial. A "revolução da impressão", para utilizar uma expressão cara a Eisentein (1979; 1996), transformou tanto a produção quanto a manutenção dos registros, inserindo o mercado nas trocas comerciais[28]. Por conseguinte, volumosos arquivos fundamentariam estudos sobre a difusão da escrita nas sociedades europeias. Sua "promessa de durabilidade" evitaria o esquecimento dos famosos homens públicos[29]. Esse movimento incrementa atividades burocráticas que demarcam o interesse pela cultura

---

[28] A impressão também foi responsável pela nova cultura de transmissão informativa. Sua grande expressão foi o surgimento de periódicos estrangeiros. Walsham (2016) afirma que essa conjuntura fez surgir funcionários amadores (escribas, notarios e amanuenses). Com o interesse de promover futuros ganhos comerciais, formavam-se corporações cada vez mais fechadas.

[29] De maneira provocativa, Yale (2009; 2016) argumenta que os primeiros naturalistas modernos "inventaram" arquivos para preservar suas conversas.

documental[30].

Além desses fatores, a Modernidade/Colonialidade compreende o rompimento com os preceitos escolástico e teológico do Império Romano da Igreja Católica. Isso faz com que tome corpo o escrutínio da razão como maneira matricial de elaboração dos conhecimentos. A liberdade e a necessidade questionam os limites do conhecer. A primeira se aventura a compreender a relação entre o que é dado na experiência e o que se pode produzir a partir dela. A segunda assume o esforço de compreensão dos princípios que regulam a construção dos conceitos. Ambas colocam em xeque a natureza humana como afirmação da permanência dos fenômenos.

A alteração inexorável da razão humana fez com que o recurso à causalidade operasse o tempo da modernidade/colonialidade. Como resultado do amadurecimento da faculdade de julgar, o rigor científico-metodológico transmutava a maneira de decantação da consciência moral. A relação com "o outro" revelou também a ânsia pelo sentido do que se é possível erigir a partir de pressupostos evidentes, advindos do contato com as "coisas" dessacralizadas.

Essa relação de causalidade teve reflexo sobre a Arquivística. Ao partir do entendimento da razão como fonte do progresso, os arquivos se ancoraram sobre o valor de verdade dos registros. Nesse sentido, a evidência se consolida como o *lócus* privilegiado do conhecimento sistemático. A estrutura desse rigor parte do pressuposto de que as evidências factuais permitem conclusões semelhantes a diferentes observadores. Sendo assim, o critério de verdade da proposição era estabelecido por vestigios operados numa estrutura de inferências e generalizações[31].

Além disso, a crença na possibilidade de separação entre observador e evento retrata o modelo cartesiano da mente. Ela assume que as operações do entendimento não se equivocam, a menos que sejam perturbadas por fatores estranhos. Assim, a mente humana é confiável ao impedir a intromissão de elementos que comprometam a apreciação

---

[30] Knight (2013) salientou que os modos de arranjo impuseram significados aos conjuntos. Para Swann (2001, p. 81, tradução nossa), esses fundos documentais estão imersos numa ideologia que os "submete a modos específicos de subjetividade". Da mesma maneira, Burns (2005; 2010) pesquisou a corrupção nos criadores de documentos da região colonial de Cuzco (Peru). Seu interesse advém da noção de que eles certificavam a "verdade colonizadora". Isso ocorria em diálogo com uma série de protocolos convencionais das relações de poder.

[31] Essa ideia partia da presunção sistemática unificadora com o mundo pela conformação da linguagem.

da “realidade”. Essa espécie de “segurança interna” instigou o entendimento das condições em que são dados os objetos. Daí a transposição do “desejo arquivístico” em estabelecer padrões estáveis que garantam confiabilidade aos registros.

Dado que a suposição moderna era a de que os documentos poderiam refletir fielmente os eventos, sua confiabilidade se atrelava ao produtor da informação. Já sua autenticidade provinha da alegação do detentor em preservar intacta a memória do fato ao longo de seu processo de transmissão. Ou seja, um registro confiável deveria refletir um acontecimento com precisão. O que importava era impedir seu desvirtuamente. Em outras palavras, o gerador informativo testemunhava um fato e o transcrevia, sem contaminá-lo naquilo que Raffel (1979, p. 23, tradução nossa) nomeava de “discurso do mundo”.

Como se pode perceber, o compromisso com o ideal filosófico de verdade se manifesta na proteção das evidências confiáveis. Esse fundamento epistemológico surgiu durante o século XVII, quando o conhecimento se dirigiu à investigação empírica para estabelecer questões de fato. Ele está presente no consentimento de que qualquer suposição se baseia unicamente na força de seus indícios. Em outros termos, a solidez da conexão entre a proposição a ser provada e o material oferecido como prova aferia uma “escala de confiabilidade”. Essa orientação associou a observação à verdade, definida enquanto grau aceitável de certeza.

Também os atributos subjacentes à confiabilidade e à autenticidade se inserem na funcionalidade da visão moderna dos registros enquanto evidência. Segundo Macneil (1994, p. 40, tradução nossa) tal palavra latina significa “aquilo que é manifesto ou à vista de todos”. Retoma-se a ideia de invisibilidade. No caso, um evento já transcorrido. Partner (1986, p. 94, tradução nossa) aponta que essa é “uma metáfora baseada na percepção visual”. Dessa maneira, os princípios observacionais que fundamentam a crença nos documentos como evidências inserem a interconexão com testemunhas comunicáveis.

Nessa perspectiva, Macneil (1994) preconiza que a preocupação com padrões que garantam a autenticidade dos registros eletrônicos é advinda do século XVII. Ela enfatiza um “retorno ao essencial, a busca por pontos centrais, a fixação de pontos de referência, a certificação da verdade, a primazia do singular e definitivo sobre o múltiplo e indeterminado” (MACNEIL, 1994, p.42, tradução nossa). Esse desejo por “origens

incorruptíveis" fez com que Mullin (1996) a avaliasse como pureza valorizadora da estabilidade.

Dessa maneira, as noções de documento como evidência e desta como inferência são desdobramentos da tradição racionalista. No século XIX, ela é preponderante à crítica histórica positivista. Nela, as transações comerciais refletem as regras de gênese dos registros. Seus aspectos tomam a evidência pela perspectiva legalista. A busca pela "melhor evidência" consubstanciava técnicas analíticas das fontes, reconhecendo seus princípios geradores.

Todas essas ponderações recorrem ao fato de que a sistematização da Arquivística conformou padrões legais e históricos em seus preceitos metodológicos. Esses parâmetros sustentaram suposições sobre a confiabilidade dos ambientes burocráticos. No século XVII, as regras críticas da autenticidade do tratado diplomático de Mabillon formam o exemplo mais perceptível dessa relação. Para Head (2013), esse debate foi produzido pelo litígio entre provas jurídicas. Dessa maneira, a institucionalização Diplomática serviria ao salto inferencial dos elementos do documento ao momento de sua gênese; dos elementos perceptíveis aos fatos imperceptíveis. Essa passagem alimentou a realidade mediante as inferências dos traços evidenciais[32].

A verificação dessa insuspeição ocorre sob duas perspectivas. Raffel (1979) coloca a primeira na avaliação indireta, cuja aferição impõe controles processuais ao momento de gênese. A segunda os concebe como o próprio evento. Avaliada em termos de completude dos padrões burocráticos, a confiabilidade é exercida pela presença de elementos efetivos da normalidade burocrática. Isso faz com que o "valor de verdade" seja medido pelos mecanismos de controle exercidos sobre a produção e a manutenção desses ativos. Numa regra simples: quanto mais severas as restrições, maior "valor de verdade"[33].

---

[32] Da mesma maneira, os princípios sustentadores da confiabilidade dos documentos estão firmemente ancorados sobre as burocracias. Essa "racionalidade" é expressão do projeto modernizante de manter conjuntos documentais sob uma estrutura de controle. Para se obter eficiência nas decisões, recorria-se ao conhecimento técnico das regulações dos processos organizacionais.

[33] Parkinson (1993, p. 92, tradução nossa) vai adiante ao asseverar que essa suspeição tem como princípio subjacente o conceito de *accountability*. Em sua avaliação, a responsabilização das ações institucionais aperfeiçoa condutas administrativas garantindo que "tudo estivesse feito de acordo com as regras e na sequência adequada, para que os administradores pudessem prestar contas a qualquer momento, precisamente de tudo o que foi feito".

Pode-se perceber um caminho aberto às políticas de exclusão que definiram esses conjuntos. Não à toa, Craig Robertson (2004) os insere no aparelho da verdade que aprimora "tecnologias de verificação" do controle dos Passaportes. Ao tratá-los a partir de um conjunto de regras discursivas, eles passam a ser arsenais institucionais do imaginário social. Para além disso, esses documentos reproduziam o uso informativo pelo poder estatal. Revelavam a configuração de certas convenções para designar o que constituía a evidência de um "enredo confiável"[34].

3.2 A DESNATURALIZAÇÃO DA MODERNIDADE EUROCÊNTRICA

A modernidade/colonialidade apresentou práticas institucionais do comércio expandido pelo contato com povos ultramarinos. Com a intensificação das atividades comerciais, as empresas se expandiram formando centros comerciais interconectados. É possível identificar a transformação gradual do sistema feudal, com predominância agrária das pequenas unidades, para um sistema capitalista de comercialização. Para Thompson (1998), as características elementares desse "novo sistema" se tornam explícitas pela acumulação do capital. Tal fato propiciou o aumento das mercadorias produzidas pelo trabalho assalariado, permitindo que os lucros fossem reinvestidos na cadeia produtiva.

Não é preciso esforço para demonstrar que o progresso emoldurado pela técnica é explorado exaustivamente como um rito de passagem à modernidade[35]. É recorrente o argumento de que esse cenário fora possível graças à forte expansão do comércio e à emergência das monarquias centralizadas. Associam-se a ele a produtividade exorbitante, o crescimento populacional, bem como o desenvolvimento das ciências e das artes. Nesse contexto, aconteceram o mercantilismo, a expansão marítima, a revolução protestante, a

---

[34] A atenção a essas "convenções regulamentais" leva a duas direções: (a) às lógicas consensuais inscritas em suas formas e (b) às regras arbitrárias para acessar pontos controversos. Ambas apontam que tais conjuntos tanto produziram quanto registraram categorias sociais. Eles moralizaram trajetórias individuais, ao mesmo tempo em que criaram precedentes para buscar evidências que atendiam à "semântica cultural".

[35] Huntington (1993) relaciona a noção de Ocidente a individualismo, liberalismo, constitucionalismo, direitos humanos, democracia, livre mercado e separação Igreja-Estado. De um lado, há a mercantilização da vida e o domínio da natureza, assim como o enfraquecimento das culturas locais e o fortalecimento da burocracia estatal. Por outro lado, existe o antagonismo das lutas democráticas, dos movimentos feministas, das batalhas por direitos civis e dos movimentos pacifistas.

invenção da imprensa e a revolução científica.

Nessa linha de raciocínio, Arendt (2013) utiliza dos conceitos de História antiga para apreender o espírito da modernidade/colonialidade. Para a filósofa, o conceito de História não se vincula mais à capacidade narrativa de fatos heroicos. Essa era a noção antigua, que encapsulava eventos nas teias da imortalidade do tempo e da *Pólis*. No entanto, na modernidade o interesse se volta aos processos constitutivos dos acontecimentos. São as manipulações ostensivas da natureza, por intermédio da fissão nuclear, que concedem poder à técnica. Isso porque experimentos em laboratórios embaralham a junção até então irremediável entre o homem e a natureza. Se contar estórias era narrar o revelado, as ações humanas passam a interferir na produção do "natural". Em outros termos, é estabelecida a viragem da apreensão dos eventos individuais à compreensão dos processos que os conduzem, passando a enxergá-los como acidentes de movimentos circunstanciais.

> A história – baseada na suposição manifesta de que, não importa quão acidentais as ações isoladas possam parecer no presente e em sua singularidade, elas conduzem inevitavelmente a uma sequência de eventos que formam uma estória que pode ser expressa através de uma narrativa inteligente no momento em que os eventos se distanciarem no passado – tornou-se a grande dimensão na qual os homens se "reconciliam" com a realidade dos problemas humanos, isto é, de coisa que deve sua existência exclusivamente ao homem.
> (ARENDT, 2013, p.121)

Esse axioma detona o significado da vida humana ao perceber a instrumentalidade do sentido histórico. Ao reduzir a cadeia sequencial dos eventos a padrões humanas, a modernidade/colonialidade foi capaz de comprovar qualquer hipótese. Dessa maneira, o homem moderno percebe as respostas que as suas perguntas buscam. Isso simbolizou "que tudo é possível não somente no âmbito das ideias, mas no campo da própria realidade" (ARENDT, 2013, p. 123).

A problemática dessa "visão mirabolante" se situa na descontextualização histórica. Percebida em um nível abstrato, essa estrutura perde qualquer relação com a vida real. Sua visão não representa o paradoxo da atmosfera social: expansão das possibilidades humanas acompanhada da destruição das barreiras morais. Se o modernismo necessitou destruir para criar, a única forma de representar as verdades eternas seria liquidando essas mesmas verdades. Por isso, Harvey (1998, p. 33, tradução nossa) sustenta o argumento de que "a

destruição criadora era o *leitmotiv* progressita do capitalismo benévolo". Daí surge a dificuldade em converter princípios de compreensão racional em princípios morais.

O filósofo argentino Dussel (2000) é um dos questionadores dessa "moldura". Seu ponto está na centralidade iniciada pelos intentos expansionistas das Cruzadas medievais[36]. Entretanto, é possível destacar uma infinidade de sistematizações para esse período. Nesta tese interessam as de Berman (1988) e Mignolo (2010). O primeiro a divide em três fases: **(1)** do século XVI até finais do XVIII, com pouca sensação de pertencimento comunitário; **(2)** das insurreições sócio-políticas revolucionárias da Revolução Francesa de 1790; **(3)** dos trunfos espetaculares em arte e pensamento no século XX. Já o argentino Walter Mignolo destaca os processos ideológicos do período: **(1)** 1500 a 1750: capitaneado por Portugal e Espanha em suas feições ibéricas de teologia Católica; **(2)** 1750 a 1945: a formação dos Estados Nacionais na Inglaterra, na França e na Alemanha, sustentando o ideal de progresso; **(3)** 1945 a 2000: hegemonia da retórica desenvolvimentista estadunidense pós-Segunda Guerra Mundial.

O pensador argentino Dussel (2016) afirma que a expansão mercantil europeia é introduzida pelo uso massivo da inteligência estratégica militar. Ela se conecta ao sistema econômico de exploração dos recursos naturais mediada pela desumana relação para com as nações originárias. Esse aparato acontece em consonância ao tráfico de escravizados advindos da África; configuração nomeada pelo autor de "triângulo da morte" (África - América Latina – Europa).

Sendo assim, as defesas do pesquisador argentino partem de um projeto de libertação periférica. Contrariado pela ilusão da modernidade, o autor sustenta que a centralidade europeia não é oriunda exclusivamente da superioridade adquirida na Idade Média. A época colonial seria um efeito, e não a causa dessa centralidade. Para ele, foi a necessidade de gerenciar racionalmente o "sistema-mundo" que elaborou essa geopolítica. Esse retrato consolidou a abstratação humana em momentos de particularidade. Estaria dada assim a universalidade humana, elaborando o "outro" como origem de um contra-

---

[36] O pensador "classifica" a Europa como "cultura ilhada" pelo mundo otomano-muçulmano, que dominava as conexões do mar Mediterrâneo. A queda de Constantinopla sentencia a primazia da cristandade, colocando os orientais no campo do "inimigo". Isso constata que a modernidade/colonialidade teve seu início decretado antes do momento geralmente atribuído pelo campo dos arquivos.

discurso[37].

As explorações dos “mares nunca d’antes navegados” inauguram a relação do “Ocidente” com o “resto do mundo”. Esse momento transfere à modernidade uma cara oculta, ancorada nas noções de salvação e progresso: a lógica colonial (MIGNOLO, 2007). Nessa linha de pensamento, Dussel (2012) aponta que as conquistas colonizadoras da Ameríndia[38] conferiram vantagem competitiva para transformar a Europa na “consciência reflexiva”.

Num “perspectivismo atlântico”, os pensadores latino-americanos questionam onde eles se situam nesse horizonte que posicionou a cultura europeia no centro da geopolítica. Essa reflexão percebe elementos que comungam a colonialidade originária das formações sociais. Aos olhos do centro, as bordas devem ser espectadoras indolentes, “bárbaras” submetidas ao projeto “modernizante”. Para Mignolo (2010), esse sonho surrealista legitima a unicidade eurocêntrica, transbordando no processo de globalização atual. Para ele, a persistência acrítica desse período não passa de autoglorificação, que se desvanece dos incômodos reais. Essa separação ostensiva transfere à modernidade/colonialidade o poder de decretar a inexistência de múltiplos exercícios de pensamento. Essa posição ressignifica os modos de vida sob três aspectos: a irracionalidade do progresso, o descompromisso da Ciência e a universalidade excludente.

---

[37] Na mesma direção, Harvey (1998) investiga a natureza moderna/colonial a partir de sua condição histórica. Essa perspectiva faz com que o teórico não se surpreenda com sua estética eurocêntrica. Sua visão parte da constituição dos centros urbanos e sua divisão de classes, que impulsionaram a ordem racional pela eficiência técnica. Para o pesquisador (1998), o crescimento da racionalidade instrumental conduziu a uma realização da liberdade universal. Essa “jaula de ferro” impossibilitou o escape da racionalidade burocrática enquanto fórmula de sobrevivência sociocultural. Em outros termos, a transformação econômica radical permitiu à Europa Ocidental reproduzir seus recursos indefinidamente, oportunizando “colonizar” o tempo e o espaço, tornando a vida humana prescindível devido à normalização das classificações raciais.

[38] “De 1492 a 1500, são colonizados cerca de 50 mil quilômetros quadrados (no Caribe, Terra Firme: de Venezuela ao Panamá). Em 1515, chega em 300 mil km² (que é uma extensão maior que toda a Europa ‘centro’), atingindo mais de 25 milhões (cifra baixa) de indígenas, muitos dos quais são integrados a sistemas de trabalho que produzem valor (no sentido de Marx) para a Europa ‘central’ (na encomienda, mita, fazendas etc). A partir de 1520, é preciso acrescentar os escravos das plantações, que provêm da África (cerca de 14 milhões até a época final da escravidão, no século XIX, incluindo Brasil, Cuba e Estados Unidos” (DUSSEL, 2012, p.58, tradução nossa).

3.2.1 A (Ir)racionalidade do Progresso

A noção de progresso é fundamental no tabuleiro discursivo da unicidade evolutiva. Harvey (1998) aponta seu papel de racionalizar ordens sociais. Para tanto, o modernismo surge com fortes traços positivistas tecnocêntricos cujo reino da liberdade "só começa quando se deixa de lado o reino da necessidade" (HARVEY, 1998, p.24, tradução nossa). Ao que parece, era necessário reconhecer o aspecto progressista da história burguesa, alavancando a apropriação de seus resultados às forças produtivas.

Desenvolvida no final do século XVIII, a ideologia do progresso prescreve a irreversibilidade do tempo histórico. No contexto de evolução inevitável da razão, os povos periféricos não tiveram alternativa a não ser participar desse "desenvolvimentismo". É sintomático que o tempo histórico cristão organize calendários, transformando a vida num transcorrer linear da providência divina à salvação através de eventos padronizados. De maneira paradoxal, essa "inflexão histórica" consagra a imortalidade. A partir dela "nada está fora do único sentido possível" (ARENDT, 2013, p. 101).

A perspectiva de progresso também se justificou pela sustentação da causalidade. Em contrapartida a estas, De La Garza (2002, p. 9, tradução nossa) apresenta processos de "descontinuidade e atualização do tempo histórico". Para a pesquisadora mexicana, o modelo ocidental excluiu os "fracassos" da memória coletiva. Ocultar os direitos dos "vencidos" impossibilitou questionar o fato de que a grande falácia desse progresso teve como axioma as bombas de Hiroshima e Nagasaki. No sentido atribuído pelo filósofo Benjamin (1992), a memória desperta "silenciados" ao se tornar instrumento autônomo de reconfiguração. Essas palavras colocam o pensador na posição contrária à pretensão de "esconder sofrimentos" que a ideia de progresso produzia.

Tais reflexões ressignificam a ideia de progresso com tonalidades discursivas. Elas o convertem numa ideologia que reforça determinados interesses. Esse enfoque estabelece a politicidade do passado, tanto pela revelação das injustiças quanto pelo impedimento das reproduções. Não se pode esquecer que alguns povos decidem se manter além dos mecanismos de produção narrativa. Esse negacionismo edifíca a memória sobre parâmetros de um presente que não os renegue.

3.2.2 O (des)compromisso da Ciência

Além da noção de progresso como *lócus* do tempo histórico, o século XIX edifica a Ciência na perspectiva da neutralidade axiológica. Para Grosfoguel (2007), esse ponto de partida arquitetou a objetividade empírica do sujeito que produz conhecimentos. O homem passou a não se subordinar mais a qualquer autoridade; uma vez que a verdade não estaria em algo exterior (*Cosmos*, Deus, *Pólis* ou rei), mas ao mito das vidas solitárias, capazes de realização plena. Desse modo, a modernidade/colonialidade mobiliza outra maneira de pensar a relação sujeito-objeto. Essa conexão emerge do homem como fonte da agência. Tal passagem se submete à centralidade do sujeito que se "pretende universal, alavancado pela tradição cartesiana"[39] (DE LA GARZA, 2002, p. 9, tradução nossa).

O peruano Quijano (1982) vincula a "razão-sujeito" ao processo de colonização. Grosfoguel (2007) intensifica esse movimento destacando a imprescindibilidade do solipsismo cartesiano. Sem ele é impossível a racionalidade universal, num movimento que o pensador nomeia de ego-política do conhecimento. As duas perspectivas eternizam o conhecimento universal, incapacitando a percepção da localização do sujeito na cartografia do poder. Esse ponto elabora o mito da autoprodução da verdade por um "gênio isolado"; o que reforça a subjetividade epistemológica eurocentrada: um sujeito constituído pela verdade universal.

3.2.3 A Universalidade Excludente

Todos esses argumentos permitem que a centralidade europeia desenvolva seus pensamentos desde o final da Idade Média. O problema é que essa circunstância se dá mediante o apagamento de outros pensamentos regionais. A Europa pôde, portanto, elevar

---

[39] A conversão radical da separação entre razão e corpo, na qual a primeira se transforma em "razão-sujeito". Descartes argumentou que as ideias inatas são extensões dos limites da razão. "Não há nenhuma coisa existente da qual não se possa perguntar qual é a causa por que ela existe". Desse modo, conhecer significa aferir regularidades para confiar nos eventos, demonstrando os princípios da não contradição e da razão suficiente. Somente um "Deus" poderia elaborar um mundo confiável a cada instante. Do contrário, a reflexão sobre o tempo não poderia conter a razão suficiente daquilo que terá lugar no instante posterior.

sua particularidade à universalidade[40]. As críticas dessa universalidade partem do reposicionamento da noção de sujeito, pois a subjetividade moderna desmerece seu aspecto contingente. Para Rosenzweig (1989), os povos colonizados refletem essa experiência em suas vulnerabilidades[41]. O posicionamento da mexicana (1989) é oposto à racionalidade ilustrada por esse sujeito universal. O grande desafio que tal pretensão impõe é justamente como abandoná-la. Ao apresentar tanto o comunitarismo quanto o particularismo cultural, a pesquisadora demonstra a potência do excluído para repensar a totalidade.

Essas palavras ponderam a recuperação do sentido da própria história. As implicações políticas dessa perspectiva assumem que a racionalidade universalizante eurocêntrica não pode ser tomada como um caminho à "meta final". Tal suposta "universalidade desenvolvimentista" é encarada numa oposição a essa continuidade. O que interessa é um tempo das brechas e das rupturas.

Como desdobramento dessa "linearidade inexorável", o escritor argentino Mignolo (2007b) apresenta o eixo da retórica salvacionista. Esse argumento é reforçado por Sombra (2017) ao reiterar a maneira de valoração do diferente, que gerou o paradoxo de inclusão e exclusão dos sujeitos[42]. Isso conduz a uma refletir a relação latino-americana com o Ocidente. O filósofo brasileiro afirma que a noção da inevitabilidade temporal assentou o silenciamento. Essa indeferença não outorgou aos povos colonizados uma condição cidadã. A desconsideração enquanto sujeitos de direitos políticos os condenou a permanecer em "evolução". Seu único instrumento para esse fim passou a ser o espírito da razão europeia[43].

---

[40] Para o sociólogo porto-riquenho Grosfoguel (2007), essa presunção tem seu apogeu na filosofia hegeliana, que considera a História um movimento "do Leste ao Oeste", o que posiciona a Europa como fim do trajeto.

[41] Darcy Ribeiro (2010, p. 40), por sua vez, coloca a questão nos seguintes termos: como fieis à ideologia católico-missionária, em nenhum momento esses grupos "constituem uma comunidade que exista para si, um povo com aspirações próprias que se possa realizar com requisitos elementares de sua sobrevivência e prosperidade".

[42] Essa universalidade expressa seu caráter ideológico por patentear a desconsideração dos sujeitos coloniais. Como consequência, a formulação de Ocidente pressupôs algo não ocidental, sustentando a diversidade com lentes enviesadas. Essas experiências hierarquizantes fizeram com que os saberes também fossem tratados da mesma maneira. Para a filósofa brasileira Djamila Ribeiro (2017), tal fato subalternizou os conhecimentos populares pelas condições sociais de silenciamento estrutural. Esse perspectivismo alimentou uma assimetria: o pensamento moderno/colonial europeu interpretou a realidade a partir de si, privilegiando o que colombiano Castro-Gomez (2005) nomeou de arrogância da "*Hybris del Punto Zero*".

[43] Da mesma maneira, o frade dominicano Las Casas (2011) sustentou que a colonialidade era interpretada pelo dom da humanização. Para ele, o movimento imperialista carregou o sentido do mundo colonial como seres de "segunda categoria". Tal particularidade transformou o "Outro" num recurso, impossibilitando interações mútuas. Do mesmo modo, Bowden (2009) reitera que a concepção vaga de "civilidade" facultou a elaboração de projetos para "salvar marginalizados".

Essa perspectiva questiona a oposição entre os países do centro e da periferia. Pelo olhar "desse centro", os últimos são moradores dos subúrbios da história. As periferias são intrusas da "festa ocidental". Essa dicotomia recobra a consciência dos subalternizados como sujeitos. Isso porque suas experiências nunca representaram os desdobramentos desse eurocentrismo. Ao contrário, sua convivência com a "idade das luzes" se deu pelo lado mais obscuro (MIGNOLO, 2007a).

Para o pensador Octavio Paz (1999, p. 351, tradução nossa), o positivismo foi "o instrumento filosófico destinado a justificar essa ordem social". O mexicano questiona se um seremos capazes de pensar por conta própria. Isso significa projetar uma sociedade que não fundamente a dominação e que não culmine "nem nos gelados paraísos políticos do Leste nem nas exposições de náuseas e ódio que irrompem do fim do Oeste?".

Nesse sentido, tal angústia subordina o diferente a uma temporalidade evolutiva. O Ocidente se autopercebe como emergência espacial da superioridade civilizatória, tomando para si a modernização. Por isso a insistência em transferir essa narrativa à civilização racional europeia. Se o "sujeito abstrato universal" nunca representou o conjunto da humanidade, ele foi circunscrito a determinado modelo. Esse caminho forjou o sujeito moderno, levando Dussel (2011, p. 22, tradução nossa) a sentenciar que "a teoria clássica de todos os tempos é o cumprimento teórico da opressão prática das periferias"[44].

A possibilidade de refletir sobre esse vazio desenha que "a especificidade da dimensão exploratória imperial teve como fundamento a construção da inferioridade do outro em sua estreita relação com a colonização dos saberes" (SANTOS, 2009, p. 214, tradução nossa). Pior ainda, ao assumir a condição periférica, reproduz-se visões que menosprezam anseios particulares. Em consequência disso, Mignolo (2009) ressalta que a ciência moderna pautou os povos desenvolvidos como produtores de conhecimento; enquanto os demais "fazem" cultura e sabedoria.

Em suma, essas pretenções se utilizam do engodo de serem as únicas representantes

---

[44] Esse jogo de liberdade oportunista revela, contudo, que a construção conceitual do sujeito moderno, atrelada à tão conclamada igualdade, esteve sempre acompanhada de diversas maneiras de desigualdade. Esse desequilíbrio transformou a reciprocidade do contato intercultural em apropriação. Para Cóllins (2000), essas questões são percebidas pela facilidade com que certos grupos se identificam com discursos dominantes, revelando sua incapacidade de pensar as condições opressivas. A autora, todavia, pondera que isso não decreta a incapacidade para enfrentar silêncios institucionalizados. Ao contrário, esses coletivos sempre foram competentes em fazer coexistir diversas formas de organização cultural. Eles devem focalizar em como as condições coloniais dificultaram tanto a visibilidade quanto a legitimidade de suas memórias.

da razão. Elas interpretam os conhecimentos regionais como ingenuidade. Assim, o modelo ocidental de história vai excluindo os "fracassos" da memória coletiva. Galeano (2010) nos mostra que, quando faz o contrário, sobreleva o ato heroico a um único agente, negligenciando a capacidade coletiva de transformar as relações de poder.

Por todos esses argumentos, é preciso perceber que as experiências coloniais são resultantes do lugar social que se ocupa. Impossibilitar a memória social significa não tocar visões de mundo que interferem na dinâmica de coexistência narrativa. Compreender essa especificidade é reconhecer a trajetória dos arquivos na elaboração das ideias de nação e patrimônio, assim como o movimento de centralização que os acompanhou.

3.3 A NAÇÃO COMO MITO

O ponto-chave deste subtópico é a identificação do Estado com a ideia de nação. Villoro (1998) recorda que essa relação é uma exceção, já que ela pode ocorrer de variadas maneiras. Diferentemente da naturalização moderna, seu trabalho sobre as pluralidades culturais reconhece suas características unificadoras dos conflitos memoriais[45].

Fonseca (2005), por sua vez, insere a Arquivística na *episteme* política da modernidade, utilizando como ponto de partida o surgimento dos Estados Nacionais. Essa configuração condiz com a centralização vigorosa do sistema de tributação, estimulado pelas tentativas de unificação estatal. Nesse momento, os sistemas informativos ganham visibilidade por assentarem a transparência governamental.

Segundo o trabalho "arqueológico" realizado pelos portugueses Armando Malheiro e Fernanda Ribeiro (2011b), a partir do século XVI os padrões regulamentares normalizam princípios que sistematizam arcabouços teóricos. Enquanto as instituições arquivísticas apoiam o funcionamento estatal, as nações recorrem à centralização administrativa para racionalizar seus negócios. Esse quadro se preocupa com a definição do objeto de estudo, assumindo o desafio da autonomia disciplinar.

Curiosamente, a superprodução da expansão imperialista detona um tipo inédito de

---

[45] Por isso, o peruano Anibal Quijano (1982; 2014) defende o entrelaçamento das experiências heterogêneas com articulações subjetivas.

crise: o surgimento do capital supérfluo das poupanças. Como a monetarização excedente não poderia ser investida nas fronteiras nacionais, a exportação transfere "força governamental". Para isso se desenhou um ferrenho sistema fiscal nas colônias.

> O conceito imperialista de expansão, de acordo com o qual a expansão é por si mesma um fim e não um meio temporário, foi introduzido no pensamento político quando se tornou óbvio que uma das mais importantes funções permanentes do Estado-nação seria a expansão do poder.
> (ARENDT, 2012, p.199)

Essa compreensão desdobra a constituição burocrática como fundamento da expansão nacional. O entendimento dos Estados Coloniais, segundo Franco e Bastos (1986), compõe a legislação arquivística nacional enquanto enredo microadministrativo. Isso porque as instituições arquivísticas refletem a busca por eficiência pública. Se cada novo território era "trampolim" para desbravamentos posteriores, cada povo colonizado era instrumento para novas conquistas. Em outros termos, os empreendimentos coloniais inauguram entrepostos comerciais para movimentar recursos. Isso promulgou princípios administrativos para dominar os povos "carentes de proteção".

Não por acaso, Burke (2003) vincula a trajetória desses conjuntos ao propósito de racionalizar os Estados modernos/coloniais. Dispostos a aplicar sistemas de gestão, as máquinas governamentais coletavam informações dos povos ditos "atrasados". É por isso que Arendt (2012, p. 267) coloca a burocracia como "princípio elementar de dominação". Ela consubstanciou constante vigilância para adquirir conhecimentos dos hábitos marginalizados. Essas fontes informativas instrumentalizaram a unificação dos "interesses comerciais, militares e evangelizadores" dos projetos expansionistas (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 23).

Sendo assim, o entendimento de que os arquivos são criados como instrumentos dos administradores demonstra a política de conhecimento da época: coletar informações que sustentassem as práticas rotineiras das autoridades. Ainda segundo Arendt (2012), os administradores das novas terras tinham arbítrio suficiente para produzir relatórios e decretos aos moldes da tradição militar. Essa característica fez com que o sociólogo britânico Giddens (2001, p. 178, tradução nossa) argumentasse que "todos os Estados foram sociedades da informação, pois a geração do poder de Estado pressupõe a reprodução

reflexivamente monitorada do sistema, envolvendo coleta, armazenamento e controle regulares da informação aplicada a fins administrativos".

Dessa maneira, as técnicas administrativas monitoravam terras conquistadas[46]. As visitas paroquiais do Concílio de Trento produziram uma quantidade exorbitante de inquéritos sobre os interrogatórios das inspeções paroquiais. Por temer dissidências, devido à reforma Luterana, tal aparato foi alimentado por censos católicos inquisitoriais[47].

Em grande medida, o encontro entre culturas também se manifesta na maneira como os fatos são lembrados e esquecidos. Isso ocorre porque os recursos administrativos sustentam um sistema de retratação da "outra cultura". Nesse sentido, Gilliland e seus colaboradores (2007) enfatizam que, em virtude do paradigma dominante, o sistema de gestão documental se torna fator de legitimação narrativa.

De forma paradoxal, esse contexto intensificou a procura das informações para prospecções acadêmicas. Ao que parece, as tendências arquivísticas se perfilam em duas direções. Por um lado, o incremento das pesquisas transferiu o foco para além do âmbito jurídico-administrativo. Tal viragem condicionou a elaboração de instrumentos de pesquisa para disseminar fontes. Por outro, como veremos na matriz desestruturante, o racionalismo iluminista corrompeu a "natureza" desses conjuntos com métodos alheios à sua natureza. Segundo Silva e Ribeiro (2011a), isso ocorreu porque o Iluminismo sustentou a ideia de arquivo enquanto bem cultural[48].

A relação do mito da nação com a centralização dos arquivos repensa escolhas não arbitrárias de consolidação simbólica. Se as identidades coletivas partilham representações comuns, suas crenças concebem a invenção dos "passados idealizados". Em resposta aos propósitos nacionalizantes, isso seria impossível sem a noção patrimonial como desenho sociocultural.

---

[46] Em decorrência das guerras dos séculos XVII e XVIII, os soberanos buscavam não deixar vestígios. A estratégia era controlar ações coloniais. Percebe-se, portanto, a elaboração de dois princípios fundamentais: **(a)** o de territorialidade e o **(b)** da pertinência territorial. Eles reverberam as primeiras tentativas de estabelecer a organicidade, desembocando na noção posterior de fundo arquivístico.

[47] Ao vincular a informação ao poder de controle, as Igrejas e os Estados modernos posicionaram os arquivos como instâncias de manutenção dos segredos. O acesso a essas fontes poderia inviabilizar o êxito dos projetos expansionistas, sob o risco de perda dos conhecimentos estratégicos.

[48] A pesquisadora Menne-Haritz (2005) encontra nessa dinâmica a demarcação da publicidade das ações governamentais, fazendo com que os arquivos deixassem de ser lugar exclusivo da *polis*. Ao corresponder a esses empreendimentos, convertem-se em instrumentos essenciais ao exercício do poder. Eles assumem lugar privilegiado na estrutura burocrática, configurando a metáfora de "armas políticas" para garantir direitos.

3.3.1 Patrimonialismo

O mito da nação correspondeu à implementação do conceito de patrimônio. Sua politicidade encontra dimensões afetivas. Dada sua relevância na implementação das políticas públicas, a organização das relações sociais ocorre em Estados nacionais capazes de incluir e excluir subjetividades. Essa hierarquização é mais evidente ao contemplar recursos a grupos selecionados, decidindo quem tem o direito de cidadania.

> A política do patrimônio é, pois, efectivamente, uma política, no sentido mais tradicional da palavra, uma arte de apascentar o rebanho humano, hoje disperso e reconduzido ao campo tranquilizador de uma ficção: a de uma sociedade supostamente capaz de melhor do que as outras, conciliar a continuidade com a mudança, a conservação com a criação (SILVA; RIBEIRO, 2011, p. 28).

A intervenção estatal vem a reboque da noção patrimonial. Mas quais seriam as particularidades que enaltecem a dita "cultura nacional"? Para Silva e Ribeiro (2001) são, por um lado, o declínio da tradição da elite (mecenas) como "protetora da arte"; por outro, a intensificação do processo de alfabetização, que potencializou cidadãos "consumidores de informação", reforçando o "Estado provedor" pós-Segunda Grande Guerra.

Nesse contexto, uma política de difusão cultural foi consagrada pela criação da *Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura* (UNESCO)[49]. As cinzas da Segunda Guerra subsidiam políticas internacionais para intercâmbiar culturas nacionais. Entra em jogo a padronização das funções de preservação e de acesso. Tanto que, em 1948, nasce o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), com o objetivo de instrumentalizar a integração intercontinental dos conjuntos arquivísticos.

Ao observar essas circunstâncias em nível nacional, Jardim (1996) sustenta que os aspectos técnicos predominaram nos debates patrimoniais. Na perspectiva do pesquisador, ao encobrir sua politicidade, os arquivos expressam seu caráter conservador. Seus espaços passam a ser pouco acessíveis por se distanciarem da pluralidade democrática. Santos (1988) questiona quais seriam as concepções de patrimônio cultural dominantes no Brasil.

---

[49] Para Silva (2011a), esse ensejo globalizante determina políticas específicas para disponibilizar quantidades infindáveis de informação. A interconexão dos indivíduos e das organizações dá relevo a uma infraestrutura robusta de telecomunicações, constituindo a noção de rede global.

Para ele, é preciso explicitar suas vinculações ao elogio reiterado do poder. A visão dos dois autores indica a valorização excessiva dos padrões culturais iluministas.

Por fim, é preciso chamar atenção ao fato de que o acesso universal à informação forçou limites da abertura pública. Em certa medida, eles se tornaram instrumentos capazes de frear abusos governamentais. Soma-se a isso a fascinação universalista da Revolução Francesa, que permitiu a promulgação da lista dos Direitos Universais do Homem. Mesmo que essa dita universalidade ostentasse seu caráter ideológico.

3.4 A CENTRALIZAÇÃO DOS ARQUIVOS

Todo esse esforço de sistematização subjetiva direciona os arquivos ao discurso nacionalista identitário. Os efeitos industriais os transformaram em locais privilegiados do poder europeu ocidental. A passagem do Estado Nacional liberal ao "Estado Cultural" materializou informações administrativas em função da instrumentalização das entidades.

Para Bautier (1968), a notabilização desse paradoxo se dá pela administração das províncias. Essa particularidade ocorre em meio à centralização dos poderes estatais. Para o pesquisador francês, o Estado-Nação e a conformação do que se nomeou Estado Cultural revelam dois acontecimentos: (a) a formação dos arquivos centrais; (b) o surgimento da Arquivística enquanto disciplina. Essa realidade é expressa pelo sistema administrativo das burocracias centralizadas[50].

Essas circunstâncias testemunham a concepção dos arquivos enquanto lugares de concentração das ações administrativas. Ao mesmo tempo, impulsionam a ideia de bens coletivos indispensáveis "ao discurso identitário de feição naturalista" (SILVA; RIBEIRO, 2011a, p. 27). Essa característica subsiste ao modelo centralizador pela assunção do Estado na gestão do patrimônio documental. Em outros termos, percebe-se a valorização das tonalidades artística e histórica servindo a uma política de proteção dos Arquivos Públicos.

---

[50] Como reflexo, apresentam-se três ondas de centralização dos arquivos: a Simancas, na Espanha, nos Séculos XVI e XVII; a da Áustria, no Século XVIII; a francesa, como desdobramento da Revolução e do Império Napoleônico (SILVA, 2016).

Entre os pesquisadores é comum o argumento de que essa concentração conhece nova fase na Revolução Francesa.[51] De acordo com Lodolini (1993), a convergência dos arquivos imperiais acentuou traços culturais. Já os portugueses Silva e Ribeiro (2011a) identificam nesse ponto o paradigma histórico-tecnicista: (a) a supervalorização das custódia e conservação física; (b) a preservação da cultura erudita; (c) o interesse na memória enquanto legitimadora do Estado nacional; (d) o reforço da cultura sob um viés nacionalista identitário; (e) a relevância dos instrumentos de pesquisa, e; (f) a exaltação da divisão profissional.

Como se observou, a ideologia liberal nacional estimulou serviços de acesso informacional. Por esse motivo, o interesse pelos estudos historiográficos detona um processo centralizado de recolhimento. A "nova ordem" fez eco aos interesses da pesquisa positivista. Para Silva e Ribeiro (2011a), isso se somou ao fascínio por uma "ciência" dos nexos causais. Como metodologia explicativa, essa particularidade concretizou: (a) os arquivos patrimoniais; (b) um organismo estatal para coordenar a política nacional de arquivos; (c) a fundamentação da noção de fundo documental; (d) os princípios teóricos com pragmatismo técnico (respeito aos fundos, à proveniência e à ordem original), além da adoção de pretensas teorias com fundamentação prática (teoria das três idades), e; (e) o acolhimento do documento arquivístico enquanto objeto científico. Porém, muitas variáveis desestabilizaram essa matriz estruturante.

---

[51] Na contramão, Bautier (1968) afirma que a Revolução Francesa não representou uma ruptura com o modelo centralizado dos arquivos. Ela seria a continuidade de um movimento que já vinha ocorrendo desde o século XVI. Do mesmo modo, Panitch (1996) analisa que a visão simplória dessa Revolução esconde contradições. A principal delas: mesmo com estrutura para selecionar informações republicanas, os documentos do Antigo Regime eram frequentemente destruídos. A "batalha" pela sobrevivência do conteúdo mais "apropriado" inseriu nesses acervos simbolismos culturais. Sendo assim, a bravata pela representação social mais longeva fez com que a historiografia ganhasse destaque. Nesses termos, o uso das fontes do passado os colocou no campo minado da memória coletiva, transferindo seu vínculo à patrimonialização.

4 A MATRIZ DESESTRUTURANTE

O primeiro passo deste capítulo constata a recessão democrática, reconhecida pelo declínio do contrato tácito entre os atores sociais. Essa característica vem debilitando as regras de funcionamento do jogo democrático atual. Disso se depreende que o desafio dos arquivos pode estar no potencial de "alterar o que antes era tradicionalmente entendido" (GAULD, 2017, p.17, tradução nossa).

Por consubstanciar atividades de seus produtores, esses conjuntos constituem uma maneira na qual a sociedade pode compreender trajetórias. Não obstante sua gênese para fins operacionais, é possível pensá-los sob o prisma da potencialização da memória social. Essa perspectiva os destaca enquanto elementos fundamentais ao compartilhamento dos conhecimentos coletivos, especialmente nas sociedades em que a rotinização da escrita é primordial à transmissão dos saberes.

O cerne dessa modificação apela à democratização do conhecimento, reiterando que as democracias funcionam pelo senso da ação coletiva de cidadãos informados. É preciso entender os efeitos transformadores que esses conjuntos podem ter ao privilegiar certas visões de mundo. Somente a inspeção contínua de seus filtros informativos manterá certa funcionalidade social. Essa atmosfera não pode prescindir do olhar atencioso sobre os mecanismos de *accountability*. Isso porque, enquanto maneira de fiscalizar agentes públicos, as democracias responsabilizam os tomadores de decisão.

O seguinte passo é contrabalancear o olhar que descontextualiza os documentos arquivísticos de um discurso herdado das tradições institucionais. Essa linha os insere nas teias das relações sociais, reconhecendo-os como dinamizadores culturais. Tal horizonte os inclina a uma institucionalidade seletiva das potencialidades discursivas, num *locus* de instrumentalidade materializadora das formas específicas de "ver o mundo".

A ressignificação dos arcabouços teóricos arquivísticos envolve questionamentos sobre as maneiras de constituição desses acervos. Nesse cenário, a fragilização das noções de neutralidade, naturalidade e imparcialidade alteram substancialmente a mediação informativa. Tanto que Kaplan (2002) demonstra que os princípios positivistas seguem orientando as posturas profissionais. Para ela, essa disposição tornou o campo impermeável aos questionamentos epistemológicos do *linguistic turn* dos anos 1960 e 1970. Essa

viragem transpareceu o trabalho de produção das fontes, que antes excluía efeitos dos "filtros" na atribuição de sentidos, reforçando o mito da imparcialidade jenkinsoniana.

Os novos caminhos atentam à dimensão das práticas representativas de conformação da memória social. Ou seja: pensar esses acervos significa "entendê-los como produto social em cuja fabricação se nota a interferência de vários agentes, movidos por objetivos distintos e portadores de diferentes visões de mundo" (HEYMANN, 2011, p. 36).

4.1 A RECESSÃO DEMOCRÁTICA

Em linhas gerais, a democracia deve ampliar a capacidade de intervenção popular sobre as decisões públicas. Esse caráter reitera que tal conceito jamais será visualizado como ponto de chegada, mas como uma instância conflitiva entre a reprodução das assimetrias sociais e o avanço no combate das desigualdades.

Técuathl Quechol (2019) constata que o termo *democracia*[52] surge a partir da cultura grega. Presente em mais de 167 países, a forma como o conhecemos hoje é um produto do século XX. As Nações Unidas a consideram um valor "baseado na liberdade livremente expressada do povo para determinar seus sistemas políticos, econômicos, sociais e culturais em sua participação plena em todos os aspectos da vida" (NAÇÕES UNIDAS, CUMBRE MUNDIAL, 2005, p. 32-33).

Bobbio (2001) afirma que a única maneira de entender esse "suprassumo universalizante" é em sua oposição ao autoritarismo. Seria imprescindível caracterizar a democracia por "um conjunto de regras (primarias ou fundamentais) que estabelece quem está autorizado para tomar decisões coletivas e segundo quais procedimentos" (BOBBIO, 2001, p. 24, tradução nossa).

A asserção dessas regras fundamenta a confiabilidade do contrato tácito aferido entre os atores sociais. Recentemente, contudo, os cientistas políticos Ziblatt e Levitsky (2018) apresentaram o incremento da utilização dos pontos cegos da lei pelos governantes.

---

[52] A *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948) tornou-a estrutura do *Pacto Internacional de Direitos Civis Políticos* (Nações Unidas, 1966). Assim, os membros da *União Interparlamentaria* passaram a adotar a *Declaração Universal sobre a Democracia* (Unión Interpalamentaria, 1997).

Essa particularidade corrobora uma crise sem precedentes, afetando a credibilidade das instituições. As implicações da persistência em arranjos institucionais ocidentais reforçam o ambiente de crise institucional salientado por Diamond (2016).

O professor da Universidade de *Stanford* não dispensa esforços para discutir suas regras. Ele parte da relação de confiança que perfaz o aprimoramento dos mecanismos de controle social. O autor analisa o declínio da qualidade democrática pela utilização manifesta de inúmeras oportunidades de desestabilização [53]. De acordo com sua análise, os governantes a estão deteriorando ao fragilizar os limites das normas tácitas (ZIBLATT; LEVITSKY, 2018).

Na medida em que a confiança é essencial aos atores, ela só pode ser concebida pela elaboração de ferramentas para transparência pública. Tais instrumentos surgem como resultado da ineficácia das ações governamentais no que diz respeito ao atendimento das demandas sociais. Essas ferramentas contribuem para transformar o cenário deflagrado pela corrupção dos sistemas administrativos.

Ante o horizonte de obsessão por transparência, alicerçado na desconfiança política, reformata-se a participação cidadã. Essa pecurialidade reedifica o diálogo com a sociedade civil. Advindos de um cenário de insatisfação, o exercício do controle social faz eclodir movimentos coletivos. A desconexão evidente entre políticos e cidadãos reflete a não espera do Estado para solucionar dilemas sociais. Com respostas conectadas às dinâmicas pulsantes das tomadas de decisão, cujos atores são menos dependentes das estruturas tradicionais, instaura-se um sistema de fortalecimento da arena democrática.

4.1.1 O Direito de Acesso à Informação

Diante dessas circunstâncias, as repúblicas desenvolvem aparatos legislativos como maneira de estabelecer sistemas de controle. Esse panorama aproxima a sociedade civil dos governantes, possibilitando a responsabilização dos compromissos. Demarcam

---

[53] O emprego de recursos institucionais contra adversários políticos é nomeado *Forbearance*. O emprego inconsequente dessas possibilidades legais impede o manejo do jogo político. Isso ocorre porque o desmoronamento da confiança ameaça o edifício das certezas estruturantes. Nesse sentido, o professor de Teoria Política na Universidade de *Cambridge*, Runciman (2018), aposta na "crise da meia-idade" do sistema.

essa especificidade movimentos como *Open Government Parnership* (OGP), *OpenData*, originários da *Infraestrutura Nacional de Dados Abertos*, assim como o *Marco Cívil da Internet*[54].

A regulação desse sistema de "freios e contrapesos" é salientada por Fonseca (1999) na trajetória do direito à informação, antecipado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1788. Também pode ser visualizada na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, ao asseverar que "todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão" (FONSECA, 2005, p. 4).

Na década de 1970, os países fortaleceram esses dispositivos pela publicação das diretrizes de acesso à informação. A parceria promissora entre o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e a UNESCO ampliou "a discussão do foco de acesso" com trabalhos elementares aos estudos das leis de informação[55] (RODRIGUES, 2012, p. 157).

A década seguinte esboça o aumento das pesquisas sobre o tema. Um número considerável de países elabora suas leis de acesso respondendo "[...] à necessidade de um olhar específico sobre os arquivos das ditaduras, visando à sua definição, tratamento e acesso" (RODRIGUES, 2012, p. 258). Tanto que as *Comissões de Anistia e da Verdade* revelaram esse desdobramento na realidade brasileira. O século XXI apresenta expressiva intervenção das instituições internacionais nas políticas nacionais de informação[56]. A intensificação das regulamentações, sustentada pela noção de "pós-democracia" difundida por Crouch (2004)[57], incentivou sua aprovação vários países.

---

[54] É recorrente a relação do Marco Civil da Internet com a "Lei Carolina Dieckmann", proposta diante da exposição de fotos íntimas da atriz. A Lei 12.965/2014 regulamentou as empresas do setor, apresentando princípios, garantias, direitos e deveres dos provedores. Sua principal contribuição foi garantir a liberdade de comunicação no fomento à ampla difusão de modelos tecnológicos.

[55] A título de exemplo, *Les obstacles à l'accès, à l'utilisation et au transfert de l'information contenue dans les archives* (1983) e *Los servicios de archivos y el concepto de usuario* (1984).

[56]Banco Mundial, Transparência Internacional, *Carter Center* e *Open Society Institute*, no caso específico das leis de acesso à informação.

[57]A pós-democracia consubstancia uma fase singular do sistema político, caracterizada pelo poder de controle de um grupo dominante. As concepções marxistas são retomadas sob a ótica econômica das organizações globalizadas, utilizadas por Crouch (2004) para evidenciar a natureza da "nova ordem", que responde essencialmente à intervenção de organismos internacionais nas políticas nacionais.

No plano internacional, o ano de 2010 foi o marco dos princípios de acesso aos conjuntos arquivísticos. Um grupo de profissionais, respondendo à solicitação do *Committe on Best Practices and Standards*, fundamentou doze princípios de acesso público, subdivididos em três pressupostos (PETERSON, 2011). O primeiro sinaliza o direito ao público geral; os nove subsequentes a relação com os usuários, e; os dois últimos sublinham a participação ativa desses profissionais na elaboração dessas legislações.

4.1.2 Accountability

A historiadora Georgete Rodrigues (2012) relembra que o direito de acesso sobreleva a consolidação dos princípios de *accountability*. Essa condição perpassa a onda regulatória dos anos 1960, com especial atenção à promulgação do *Freedom of Information Act* (FOIA). Por esse ângulo, a remodelação das maneiras de aproximação entre os atores sociais incrementou o controle dos agentes.

Segundo definição do *Cambridge Advanced Learner's Dictionary*, *accountability* significa "o fato de alguém ser responsável por coisas que acontecem, sendo capaz de dar razões satisfatórias para elas" (ACCOUNTABILITY, 2018). Por outro lado, o *Longman Dictionary* esboça sua relação com a "responsabilidade pelos efeitos das ações e a disposição em explicá-las ou ser criticado por elas" (ACCOUNTABLE, 2018). Tal responsabilidade fiscalizadora envolve a capacidade de responder pelas consequências de determinadas ações, mediante justificativas e, em casos de condutas impróprias, punições.

Ao que parece, essa fiscalização operacionaliza responsabilidades institucionais. No caso da sociedade civil, implica na chamada à transparência para forçar o acesso à informação e a proteção por privacidade. Diante desse quadro, a noção de *accountability* vira palavra de ordem, sintetizando competências de um indivíduo ou de uma organização para responder tanto por sua conduta quanto pelo desempenho de suas obrigações.

Disseminado no Brasil pelo cientista político Abrucio (2012), o conceito de *accountability* demonstra três maneiras de obstaculizar abusos de poder: (1) publicizando atividades organizacionais; (2) prestando contas e justificando ações, e; (3) subordinando

atos ilícitos a determinadas sanções. Estes pontos reaproximam as esferas social e política, tendo como pano de fundo uma sociedade que monitora os governantes.

Sob o ponto de vista arquivístico, John Dirks (2005) apresenta os motivos da centralidade desse conceito desde os anos 1980: (a) a produção de documentos eletrônicos, devido à proliferação das tecnologias; (b) a redução de custos pela reestruturação organizacional; (c) a emergência de pressões na arena política por reparação das injustiças para com os grupos minoritários. Como as sociedades democráticas não se sustentam unicamente sobre estruturas políticas hegemônicas, práticas arquivísticas são preponderantes ao alcance do fator ***(c)***.

Nesse sentido, o argumento de Bellotto (2012, p. 5) de que "os arquivos são instrumentos nos quais a informação está registrada para que dela se faça uso" evidencia sua potencialidade enquanto ferramenta elementar a múltiplos campos de pesquisa. Porém, deve-se atentar que seu caráter instrumental reforça pluralidades. Diante disso, a noção de *accountability* é primordial ao entendimento de seu papel de instrumentalidade. É ela quem permite aos conjuntos arquivísticos explicitar o que foi feito, por quem e por quais motivos.

Nessa linha de pensamento, a noção de *accountability* é significativa à caracterização dos arquivos[58]. Ela os atrela à lógica de funcionamento das entidades. Como toda instrumentalidade perfaz uma posição institucional, o que está em jogo é a qualidade de sua acomodação ao tecido discursivo. Essa associação assegura a condição de refletir procedimentos da acumulação orgânica das atividades administrativas, colocando seu valor probatório no âmbito da necessidade. Do ponto de vista da matriz estruturante, isso equivale a dizer que independe da intencionalidade de perpetuar uma imagem a eventuais pesquisadores[59]. Em última instância, instrumentalizar viabiliza evidências acerca do presente.

Essa espontaneidade "traiçoeira" fez com que o professor Jardim (2013) reafirmasse a transparência enquanto contrapartida à afirmação dos valores democráticos,

---

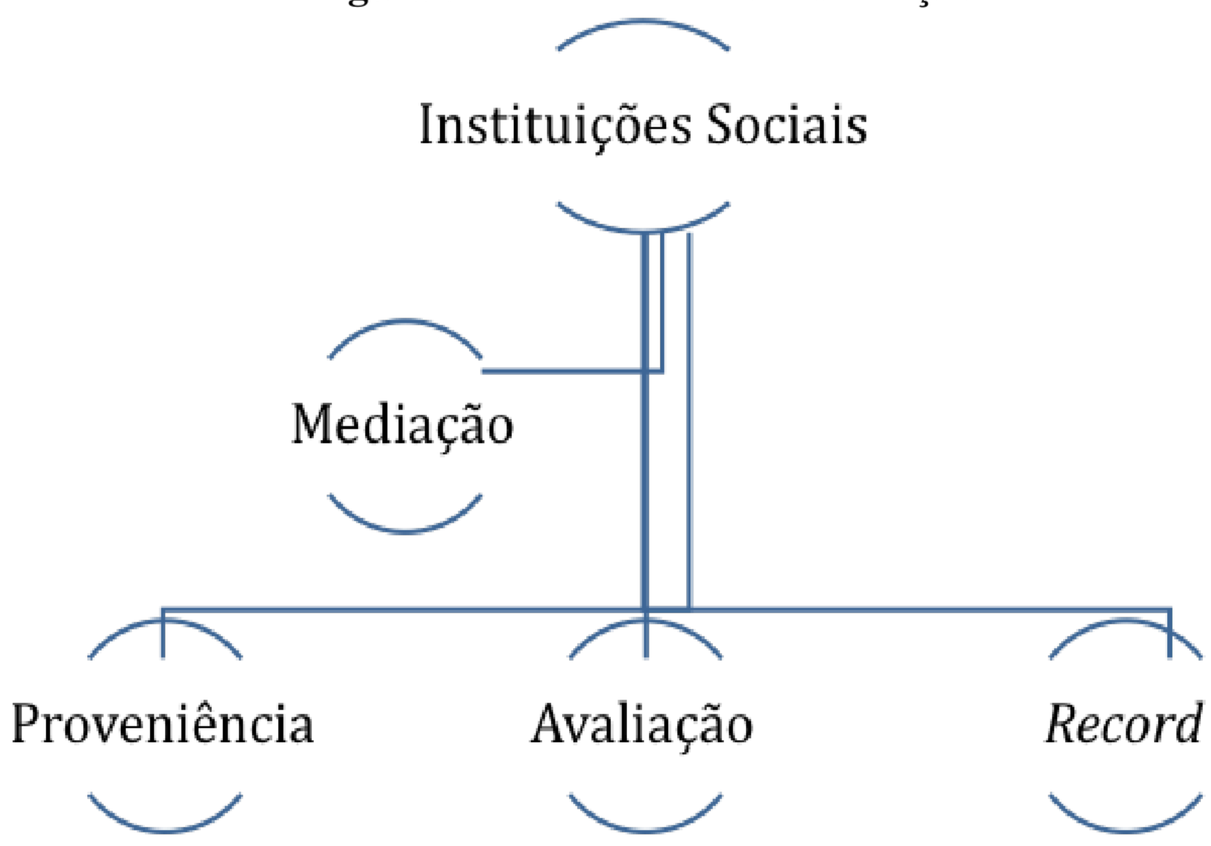
[58] Um entusiasta na defesa da *accountability* como fator motivador da produção documental dos sistemas de gestão organizacional é David Berman (1992). O britânico a dinamiza como justificativa à finalidade democrática. Em sua perspectiva, a responsabilização das instituições adota parâmetros na gestão das políticas de evidência das transações, das funções, dos processos e dos fluxos informacionais.

[59] A capacidade reflexiva dos conjuntos arquivísticos não recorre ao passado devido ao controle das decisões presentes. Do contrário, revestem-se da operacionalização do "agora", moldando um conjunto orgânico de resíduos cotidianos. Por esse ângulo, sua concepção tem vínculo direto com o processo histórico de constituição da noção cidadã, balizada pela credibilidade dos regimes democráticos.

permitindo (a) assegurar a eficácia administrativa e financeira das instituições; (b) fornecer um espelho das experiências entre os sucessivos administradores, e; (c) acessar evidências autênticas das decisões, bem como dos direitos e deveres dos cidadãos. Contudo, essas funcionalidades vêm sendo ofuscadas pelo *déficit* histórico de transparência do Estado brasileiro, intensificado pela condição periférica dos serviços arquivísticos, que impede sua transversalidade nas políticas públicas.

Esse panorama de interdependência entre o Estado e os conjuntos arquivísticos sinaliza movimentos insurgentes para consolidação diversificadora da memória social. Tais empreendimentos pluralistas foram motivados pela alteração na natureza mediativa, que passou a considerá-los como instituições sociais. Essa matriz desestruturante incitou (a) a redescoberta teórica do princípio da proveniência; (b) o reexame das bases avaliativas, e; (c) o impacto dos limites do documento arquivístico na conformação plural, ampliando a busca por novas evidências.

Figura 3- As brechas da desconstrução



Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

4.2 ARQUIVOS: INSTITUIÇÕES SOCIAIS

Pressupor uma Arquivística para a diversidade requer assumir tensões em seu processo de sedimentação teórica. Uma conduta dessa magnitude abandona a suposta objetividade positivista, que a desvinculou das metanarrativas sociais. Para o pesquisador Ophir (2011, p. 79), dois equívocos coexistem nessa abordagem. O primeiro é supor que o discurso contém o arquivo. Essa falha compreensiva acompanha o pertencimento transmitido pelas tradições culturais. Isso significa não esgotar uma única interpretação. O segundo equívoco coloca tais registros enquanto redutíveis a individualidades discursivas. Pelas razões realçadas pelo "desfacelamento das narrativas universalizantes", importa analisar as informações sob o prisma da proteção identitária das políticas públicas.

Sendo assim, é preciso levar em conta que a construção teórica arquivística é um subproduto do positivismo. Essa tradição fortaleceu a prática acadêmica, retratando a precisão na reconstrução dos fatos[60]. Esse contexto também originou a noção do arquivista enquanto guardião passivo dos traços do passado[61]. Conforme observado anteriormente, tal "espírito do tempo" sustentou o crescimento de repositórios oficiais, braços fortes do estado burocrático moderno.

Não obstante, estimulantes debates interdisciplinares reconhecem que os conjuntos arquivísticos "são menos parecidos com espelhos do que com tabuleiros de xadrez" (BURNS, 2010, p. 124, tradução nossa). Essa postura reflete a feitura dos registros, evidenciando uma perspectiva produtiva do conhecimento. Em outros temos, eles não são mais ferramentas para recuperação informativa. Sustentam-se nos instrumentos culturais de produção dos fatos, das taxonomias e das noções do que constitui a autoridade produtiva.

Essa reflexividade é expressão direta *(a)* da "virada lingüística" das humanidades nas décadas de 1960 e 1970. Ela constituiu os arquivos como entidade ontológica direcionada ao que White (1987) nomeia de "conteúdo da forma"; *(b)* das objeções

---

[60] Segundo Portondo (2016), a consideração dos arquivos como "reservatórios neutros" é um legado da "história científica" do século XIX. Seu principal empreendimento advém do pesquisador prussiano Leopold von Ranke, responsável por elevar a análise empírica das fontes à condição de princípio metodológico.

[61] Isso é percpetível tanto no Manual Holandês, publicado em 1898, quanto nos pensamentos do *Manual of Archive Administration*, de Jenkinson (1922). Neles, esse profissional aparece como servo obediente aos ditames do historiador. Sua responsabilidade seria preservar registros sem preconceitos, tornando-se "o devoto mais altruísta da verdade que o mundo moderno produz" (WALNE; ELLIS, 2003, p. 259, tradução nossa).

arqueológicas e da ordem das coisas de Michel Foucault (2008; 2014) em relação aos sistemas estruturantes do pensamento ocidental, e; *(c)* das meditações freudianas de Derrida (1996) e seus impulsos de manutenção dos registros como um processo de repressão das versões alternativas do passado[62].

Sendo assim, os conjuntos arquivísticos não seriam vistos como arsenais estáticos de informação, e sim como territórios de negociação dos atores socias[63]. Para Cook (2011), a primeira suposição obscureceu os "detentores" dos registros. Eles desempenhavam uma função crítica de seus entendimentos históricos. Ademais, contribuiu para a fragmentação prejudicial entre historiadores e arquivistas, suprimindo maneiras pelas quais se operavam significados[64]. Dito de outro modo, serviu para ocultar a subjetividade desses conjuntos.

Fato é que esses novos horizontes colocam tais acervos no terreno das instituições sociais, configurado pelo campo movediço da memória. O deslocamento da percepção da própria historicidade dinamiza a afirmação das particularidades. Ridener (2009) chama atenção para quatro pilares dessa viragem: (a) o reconhecimento do contexto cultural na produção dos registros; (b) o desejo de mudança paradigmática pela junção da experiência prática aos escritos teóricos; (c) o impacto da teoria crítica no campo, e; (d) a repercussão das tecnologias da informação e comunicação (TIC) sobre os conceitos.

Todos esses pontos jogam luz na crise de representatividade desses conjuntos pela relação dialética entre o "poder da informação e o poder das instituições de informação" (COOK; SCHWARTZ, 2002, p. 9, tradução nossa). A convivência entre esses elementos os potencializa enquanto ilustração do poder. Descortina seu fatalismo como repositórios permeados por valores sociais, além de confirmar a indução por fatores socioculturais, condicionando a elaboração mutável de seus significados.

---

[62] Esse grupo de pesquisadores observam os arquivos como uma língua estrangeira que demanda um entendimento das sociedades. Para eles, a tal "virada arquivística" repensa sua materialidade, bem como as maneiras de reivindicação de suas "verdades". Ann Laura Stoler (2002) argumenta que, embora essa recente retomada tenha se orientado pelo pensamento de Derrida acerca da inexistência de poder político sem controle do arquivo, a relação entre conhecimento e poder tem sido princípio matricial da etnografia colonial.

[63]Ketelaar (2001), Cook (2011), Blouin e Rosenberg (2006) simbolizam os conjuntos arquivísticos enquanto filtros para enquandramento dos discursos culturais. Nesse sentido, apresentaram intervenções para conformação das narrativas tácitas de poder.

[64] Essa preocupação coordena a maneira como as pessoas imaginam saber e os tipos de instituições que validam esse "conhecer". Em termos efetivos, Ann Stoler (2002, p.95, tradução nossa) afirma que ela toma convenções categóricas que distribuem "regras de confiabilidade, critérios credenciais e a quais projetos morais e políticos elas servem".

Esse panorama vislumbra combates pela memória como ferramenta pública. Observa as condições simbólicas de sua enunciação, revelando que sua instrumentalidade não pode ser avaliada em si mesma. Trata-se de tornar visíveis os mecanismos que determinam autoridade a certos discursos, enquanto outros permanecem descreditados. Do mesmo modo, tal postura abre espaço ao questionamento dos privilégios identificados nas formas de hierarquização memorial.

Submetidos a essa torção, os conjuntos arquivísticos vêm sendo observados como lastros da legitimidade discursiva. Vistos antes como instrumentos, transformam-se numa espécie de "selo de garantia". Por isso, o questionamento de sua natureza não constitui mais uma impropriedade. Ao contrário, atesta a compreensão do contexto social em sistemas de conexões estabelecidos entre valores e intencionalidades dos criadores, das instituições mantenedoras[65] e dos atores sociais.

> Os arquivos são vistos como reflexos das instituições que têm o poder de articular suas visões de mundo através dos documentos escritos e das imagens visuais, e que utilizam essas ferramentas de recordação com o objetivo de controlar, nomear, mapear, contar e classificar o mundo numa maneira que reflita seus interesses e valores, reforcem o seu poder, *status* e o controle dos grupos marginalizados e silenciados (COOK, 2010, p. 2, tradução nossa).

Estas palavras retomam esses espaços sob a ótica organizacional, reconhecendo seu traço político. É um trabalho que os ressignifica por variadas dimensões. Não se pode fugir da perspectiva de que um conjunto arquivístico é um campo notoriamente seletivo. É nele que atua o esquecimento, manifestando o privilégio de certas funções/atividades. Ou ainda determinando as vozes podem ser escutadas.

Ao que parece, o entendimento do Estado em sua pluralidade discursiva reconhece a natureza política da construção da memória coletiva. Por esse motivo, a possibilidade de representação social requer a elaboração de políticas públicas que apoiem experiências das diversas frações sociais. Caso isso não ocorra, suas existências coletivas serão praticamente desconsideradas.

---

[65]Eric Ketelaar aborda dois termos elucidativos para compreender a questão: *archivization* e *archivalization.* O primeiro, cunhado por Jacques Derrida, analisa a fase de criação dos registros, antes mesmo de sua guarda. Já o segundo encerra a consciência e/ou inconsciência das escolhas determinadas por fatores socioculturais.

Resta então a pergunta: por que então a memória como âncora? Uma das respostas possíveis seria a de que a organização regular de práticas culturais provê significações estruturantes às comunidades. Isso impõe a elaboração de representações simbólicas das concepções de mundo. É nesse sentido que a memória se torna uma maneira de ilustração do caráter intersubjetivo. A manutenção do acesso contextualizado permite pertencimento. Se a sociedade define o que, como e quando lembrar, a coesão intrapessoal coloca a questão da convenção da divisão do passado entre "memorável" e "esquecível".

Seguindo esse caminho, a memória social pode ser analisada como a experiência mediada pelas representações que transferem substância à identidade social. Compreender seu sentido aprofunda o exame de como os grupos cultivam interpretações comuns e admitem a potência de modelar realidades. Nessa perspectiva, o terreno da reflexão cultural desenha uma abertura plural por reafirmá-la enquanto convenção idealizada.

Sendo assim, tanto a fragmentação quanto a heterogeneidade passaram a ser ferramentas propícias à compreensão dos fenômenos culturais. Como diria Millán (2010, p.199, tradução nossa), atualmente "cada região se converte em zona de entrecruzamento, em laboratório social, onde o que ocorre não é a dissolução das identidades, e sim, a afirmação das mesmas através de sua refundação e atualização". Esse processo permite transformar conflitos sociais em bravatas culturais. No espaço dos arquivos, isso se reflete na compreensão de sua multietnicidade. Não só isso, faz com que "nossa atenção deva ir da questão de como fazemos os arquivos funcionar ao porquê os construímos" (FLECKNER, 2004, p. 16, tradução nossa).

Em termos nacionais, Miguel (2018) afirma que o funcionamento burocrático orienta o "Estado universalizante". Se é nele que se apresenta a correlação das forças sociais, suas tensões estão presentes também em seus sistemas de informação. Isso coloca seus produtos informacionais como parte integrante das disputas sociais. Mesmo revelando os meandros das disputas narrativas, configura-se a ideia de que qualquer institucionalidade estabelece seu regime de dominação.

Nessa visão, tais conjuntos são regimes informativos que explicitam as formas de distribuição dos poderes. O Estado não pode, portanto, ser observado como instrumento a serviço de determinada classe. Muito menos como um espaço neutro para resolução de

conflitos internos. Ele é, antes de tudo, a correlação das formações sociais em determinado momento.

Nessa perspectiva, os arquivos não são apenas instrumentos *per se*. Eles também condensam essa correlação de forças discursivas. Sua materialização está em disputa devido às contradições sociais que constituem a organização estatal. Por esse argumento, as instituições se tornam um *lócus* de litígio permanente. Seus elementos as posicionam como um espaço em disputa, retirando a ingenuidade da perspectiva de meras reprodutoras das relações. Tal olhar situa a dominação racional-legal como sobreposição burocrática.

No esforço de fortalecer sistemas democráticos, é possível revigorar a dominação como categoria central. Isso acontece tanto pela maneira com que ela dissimula sua insidiosa institucionalidade quanto pela forma em que combate as práticas emancipatórias. A perspectiva ainda parece weberiana: garantir que a dominação seja percebida como naturalização de uma ordem inevitável. Para o professor Miguel (2018), essa é justamente sua sagacidade: a áurea de imparcialidade que camufla interesses particulares.

Entretanto, os estudos recentes confirmam que não se deve ignorar o contexto institucional. Isso porque ele determina os padrões distributivos das possibilidades de representação dos conjuntos arquivísticos. Essa linha de pensamento incorpora o papel das estruturas sociais em sua potencialidade discursiva. Isso significa reconhecê-los enquanto dinamizadores das relações de força da arena pública. Tudo indica que não lhes cabe mais somente a ideia da manifestação materializadora de uma instrumentalidade desintencional. Entra em jogo a mediação informativa.

4.2.1 A Mediação Informativa

Esse cenário de ressignificação sugere um reencaminhamento teórico. Nele, a mediação ativa toma espaço na conformação da memória coletiva. Essa “transgressão” teve início a partir dos apontamentos de Terry Cook. Pensando na representação, o canadense investiu no caminho da “desnaturalização”. Na mesma direção, Kaplan (2002) afirmou que, assim como outras ciências sociais - com as quais a disciplina compartilha questões – a mediação foi convulsionada pelos debates do que ela nomeia de pós-modernidade.

No que diz respeito ao aspecto etimológico, a palavra *mediação* provém do latim *mediare*. Ela apresenta duas linhas de pensamento: uma sob a ótica da interposição e localização, que ocorrem em momentos diferentes; outra na atuação da resposta aos conflitos. Segundo os colombianos Morillo e Delgado (2017), a última acepção enfatiza uma harmonização entre duas ou mais pessoas que pretendem uma reconciliação.

Esse entendimento também é observado no *Dictionnaire d'initiation à l'info-com:*

> Do latim mediatio, "mediação", do verbo mediare, "estar no meio de". A mediação no sentido de "divisão por dois" usada no século XIII foi rapidamente abandonada. A partir do século XIV, a mediação era "o intermediário entre Deus e os homens". No século XIX, o termo foi usado na diplomacia: para reconciliar partidos e pessoas, envolve a intervenção de uma terceira parte em caso de conflito ou desacordo (CORROY; GONNET, 2008, p. 204, tradução nossa).

Já no *Dictionnaire encyclopédique des sciences de l'information et de la communication*, dirigido por Lamizet e Silem (1997, p. 364, tradução nossa), o termo aparece associado às dimensões individual, social e institucional enquanto "instância que garante, na comunicação e na vida social, a articulação entre a dimensão individual do sujeito e sua singularidade com a dimensão coletiva de vínculo social".

Para os franceses, o surgimento da mediação é fundamental ao ato da comunicação. A primeira corresponde ao momento em que o sujeito elabora representações de seu vínculo social. Por seu intermédio, ele assina estruturas de reconhecimento social. Nesse sentido, a língua representa o primeiro tipo de mediação justamente por dar sentido às relações. Isso ocorre porque a norma coletiva permite percepções simbólicas para descrever realidades comuns.

O segundo entendimento tem em vista o espaço social. Nele, as maneiras de intercâmbio entre os atores estruturam acepções de pertencimento em três contextos: a descoberta do mapa, a estética do espaço e o espaço comunicacional. Por último, remete ao entendimento das estratégias comunicacionais atreladas às lógicas organizacionais. Consubstancia a comunicação das instituições por atores que as integram, tendo em vista a visualização do espaço público na difusão de sentidos favoráveis ao exercício do poder.

De maneira mais direta que os franceses, o *Dicionário Breve da Informação e da Comunicação*, de Rodrigues (2000, p. 84, tradução nossa) reitera a mediação como

“processo de interlocução ou interacção entre os membros de uma comunidade, pelo qual se estabelecem laços de sociabilidade, constituindo assim o mundo da vida”. Nesse entendimento, a estrutura da língua e a ação social são locais privilegiados de mediação.

O espanhol Martín-Barbero (2003) escreveu uma obra impactante no campo das Ciências da Comunicação. Numa ênfase latino-americana, alterou a concepção dos esquemas funcionalistas nas pesquisas eleitorais. A relevância de seu trabalho está na interdependência entre comunicação e cultura. Esta última sustentou uma visão sistêmica, cujos elementos devem ser visualizados em sua integridade. Esse *insight* aprofundou miscigenações raciais, étnicas e religiosas. Inseriu também as narrativas populares. Para Maldonado (1999), esses elementos reivindicaram o deslocamento dos *meios* para as *mediações,* rompendo radicalmente a compreensão de seus processos sociais. Essa imagem transformou o papel do mediador, passando a ser um sujeito viabilizador dos sentidos das experiências comunitárias.

O entendimento do termo mediação no campo da Ciência da Informação pressupõe a presença daquilo que Davallon (2007) nomeia de terceiro participante. Nessa mesma lógica, Braga (2012, p.32) afirma que sua perspectiva genérica corresponde a “um processo em que um elemento é intercalado entre sujeitos e/ou ações diversas, organizando as relações”.

No que diz respeito ao entendimento nacional, Cunha e Cavalcanti (2008, p. 242), indicam em seu *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia* apenas a expressão “mediador cultural”. Ele seria um profissional com uma “formação cada vez mais especializada, obtida nos países da Europa, sobretudo em cursos de graduação e pós-graduação”. Chama atenção a dissociação para com a realidade sociocultural brasileira.

O pesquisador Armando Malheiro da Silva (2009) destaca que as obras de referência dos especialistas da Ciência da Informação primam pela ausência do termo. Elas deixam em aberto o exercício de sua apropriação. Mesmo diante dessa insuficiência conceitual, o português compreende a mediação enquanto processo intencional e planejado, que elimina a mínima possibilidade de neutralidade. Ela passa a ser entendida como posicionamento determinante das relações pessoais e/ou institucionais. Por isso, Ortega (2017) insere um ponto crítico nessa análise: a ausência de um significado claro privilegiou a metáfora da mera “ponte facilitadora” de acesso em detrimento das ações que

a precedem.

A perspectiva da interferência relacional também é reconhecida por Araújo (2012, p. 13) como "um 'colocar-se entre' e, por meio justamente desta ação, fazer se relacionarem diferentes sujeitos, instituições e instâncias". Da mesma maneira, Almeida Júnior (2009, p. 25) a insere nesse espaço de "interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural, individual ou coletiva".

Seguindo essa "linha intervencionista", os colombianos Morillo e Delgado (2017, p. 35, tradução nossa) afirmam que os profissionais da informação devem atuar enquanto "organizadores, intérpretes e promotores socioculturais". Eles corroboram esta ideia no ano seguinte (2018), elevando-a ao patamar de um elemento ativo na relação entre quem produz os conteúdos de quem os necessita. Com base no acesso à informação, esse entendimento objetiva expandir sua capacidade cognitiva pela participação ativa no tecido social. Prima-se pela interposição "entre o mundo do conhecimento e os micro-mundos das necessidades pessoais de informação e aprendizagem". Suas conclusões consideram a intencionalidade da mediação na relação dos conteúdos que orientam processos essenciais à fundamentação epistemológica.

Enquanto isso, o pesquisador mexicano Rendón Rojas (2018) relembra que a noção de intencionalidade fora construída no período medieval sob o sentido de *Intentio*. Este termo *In* indica movimento, somado à raíz indueuropeia *ten*, que significa *tender*, *tendis* "*tender sostenser*" - *Teneo, tenes*, tender, tender a, estirar, apertar - mais a terminação *tio*, denotando ação, processo ou estado. Sendo assim, a intenção é a ação de tender até algo.

Por intermédio dessa intervenção propositiva *que tende a algo*, a intencionalidade mediativa prima pela apropriação informativa. Seu processo informativo-documental elabora um conjunto articulado de atividades sobre os documentos, visando um público específico. Essas ações fortalecem a autonomia disciplinar por permitir o desenvolvimento social do campo. Dessa maneira, a mediação é inseparável da intencionalidade por sempre lhe outorgar sentido. Conforme asseveram Lara e Tálamo (2008): não reconhecê-la é assumir a antigua neutralidade da atividade documentária. Ao contrário, as atividades info-documentais acontecem dentro da perspectiva da mediação informativa. Elas contemplam a seleção, a produção, a ordenação, a preservação e os serviços de difusão.

Os pensamentos anteriores indicam tais atividades como mediadoras por natureza. A partir de seus instrumentos, o sistema não explica, mas significa os objetos. Estrutura arquiteturas para apropriação crítica da informação. Nesses termos, Atkinson (1999), assim como Espaignet, Fofana e Laurenceau (2003) relembram que a organização deve permitir o empoderamento do usuário. Sua finalidade é a prescindibilidade, que não pode ser compreendida enquanto contraria à autonomia dos sujeitos.

Na medida em que esse processo alicerça um conjunto de ações para facilitar atividades rotineiras, Smit (2009) entende que a organização da informação denota um procedimento. Já a sua transferência designa um objetivo. Daí resulta que a primeira se torne uma medida à finalidade de recuperação. Esse acesso se fundamenta em uma base metodológica. São ações articuladas com o devido rigor científico para "transformar" objetos em documentos.

Nesse mesmo sentido, o filósofo Rendón Rojas (2007) destaca o caráter humano da ação mediativa. Suas reflexões percebem a construção dessa experiência no horizonte da intencionalidade neoliberal. Com inquietudes histórico-epistemológicas, o pensador reitera que ela seria antes fruto da fundamentação da "sociedade da informação". Formalizada segundo um "*ethos* capitalista", o indivíduo que expressa intenções é tomado como sujeito político *a priori*; ativo ou reativo a certa eticidade. Dessa maneira, a interatividade do processo comunicativo a insere numa esfera humana ao preencher o mundo de intenções. A mediação, portanto, não transparece mera intermediação mecânica. Negar sua perspectiva humana converte o sujeito do processo em objeto, aniquilando a natureza das ciências sociais.

Sendo assim, a literatura do campo apresenta duas orientações no que diz respeito à mediação: a tradicional, empírico-normativa, e a social. A primeira se desenvolveu com base na objetividade dos processos comunicacionais; enquanto a segunda destacou a subjetividade das políticas informativas. Esta última desconsidera as fundamentações metodológicas da atividade documentária em sua viabilidade pragmática. Se por um lado representam propostas de significação oferecidas ao usuário, por outro, se afeiçoam a uma interpretação livre de controle[66].

---

[66] Esse reconhecimento não anula seu caráter intencional por considerar a produção representativa dos conteúdos. A primeira abordagem, por seu caráter propositivo, impacta na segunda, mas não a determina.

Essa mesma subdivisão é seguida por Davallon (2007) ao aferir determinismos técnicos (transmissão da informação) e sociais (interação de dimensões simbólicas). O pesquisador ressalta a segunda dimensão propondo uma aproximação científica entre as ciências da informação e da comunicação. Esse acercamento elabora um conjunto de conhecimentos sobre formas de funcionamento simbólico. Somente assim a análise dos objetos será concebida por dispositivos técnicos e/ou sociais.

Recentemente, Ortega (2018) estudou as implicações do predomínio da orientação empírica-normativa. A autora explorou seu caráter intencional como processo linguístico-comunicacional para apropriação dos conteúdos. Sua conclusão opera, de um lado, a ausência da articulação entre esses estudos. Devido à determinação marcadamente técnica, tal abordagem estabelece a ideia de transmissão sem considerar parâmetros pragmáticos que sustentem o contexto social. Por outro lado, essa circunstância denota que a perspectiva pública se constituiu a partir das limitações dos serviços informacionais. Este ponto privilegiou a interação dos usuários em seus fluxos informacionais.

Com o objetivo de deslocar tal "binarismo", Lara (2011) assume o sistema informacional em sua promoção seletiva. Considerando o caráter dialógico da comunicação, esse objetivo ativa a negociação de sentidos entre a emissão e a recuperação. As mensagens documentárias são tomadas como "ofertas de sentido" por refletir a organização de sistemas informacionais. Nessa perspectiva, as práticas documentárias se caracterizam enquanto sociais pela sua orientação institucional.

Ainda que discutida de maneira tímida, são perceptíveis avanços no que se refere à mediação nos arquivos. Essa questão remete aos paradigmas custodial e pós-custodial, subdivididos em três fases pela portuguesa Ribeiro (2011): sincrética, técnica e a científica e/ou pós-custodial. A partir do advento da Revolução Francesa, as duas primeiras acentuam seu caráter técnico-historicista. Já o segundo paradigma revela sua natureza científica, tendo como bússola orientadora a informação.

Segundo os portugueses, o paradigma custodial, por sua vez, sublinha duas correntes: a clássica e/ou tradicional, atrelada aos arquivos históricos, e a dos *records management,* direcionada aos acervos ativos e semi-ativos. Quanto às influências desses caminhos, Lopes (2013, p. 123) explica que "a tradicional, exerce uma hegemonia internacional no plano teórico e prático. A segunda, norte-americana, tem uma hegemonia

prática local no que concerne ao tratamento dos arquivos administrativos, especialmente os empresariais".

Para Brandão e Borges (2016) a negligência com a mediação arquivística se deve aos impactos do primeiro paradigma. Ele seria o responsável por tonificar a passividade profissional. Enquanto Lousada e Almeida Júnior (2012) colocam a razão na suposição de sua implicação nas práticas profissionais. Já Almeida Júnior (2009) afirma que o motivo dessa displicência se deve ao caráter estático com que ela foi encarada. Por outro lado, Ribeiro (2010) enfatiza que a vertente tecnicista-erudita priorizou o patrimônio cultural. Ortega (2017) coloca essa desvinculação na desarticulação das ações. Em sua visão, os teóricos consideram a mediação apenas como ferramenta predeterminada por orientações normativas. Esse entendimento operacional coloca em segundo plano a consciência dessa instrumentalidade.

O lugar comum dessas perspectivas é o sistema de informação, e não os usuários. Tal ideia fortaleceu a relação entre poder e custódia, enfraquecendo a visão "guardadores dos documentos". Não obstante, certas alterações no cenário comunicacional, sobretudo nos anos 1980, apontaram a coexistência de emergentes contatos com as instituições. Essa preocupação converge com as alterações epistemológicas socioculturais. Desse modo, certas críticas à teoria clássica promoveram a abertura ao paradigma pós-custodial[67].

Com base nessas mudanças, a mediação precisou estar voltada aos ambientes de trânsito desses usuários. Pressumiu o entendimento de seu comportamento e suas buscas enquanto utilizadores regulares ou potenciais desses serviços[68]. Analisa a apropriação da informação, agora entendida como mobilizadora de distintas "capacidades em movimentos de construção de sentidos" (PIERUCCINI, 2004, p. 2). Nesse cenário se apresenta o mediador pós-custodial, sinalizando o terreno que "lhe permitirá exercer funções em qualquer contexto orgânico produtor/manipulador de fluxo informacional" (RIBEIRO, 2004, p. 10).

---

[67] Na medida em que considera o usuário sujeito ativo, esse movimento se ajusta ao imperativo irrecusável da dispersão informativa nas plataforamas digitais. Ademais, as tecnologias da informação impactaram as maneiras de produção documental, bem como seu acesso e uso. Outro ponto de alteração condiz com a consideração da informação como insumo elementar a variadas atividades humanas.

[68] Conforme observado, a perspectiva atual considera que a subjetividade da mediação nas práticas arquivísticas impacta as atividades de classificação, descrição e disseminação. Essa visão desafia tanto a objetividade quanto a neutralidade. Ela vem constatando a interferência de significados que identifiquem tipologias, elaborem Planos de Classificação ou até mesmo subsidiem a seleção informativa.

4.2.1.1 A Redescoberta da Proveniência

A análise crítica do princípio da proveniência imprescinde da clarificação prévia da convenção de fundo arquivístico. Mesmo com importância ímpar, seu reforço à vinculação eurocêntrica expressou certo "estranhamento"[69].

> Apesar de seus grandes antecedentes europeus, que foram prontamente aceitos e longamente debatidos em Québec, o fundo permanece relativamente desconhecido na América do Norte anglofônica. Sem dúvida, mesmo entre seus mais ferrenhos defensores, a convenção continua sendo usar a expressão em itálico para indicar sua natureza estrangeira, o que o presente estudo não adota. Essa característica exótica e um tanto estrangeirista do fundo foi reforçada pela definição oficial proposta pela *Society of American Archivists* em seu *Basic Glossary* e muitas vezes repetida em livros de arquivística.
> (COOK, 2017a, p. 15):

Dessa maneira, ao demarcar a trajetória dessa convenção, ressalta-se que suas chaves elementares estão no relevo de produção e acumulação. Parte-se da ideia de que instituições e indivíduos produzem informações no exercício de suas funções, desdobrando no "agregado de material documentário" (COOK, 2017b, p. 17). Segundo Reilly (2005), essa "naturalidade" cria uma reunião orgânica capaz de proteger o contexto de gênese, garantindo a integridade do que está sendo comunicado.

Para tornar mais clara a concepção, resta saber como identificar o produtor de um fundo documental. Para isso, o pesquisador canadense se utiliza de uma visão fora da "germânica-britânica-norte-americana". Dialoga com os cinco critérios básicos de Duchein (1983): **(a)** identidade jurídica prevista em um estatuto legal, promulgada em ato; **(b)** mandato oficial claramente estável, declarado em documento regulatório; **(c)** posição hierárquica administrativa com os outros níveis, definida no documento de origem; **(d)** poderes e autonomia suficientes para tomar decisões; **(e)** uma organização interna explícita em organograma. Scott *et al.* (1980) entram nessa discussão ao abordar o **(f)** arquivamento independente de informações na entidade administrativa. Os pesquisadores australianos

---

[69] Tal sentimento se deve ao desenvolvimento, no século XVIII, de métodos de organização na Prússia, paralelamente ao estabelecimento do Arquivo Nacional Francês. No período de ocupação napoleônica, essa maneira de tratá-los se dissemina pela Europa, subjugando os documentos a uma unificação por assunto. O *princípio de respeito aos fundos* equaciona problemas oriundos dessa ordenação temática, numa tentativa de garantir a organicidade.

primam pela coluna vertebral informativa que atravessa o sistema de classificação. Isso porque funções e atividades, retratadas na organicidade, preservam a significância contextual.

Retornando ao princípio da proveniência, embora seja consensual a demarcação de sua origem no ocidente europeu nos séculos XVIII e XIX, sua legitimidade originária é passível de discussão. O francês Michel Duchein (1983) esclarece que isso ocorre em razão da prática ter precedido sua denominação. Elucida ainda que o conceito é denominado de várias maneiras em diferentes países: na Alemanha como *Provenienzprinzip*; na Inglaterra, *archive group*; na França, *fonds d'archive*; na Itália e na Espanha, *fondo*; e nos Estados Unidos, *record group*[70].

Muitos teóricos reiteram sua formulação enquanto resposta emergencial aos esquemas temáticos. Isso porque manter registros históricos de acordo com a fonte produtora era prática recorrente em chancelarias e tesourarias europeias. O agrupamento temático era uma metodologia razoável pelo costume de organizar os registros públicos de diferentes criadores. Por conseguinte, alguns vestígios de famílias da elite não podiam ser considerados administrativos, já que seu caráter de acumulação seguia outros interesses.

Sweeney (2008) estudou as origens ambíguas do princípio, indicando quatro motivos: ***(a)*** a influência das bibliotecas; ***(b)*** os sistemas hierárquicos provindos do espírito iluminista eurocêntrico; ***(c)*** a interferência do princípio da pertinência enquanto arranjo conteudístico, independentemente da proveniência, e; ***(d)*** a implementação de arranjos intelectuais para satisfazer demandas específicas dos historiadores do *Archives Nationales* francês.

Contudo, a adição constante de novos materiais a esses acervos tornou praticamente impossível manter o tema como elemento matricial. Percebia-se que raramente os registros forneciam informações sobre apenas um tópico. Desse modo, a escolha de uma categoria específica sobrepujava conteúdos merecedores da mesma atenção. Dividí-los dessa maneira contribuía para solapar seu contexto de criação, eliminando qualidades essenciais do trabalho de pesquisa *a posteriori*.

---

[70] O mesmo argumento foi utilizado pela espanhola Antonia Heredia Herrera para quem o princípio, mesmo que sem denominação, foi aplicado em várias cidades e estados da Europa, como Halle (Saxônia) em 1777, Dinamarca em 1791 e Nápoles em 1812.

Como se percebe, a noção axiomática acerca dos fundos documentais nem sempre foi algo evidente. Sua descoberta foi significativa diante dos problemas do gerenciamento temático. Isso porque sua fundamentação passou a preservar os registros em suas respectivas administrações. A título de exemplo, Brenneke (1953) questionava a proveniência enquanto princípio funcional. O diretor dos Arquivos Privados da Prússia conclamava que sua aplicação acrítica resultava em imprecisões. O autor ainda defendia que os registros fossem colocados na ordem de emergência dos negócios, postulando as estruturas da organização, das tarefas/funções e dos registros.

Mesmo diante de tendências contrárias, essa perspectiva ganha popularidade a partir do século XIX. Sweeney (2008) afirma que ela sempre será um construto teórico fundamental e, ainda que existam diferenças terminológicas, será universalmente aceita como base prático-teórica. Nesse mesmo sentido, o italiano Casanova (1928) posiciona o princípio como referência da integralidade, da intangibilidade e da inalterabilidade das séries[71].

Esses parâmetros demonstram a preocupação com o acesso em consonância às maneiras de produção. Ao afirmar que registros originários da mesma fonte devem permanecer unidos, a proveniência estabelece tanto a autenticidade quanto as prioridades de aquisição, avaliação, arranjo, descrição e recuperação. Partindo de uma visão reativa, a pergunta crucial seria: como tornar compreensíveis as séries documentais? O cerne dessa inquietação esclarece os propósitos de gênese para proteger as características orgânicas elementares ao entendimento das maneiras de sua utilização.

Embora o princípio da proveniência apresente dificuldades de definição, sua história revela muitas especifidades. Isso torna praticamente contraproducente privilegiar um significado específico. O exame de seu processo, todavia, é preponderante para expressar o fluxo de seu funcionamento, mesmo que se continue a debater as maneiras de sua aplicação,

Tudo indica que os franceses assumem a responsabilidade por esse *turnpoint* pela introdução da noção de *respect des fonds* em uma circular administrativa do Ministério do

---

[71] Para garantir a integridade dos conjuntos, o princípio se ancorava sobre quatro pilares: (a) os fundos documentais deveriam ser originários da mesma fonte produtora; (b) as atividades de arranjo e descrição elucidariam o contexto de gênese; (c) os arquivos eram disponibilizados no mesmo local de produção, e; (d) a custódia ininterrupta era imprescindível para fornecer valores probatórios às múltiplas finalidades.

Interior, datada de 24 de abril de 1841. O diplomata e historiador Natalis de Wailly disseminou a ideia de que todos os documentos provindos de um órgão, estabelecimento, família ou indivíduo deveriam ser mantidos juntos. Seu compatriota Duchein (1983) denominou essa demarcação enquanto primeiro princípio de provisão da integridade externa dos fundos.

O pedido administrativo exigia ainda a manutenção da ordem original do momento de produção. Michel Duchein afirmou que esse seria o eixo do princípio interno dos fundos (*l'ordre primitif*)[72]. Soma-se a isso as origens documentadas da proveniência por Dom Jean Mabillon, em seu trabalho, *De Re Diplomática*, publicado em 1681. Nesse texto, o beneditino francês estruturou a crítica documental como garantia de autenticidade. Concentrou sua atenção na fonte dos registros, comparando detalhadamente aqueles emitidos pela mesma chancelaria. Embora Duchein não indique em que momento o termo comece a ser utilizado, a junção dos dois axiomas formava a base do princípio.

No que diz respeito às definições técnicas, o *Dicionário de Terminologia do Conselho Internacional de Arquivos* o define enquanto elemento normatizador. Isso por assumir que registros da mesma origem não devem ser "misturados" aos de qualquer outra. Sendo assim, a proveniência foi definida enquanto agência, instituição ou indivíduo que cria registros na condução de seus negócios. A fim de preservar tais relacionamentos, esse entendimento foi estendido para incluir a ordem original. Nela, os conjuntos de proveniência única devem perpetuar a classificação de sua produção.

Já o Manual dos holandeses Müller, Feith e Fruin (2003) não utiliza a palavra "proveniência", mas a articula aos conceitos de fundo e ordem original. Tanto que a regra número um delineia o primeiro elemento como conjunto de documentos escritos, desenhos e/ou impressos, recebidos ou produzidos oficialmente por um órgão administrativo. A oitava assume que os vários grupos documentais devem ser mantidos separadamente. Enquanto a regra dezesseis capta o sentido da ordem original, impondo um sistema de classificação correspondente à organização administrativa.

O princípio da proveniência e o conceito de fundo foram incluídos também no Manual de Jenkinson (1922). Sob a ótica da *defesa moral dos arquivos* (*moral defense of archives*), o britânico trata o primeiro enquanto princípio de origem (*principle of origin*),

---

[72] Esse preceito foi nomeado pelos arquivistas prussianos como *Strukturprinzip*, por volta de 1880.

ao passo que o segundo é denominado "grupo de arquivo" (*archive group*). Seu trabalho apresenta procedimentos para organização como condição essencial da qualidade das fontes. Não obstante, essas interpretações ocorrem de maneira restrita ao lugar de onde procedem, tornando indispensável o estudo da história administrativa.

Segundo Schellenberg (1956), a primeira referência ao princípio nos Estados Unidos foi realizada em 1909 por Waldo Gifford Leland. O norte-americano afirma que ela se deu pela influência da primeira Conferência de Arquivistas (1910). Tanto que o relatório final da *Illinois State Education Building Commission* enfatizou a importância das funções administrativas no esclarecimento das origens documentais[73].

O Canadá se insere nesse debate ainda na década de 1950. Mesmo diante da influência norte-americana do *National Archives and Records Administration*, o *Public Archives of Canada* nunca pareceu convencido da funcionalidade do princípio. Somente a partir do relatório do *Consultative Group on Canadian Archives* a convenção passa a ser alvo de discussão, percebida em inúmeras páginas da revista *Archivaria* da *Association of Canadian Archivist*.

Na década de 1960, o conceito de *record group* ganhou atenção nos países anglosaxões. Scott (1966) articula os motivos de seu abandono na revista *American Archivist.* A fim de favorecer a matricialidade das séries documentais, o australiano apresentou suas limitações sob a problemática da classificação em fundos únicos diante dos sucessivos agrupamentos governamentais. Sua deserção foi extremamente relevante para lidar com a quantidade de séries originárias desses novos relacionamentos. Desse modo, a defesa da série como unidade apropriada para descrição se daria pela não restrição ao contexto de gênese. Ela sustentaria a organização física para entralaçar alterações às responsabilidades departamentais.

Enquanto isso, o norte-americano Fenyo (1966) se aprofundou na trajetória histórica da adoção. Seu estudo apontou dois pontos: *(a)* a resistência dos profissionais de seu país em adotar o termo francês "*fond*", e; *(b)* a falta de consenso sobre o significado de

---

[73] Ao analisar as fontes históricas de 1942, Schellenberg assinala que, embora a combinação de métodos fosse empregada, dois terços dos repositórios organizavam seus itens cronológicamente e um terço por assunto. Ou seja, mesmo após trinta anos do consenso sobre o princípio, a maioria dos profissionais o ignorava. Em sua opinião, duas condições contribuíam a essa realidade: a ausência de um sistema centralizado para controlar os registros e o volume exorbitante de materiais integrados aos acervos após a Segunda Guerra.

"*record group*". Na contramão, Berner (1976; 1983) apresentou a relutância da extensão dos princípios arquivísticos de arranjo e descrição aos documentos pessoais. Para ele, há um equivoco na restrição do conceito de *record* às corporações públicas. A fim de alimentar sua consistência, o autor defende a aplicação dos conceitos de "*record group*" e "*subgroup*" também nos acervos pessoais.

Nos anos 1970, Duchein (1977) acrescentou a dimensão histórica ao princípio. Essa atitute foi sustentada pela necessidade de entender o contexto de seu processo de criação. Além de sua finalidade, para quem, quando e como foi recebido pelo destinatário, chegando aos usuários. Vinte e um anos depois (1998), o autor apresentou alterações na noção devido aos novos comportamentos institucionais. Mesmo diante desse cenário, em sua opinião, o princípio seguiu sendo o elo orgânico que auxilia o entendimento do "todo documental".

A partir dos anos 1980, os canadenses percebem possibilidades expansivas na abordagem contextual da proveniência. Essa revisitação foi consequência da complexidade geográfica do país porque as demandas comunitárias alteraram decisivamente a provisão direta dos conteúdos. Tendo em vista a conscientização dos pesquisadores para localizar fontes, a ampliação compreensiva de sua natureza recebe novas bases pela noção de propriedade. Soma-se a isso o imperativo de provisão de um novo sentido à gestão informacional.

De modo geral, as novas preocupações referentes à natureza da proveniência emergem das vias administrativa e histórica. A primeira indica os pensamentos de David Bearman, Richard Lytle, Mario Fenyo, Peter Scott e Max Evans. Segundo Nesmith (1993), esse trabalho coletivo seria a maior contribuição à agenda atual de gestão. Enquanto a segunda via aprofundou o conhecimento dos procedimentos comunicacionais da história institucional. De maneira lúcida, esses dois horizontes delinearam a compreensão da fonte produtora. Sua expansão incorporou qualidades espaço-temporais às histórias do criador, dos registros e da custódia. Esse movimento percebia o enfraquecimento da integridade evidencial ao basear a proveniência na propriedade (*ownership*) única, quebrando a cadeia de custódia.

Bearman e Lytle (1985-1986) defenderam o papel ativo do princípio ao oferecendo uma crítica à sua aplicação em ambientes arquivísticos. Os autores propuseram sua expansão como norteadora da recuperação informativa. Essa nova perspectiva apresenta as

distorções provocadas pelo modelo clássico organizacional do século XIX. Uma delas seria a de nivelar a proveniência com o de "*record group*". Em sua visão, essa feição debilitava a efetiva recuperação dos conteúdos por se assentar numa perspectiva mono-hierárquica, que deduzia um sistema informativo reducionista.

Os anos 1990 apresentam as primeiras análises sob um olhar considerado "pós-modernista". Brothman (1991) percebeu que a informação digital inseriu o princípio em um terreno inseguro. Esse novo ambiente colocou em xeque a persistência de seu sentido, uma vez que a estabilidade do sujeito moderno já não poderia ser aferida. Desse modo, o tratamento documental se transformou num espaço de conformação da memória por criar ou destruir valores de determinada ordem social.

Na esteira dos dilemas oriundos da gênese desses ativos em sistemas eletrônicos, o norte-americano David Bearman (1992a; 1992b; 1994a; 1994b) ofereceu várias maneiras de revisão. Suas objeções visavam a vertiginosa produção documental nas administrações. Enquanto Luciana Duranti (1993) percebeu na natureza do princípio a redescoberta da tradição do campo de pesquisa.

Para o canadense Nesmith (1993; 1994), tal revisitação implicaria na mudança da lógica de provisão informativa. Essa alteração desvela sua própria "história". Em outros termos, o princípio seria paradigmático por deslocar a plataforma tradicional aos processos de conhecimento. Em sua perspectiva, a centralidade da informação enquanto produto acabava por limitar as buscas, arruinando o inter-relacionamento dos registros.

Horsman (1994), por sua vez, realizou uma análise minuciosa do princípio. Sua revisão histórica revelou que o *respeito aos fundos* teria sido canonizado a partir do Manual dos Holandeses (1898), endossado pelo Congresso de Bruxelas (1910). Na medida em que a ordem original é encarada sob uma perspectiva conceitual, tal pespectiva abandona a raiz francesa. Como o princípio se responsabiliza pela complexidade do contexto de elaboração, sua produção ocorreria sob a dinamicidade do arranjo intelectual, aferida pela tradução do trânsito contínuo das alterações funcionais.

Por outro lado, Menne-Haritz (1993) defendeu a harmonização da avaliação ao princípio da proveniência. Como a evidência é a meta de sua metodologia, a alemã destacou que os documentos arquivísticos não são criados em função da posteridade. Sua finalidade

jurídico-administrativa os sintoniza ao princípio, considerado um elemento preponderante ao arranjo e à pesquisa das fontes.

Recentemente, Horsman (2002) reviu seus pensamentos. Segundo sua perspectiva, os desafios de sua ampliação acentuaram o vazio consensual de sua aplicação, gerando dúvidas sobre a restauração da ordem original[74]. Nesse mesmo trabalho, Peter Horsman traçou uma linha de pensamento semelhante à de Terry Cook. Sob um olhar "pós-custodial", a complexidade das instituições amplia fronteiras da produção informativa. Sendo assim, a descrição virtual se impôs ao arranjo físico, fazendo surgir a concepção da proveniência virtual. A partir dela se abandona o peso da dimensão externa que secundarizava a ordem interna. O pesquisador deseja desconstruir a "dogmatização" dessa nomeada "totalidade orgânica", levando-a às interferências humanas nas estruturas.

Com base no conceito de proveniência advindo da Museologia e da Antropologia, Laura Millar (2002) demonstrou que sua localização num único ponto de origem é cada vez menos factível. A autora acende um alerta para se pensar na quebra da cadeia de custódia entre jurisdições, sugerindo três "histórias": a do criador, a dos documentos e a arquivística. Essa tríade forneceria uma interpretação plausível do contexto, tornando a tarefa de descrição indispensável à gestão. Aproveitando esse presságio, a autora recomenda o abandono do princípio. Isso porque a noção implica na completude que jamais será alcançada porque documentos são destruídos ou perdidos. Isso significa que profissionais gerenciam resíduos, nunca a soma dos conjuntos.

Desde uma perspectiva pós-colonial, Jeanetter Allis Bastian (2003-2004) atacou a estreiteza do princípio no que diz respeito à questão cultural. Sua estratégia foi separar a relação entre custódia, acesso e proveniência nos arquivos das colônias das Ilhas de *Danish Virgin*. Partiu da preocupação em revelar a fragmentação a que foram submetidos por parte dos norte-americanos e das autoridades do *Danish colonial*. Da mesma maneira, Reilly (2005) percebeu que esse distanciamento considerou também os sujeitos e seus produtores, restaurando o acesso local a evidências invisíveis. Essa ideia foi declarada anteriormente por Terry Cook (1984-1985): a noção do arranjo físico armazenado num único lugar não se sustenta na nova configuração do controle intelectual. Por isso, uma atitude pós-custodial favorece o acesso pela custódia distribuída.

---

[74] Horsman aponta que a questão da obediência estrita a este princípio fora levantada por Adolf Breneke.

Outro aspecto relacionado a esse processo de expansão é a análise de conteúdo para descrição das fontes não tradicionais. O desafio estaria em elaborar meios auxiliares de acesso sem perpetuar os esteriótipos culturais dos gestores. Nesse sentido, Wurl (2005a; 2005b) afirma que a grande contribuição dos estudos acadêmicos sobre os povos originários foi justamente nomear as interações dos pesquisadores com essas comunidades.

Douglas (2010) aprofundou seus aspectos históricos partindo da mesma ideia de Peter Horsman: a proveniência não foi uma invenção exclusivamente francesa. Afirmou que os arquivos da Prússia estimulavam a *Provenienzprinzip* (documentos separados em administrações) *e a Registraturprinzip* (respeito à ordem do produtor). Para ele, a metáfora do "organismo vivo" teve origem no Manual produzido por Feith, Fruin e Muller (1898). Coube aos holandeses empregá-la como construto intelectual no Congresso Internacional de Bruxelas (1910).

A professora assistente da *University of British Columbia* também apontou a tendência de reconhecimento do conceito de fundo em um patamar intelectual. Seu interesse está nos variados processos e agentes que formatam os arquivos pessoais, assim como suas maneiras de representação nos princípios e métodos tradicionais. Numa questão, qual seria o impacto dos profissionais responsáveis pela gestão no emocional dos membros comunitários?

Partindo desse incômodo, a pesquisadora considerou as relações entre os criadores mais importante que a localização física dos registros. Essa foi justamente a base do sistema de *proveniência societal* canadense. Tal perspectiva adotou a análise dos aspectos sociais na gênese avaliativa. Em suas considerações, a autora resume três momentos para aplicação do princípio. O primeiro enquanto método prático. O segundo, na metade e final do século XX, extrapolando a esfera intelectual. Por fim, sua expansão em decorrência da justaposição ao contexto social[75].

Wurl (2005a) questionou os conceitos de propriedade e custódia[76]. O professor partiu da questão colocada por Harney (1982): quais seriam as implicações da etnicidade

---

[75] Nesse mesmo sentido, Bailey (2013) descreveu a apreciação crítica dos conceitos de fundo, proveniência e ordem original. Seu trabalho reforça a urgência de modelos natodigitais devido às limitações das antigas abordagens.

[76] Sua perpectiva parte de suas experiências com processos migracionais enquanto curador da *Immigrantion History Research Center* e programador da "Divisão de preservação e Acesso" da *National Endowment for the Humanities*.

como maneira de proveniência? Para responder à questão, o autor dialogou com Roediger (2005), para quem a etnicidade apresenta as seguintes características: (1) é uma construção social de afiliação grupal, e não algo predeterminado geneticamente; (2) grupos étnicos compartilham senso de origem e solidariedade; (3) a identidade étnica é dinâmica[77].

Nesse sentido, Wurl e Harney analisam com mais atenção as formas pelas quais as comunidades transmitem informações. Isso porque operar o senso de etnicidade como maneira de proveniência coloca desafios à custódia tradicional. Documentar certas etnias requer expandir fronteiras conceituais e permitir a libertação da clássica "proveniência física".

Por fim, a brasileira Shirley Franco (2012) apresenta a noção de ramificação. Sua pesquisa serve de contraponto às afirmações das autoridades oficiais sobre a destruição total dos documentos referentes ao movimento político da Guerrilha do Araguaia (1972-1975). A partir da percepção da "sobrevivência" de uma profusão de evidências, a autora coloca a insuficiência tanto do conceito de fundo quanto do princípio da proveniência. Em sua perspectiva, a ramificação fez com que os registros "sobrevivessem" devido às interconexões institucionais das missões militares.

---

[77] Na opinião de Wurl (2005a), não compreender essas dimensões da proveniência estreita a noção contextual, suprimindo esforços de documentar dimensões sociais. Para ele, a inter-pessoalidade e interdependência estruturais precisam ser respeitadas como maneiras de disposição da proveniência.

Quadro 1- Caminhos da Proveniência

DÉCADA	AUTORES	ARGUMENTOS
1950	Adolf Brenneke	Princípio funcional com três estruturas: a organização, as tarefas/funções e os registros.
1960	Peter Scott	Abandona o Record Group como base classificatória e adota o modelo de séries documentais.
	Mario D. Fenyo	Aponta a resistência dos norte-americanos em adotar o termo "*fond*". Afirma a ausência quanto ao entendimento de *record group.*
	Richard Berner	Aplica o conceito de *record group* e *subgroup* também aos documentos pessoais.
1980	Michel Duchein	Elo orgânico harmonizador da descrição.
	David Bearman Richard Lytle	Potencial de recuperação informativa nas organizações. Abandona modelo clássico organizacional
1990	Brien Brothman	Coloca em xeque a persistência do sentido dos registros. Instituições enquanto espaços de conformação da memória coletiva.
	David Bearman	Revisita o princípio tendo em vista a vertiginosa produção administrativa.
	Luciana Duranti	A nova percepção sobre a natureza dos documentos e dos seus criadores permitem redescobrir a tradição.
	Tom Nesmith	Paradigmático por desvelar a *"história"* dos registros. Altera a perspectiva aos processos do conhecimento.
	Peter Horsman	Foca o "arranjo intelectual" reconstruindo o *continuum* de trânsito das fontes.
	Menne-Haritz	Sua finalidade jurídico-administrativa de gênese harmoniza o princípio. Elemento preponderante ao arranjo e à pesquisa das fontes.
2000	Jennifer Douglas	Reconhece o conceito de "fundo" em um patamar abstrato. As relações entre os criadores são mais importantes que a localização física. Os valores sociais afetam a produção documental, influenciando a avaliação.
	Jefferson Bailey	Demonstra a urgência de novos modelos aos arquivos natodigitais.
	Shirley Franco	Noção de ramificação (interconexão institucional).
	Wurl	Proveniência étnica.

O quadro acima demonstra que o princípio da proveniência e a noção de fundo documental são capitais. Em conjunto, revelam a "essência" do fluxo documental. Entendê-los afeta tanto a terminologia usada nos níveis da descrição quanto a recuperação informativa.

Por intermédio da nova dinâmica de produção das fontes, a partir da década de 1960, inicia-se um movimento de reapreensão de seu significado. Esse sentido esclarece a debilidade latente de compreender processos e atividades a partir dos esquemas mono-hierárquicos. Tal revisão converteu dois pontos: ***(a)*** a existência da riqueza informativa organizacional, capturada, ao menos em parte, por quem a cria e a administra; ***(b)*** a necessidade de um modelo teórico que englobe a complexidade institucional. Esses elementos suscitaram uma estrutura de relacionamento poli-hierárquico dinâmico para explicar missão, estrutura, funções e atividades.

As maneiras de revisitação apresentadas podem ser resumidas na expressão *"Mind Over Matter"*, cunhada por Cook (1992a). Pode-se também retroceder a Taylor (1988a; 1987-1988; 1984), cujo propósito é inseri-lo numa abordagem situada na "historiografia social". O comprometimento com *standarts* de conhecimento que demonstrem *como* e *por que* os documentos arquivísticos foram produzidos não permite aos profissionais observar apenas a empiricidade de seu trabalho. Ao contrário, eles devem reconhecer padrões de conhecimento, transcendendo a massa informacional a que estão submetidos.

Ao que parece, novos empreendimentos tendem à abstração conceitual. Sua sistematização insere a autodeterminação dos criadores para ampliar o contexto de gênese. A finalidade desse trabalho reconhece padrões constitutivos da produção documental. Aproxima-se a expansão compreensiva das fontes para retornar às narrativas comunitárias. Por oportunizar o entendimento da produção dos fundos e de seus co-criadores, esse caminho apresenta diversos participantes. Em suma, o desafio é enriquecer a compreensão contextual pela seguinte questão: como as comunidades identificam e recuperam suas histórias?

4.2.1.2 A Avaliação da Avaliação Arquivística

Nas últimas décadas, a Arquivística questiona sua capacidade de diversificação com novas abordagens avaliativas. Segundo Hackman e Warnow-Blewett (1987), novos elementos fundam a necessidade de coordenar a retenção das fontes. Com seus incômodos quanto à passividade profissional, Ham (1975) questionou a negligência dessas estratégias. Percebeu que a tarefa profissional seria fornecer ao futuro registros representativos do presente: "mas por que fazemos isso tão mal?" (HAM, 1975, p. 5, tradução nossa).

Cox (1994) adiciona dois incômodos à problemática. O primeiro é a confiança em abordagens teóricas para solucionar disfunções nas coleções das bibliotecas. O segundo, sua restrição às formas tradicionais de documento arquivístico. Estes dois pontos desafiam esse "documentar a sociedade" com um conjunto restrito de fontes. Nesse senido, a avaliação precisa buscar maneiras de selecionar para além das fontes "privilegiadas". Afinal, a missão dos arquivos seria documentar a sociedade ou preservar evidências institucionais? Essa busca opera dilemas de avaliar sem técnicas que justifiquem a coerência das escolhas.

Com o objetivo de entender esta questão, este subtópico apresenta (1) os parâmetros tradicionais (princípios e critérios) que valoram registros passíveis de preservação; (2) os dilemas advindos do modelo schellenberguiano, e; (3) as perguntas ressignificadoras desse processo, que suavizam os efeitos colaterais dos pontos anteriores.

Ao que parece, o vácuo de ferramentas conceituais coincide com fervorosas discussões para suprimir preocupações avaliativas. Em vista da "explosão informacional", o final da década de 1960 tornou praticamente impossível passar incólume às reflexões sobre o tratamento das fontes. Movidos pelo impacto tecnológico, a convergência do debate internacional gerou uma série de modelos.

A partir dos anos 1990, a padronização passa a ser a tônica. Tal preocupação foi manifesta na conferência da *Association of Canadian Archivists* (ACA), em 1991, e no Congresso Internacional de Arquivos[78], no ano seguinte. Esses eventos mobilizaram um debate sobre o impacto tecnológico na seleção dos registros. Destacam-se nesse quadro as

---

[78] Bastien, "*Standardizing the Appraisal and Selection Process"*; Cox, *"Standardizing Archival Practices: A Tool for the Information Age"*; Gavrel, *"Information Technology Standards: Tools for the Archivist"*.

reflexões de David Bearman e o projeto *InterPares*, iniciativa da *University of British Columbia*, que levantou requerimentos para assegurar a autenticidade dos documentos produzidos eletrônicamente. A discussão subentendia critérios para a preservação a longo prazo, provendo maior segurança nas decisões avaliativas. Nesse sentido, a *International Organization for Standardization* (ISO) empreende o gerenciamento a partir do contexto funcional. Os *standards* resultantes dessa iniciativa foram incorporados posteriormente à visão australiana integrativa do *records continuum*.

A aceitação de que a documentação encapsula determinados valores tornou a redução quantitativa elemento crítico de sucesso. Sua qualificação fundamenta os valores schellenberguianos. Segundo Cox (1994), eles são dirigidos: (a) pela necessidade dos criadores, que devem determinar a seleção, e não pesquisas futuras; (b) pelo conhecimento de fontes alternativas para complementar lacunas; (c) pelo envolvimento no processo de gênese; (d) pela participação de uma equipe multidisciplinar, e; (e) pelo reconhecimento de que alguns registros podem ser mantidos com métodos pré-determinados.

Da mesma maneira, Cook (2000b) apresenta nove critérios gerais para fundamentar a avaliação:

(a) completude e compreensão da série: quanto mais completa e abrangente, maior a possibilidade de representação. Isso porque as funções e os programas devem incluir casos de sucesso e de insucesso também dos aspectos regionais;

(b) autenticidade: por serem resultados de procedimentos formais, os registros devem ter sua gênese atrelada ao curso dos negócios. Esse critério considera a relevância da proveniência, do criador e do sistema de gestão;

(c) unicidade: registros são únicos dentro de procedimentos específicos, concretizando conteúdo, contexto e estrutura;

(d) inter-relacionamento: quanto maior a capacidade de ampliar o significado do conjunto, maior a possibilidade de preservação;

(e) data e período de tempo: o valor da série aumenta quanto mais antiga. Também pelo fato de outras fontes estarem menos disponíveis;

(f) extensão: considera como critérios o volume geral assim como a taxa anual de acumulação. Quanto maior a extensão relacionada a uma função ou atividade específica, menor o seu valor;

(g) usabilidade: aumenta o valor dos documentos ao serem considerados legíveis, coerentes e acompanhados de informações contextuais (metadados). Além de organizados e indexados em um sistema que facilite analisar a qualidade da fonte;

(h) manipulalidade: aumenta o valor dos registros se forem utilizáveis com documentação contextual, principalmente no que diz respeito aos documentos eletrônicos;

(i) condição física: um fator que precisa ser articulado na aquisição, pois más condições afetam os custos de conservação e o potencial da consulta pública.

Nesse mesmo sentido, Cox (1994) agrega doze princípios aos nove critérios de Cook (2000b): (1) todas as informações registradas têm algum valor contínuo, sejam aos criadores ou à sociedade; (2) a imensa quantidade informativa é um impedimento a esse valor contínuo; (3) os registros surgem por eventos acidentais ou naturais, resultando em uma agregação aleatória ou parcial; (4) qualquer decisão avaliativa é melhor que nenhuma; (5) é relevante um conjunto de critérios universalizantes; (6) práticas de avaliação devem ser orientadas por tradições institucionais, e não pelas demandas; (7) deve-se considerar os documentos no contexto orgânico das funções institucionais; (8) a quantidade informativa deve ser reduzida com base em critérios específicos do tempo histórico; (9) esses critérios determinam características relevantes das instituições e da sociedade; (10) deve-se considerar os registros não-textuais; (11) é necessária a participação ativa no processo de seleção, e; (12) a seleção deve compreender as culturas sub-representadas.

De maneira geral, os princípios e critérios Schellenberguianos dominaram o debate avaliativo desde meados do século XX. Articulados em torno do ciclo vital, eles focalizam a colaboração com os produtores durante a fase ativa. Por se basear unicamente na intuição histórica, tal modelo destacou a análise funcional para identificar valores evidenciais. Conforme argumenta Cook (2005a, p. 119, tradução nossa), a base em intuição não corresponde mais aos "padrões autoevidentes de valoração".

De maneira geral, apresentam-se cinco problemas nessa abordagem tradicional: **(a)** a falência intelectual e a impossibilidade de aplicação do paradigma schellenbergiano; **(b)** seus resultados aleatórios, impossíveis de serem defendidos sob escrutínio público; **(c)** a percepção dos acervos enquanto agentes de poder, tornando imperiosa a crítica aos critérios de inclusão e exclusão; **(d)** a redescoberta da proveniência para compreender padrões

holísticos de conhecimento, e; **(e)** a mudança de atitude dos gestores: de guardiões passivos a modeladores da herança documental.

Esses entendimentos, todavia, não possuíram a capacidade metodológica de documentar a complexidade do contexto institucional de criação. Com o passar dos anos, a abordagem schellenberguiana do "valor através do uso" revelou (a) a impossibilidade de prever mudanças historiográficas, tornando os registros resultados de uma colcha de retalhos fragmentada; (b) um número crescente e variado de usuários; (c) a necessidade de proteção dos direitos dos cidadãos submetidos a abusos estatais; e, (d) a premência de representação dos grupos marginalizados. Todos esses efeitos concentram mecanismos sociais de interação cidadão-Estado, produzindo evidências das dinâmicas públicas.

Com efeito, o desdobramento histórico de aplicação dessa estrutura de pensamento tornou quatro consequências inevitáveis. A primeira delas é o abandono do *status* de "arquivos oficiais relevantes ao futuro". Ela desintensificou a base excessivamente transacional dos programas operacionais.

A segunda destaca que a acumulação desses ativos levantou problemas de espaço físico. Esse incômodo foi incrementado pela maneira reativa com que os departamentos enfrentaram os períodos de retenção. Sendo assim, ao assumir o recolhimento aos arquivos públicos, os especialistas realizavam avaliação baseada exclusivamente no suporte. Em consequência disso, tais materiais eram analisados enquanto "casas intermediárias", objetivando eliminar documentos, e não prever sua retenção como recurso social.

A terceira consequência foi a passividade para com o recolhimento das fontes. Ham (1975) ponderou que a abordagem taxonômica contribuiu para a passividade das estratégias seletivas. A partir da estrutura cíclica dos valores, justificaram-se critérios seletivos posteriores ao esgotamento da faceta administrativa. Em outros termos, a identificação dos valores era base indispensável para declaração de um certo "juízo final". Esse modelo raramente incorpora o entendimento da dinâmica socio-institucional. Tampouco possibilita investigar determinações funcionais para decifrar o contexto de produção. Concentra-se no produto de um processo antecessor, resultando em interesses que se movimentam ao sabor dos ventos historiográficos.

O quarto efeito das ideias schellenberguianas considera a dinâmica das estruturas administrativas. Ele explora os esforços da teoria social potencializando uma visão distinta

de como as instituições tomam decisões. Para tanto, flexiona as hierarquias weberianas às culturas informais. Nesse ponto, desvincula-se o entendimento do ambiente institucional enquanto distribuição de autoridades.

Além disso, a administração da justiça transformava o horizonte avaliativo. A política passava a considerar os direitos humanos como maneira de enfrentar o *lobby* das forças policiais. Nesses termos, documentar o Estado pelos registros oficiais era o mesmo que protegê-lo. Por isso, a maneira reativa com que se atendia às necessidades legais e fiscais se acomodavam aos interesses da pesquisa acadêmica. Isso demonstra o resquício do esforço tradicional pela objetividade e neutralidade a fim de guiar a composição da herança documental.

Ao que parece, solidez da abordagem schellenberguiana (cima-baixo), assim como o estímulo "diplomático" (específico-geral), se dissolveram na atmosfera contemporânea. A pronta disponibilidade de informações contextuais disparou a preocupação por uma disciplina não apenas empírica. Qualquer modelo avaliativo comprometido com a ampliação do universo contextual deveria realçar a simbologia das ações produtoras.

Em vista disso, a proeminente sublimação conceitual instaurou um processo de ressignificação tanto dos critérios metodológicos avaliativos quanto das estratégias de aquisição. Embora com avanços, duas perguntas permanecem: *(1)* qual padronização adotar? e *(2)* como relacionar a teoria com metodologias eficazes? Estas questões compreendem essa fragmentação ao provocar a consciência da aleatoriedade seletiva.

Afinal, seriam esses profissionais ativos ou passivos no enquadramento da memória coletiva? Seriam eles gerenciadores de resíduos informacionais ou documentadores de processos sociais? Estas inquirições reiteram o preenchimento das lacunas informativas por abandonar a seleção como "destruição dos excessos dispensáveis". Novos impasses reconhecem a influência da historiografia social. Preocupam-se com a conexão da memória coletiva com a natureza do poder. Sua relevância chama atenção aos direitos básicos dos grupos vulnerabilizados. Ou seja, passa a valer o jogo discursivo dos novos atores sociais para interfaciar a cotidianidade das existências subjetivas.

4.2.1.3 O Redimensionamento do Documento Arquivístico

O último desdobramento do espírito pluralista destaca a análise do objeto de estudo. A esteira da teoria clássica o reconhecia como recurso produzido por estruturas organizacionais hierarquizadas. A questão a ser analisada, portanto, é o próprio limite do conceito. Suas bordas de entendimento o enfatizaram de maneira jenkinsoniana: documentação oficial com qualidades transacionais. Essa fronteira foi posteriormente reforçada pelos valores probatórios e informativos schellenberguianos, reiterando-o como evidência imparcial das transações negociais burocratizadas.

Elaborada nos anos 1920, a concepção da matriz estruturante de *record* só poderia ser fixada por dois ritos: em seu ponto de criação ou no transcurso da passagem a uma instituição responsável por sua preservação (LEMIEUX, 2000). Esse congelamento significou uma restrição aos espaços meramente transacionais. Ou seja, os "passos de burocracia" afetavam de maneira inequívoca as tentativas de pluralizar narrativas.

Sob essa perspectiva, os *records* apresentam emprego imediato em vista de seu propósito de gênese. Ao passo que sua preservação futura coincide com uma visão *a posteriori*, cuja potencialidade transpassa seus modos originários. Nuñez Contreras (1983) afirma que se pode reduzir essa concepção em duas naturezas: a exclusivamente jurídica (direitos e obrigações) e a administrativa (documentos testemunhais, autênticos e objetivos). Em outros termos, ao documento arquivístico é essencial sua relação com a entidade produtora e as circunstâncias definidoras de seu surgimento

4.2.1.3.1 Dos Atributos

A análise dos atributos dos documentos arquivísticos perpassa a organicidade, a autenticidade, a naturalidade, a imparcialidade e, finalmente, a unicidade. Refletem a matriz estruturante: Michel Duchein (1977), Lopez (2005), Jenkinson (1922), Duranti (1989; 1989-1990; 1993; 1997; 2003; 2007), Camargo (2009; 2015a; 2015b); Schellenberg (1956), Eastwood (1994), Bradsher (1998), Miller (1990), Ritzenthaler (1993), O´Toole (1994) e Boles (1991). Enquanto Eastwood (2016), Brothman (2002), Derrida (1996), Buchanan (2011), Cook (1984-1985), Nesmith (1992; 1995), Taylor (1982-1983; 1984; 1987-1988; 1988), Henry (1998), Coyne (1995), Yeo (2008), Jimerson (2007) e Rendón Rojas (2007) redimensionam a ideia clássica.

4.2.1.3.2 Da Organicidade

A organicidade é elemento essencial de distinção da informação arquivística[79]. Ainda na década de 1970, o francês Michel Duchein (1977) anunciava sua razão de ser no pertencimento a um "todo orgânico" ditado por circunstâncias específicas de elaboração. Essa característica se tornou primordial por revelar sua interdependência com o exterior: as atividades (em particular) e a instituição como um todo (LOPEZ, 2005). Essas duas maneiras de observação correspondem aos componentes elementares de produção, inserindo referências contextuais de sua estrutura de gênese. Dessa maneira se reconhecem o ato de origem, os agentes da ação e o procedimento convencionado para cumpri-la.

Nesse sentido, a organicidade sustenta que o conjunto dos documentos deve ser regulado por "leis fixas". Ela elucida as relações estabelecidas com o produtor e com os documentos. É nessa direção que Walne e Ellis (2003, p. 238-239, tradução nossa) utilizam a concepção jenkinosoniana, ostentando "uma estrutura, uma articulação e uma relação natural entre partes que são essenciais ao seu significado". Isso indica que a qualidade da fonte de pesquisa sobrevive apenas em respeito a essa relação. Para estabelecer sentido, torna-se essencial compreender as ilações com os objetivos almejados pela entidade produtora, assim como conhecer os propósitos a que servem[80].

Esse "*network* relacional" pode ser avaliado pelo pertencimento de cada *record* ao mesmo curso da ação (*Business Process*) e, em segunda instância, pela articulação com o conjunto documental. Por isso, Duranti (2003) argumenta que nem mesmo a destruição de qualquer documento altera as teias de sua existência prévia entre os remanescentes. Esse vínculo, definido por Luciana Duranti como *archival bond,* preserva relações de cada

---

[79] Este trabalho não distingue os termos "documento de arquivo" e "informação arquivística". Embora saiba-se que, na perspectiva de caracterizar a noção de informação arquivística no âmbito brasileiro da produção de conhecimento em nível de pós-graduação, Eliezer Silva (2008) elaborou três análises. A primeira com peso estrito da pesquisa histórica, num modelo de instituição arquivística originária do século XIX, que tinha na dimensão patrimonial sua pedra de toque. A segunda, alçada na primeira metade do século XX, focando a explosão documental sob a urgência da eficiência estatal, perfazendo uma visão gerencial. Por último, sua análise como recurso estratégico ao sucesso organizacional, na polêmica "Sociedade da Informação".

[80] Essa relação contextual assume o poder singular de atestação do funcionamento do órgão produtor. Ela se desdobra numa "forte eloquência" ao permitir compreender as razões de criação dos registros. Por seu turno, as "pistas contextuais" do titular orientam a compreensão das fontes. É justamente a interlocução com os mecanismos de funcionamento do organismo produtor que representa sua finalidade originária. Indica ainda que o seu significado depende da compreensão desse vínculo: os documentos têm sentido apenas no sistema que os unifica.

documento com os demais. Também os articula ao curso da ação, garantindo a permanência de seu caráter probatório. Conforme afirma Camargo (2015a, p. 12), eles não se definem por si, muito menos por alguma existência autônoma. Sua característica elementar é "o elo de pertencimento ou derivação (função sintática expressa sempre pela proposição de) que mantêm para com a pessoa física ou jurídica que lhes deu origem".

4.2.1.3.3 Da Autenticidade

O segundo atributo a ser analisado é a autenticidade. De maneira geral, ela pode ser vista pela capacidade de dizer que um documento é exatamente como era em sua primeira transmissão ou no momento em que se decidiu preservá-lo. Enquanto compromisso de manutenção da integridade, tal característica se ancora ao processo de gênese. É nele que residem as marcas de um sistema jurídico em seu componente temporal: atos, pessoas, procedimentos e formas.

Esse *continuum* de criação, manutenção e custódia, contextualizado em suas garantias circunstanciais de produção, assegura a estabilidade probatória. Essa "linha idônea de custódia ininterrupta" se encapsula ao princípio de não-intervenção para manter sua configuração original. É por esse motivo que Duranti (2007) assevera sua fidedignidade no ato de criação. Enquanto a autenticidade diz respeito à transmissão e à preservação de seus elementos constitutivos.

É extremamente relevante destacar que a contextualização intelectual, mantém as relações documentais de transmissão e preservação. Isso garante que as falsificações possam ser identificadas. Por esse motivo, a historiadora Ana Maria Almeida Camargo (2009) sustenta que esse "endereço" toma parte da funcionalidade por reforçar seu caráter probatório. Ele passa a ter significado somente por intermédio do sistema de relações que mantêm entre si.

4.2.1.3.4 Das naturalidade e imparcialidade

A naturalidade demarca a ausência de intenção primária na produção dos documentos. Por ser fruto do exercício das atividades rotineiras dos organismos, tais informações reforçam seu caráter involuntário. De acordo com a matriz estruturante, elas são visualizadas enquanto subprodutos espontâneos do caminhar das ações. Para Duranti (1997), essa involuntariedade o credita enquanto evidência. Por essa visão, documentos que foram coletados artificialmente jamais poderão ser considerados arquivos. Isso porque eles não correspondem às acumulações naturais decorrentes do exercício das funções e atividades.

Para Camargo (2015b), a imparcialidade é a característica que tem como pilar a defesa de que esses registros jamais são elaborados com vistas à posteridade. Menos ainda pelo receio do olhar público. Ao contrário, eles respondem às demandas organizacionais e não aos interesses dos produtores. Essa perspectiva reafirma a promessa de fidelidade introduzida pelo britânico Hillary Jenkinson. Seu fundamento é a ideia de que são livres da suspeita de preconceito quando referidos aos interesses do presente. Por suportar o curso das atividades, não são criados por "desejos" *a posteriori* e nem produzidos como fontes de pesquisa. Ao testemunharem atividades originárias, assumem a imparcialidade perante os fatos, embora seus produtores nunca sejam neutros.

Dessa maneira, a natureza instrumental, que o atrela à lógica do produtor, assegura sua utilização enquanto espelho das decisões motivadoras da gênese. A imparcialidade reafirma seu caráter objetivo de produção, destacando que a interpretação ideológica deve ser instrumento dos pesquisadores. Essa capacidade reflexiva, nomeada de "Efeito Bumerangue" por Camargo (2009), expõe mecanismos que sustentam atos contínuos dos produtores. O que significa que mesmo sem o desejo de deixar vestígios, os arquivos são testemunhos silenciosos inoportunos.

Duranti (1989) relaciona tal especificidade ao sistema legal de produção. Essa circunstância alimenta a reciprocidade entre os procedimentos rotineiros e os sistemas que normatizam a gênese dos registros. De acordo com esse raciocínio, tais documentos são observados como subprodutos de atividades efetuadas no cumprimento das funções institucionais. Tal condição compreende a naturalidade de sua formação. Caso abdiquem

da particularidade de serem meios cujas circunstâncias de origem devem estar delimitadas, assumem, equivocadamente, o receio da vigilância pública. Por instrumentalizar certas ações, tornam-se "testemunhos espontâneos de seu tempo" (CAMARGO, 2009, p. 427).

4.2.1.3.5 Da unicidade

A unicidade é aplicada como soma dos atributos anteriores. Encerra o fato de que o documento arquivístico é único por não ser encontrado em nenhum outro local. De certa maneira, determina que sua característica principal está no relacionamento com os demais documentos, demarcando tanto o fundo documental quanto a qualidade de seu vínculo a outros conjuntos.

A ideia de inter-relacionamento permite dizer que, mesmo se uma versão idêntica de um registro existir em outro acervo, a complexidade relacional com o conjunto e com o exterior o fazem unicamente valioso. Desse modo, ele não é apenas evidência da ação. Passa a ser parte integrante do curso processual, carregando características integradas ao andamento do ato. Justo por isso, conduz diferentes funções, participa de distintas atividades, serve a propósitos particulares e apresenta significados plurais.

Já Eastwood (1994) coloca a unicidade sob o foco do tratamento. Para ele, essa particularidade incide sobre o fato de que sua interpretação não se realiza de maneira fragmentada. Da mesma maneira, Schellenberg (1956) encontra nela uma singularidade distintiva com as bibliotecas. Em sua perspectiva, os documentos arquivísticos se distinguem por não se apresentarem em variadas edições, mesmo com a existência de cópias. O mesmo argumento é utilizado por Bradsher (1998) e Miller (1990) ao apontarem que os conjuntos arquivísticos são diferentes dos livros, que podem ser substituídos pela sua potencialidade duplicativa[81].

Como se percebe, a ideia de unicidade não parece ter uma referência clara. Esse é o argumento central de O´Toole (1994) em seu artigo "*On The Idea of Uniqueness*". O

---

[81] De maneira distinta, Ritzenthaler (1993) enfatizou a unicidade enquanto funcionalidade conservadora dos registros. Por seu intermédio se pode decidir pelo tratamento, tendo em vista a quantidade de itens com natureza comparável.

autor destaca que as novas maneiras de registrar sujeitaram o atributo a desafios até então inconcebíveis. Por isso, o atributo acabou sendo tomado sobre quatro parâmetros: o documento, a informação, o processo/função e o conjunto documental.

O primeiro deles reforça as ideias de Schellenberg (1956), Bradsher (1998) e Miller (1990): os itens físicos, individuais ou coletivos, são únicos mesmo que sua informação possa ser duplicada. Já a segunda perspectiva parte do conteúdo informacional. Nela, a singularidade do registro físico é secundarizada pelo objetivo do programa arquivístico de buscar informações únicas. Boles (1991) reconhece que os profissionais começavam a se mover pelo interesse de limitar a quantidade de documentos únicos. Ou seja, se interessavam por informações que não estavam disponíveis em outros locais.

O terceiro aspecto não enfatiza nem o registro físico nem o conteúdo, mas sim os processos específicos de produção. A ideia está contida no pensamento de Luciana Duranti (1989-1990) sobre a relevância de se concentrar antes no entendimento do vínculo documental com a atividade geradora. Também ganha relevo como ponto de partida da avaliação, pelo ideal de sublimação dos produtos aos processos informativos.

Por fim, a polissemia da unicidade também pode ser observada no conjunto dos registros. A maneira como os documentos são reunidos dita um tipo específico de inter-relacionamento. Esse "aglomerado" merece atenção no exercício da mesma transação administrativa.

4.2.1.3.6 Das Qualidades

Os critérios para definição de fundo arquivístico vistos anteriormente envolvem duas questões: (1) um produtor claramente definido, exercendo mandato formal e (2) um sistema independente de classificação e arquivamento. Essas características reafirmam a premissa de que esses ativos adquirem *status* de arquivo quando atravessam as fronteiras da instituição que os contextualiza. Por isso, Menne-Haritz (2004) enfatiza o *business process* como referência matricial dos traços dessas atividades.

Nessa perspectiva, os documentos de arquivo são vistos enquanto "acidentes", cuja criação corresponde à realização de atividades particulares, que continuam existindo após

finalizadas. Essa via enfatiza a qualidade natural de ser consequência das circunstâncias de gênese.

De outra maneira, Higgs (1998) sugere a capacidade dos documentos arquivísticos em substituir as atividades. Bearman (1992a) se baseia nesta noção ao apresentá-los enquanto transações comunicadas. Isso porque eles documentam as relações conduzidas pela trajetória institucional, reforçando seu vínculo com funcionalidades administrativas: instrumentos que tanto viabilizam ações quanto são seus subprodutos.

Ambas análises esboçam a urgência do contexto produtivo. De acordo com Duranti (1997), tal "enquadramento" apresenta as facetas jurídico-administrativo, proveniência, procedimento e documental. Essas características revelam sua estreita relação enquanto evidência imparcial das transações de uma instituição formalmente burocratizada. Conforme observado, a matriz estruturante revela o seu significado através da fixação de seu ponto de criação e/ou no transcurso da passagem para uma instituição que preserve suas relações contextuais.

Essas reflexões permitem afirmar que o documento de arquivo é evidência do sistema administrativo de determinadas atividades. Esse ponto retoma o retrato elucidativo apresentado por Camargo (2009) acerca de suas especificidades temporais. Em primeiro lugar, sua gênese corresponde ao caráter instrumental: recurso de controle das etapas de uma ação. No segundo momento, esse ativo é apresentado enquanto produto da mesma. E por último, como vestígio essencial ao ato de reconstrução das escolhas. Esta imagem o determina pelo reconhecimento dos fundamentos sobre as ações tomadas, assim como dos motivos de sua efetivação. Por estabilizar um evento, pode-se analisá-lo ainda como sinal reiterado do processo de comunicação transacional.

Sua potencialidade de atestação singular advém justamente da operacionalização do controle racional dos processos de decisão. Tal imprescindibilidade o viabiliza enquanto evidência das atividades. A sua natureza instrumental, atrelada à lógica da entidade produtora, endossa a condição de refletir "a ação da qual se originou" (CAMARGO, 2009, p. 424). Ou seja, o binômio instrumentalidade-evidência torna possível a reconstrução do contexto de origem, potencializando sua utilização expiatória.

Sendo assim, as qualidades do documento de arquivo são reunidas por Ramírez Aceves (2017): a) produzidos no decorrer das funções e atividades administrativas; b)

consequência dos processos formais da organização; c) criados regularmente por normas e procedimentos internos, e; d) alto nível de formalização. A mexicana conclui que a Arquivística objetiva tornar acessível informações tanto para usos administrativos quanto para finalidades investigativas. Essas possibilidades assumem três condições: (a) que sejam produzidas por pessoas físicas e/ou jurídicas no exercício de funções administrativas; (b) que sejam consequências dos processos formais, e; (c) que estejam reguladas por normas legais e/ou por procedimentos internos.

Figura 4 - Qualidades dos documentos arquivísticos

Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

4.2.1.3.7 Da Evidência

Os pesquisadores Terry Eastwood (2010) e Luciana Duranti (1989) promovem o valor evidencial na definição do documento arquivístico. O primeiro em defesa da imagem profissional como "servidora da evidência". Nela, o critério de preservação aconteceria sob a análise do valor probatório, e não em vista de "prováveis" valores culturais. Já a autora italiana relaciona esses ativos ao curso das atividades de uma pessoa física ou jurídica. Esta definição aproxima o fundo arquivístico do "todo compreensível", que compacta informações do produtor. É importante frisar que, nesta perpectiva, um não documento arquivístico consiste justamente naquele que não cabe num fundo.

Por conseguinte, é possível afirmar que tal registro possa servir de testemunho das

funções administrativas de seus produtores. Pode ainda fundamentar a *accountability*, conforme destacado pelos australianos. Sendo assim, torna-se relevante mantê-lo acessível enquanto unidade indivisível de seu contexto de criação (DURANTI, 2003). É justamente essa defesa que garante sua integridade (confiabilidade e autenticidade) para a evidência.

É fato que o tratamento da informação potencializa sua utilização como matéria de evidência. Ao comunicar sua "dependência" com os eventos que a concebeu, modelam-se os *records*: fontes capazes de servir a essa finalidade. É a análise das relações do contexto e da proveniência que elabora a possibilidade de utilização enquanto tal. O que permite Meehan (2006) dizer que não são evidências em si mesmos, mas que podem provê-la[82].

A restrição ao sistema de proteção desse *status* é peça fundamental para utilzação *a posteriori*. A busca, portanto, é sempre pela condição de estabilidade. Ela está vinculada ao desenho do contexto produtor, tendo a finalidade de manter os relacionamentos que permitem considerá-los fontes confiáveis. Essa procura perpassa pela pesquisa ininterrupta de procedimentos que garantam sua imutabilidade, integridade e permanência.

Além de certificadora da evidência, outro ponto condiz ao foco na responsabilidade de gerenciamento por uma instituição neutra. Como a qualidade evidencial promove a tão aclamada *accountability,* naturalmente ela se vincula ao modo de gerenciamento no ciclo vital. Desde a perspectiva da matriz estruturante, o argumento é simples: uma vez que o documento arquivístico não pode prescindir da imparcialidade, desaconselha-se sua aquisição ou gerenciamento fora do foco de uma instituição arquivística. Considerada livre de "ideologias externas", essa "neutralidade terceirizada" garante procedimentos idôneos. Do contrário, a interferência de agentes externos colocaria em xeque a defesa dessa "cadeia de custódia ininterrupta".

---

[82] Essa concepção abre duas possibilidades: (a) a noção de que a evidência está no próprio documento; (b) o entendimento de que ela é uma relação específica com algo exterior. Ambas presumem atributos às circunstâncias de criação ou recepção: a necessidade de conteúdo, contexto e estrutura; as ações de retenção e preservação; as funções, propósitos, características físicas ou estatuto legal; as razões pelas quais foram guardados; as maneiras de sua utilização; ou ainda os procedimentos que são aplicados (YEO, 2007).

4.2.1.3.8 Da Representação

A complexidade do conceito de representação assenta discussões teóricas difusas e controversas. Considerando a frequência com que é empregado, surpreende a insuficiência de análise da sua funcionalidade. Talvez essa seja uma das ideias mais fundamentais e que tanto nos escapa a um apurado escrutínio.

Desse modo, clarificar sua polissemia contribui ao entendimento deste trabalho. Isso porque a representação é uma questão discutida em muitas disciplinas, incluindo artes, ciência da computação, estudos de *mass media*, História, Linguística, Matemática, Filosofia, Psicologia, Ciência Política, Ciência da Informação e até mesmo a Semiótica. Essas disciplinas compartilham a ideia de que as representações são coisas que apoiam algo para além delas, sendo tomadas pela correspondência com a coisa representada.

Embora elegessem oficiais e embaixadores, em termos históricos, os gregos não tinham palavra correspondente. Já os Romanos operavam a palavra *representare*, da qual deriva nossa noção atual. Porém, seu emprego era intrínseco à modelação de uma abstração em um objeto, geralmente uma face esculpida numa escultura. Isso significa dizer que não a aplicavam ao ato de algumas pessoas agirem em nome de outras na política.

Por reivindicar a relação entre povos e governantes, esta acepção é essencialmente moderna. Tal explicação se deve ao fato de que as pessoas enviadas para participar dos conselhos das igrejas ou do parlamento foram gradualmente pensadas enquanto tal. Nessa época, os grupos políticos reivindicavam representação. A maneira de observar o manuseio do termo tem base no Latim, entre os séculos XIII e XIV. Posteriormente, assume a feição que hoje empregamos.

De fato, representar assume função mimética desde a metáfora do *Leviatã* adotada por Thomas Hobbes. Nela, o conceito assume a ação de substituição pelo exercício de uma função. A essência da teoria do poder público parte da ideia de que uma pessoa identificável como o verdadeiro sujeito da soberania de qualquer propriedade legal deve ser representante do Estado. Assim, o agente cuja ação é atribuída deve ser representado por outro, que valida sua reivindicação através da personificação em seu nome (SKINNER,

1999)[83]. É possível afirmar que inicialmente nem o conceito, muito menos as instituições na qual era aplicado, estavam ancorados sob a ideia de conquista de direitos. Somente nos tempos atuais a popularidade de sua formulação se enreda à ideia de democracia, chegando até mesmo às noções de liberdade e justiça[84].

Essa investigação do uso da palavra "representação" provoca a asserção de uma tensão entre a imitação e/ou a função. A primeira implica uma forma exterior ao objeto, e o espectador, por seu turno, a reconhece. Está contido nesse pensamento o argumento de que todo tipo de representação se refere ao exterior. Ela exige que o que seja representado não possa ser o seu representante, posto que seria seu original. Essa dinâmica impulsiona certo distanciamento entre a representação e a coisa representada, uma vez que, se a réplica é perfeita, ela passa a ser a coisa originária. Por esse motivo, Gombrich (2004) diria que não há representação sem um grau de imperfeição.

A noção que se desdobra dessa funcionalidade a capacita como substituta da experiência. Para clarificar, Gombrich traz a imagem de uma vara manuseada por uma criança brincando de "cavalinho de pau". Da mesma maneira, uma bruxa quando modela um boneco de cera de certo inimigo, com o intuito de arruiná-lo, está se referindo a alguém em particular, mesmo que essa representação seja imperfeita. É nesse jogo complexo entre a imitação e exercício da função que se estabelece a discussão.

> Quando uma criança dá a uma vara o nome de cavalo, evidentemente não quer dizer nada desse tipo. A vara não é um signo que significa o conceito cavalo, nem é o retrato de um cavalo individual. Por sua capacidade de servir de "substituto", a vara torna-se cavalo por si mesma, pertence à classe dos "au-aus" e talvez faça por merecer até um nome próprio (GOMBRICH, 2004, p. 2).

Numa viragem, Wollheim (1998) altera a discussão do objeto para a experiência subjetiva do observador. Nesse movimento, a compreensão do alcance do que se observa é fundamentalmente uma atividade interpretativa. Ver uma representação significa lê-la

---

[83] Por um lado, é o *Leviatã* que faz existir o povo, unificando anseios populares para constituir sua autoridade política. Por outro, o povo transfere ao soberano a faculdade de decidir. Nesse sentido, a soberania popular é uma ficção, uma vez que sua vontade só se concretiza através da existência do soberano. Em termos mais claros, a unidade do representado só é possível pela existência do representante, que transfere seu juízo por um contrato social.

[84] Pitkin (1967) destaca que todas elas se referem aos campos de concorrência sobre as várias formas que a representação pode ser institucionalizada.

sob determinados parâmetros. Essa leitura requer um aprendizado cujo espectador deve estar consciente das regras de apreensão. De outro modo, a experiência deve incluir a consciência visual da coisa, pois existe um compromisso com a estrutura de apropriação. Não obstante, a representação só pode ser aplicada através da habilidade de reconhecimento de determinados elementos. Essa lógica de argumentação exige pensar que para cada objeto existe a experiência apropriada de apreensão.

Mesmo assim, a relação entre informação e representação ainda é um tema que gera debates polêmicos nos arquivos. Embora a concepção tenha sofrido pequenas alterações em língua inglesa, ela prediz considerá-los pela possibilidade de fornecer um espelho ao presente das decisões transcorridas. Para diferenciar os *records*, Yeo (2007) os considera como representações persistentes das atividades, criados por participantes, observadores e/ou pessoas autorizadas.

Na pespectiva de Yeo (2007), tais representações persistem além das atividades. Sua existência contínua provê aos leitores a memória do que ocorreu. Esse é o primeiro pressuposto da conceituação: a persistência. Seguindo essa ideia, esses ativos têm a capacidade de sustentar circunstâncias imediatas, obstinando-se a refletir seu contexto de surgimento, mesmo após encerramento das atividades que os conceberam. Essa durabilidade concede o potencial compartilhamento.

O segundo pressuposto destacado por Yeo (1994a; 1994b) indica que os *records* representam atividades transacionais de negócios, conforme proposto por Bearman Sendo assim, espelham o que o autor denomina de *occurrents* (ocorrências): funções, processos, incidentes, eventos e atividades.

O último dos pressupostos diz respeito ao fato de serem criados por participantes, observadores ou ainda por aqueles autorizados. Por isso, os participantes e observadores têm conhecimento de primeira mão das ações. Inclusive podem não vir a ser testemunhas imparciais por adquirirem um nível de conhecimento inquestionável em relação aos que não se encontravam no momento da decisão.

A junção dessas observações com as de Gombrich (2004) permite afirmar que todo documento de arquivo é uma representação imperfeita. Isso porque, inevitavelmente, as atividades por ele representadas já se esgotaram. Eles possibilitam uma pintura das ações

dos participantes. Não obstante, é sempre uma representação imprecisa dos eventos. Isso significa não aceitar qualquer visão positivista de verdade absoluta de atestação dos fatos.

Após a análise dos atributos e qualidades essenciais do documento arquivístico, é notória a tendência de sua constituição pela formalidade. O que evidencia o grande dilema que a teoria vem enfrentando: perceber as inúmeras possibilidades de produção. O desafio é abdicar da estrutura que suplanta implicações teóricas. Esse movimento se desdobra na sua flexibilização com vistas à pluralidade.

4.2.1.3.9 Do Redimensionamento

Conforme apresentado, a matriz estruturante ampara a natureza dos arquivos sobre a evidência imparcial das transações burocratizadas. Isso ocorreu devido às simbologias prescritas no sistema legal, cuja formalidade prediz requerimentos para manutenção da confiabilidade. Entretanto, críticos dessa visão racionalista, alicerçada em ideais positivistas, questionam a contingência dessa presunção. As novas perspectivas encerram um cenário de negligência na aquisição de registros que não estejam atrelados à essa estrutura de formalização.

Esse horizonte vem sendo desafiado pela dinâmica da revolução administrativa a partir do mundo digital. Pesquisadores recentes abriram a perspectiva notadamente provinda dos pensamentos de Derrida (1996) para descrever sistemas culturais que modelam a compreensão humana. Nesse sentido, tais conjuntos assumem a amplitude das abstrações estruturantes, alegando a consciência sobre contextos que transgredam a noção nacional-governamental.

Nessa direção, Buchanan (2011) argumenta que as maneiras recentes de sua concepção transgridem limites da matriz estruturante. Ao desfocar as fronteiras entre criação e utilização, examinam condições políticas, econômicas e socioculturais. Ao abordá-los como fenômeno sociológico, exploram interações das circunstâncias cotidianas. Cruzam a divisão institucional/oficial, local/pessoal, recuperando relações sociais.

Nessa linha de raciocínio, apresentam-se questionamentos à restrição operativa da proteção das evidências institucionalizadas. Embora confirmem a relevância de sua

preservação para prestar contas, destacam a combinação desse critério com valores sociais. Essa ideia torna possível documentar desprendendo-se do valor probatório. Coloca a centralidade da defesa por uma amplitude de materiais, garantindo o "equilíbrio" patrimonial da trajetória social.

Ainda na década de 1980, Terry Cook (1984-1985) argumentava que o falso binômio "historiadores-arquivistas" não negaria as ferramentas oriundas da revolução informacional. Seu argumento era de que a definição circunscrita aos "guardiões de evidências" se transformava numa ameaça à independência profissional. Procurando significados sociais, o canadense defendia a imagem de "historiadores dos registros". Para ele, subestimar o valor informacional os reduzia a "gerentes de registros". Seu pensamento sinaliza um alerta para que não se confunda meios administrativos com fins culturais.

O também canadense Tom Nesmith (1992; 1995) insere mais elementos nesse debate. Sua visão holística das interações humanas reconhece aspectos intelectuais obscurecidos. Em seu pensamento, para lidar com os dilemas do crescimento vertiginoso da documentação, é preciso compreender os produtores dos registros em suas funções sociais.

O sempre visionário Hugh Taylor (1984) há tempos defendia uma abordagem holística ao tratamento desses conjuntos. Ao partir da reconsideração de seu lugar no *continnum*, reconheceu o desvio histórico dos vizinhos norte-americanos pela desconexão com as agências governamentais de tradição europeia. Mais do que isso, observava a abordagem passiva de Hilary Jenkinson como fruto da burocracia industrial. Por isso, passou a defender a mediação como terreno de disputa.

As recentes articulações indicam que os arquivos são expressões de atividades interpretáveis antes de subsidiarem propósitos específicos. Não se pode alcançar uma concepção do passado com funcionalidades predeterminadas. Esse olhar repensa os documentos como modeladores do passado, tornando-os construções sociais de múltiplos discursos. Ademais, alerta a uma visão para além dos "resíduos naturais" das atividades administrativas, desestruturando a noção de "espelho dos fatos".

Na contramão da imparcialidade, Eastwood (2016, p. 41) também aponta que as novas posturas "acreditam que a visão arquivística simplista da conexão entre documentos e provas distorce as teorias e os métodos arquivísticos e deixa os arquivistas cegos em

relação às formas com que os arquivos são utilizados com fins ideológicos". Seu desejo é que esse trabalho não seja simplesmente conformá-los como base da memória, mas sinalizar sua participação em processos sociais.

A desconstrução dessa relação "documento-verdade" recorre à consciência de que as decisões avaliativas comprometem a naturalidade de formação desses acervos. Na medida em que determinam o valor dos registros, perpetuam um compromisso axiológico manifesto na ordem das decisões. Por esse engajamento, os profissionais da informação são guiados por valores sociais específicos, remetendo ao futuro uma imagem que não será de forma alguma "o registro objetivo e inadulterado do passado" cuja matriz estruturante operacionalizou sua prática (BROTHMAN, 2002, p. 341, tradução nossa).

O canadense Hugh Taylor (1982-1983; 1984; 1987-1988; 1988) apresenta outro ponto nevrálgico nessa viragem: o retorno à "oralidade conceitual". Em seu ponto de vista, a simultaneidade espaço-temporal entre o ato e a produção fragmentou as interações mediadas. A velocidade comunicacional pode não deixar, na maioria das vezes, qualquer vestígio. Isso intensifica o entendimento da relação entre *actio* e *conscriptio* em seu contexto de gênese. Dito de outra maneira, o significado dos registros eletrônicos pode estar nos costumes que os transformam em "testemunhas evidenciais".

Como se percebe, esses pensamentos dialogam com o limite do conceito de "*record*". Sua análise conforma a força administrativa de sua produção, embora suas fronteiras sejam contestadas. Ela conserva a relação inquestionável com as atividades produtoras, permitindo pensar em seu caráter eminentemente burocrático como pedra angular. Porém, restringi-lo significa negligenciar aspectos culturais em favor de uma homogeneização teórica que engessa potencialidades diversificadoras.

Em nível internacional, pesquisas vêm dispensando esforços de desestabilização a partir da crítica aos pressupostos da produção informativa. A ideia de um produto resultante das culturas hegemônicas menospreza práticas das singularidades culturais. Novos alertas problematizam quem realmente pode ter o *status* de produtor de um "*record*". Ademais, também importa entender em que momento e sob quais circunstâncias se garante sua "efetivação". Tanto que Coyne (1995) examina tais questões à luz de seus múltiplos processos sociais, sugerindo as seguintes inquietações: **(1)** quem tem o poder de produzi-

lo? **(2)** em que momento exato acontece sua gênese? **(3)** quais seriam as implicações de seus limites conceituais?

Todos esses pontos apontam que as críticas a essa visão restritiva inserem novos movimentos, questionando a centralidade evidencial; responsável pela diminuição dos valores informativo, cultural e humano (HENRY, 1998). Por isso, a nova configuração do campo reconhece o afastamento para com realidades socioculturais. Esse posicionamento debilita a função precípua dos arquivos enquanto compiladores das experiências humanas (HAM, 1975).

Essas reflexões buscam traços evidenciais das culturas comunitárias. Mesmo em comunidades fundamentadas pela oralidade, parece imprescindível o estabelecimento de canais formais de comunicação com gestores. Essa ressignificação invoca intermediários representantes dos diálogos com os poderes instituídos, demandando a elaboração de marcos regulatórios específicos. Do contrário, a matriz estruturante inibe as "comunidades não institucionalizadas" a produzirem "legítimos" documentos arquivísticos.

Diante desse efeito, presume-se que a revisitação à centralidade evidencial possa driblar a condição periférica das memórias minoritárias. Serve a este propósito a ideia de protótipo de Yeo (2008). Em linhas gerais, a noção é prevista à maneira de um mapa mental das características típicas dos objetos, reafirmando associações categóricas. O pesquisador assevera que a Psicologia aplica efeitos dessas associações ao nosso entendimento do mundo. Noções como a de protótipo surgem da percepção heterogênea dos membros de determinado grupo, tornando necessária, portanto, a identificação de seus atributos elementares, cujos fundamentos estão no consenso das categorias[85].

De fato, o protótipo demonstra que os documentos organizacionais passam a ser percebidos como os melhores membros da categoria. A sua força conduz ao desprezo por aqueles que não condizem com o nível de formalidade suficiente para atribuir tais características, mesmo que se diferenciam nas culturas com tempos históricos distintos (YEO, 2008). Essas reflexões explicitam o que está no interior das bordas do conceito,

---

[85] Da mesma maneira que corujas são pássaros, documentos pessoais são *records*. Mesmo que no modelo mental de pássaro seja possível alcançar como limite o personagem *Batman*. Esses exemplos não são centrais nem ao conceito de pássaro muito menos ao de *record*. Entretanto, são primordiais para destacar o que ainda se encontra na centralidade da concepção: um documento escrito, criado por propósitos negociais, com pretensões de objetividade, mantido num sistema formal de gestão.

permitindo questões como: o que transforma um documento em *record*? E ainda, por que é de sua natureza prover evidência ou memória das atividades? Conforme afirma Yeo (2008), a tentativa de responder a esses pontos torna suas fronteiras inconsistentes.

Essas análises conduzem a certas implicações. A primeira delas diz respeito à fundamentação legal. Ao transpor o foco da natureza da coisa que serve como evidência à natureza do processo que a trata assim, amplia-se a convenção de *record*. Esse movimento transfere a evidência da natureza ao tratamento, instrumentalizando dissoluções distintivas, (arquivos públicos e privados, documentos pessoais e organizacionais) e oportunizando atividades excluídas dos debates teóricos. Tais pontos permitem fugir do "aprisionamento administrativo".

Ao tomar como ponto de partida tal "limitação categórica", seus pressupostos e atributos essenciais apontam duas possibilidades: ***(a)*** ou já nascem enquanto tal, por uma essência; ***(b)*** ou são consequências do esforço de transformação dessas informações em *records.* Este ponto reconsidera o documento como derivação do ato de documentar. Nele, os princípios arquivísticos são garantias de sua consistência. Esse artefato seria antes decorrente das atividades técnicas orientadas pelo marco disciplinar.

Essa configuração encampa três cenários: ***(i)*** a acomodação ao determinismo da matriz estruturante, cujos arquivos são vistos enquanto reforços do *status quo*; (***ii)*** a demarcação da performance transgressora, aferida por Jimerson (2007), questionando seus pressupostos para contemplar pluralidades evidenciais; ***(iii)*** a aceitação de pressupostos teóricos que condicionem sua concepção ao esforço de elaboração. Este ponto abraça tanto a visão demiúrgica de Rendón Rojas (2017)[86] quanto o ativismo de Jimerson (2007). Os três caminhos destacam aspectos estruturantes ao futuro da memória coletiva: **(a)** ou como mantenedora de valores sociais; **(b)** ou como protagonista da performance transgressora.

Ao que parece, a perpetuação das invisibilidades narrativas acontece pela relação das estruturas de poder com a natureza desses registros. A partir daí, denunciam-se certos apagamentos. Já que as vozes esquecidas falam há tempos, por que demoram tanto a serem

---

[86] O pesquisador Rendón Rojas (2017) traz a imagem do demiurgo platônico. Esse intermediário realiza a "tradução" do objeto ao mundo informativo documental. A mediação elabora uma nova informação, preparando-o para ser informativo. Sendo resultado desse ato, oferece aos usuários uma informação eidética. O documento arquivístico seria um objeto ressignificado pelas ações intermediativas que significam mensagens a públicos específicos. Ou seja, não há *record* sem mediação intencional porque as atividades documentárias incluem procedimentos construídos segundo linguagem terminológica especializada.

escutadas? Em razão dos arquivos serem tomados de maneira menos endógena, abrem-se janelas aos reclames sociais. Tal consciência estima a historicidade dos arcabouços teóricos em movimentos por pluralidade. O delineamento desse novo sentido clama pela polifônia coletiva.

Quadro 2 – Matrizes estruturante e desestruturante

MATRIZ		
	ESTRUTURANTE (Moderna)	DESESTRUTURANTE (Colonial)
MEDIAÇÃO	Neutralidade Objetividade Imparcialidade Espelho natural	Ativa e cocriadora Narrativas tácitas de poder Terreno de disputa Sentido interpretativo (filtros) Jogo de Xadrez
PROVENIÊNCIA	Restrição valores governamentais Interesses Estatais Modelo estático mono-hierárquico-estrutural Proveniência única (Propriedade)	Compartilhada Gestão organizacional (RI) Modelo dinâmico poli-hierárquico. Estrutura de autodeterminação Padrões holísticos de conhecimento (tendêns) Estrutura abstrata (*Mind Over Matter*) Historiografia social (Hugh Taylor) *Archive – Archive as practice (Cook)* Foco comunitário Desafio: enriquecer a compreensão do contexto
AVALIAÇÃO	Guarda passiva Visão monolítica do passado Dispositivos poderosos (Documento-Monumento) Utilitarismo Schellenberguiano	Politicidade Agentes criadores da memória coletiva Valores Sociais – Sociedade Plural *Accountability* Subjetividade (Brothman)
RECORD	**NATUREZA** Institucionalidade Dispositivo formalizador (produção e recolhimento) Coopta qualidades credibilizadoras Liturgia jurídico-legal Valor evidencial – legalista Defesa Moral da Evidência (Jenkinson)	Intencionalidade produtiva Desprendimento da evidência probatória Visão holística (social) Questiona o racionalismo positivista Derrida: sistemas culturais p/ compreensão humana Historiadores dos registros (Cook) Estudo das interações humanas (Nesmith) Retorno à oralidade conceitual (Taylor) Protótipo (Yeo) **DA natureza AO processo** Valor social e humano (Coyne) (1) quem produz? (2) em que momento? (3) implicações desses limites?

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

5 INSURGÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS

A problematização da insuficiência representativa dos conjuntos arquivísticos parte dos pensamentos de Ham (1975) sobre a abordagem shcellenbergiana. A negligencia para com as diversas experiências sociais também gerou preocupações em Terry Cook (1992; 2005b). Tanto que seus estudos atacaram os baluartes patriarcais que desvalidaram "narrativas comuns", percebendo a interconexão cidadão-Estado-documento.

Tudo indica que o desassossego de Gerald Ham impulsionou uma série de incômodos. Desde Burke (1981), em sua atenção às hierarquias weberianas, ao exame histórico da teoria norte-americana de Berner (1983). Esse debate reverberou até os anos 2000. Tanto que Samuels (2000) recorreu a George Orwell na expressão título de seu artigo "*Who Controls the Past*", declarando urgência na integração institucional. Suas considerações atentaram uma visão holística das relações multifuncionais, ancoradas pelas tecnologias. Segundo a norte-americana, essa postura ofereceria a observação de uma floresta, e não mais árvores individualizadas. Esse ainda é o momento da sondagem imaginativa de Taylor (2003) sobre a natureza multimídia e a desmobilização das decisões seletivas. Em sua perspectiva, as evidências demonstram impactos das decisões administrativas sobre os cidadãos, tendo em vista a história social de "baixo para cima".

Essa trajetória também pode ser compreendida a partir da retrospectiva histórica de Terry Cook (2013), sinalizando quatro paradigmas arquivísticos: evidência, memória, identidade e comunidade. No primeiro, da pós-Revolução Francesa aos anos 1930, esses conjuntos eram evidências jurídicas das agências governamentais. Eles eram definidos pelo propósito de elucidar seu contexto originário e manter propriedades dos princípios da proveniência e da ordem original. Cook define esse período pela centralidade na guarda dos "resíduos naturais" obtidos pela neutralidade profissional.

A viragem conceitual percorre a noção da memória. Ela ocorre entre o período de 1930 e 1970. Nela, a avaliação se torna base do debate devido à explosão documental do período entre-guerras. As teorias do campo abraçam a subjetividade pelo reconhecimento da intervenção consciente na memória social.

Com a presença do que Terry Cook define como teoria pós-moderna, o terceiro paradigma é o da identidade. As evidências são desafiadas a compor um retrato fiel das

transformações sociais. Abandona-se a preocupação com “verdades a serem protegidas” e a pluralidade dita a presença de vozes sobre perspectivas distintas. Percebe-se um esforço de refletir o amplo espectro das experiências, explicitando um movimento de reconciliação com os cidadãos.

O paradigma atual, na concepção de Terry Cook, vincula-se à justiça social. A memória social se associa à reformulação do passado servindo à construção identitária. Sua ênfase perpassa direitos humanos, transparência e responsabilização das intervenções sociais. As comunidades assumem a constituição de suas histórias por reajustar tais conjuntos documentais a seus laços de pertencimento.

A partir de uma nova leitura, Stevens e Shepherd. (2009) realizam a junção dos terceiro e quarto paradigmas, deduzindo respostas aos movimentos sociopolíticos dos anos 1960 e 1970. Seriam estruturas do processo de marginalização, lançando desafios ao empoderamento. A relevância dessa perspectiva encontra condições de enunciação testemunhal no espaço público, predisposto à realização da retrospectiva memorialística[87]. Nesse contexto, tais comunidades dialogam com o poder justicial, levantando “armas evidenciais” contra o perigo do apagamento. Assim como exercem autonomia sobre as escolhas materiais, apresentando apoio ao que Dunbar (2006) nomeou de “rede de espaços múltiplos de contranarrativas”.

Conforme salienta Crook (2010, p. 17, tradução nossa), as comunidades tornaram-se “uma maneira de pensar as instituições arquivísticas tradicionais”. Sua configuração participativa releva a expressão “nada sobre nós, sem nós” (*nothing about us, without us*). Apresentam-se como alternativa “de baixo para cima”, diferenciando os acordos de coleta “com elas” e não “para elas”.

Conforme observado na introdução desta tese, esse itinerário em direção à pluralidade corresponde a seis princípios elementares: participação, gestão compartilhada, multiplicidade, reflexividade, ativismo e justiça social. De certa maneira, a visão de futuro reitera que os conjuntos dependem de sistemas que incorporem processamento e descrição

---

[87] Embora Shoshana Felman (2001) apresente a escala reduzida de reparação desses testemunhos naquilo que se nomeou “processo de Auschwitz”. A enorme quantidade de sofrimentos irreparáveis deve-se ao fato de que a jurisprudência estava mais centrada na reparação social do que nos sofrimentos dos interlocutores. Desse modo, os testemunhos contribuíram mais à condensação de provas, secundarizando outras dimensões desse esforço, tais como as consequências psicológicas da “nova penalização” do sujeito.

eficazes. Ademais, elaborar ferramentas que auxiliem os usuários na busca por informações complementares em oferta de produtos *online*.

Em conjunto, tais princípios fornecem diretrizes ao reconhecimento de movimentos insurgentes devido ao processo de negociação com a matriz estruturante. Embora ainda não seja o foco do campo a preocupação plural, eles revelam a emergência da multiplicação das concepções. Sua aplicação também condiz aos abusos contra os direitos humanos e os movimentos sociais.

O primeiro dos princípios, a *participação*[88], envolve a comunidade enquanto diferencial dos esforços para construção de memórias independentes. Stevens e Shepherd (2009, p. 73, tradução nossa) demonstram que esse caminho expressa "a atuação ativa da comunidade no processo de produção de seus próprios arquivos, auxiliando na disponibilização, em seus próprios termos, da história do grupo". Nesses termos, as decisões sobre coleta, descrição e acesso são tomadas pelos membros do grupo[89].

Esses indicadores fazem com que o trabalho de gestão não seja liderado por pessoas alheias ao processo. Sob esforços provindos da agenda comunitária, eles inibem a imposição de pontos de vista externos, permitindo a horizontalidade nas relações. Tal procedimento colaborativo altera ainda a base da funcionalidade profissional: se antes era de autoridade que seleciona materiais, agora é um "*expert*" entre outros "*experts*".

Já o segundo princípio, *compartilhamento*, privilegia questões referentes aos abusos dos direitos humanos. Moldam-se envolvimentos contínuos dos familiares nas decisões sobre a manutenção dos registros. Isso traduz uma passagem da custódia única à *compartilhada*, cujos arquivos adquirem uma dinâmica permanente com os atores comunitários. Tal "perenidade relacional" reflete o compromisso duradouro para com a representação dos valores sociais.

No modelo tradicional, a custódia dos registros é transferida de uma pessoa física ou jurídica a um repositório institucional. Bastian (2002) alerta que esse sistema torna tais

---

[88] Segundo o trio britânico, a participação acontece de variadas maneiras: (a) por um Conselho que determina prioridades na coleta dos materiais; (b) pelo emprego de tecnologias digitais para acesso aos registros *on-line*, ou (c) por intermédio de voluntários nas escolhas terminológicas de acesso às fontes. Essas vias de engajamento assumem diferentes formas: lideranças, intermediários, representantes em conselhos, gestores de políticas de avaliação, descrição e acesso ou até mesmo capacitação dos membros.

[89] Uma das grandes expressões dessa relação é percebida na Austrália, pela proposição teórica de Iacovino (2010, p. 362, tradução nossa): um "modelo de relacionamento participativo" que reposiciona os povos originários enquanto "*records agents*".

conjuntos propriedades quase exclusivas dos “novos custodiadores”. Já na abordagem compartilhada, a comunidade mantém autonomia sobre os registros, independentemente do tipo de instituição que os receba. Nesse sentido, as instituições tradicionais fornecem infraestrutura, assim como controle intelectual de suas experiências.

O pesquisador Joel Wurl (2005b) apresenta nova abordagem para documentar as vivências dos grupos ditos “marginalizados”. Sua reformulação ocorre pelo deslocamento da custódia ao compartilhamento, caracterizando uma maneira diferente de relacionamento entre custodiadores e produtores. Passa a valer a parceria contínua. Em uma *stewardship approach*, o conjunto arquivístico é tomado enquanto um ativo cultural. Não mais como propriedade de quem os recebe. Isso significa que a relação entre as partes apenas começa com a transferência dos materiais.

O desafio à responsabilidade compartilhada e ao aconselhamento mútuo é encontrar equilíbrio entre as prioridades dos protagonistas. Para isso, é preciso superar o legado de desconfiança na relação comunidades-organizações formais, levando em direção ao que Lau (2013) nomeia de “era da pós-institucionalidade”. Esse novo tempo coloca em xeque a noção tradicional de propriedade pela estreita colaboração comunitária. É um momento de estabilidade nas decisões avaliativas, descritivas, de preservação e digitalização.

O princípio da *multiplicidade* pluraliza perspectivas documentais a partir da coleta diversificada de suportes. Ele chama atenção à efemeridade da escrita. Não basta esperar passivamente pelos registros. Deve-se buscar ativamente traços que evidenciem o exercício de violação dos direitos humanos.

Nesse sentido, o esforço consciente de documentar pluralidades resiste à promoção de narrativas cristalizadas. Embora as comunidades se constituam em torno de pontos comuns, suas memórias expressam distintas formas de capturar a amplitude de visões para fomentar o debate público[90]. Essa perspectiva quebra limites entre o criador e o profissional da informação, que passa a documentar ativamente projetos de história oral, fotografia e vídeo.

---

[90] Nesse ponto, é promissora a série de trabalhos escritos por Caswell (2010; 2012; 2013a; 2013b; 2014a; 2014b) explorando as políticas da diferença. Suas reflexões atraem tanto os gritos sobreviventes das vítimas, quanto visões dos agressores e das testemunhas.

A abertura aos múltiplos formatos reflete atenção às diferenças culturais, ignorada historicamente. Da mesma maneira que os projetos comunitários quebram a retratação monolítica do passado, esse reconhecimento promove uma plataforma de vozes silenciadas. Sem exigir a autoridade da sincronização narrativa, sinaliza divergências fundamentais sobre os próprios limites comunitários.

Desse modo, o imperativo do princípio de *reflexividade* é efeito capital do contexto sociopolítico do trabalho com as fontes. Ele foi resumido por Lau *et al*. (2012) enquanto componente direto do sucesso dos projetos de gestão das memórias populares. Indica a qualidade da relação dos atores sociais, numa espiral de aprendizagem com foco no "outro". Para Wakimoto, Bruce, Partridge (2013), esse cenário incorpora novos horizontes nas políticas de coleta, assim como nas categorias descritivas.

Dito isso, a *reflexividade* é fundamental ao sucesso do empreendimento relacional. Ela fortalece o envolvimento entre as partes realinhando as prioridades. Dito de outro modo, reavalia constantemente a relação comunitária. Essa "via de mão dupla" sustenta formas de registros diários.

Enquanto testemunhas das atrocidades documentadas, a condição psicológica dos profissionais passa a ser objeto de preocupação. A exposição a registros perturbadores significa lidar com situações de disparidade de poder, exigindo esforço emocional para evitar traumas psicológicos. Por isso, esse princípio adverte maneiras de afetação do bem-estar físico e mental na busca de apoios interpessoais. Estabelecer diálogos honestos com colegas cria uma rede de segurança para lidar com estresses provocados pela natureza desse trabalho.

Segundo Olivé (2004), o princípio da *justiça social* tem por base sociedades desiguais. Tal desnivelamento é o que justifica políticas compensatórias que favoreçam a multiculturalidade. No fundo, as democracias devem respeitar pluralidades existenciais desenhando instituições legítimas. Ao dirimir contradições de aceitabilidade universal, a tolerância conclama a convivência harmoniosa, não ofendendo o funcionamento estatal[91].

---

[91] Verne Harris apresentou, em julho de 2003, o motivo pelo qual a *South African History Archives (SAHA)* deveria contrabalancear narrativas do *Apartheid*. Na Conferência *"Political Pressure and the Archival Record"*, o sul-africano afirmou que as experiências de seus país o convenceram que os conjuntos arquivísticos deveriam também ser instrumentos de detratação dos abusos governamentais. Essa postura retrata a saída da defesa moral da evidência *Jenkinsoniana* em direção a uma defesa moral da justiça social.

O anseio por contrabalancear estruturas hegemônicas naturalizadas foi difamada por muitos membros da comunidade arquivística. Suas observações incentivam a exposição das predisposições enviesadas da matriz estruturante. Dessa maneira, os ativos arquivísticos configuram o desejo de inclusão, tensionando pontos limítrofes e destacando um alerta para reconstrução identitária.

Essa nova postura condiz com a responsabilidade para com os mais diversos grupos sociais. Por conseguinte, buscam documentar o maior número possível de indivíduos e entidades. Abraçar vozes negligenciadas é possível pela construção de novas conexões com as comunidades sub-documentadas, apoiando a aquisição de novas fontes. Nesse horizonte, a "criação" de "outros arquivos" revisita um protesto político. Tais reformulações buscam minar distorções narrativas, reivindicando meios de reescrevê-las. Stevens e Shepherd (2009, p. 3, tradução nossa) afirmam que "o esforço de indivíduos e grupos sociais para documentar suas histórias, especialmente se elas foram marginalizadas, é político e subversivo".

Daí o princípio da *justiça social* ser complementado com o *ativismo*. Este último motivou o empoderamento comunitário na esteira das mudanças sociais. Nessa linha de raciocínio, Drake (2014) salienta a inércia profissional quanto aos contextos de produção[92], percebendo que os conjuntos arquivísticos também devem confrontar desigualdades. Essa situação o fez examinar o contexto de produção, questionando as razões de tais documentos serem "versões verídicas".

Dessa maneira, o *ativismo* pode ser observado enquanto forma de subsidiar a justiça social na assunção do projeto de ressignificação histórica. Ele dispensa as noções de objetividade e neutralidade que atormentam os empreendimentos em favor da diversidade. Esses dois últimos princípios expressam a natureza política do trabalho com a memória. Partem, portanto, do escopo de evitar a perpetuação das injustiças sociais.

Na esteira desse debate, esses princípios auxiliam movimentos insurgentes. O primeiro deles é o Plano de Documentação. Com uma trama repleta de percalços, foi

---

[92] O ativista americano trabalhou com os relatórios policiais do caso emblemático dos disparos da polícia de New Orleans contra seis homens negros desarmados. O ativismo questiona por quê os testemunhos policiais foram considerados proprietários da "verdade". Para o pesquisador, não há dissociação entre as formas pelas quais os agentes justificam mortes ou prisões arbitrárias e o seu impacto na garantia de acesso aos registros. Esses profissionais devem saber lidar com a ideia de que "os registros sob seus cuidados foram criados com o propósito expresso de exercer o poder opressivo" (ROBINSON-SWEET, 2018, p. 32, tradução nossa).

pensado pelo alemão Booms a partir da insuficiência do princípio da proveniência para avaliação. A metodologia tinha duas convicções claras: ir além das evidências formais e "documentar a sociedades", bem como retratar realidades sociais na contemporaneidade. Esses olhares assumiram a subjetividade avaliativa, aludindo ao perigo da politicidade.

O conceito de *Total Archives* foi impulsionado pela centralidade assumida pelo Arquivo Nacional canadense. Esse destaque ocorreu pela obrigatoriedade legal, efeito colateral da insuficiência quantitativa de instituições culturais. A estrutura priorizou a capilaridade do governo na representatividade. Tal conceito apresentará um caminho movediço: desde reforço das demandas historiográficas à ânsia por identidades. Ao final, sua natureza expansiva é debilitada pelo contexto de austeridade econômica que fortaleceu a centralização do sistema de arquivos.

De forma paralela, a Estratégia de Documentação esteve sujeita a diversas interpretações: desde parte da teoria avaliativa até um mecanismo de fortalecimento da imagem pública profissional. Porém, a única perspectiva razoável é a aceitação da pressão social para reexaminar as maneiras de constituição da memória coletiva. Esse objetivo validou aquisições documentais para ampliar a coordenação dos sistemas participativos. A fim de reduzir esforços na retenção das fontes, o planejamento, a pesquisa e a comunicação conduziram políticas de aquisição, tornando a análise funcional substancial ao projeto.

Mesmo observada como maneira canadense de proceder à avaliação, a macro-avaliação foi essencial a vários empreendimentos posteriores. Por preocupar-se com a governança, fundamentou a interconexão entre as funcionalidades governamentais e as necessidades dos usuários, em suas estruturas de gênese informativa. Apostou, portanto, em melhores escolhas evidenciais. Por esse motivo, rejeitou a passividade profissional, invertendo o horizonte à proveniência "virtual". Por conseguinte, ampliou a restrição aos "produtos naturais" desafiando à "sublimidade dos processos".

Toda essa reestruturação foi impactada pelos estudos culturais, feministas, diaspóricos e etnoculturais. Sua determinação reflete esforços independentes em *documentar a si mesmos*, consolidando a intervenção intencional dos sujeitos em seus recursos informativos. Esse movimento pode ser percebido como maneira de garantir a sobrevivência cultural desses coletivos diante da "memória oficial".

Quadro 3 - Condições Insurgentes

PRINCÍPIOS	CONDIÇÕES	INSURGÊNCIAS
Participação Compartilhamento Multiplicidade Reflexividade Ativismo Justiça Social.	**Base**	Plano de Documentação
	Mediação	Arquivos Totais
	Infra-estrutura	Estratégia de Documentação
	Proveniência Avaliação *Record*	Macro-avaliação Arquivos comunitários

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

5.1 PLANO DE DOCUMENTAÇÃO

Os esforços pela diversidade arquivística se iniciam pela crítica à função avaliativa numa Alemanha politicamente polarizada[93]. Convidado pela *Associação dos Arquivistas Canadenses* para a conferência *"La relation entre la détermination de la valeur sociale, l'identification de la valeur politique et l'appréciation archivistique dans le processus d'évaluation"*, Booms chamou atenção à indissolução entre indivíduos e valores sociais. Para corroborar seu pensamento, analisou as tentativas alemãs de pavimentar uma teoria avaliativa para constituir o patrimônio nacional.

As experiências alemãs foram utilizadas como referência na discussão sobre o risco de distorção da memória *a posteriori*. Isso porque, entre os anos 1920 a 1970, era comum a ausência de diretrizes para aquisições regulares. Conforme asseverou Hans Booms, enquanto animal social, o homem não pode evitar avaliações que correspondam às representações do senso comum. O grande dilema é que os registros são mais antigos que

[93] Nesse momento, Booms (1972) escreve *"Ordre social et constitution du patrimoine archivistique: À propos de l'évaluation des sources d'archives"*, trabalho originalmente publicado com dezenove anos de antecedência, traduzido para o francês e o inglês.

os valores do momento de avaliação. Dessa maneira, abrir mão do distanciamento crítico significa se sujeitar ao risco de distorcer a herança arquivística.

O ponto de partida dessa ideia ampara diversas maneiras de se estabelecer valores para decidir o que deve ser preservado. Quais seriam as bases para encontrar "escalas" que determinem acervos dignos de conservação? Em suas antigas conclusões, Booms afere que o fundamento não deveria ser o documento *per se*, uma vez que o seu valor patrimonial não é uma qualidade imanente. Nessa linha de raciocínio, o princípio da proveniência se era inapropriado para compreender eventos sociais. Isso fez Hans Booms defender a obrigatoriedade de "documentar a sociedade".

Essa reflexão parte da crítica contundente à orientação do processo avaliativo. Segundo essa orientação, as escolhas deveriam se dar tanto pela prática diária na gestão quanto pela intuição acerca da relevância histórica dos temas às futuras gerações. Este último ponto fez com que a escala de valor usada entre os anos 1920 e 1940 recorresse a noções como Estado, Nação e povo.

Assim como os prussianos, os alemães desconfiavam desses valores abstratos. A partir de 1920 constataram que as seleções estavam sendo influenciadas mais pelas futuras pesquisas do que pela necessidade "científica" do momento em que eram operadas. Esse desvio infundado fez com que a avaliação passasse a ser útil a futuras questões sociais. Na opinião de Booms, essa ambiciosa "futurologia" temática contribuiu com o desastre da constituição do patrimônio documental alemão.

A frustração com três décadas de aplicação desse modelo levou os alemães a assumirem o fracasso da teoria avaliativa conteudística. O insucesso dessa empreitada forçou um retorno aos métodos formais de seleção. Em consequência da influência das pesquisas de Schellenberg, passou-se a documentar procedimentos administrativos em suas respectivas jurisdições, alimentando a manutenção das evidências das atividades estatais dignas de preservação *a priori*. Contudo, tais critérios não resolviam o problema da redução das massas documentais acumuladas. Por esse motivo, inseriu-se a metodologia de seleção pela posição hierárquica. O raciocínio apelou à simplicidade para fugir do conteúdo: quanto maior o nível administrativo mais factível a guarda permanente.

Contudo, a divisão entre os valores ocidentais e orientais gerava descontentamentos com tal metodologia. Por corroborar o Estado na interpretação dos eventos, a Alemanha

Oriental capitaneia uma avaliação socialista. Mais uma vez, parecia que os ensinamentos arquivísticos soviéticos dos anos 1960 solucionavam problemas-chave. Sendo assim, o materialismo dialético-histórico se transformou na base de aplicação dos princípios por oferecer "escalas científicas" na estimativa dos valores.

A obstinação ideológica da Alemanha Oriental foi interpretada como um recado aos ditos países capitalistas; um indicativo da superioridade socialista para com os dilemas avaliativos. O autor observa (BOOMS, 2003-2004, p. 4, tradução nossa) na abordagem dialético-histórica uma "camuflagem marxita-leninista, que não apresentava nada, do ponto de vista metodológico, além dos ensinamentos arquivísticos prussianos, professados na década de 1950". Essa perspectiva o faz concluir que a teoria marxista para determinação de valores era apenas "uma crença histórico-filosófica, uma categoria especulativa: concha vazia embelezada por dogmas*"* (BOOMS, 2003-2004, p. 4, tradução nossa). A seleção nesses moldes era equivalente ao idílico sistema socialista.

Diante dessas indas e vindas, o pesquisador alemão propõe partir dos valores contemporâneos que produziam os arquivos. O Plano de Documentação objetivava fugir da "futurologia" dos anos 1920, assim como da excessiva formalidade dos anos 1950. Esses caminhos inclinam a opinião pública à discussão acerca da metodologia histórica, inserindo o profissional da informação na via política; percebendo o sentido de determinados eventos para condensar uma imagem futura. Em sua análise, o *Plan de Documentation* seria publicado futuramente por *"conseillers extérieurs"* (BOOMS, 2003-2004, p. 23). Essa ferramenta seria anexada aos instrumentos de pesquisa para demonstrar os caminhos da constituição patrimônial.

Desse modo, essa metodologia valorativa alimentou um modelo orientado pela instituição, para, em seguida, abraçar a crítica historiográfica. Sua defesa estava na convicção de que a retratação social aconteceria pela ciência dos eventos destacados pelos pesquisadores. Assumir a subjetividade avaliativa seria uma maneira de se libertar dos valores sociais predominantes na análise.

Porém, a tentativa de harmonizar valores humanos em um "quadro" de eventos gerou enorme polêmica na comunidade profissional. Era desafiador sancionar a opinião pública aferindo valores em disputa. Se a memória é uma "ilha de edição" em litígio permanente, a complexa tarefa de representação não se harmonizava ao conjunto da

sociedade. Tanto que Booms reconhecia o desafio de tornar tal "Quadro" presente no debate público.

Todavia, uma pergunta intrigava o pesquisador alemão: por que a Alemanha Ocidental não aplicou seu *"Plan de Documentation"*? Para ele, duas razões eram plausíveis. A primeira seria que o aumento do volume da produção documental não foi um problema na Alemanha Ocidental. A sua natureza federativa fragmentou a competência em resolver o problema das massas documentais. Ao contrário, na parte oriental, o Estado centralizado fez com que cada documento tivesse como destino final os Arquivos Públicos. Foi essa necessidade de controle burocrático que desencadeou o "dilúvio informativo". O segundo empecilho foi a concepção excessivamente teórica do quadro analítico: a dedução das categorias atrapalhou sua aplicação.

Com o desejo de tornar o Plano de Documentação menos abstrato, Hans Booms revisa seu método. Retoma a proveniência levando em conta a "crônica histórica" e a estrutura administrativa para gerar catálogos avaliativos. Essas etapas retomam modelos formais na análise da estrutura administrativa. Em outros termos, levantava competências dessas instâncias vinculando-as aos eventos sociais. Desse modo, presumia-se uma ponte identificadora dos temas históricos com base nas funções.

Essas etapas reiteram a ideia dos anos 1950 de que as administrações com as principais competências produziam maior densidade informativa. Isso ocorreu porque em 1972 o pesquisador não previa os desdobramentos de seu Plano. Mais tarde o autor percebe o perigo da seleção guiada pela relevância documental enquanto estudo histórico. Isso descartaria sua utilidade para outras matérias. Em consequência disso, a proveniência novamente se tornou base fundamental do processo avaliativo. Duas perguntas surgiam: o que devemos documentar? (Crônica histórica) e onde encontrar fontes relevantes? (Estrutura administrativa).

Menne-Haritz (2005) explora dois pontos do Plano de Documentação. O primeiro justifica o por quê dessa ideia se tornar aplicável na Alemanha Oriental, entre 1945 e 1989. Em sua opinião, a orientação pelas demandas históricas inclinou à avaliação por conteúdo. Esse ponto encontrou oposição na intenção de tornar evidente processos decisórios. Assim, a deserção do método por parte do regime capitalista aconteceu pelo efeito das estruturas políticas. Em suma, a aplicação do Plano correspondia aos anseios do regime socialista.

Essa predileção por uma avaliação conteudística fez Menne-Haritz apontar a controversa da instrumentalização política dos arquivos pela Alemanha Oriental. Para ela, a partir do momento em que a seleção exige confirmação externa, está em jogo a construção da "imagem desejável" ao futuro. Sendo assim, o valor do documento é determinado pela importância social do evento, atividade ou assunto. Também por esse motivo, o *Perfil de Documentação para Enquadramento* poderia estar a serviço do Estado Socialista.

O segundo ponto destacado é a redução dos arquivistas a meros executores de diretrizes. Isso fazia com que elas não fossem investigadas com profundidade. A autora aponta como fator a essa superficialidade o delegamento de decisões importantes a autoridades externas. Esse fator impôs qualificações profissionais secundárias, geralmente do campo da História. Para a pesquisadora, nesses dois pontos, os gestores dos arquivos se tornam instrumentos políticos, diminuindo seu protagonismo.

5.2 ARQUIVOS TOTAIS

A obrigatoriedade pública do balanço memorialístico incentivou a política ativa de recolhimento do Arquivo Nacional canadense. Desse contexto surge o conceito de "*Total Archives*", cuja principal característica é a amplitude[94]. Tal particularidade reiterou que os repositórios financiados pelo poder público também deveriam se responsabilizar pelos documentos não estatais. Essa capilaridade envolvia documentos provinciais, regionais e universitários, assim como os oficiais da administração, manuscritos e outros tipos (desenhos, plantas, mapas, microfilmes etc.) provenientes de indivíduos, famílias e entidades.

O termo *Total Archives* aparece pela primeira vez em 1972. Na publicação "*Archives: Mirror of Canada Past*", o arquivista Smith (1972, p. 9, tradução nossa) afirma que os repositórios públicos deveriam responsabilizar-se "não apenas pela recepção dos registros governamentais com valor histórico, mas também pelas coleções de materiais

---

[94] Esse "desejo de totalidade" pode ser qualificado nos termos colocados por Millar (1999): a preocupação de melhorar a qualidade representativa dos materiais por intermédio da aquisição de todos os suportes, nos mais variados níveis, tanto das atividades estatais quanto das privadas.

históricos de todos os tipos e de qualquer fonte que possam ajudar a revelar a verdade sobre todos os aspectos da vida canadense". Incentivados por esse ideal, o *Public Archives* elaborou o *"Systematic National Acquisition Programme"*, dividindo os recolhimentos privados em áreas temáticas. O *National Ethnic Archives* focou os recolhimentos de variados grupos étnicos, tanto em filmes quanto em gravações sonoras. Em 1969, a *National Film, Television and Sound Archives* passou a coletar materiais cinematográficos, incluindo fontes orais.

Segundo Millar (1998), a facilidade de aplicação do conceito no Canadá se relacionou a cinco elementos: (a) a obrigação legal em centralizar o gerenciamento arquivístico; (b) o fortalecimento da identidade inglesa; (c) a aquisição e cópia de registros do setor privado; (d) o reconhecimento dos *records management* no setor público, e; (e) a preservação de variados suportes documentais. Esses fatores perpassavam a escassez de instituições socioculturais no país, responsabilizando o governo pela preservação do patrimônio documental.

Como uma das maiores estudiosas sobre o tema, Laura Millar (1998) afirma que o conceito passou por três fases distintas. A primeira representou a busca por repositórios centralizados para constituir "coleções historiográficas". Dessa maneira, o início dos anos 1900 exprimia a obrigatoriedade pública de preservar o patrimônio documental nacional, independentemente do local de origem dos suportes. O termo ainda não havia sido cunhado e o gerenciamento era orientado pela coleta das fontes de ex-governadores e das expedições missionárias. Soma-se a isso o fato de que a memória coletiva passou a ser definida em termos científicos, justamente pela crítica historiográfica que enfatizou a pesquisa por evidências factuais.

Além disso, até meados do século XIX, a sociedade canadense era extremamente localizada. Essa fragmentação debilitava as culturas nativas ao mesmo tempo em que fortalecia tradições europeias. Dessa preocupação surgem incentivos à promoção da identidade, evocada pela preservação de registros para a história da colonização. Ou seja, uma história local se tornava premente para distinguir novas comunidades. Já não bastava recorrer exclusivamente às heranças europeias para definir a identidade do país.

Esse momento é caracterizado pela insuficiência de profissionais na coleta das informações históricas e na cópia de registros do comércio exterior. Diante desse vácuo,

Millar (1998) enfatiza que a Lei dos Arquivos Públicos de 1912 atrelou sua definição de arquivos à perspectiva histórica. Isso implicou na suplantação da autoridade institucional em adquirir registros para além da esfera governamental. Pesava ainda o fato de ser extremamente difícil encontrar registros sem tecnologias de reprodução. Para evitar eliminações indesejáveis, recorria-se à cópia. Tais características radicalizaram o conceito de arquivo. Qualquer indício era "arquivístico", demonstrando sua dupla funcionalidade: preservar fontes aos historiadores e fortalecer a memória das províncias.

Na segunda fase do conceito (1900-1970) aparece o termo *"Total Archives"*. Seu sentido exprimia a responsabilização pública de preservação de documentos arquivísticos, independente dos meios de produção, em todas as esferas. Nesse momento, a velocidade comunicacional incrementou os sistemas de gestão documental. Isso porque as invenções tecnológicas do século XIX se alinharam à eficiência administrativa, impulsionando a avaliação para se evitar a destruição dos vestígios burocráticos.

Somam-se a isso os desdobramentos da Segunda Grande Guerra. A tentativa de distanciamento dos vizinhos norte-americanos promoveu o sentimento nacionalista de origem inglesa, reconhecendo na cultura os elementos substanciais desse pertencimento. Diante da "aceitação acrítica de ideias e suposições estranhas à nossa tradição", o governo federal estabeleceu a Comissão Massey (1949) para estancar tal dependência (MILLAR, 1998, p. 114, tradução nossa).

A Comissão percebe no Arquivo Público a possibilidade de enaltecimento cultural. Ao mesmo tempo entende a necessidade de reversão da negligência histórica para com os registros federais. Desse modo, as recomendações da Comissão Massey destacavam a noção de instituição arquivística como centro cultural. Tal ampliação tornou tanto os registros públicos quanto os privados igualmente relevantes aos estudos historiográficos. Isso aconteceu porque os repositórios provinciais assumiram um lugar de destaque num país onde os arquivos federais não eram os únicos responsáveis pela memória coletiva. Assim, canadenses percebem dupla responsabilidade: proteger informações públicas e adquirir registros privados.

Esses elementos desencadearam maior coesão social pelo fortalecimento do senso de identidade cultural. Tanto o impulso do sistema de gestão documental quanto o desejo identitário configuraram uma maneira particular de elaboração da noção de arquivo. Os

profissionais dispensaram aos vestígios públicos a mesma atenção dos privados. Um entendimento como esse assumia a politicidade da pesquisa historiográfica, da qual os estudos socioculturais tiveram precedência.

A terceira fase demarca a transferência da noção de sistema de arquivo à responsabilidade individual. Essa transição corresponde a restrições econômicas dos anos 1980, que debilitaram os esforços de aquisição dos documentos privados, negligenciando fontes não institucionais. Ademais, por motivações relacionadas à segurança, direitos autorais e acesso, o trabalho arquivístico enredou-se às políticas de preservação eletrônica.

Millar (1999) pondera quatro fatores nessa reviravolta: (a) a eficiência governamental, subsidiada pela austeridade econômica, suplantando a "herança cultural"; (b) a ampliação do uso das tecnologias de comunicação; (c) o fortalecimento das políticas públicas para gestão informacional e; (d) o deslocamento do senso de coesão nacional. Esses elementos transferem o senso de pertencimento a questões como gênero e classe. Tal alteração aumentou o número de repositórios especializados, subsidiados pelos setores privados e pelo Conselho Canadense de Arquivos (CCA).

O primeiro fator de enfraquecimento na natureza expansiva do *Total Archives* condiz com a redução dos financiamentos públicos. A austeridade econômica dos anos 1990 adapta restrições orçamentárias. Isso fez com que os canadenses elegessem governantes empenhados em controlar as finanças. Essa racionalização dos gastos estatais interferiu diretamente na responsabilidade pública dos recolhimentos, assim como na busca por financiamentos. Por isso, as instituições governamentais reduziram os programas voltados aos repositórios privados.

O segundo fator que afetou as funções do *Total Archives* foi o desenvolvimento acentuado das tecnologias. As novas ferramentas computacionais forçaram a distinção entre o que era informação e o que era documento arquivístico. Millar (1999) destacou maior preocupação com programas de gerenciamento eletrônico para preservação a longo prazo. Bearman (1994a; 1994b) reforçou esse argumento ao ressaltar que a elaboração dos documentos nos departamentos tornava impraticável sua centralização em repositórios específicos. Por esse motivo, o britânico sugeriu o abandono da custodialidade para garantir a integridade dos registros eletrônicos.

O terceiro elemento que reorientou os rumos do conceito foi a preocupação com as informações comunitárias. Por um lado, os aparatos legais exigiam garantias de que os documentos seriam disponibilizados ao escrutínio público. Por outro, intensificavam a negligência na aquisição dos arquivos privados. Como afirmou Millar (1998, p. 130, tradução nossa), a questão-chave não é somente "o crescente interesse na legislação de acesso e privacidade, mas a crescente responsabilização governamental num momento de restrição econômica". Esses fatores determinaram a retenção dos registros sob as ênfases legal, financeira e administrativa, em detrimento do exame de seu valor histórico.

O último fator de enfraquecimento foi a orientação da sociedade canadense por identidades regionais. Na década de 1970, a diversificação étnica reconhece sua natureza multicultural. A pluralidade identitária se torna marca política, reduzindo os limites da identidade cultural ao nível comunitário. Também a história familiar se transformou na busca incessante por identidade pessoal. Tal "fragmentação" levou muitos grupos a abandonarem a centralização memorialística, desejando "estabelecer suas próprias identidades, criando grupos ou associações como museus, bibliotecas, centros de documentação e arquivos" (MILLAR, 1998, p.131, tradução nossa).

A consequência dessa alteração é o estabelecimento de instituições arquivísticas locais. Por essa circunstância, a partir dos anos 1980, o conceito de *"Total Archives"* se enfraquece mediante a intensificação de um sistema de arquivos. Para Millar (1996), essa debilidade corresponde a sete fatores: (a) descentralização das funções públicas; (b) incremento do regionalismo; (c) diminuição dos investimentos; (d) ausência de clareza quanto aos propósitos profissionais; (e) falta de esforços comunitários para adquirir novas fontes, gerando duplicidade e até mesmo perda informacional; (f) incompreensão pública quanto ao propósito dos arquivos, e; (g) a invisibilidade das memórias comunitárias enquanto parte de um sistema nacional.

Esses elementos transferem o foco do conceito a um sistema nacional. Assim toma corpo a percepção de que seria apropriado manter os materiais em seus locais de origem. Nessa reviravolta, arquivos municipais e comunitários foram primordiais à constituição do patrimônio documental porque: (1) manter registros em todos os formatos era desafio inatingível; (2) as instituições regionais centralizadas removeram os registros de seu local de gênese, e; (3) a espera passiva pelo recolhimento dos documentos eletrônicos significou

perdas inestimáveis em termos de recuperação informativa. Tais elementos reconciliaram a gestão documental com a tradição do *Total Archives*, intervindo ativamente em seu gerenciamento.

Para finalizar, a literatura da área percebe três principais críticas ao conceito de *Total Archives*. A primeira delas encontra a indefinição do foco de trabalho pela bifurcação da natureza produtora. Cook (1977-1978) indica que esse momento enfraquece a imagem do arquivista enquanto "historiador". Na contramão, Smith (1967) reconhecia a bravata por uma distinção entre exigências burocráticas e necessidades de pesquisa, reiterando a preocupação com finalidades de longo prazo.

A segunda crítica parte do entendimento de qual seria a função do profissional que lida com esses documentos. Tal finalidade passaria pela noção de "servos da evidência". Isso obrigava a preservação dos registros pelo seu valor probatório, e não pelas qualidades culturais. Para que esses registros fossem confiáveis, eles deveriam ser gerenciados desde sua gênese. Ao pensar assim, os arquivos passam a não ser mais fonte exclusiva da história.

A última crítica toma como pilar a responsabilidade arquivística pela totalidade dos materiais. Para tanto, Cook (1979-1980) demonstrou as repercussões do olhar excessivo sobre as mídias no princípio da proveniência. Seu texto afirma que a divisão entre suportes comprometia a integridade dos conjuntos documentais. Para não prejudicar a compreensão de seus elementos contextuais, o canadense propôs duas divisões: registros institucionais e coleções particulares.

Quadro 4 - As Fases dos Arquivos Totais

	PERÍODO	CONTEXTO	FATORES	CONSEQUÊNCIAS
I	1800-1900	- Repositórios centralizados - Suporte historiográfico - Identidade localizada - Insuficiência profissional - Cópias para evitar destruição	- Preservar o patrimônio nacional - Coletar fontes (ex-governadores e missões exploratórias) - Sociedade fragmentada	- Lei dos Arquivos Públicos (1912) - Perspectiva histórica > institucional - Registros além da esfera governamental - Radicalização do conceito de arquivo
II	1900-1970	- Termo "*Total Archives*" - Complexidade burocrática - Eficiência administrativa	- Sistemas de Gestão Documental - Identidade inglesa - Arte e cultura - Politicidade da pesquisa histórica	- Comissão Massey (1949) - Proteção das informações públicas - Aquisição de registros privados
III	1980-2000	- Sistema de arquivos	- Descentralização das funções públicas - Regionalismo - Austeridade econômica - Propósitos profissionais imprecisos - Descoordenação nas aquisições - Invisibilidade dos arquivos comunitários	- Conselho Canadense de Arquivos (CCA) - Duplicação e perda da memória coletiva

Fonte: Elabordado pelo autor (2020)

5.3 ESTRATÉGIA DE DOCUMENTAÇÃO

Na tentativa de suprimir as desestruturações do processo avaliativo, Helen W. Samuels apresentou a Estratégia de Documentação. Seu texto *"Who Controls the Past"* (1986) tonifica o conceito revelando preocupações sociais. Em maior ou menor grau, a pesquisadora norte-americana retratou que todas as atividades arquivísticas dependem da identificação do valor secundário[95].

Mesmo sob o ceticismo da comunidade profissional, a questão fomentou uma profusão interpretativa da Estratégia de Documentação. Segundo Richard Cox (1994), essa reação acompanhou o argumento equivocado de que se pretendia substituir os princípios avaliativas tradicionais. Contrariando essa perspectiva, Cox (1989, p .3, tradução nossa) previa que "o conceito se destinava a complementar os métodos tradicionais". Devido à incapacidade de submetê-la a testes precisos, contudo, a estratégia se tornou tarefa hipotética.

Justamente por tensionar a relação entre criadores e repositórios, a avaliação impossibilitava parcerias para constituir a memória coletiva[96]. Nesse sentido, Hackman e Warnow-Blewett (1987) apontaram os fatores que motivaram o surgimento da *Documentation Strategy*: (a) falta de clareza quantos às políticas aquisitivas; (b) duplicação dos recolhimentos; (c) orientação por espaços físicos emergenciais; (d) ausência de comunicação entre avaliadores; (e) dificuldade de acesso ao contexto social; (f) desintegração entre os níveis hierárquicos governamentais, e; (g) inexistência de recolhimentos privados.

Nessas circunstâncias, as decisões prescindiam de esforços para obter registros confiáveis. Pela impossibilidade de compreender um contexto mais amplo, as organizações selecionavam sem preocupação social. Diante disso, passou-se a exigir o desenvolvimento de métodos complementares. Indicava-se que as decisões avaliativas deveriam reconhecer que a documentação seria mantida por outra instituição.

Desse modo, a ausência de esforços para recolhimento gerava uma "unilateralidade aquisitiva". Enquanto avaliadores solitários, os profissionais selecionavam pela ânsia de solucionar emergências de espaço físico ou pela simples extinção do produtor do fundo. Para

---

[95] No mesmo período, Cox (1989, p. 193) levanta questões quanto aos esforços para documentar demandas populares. Suas perguntas eram guiadas pela suficiência dos fundos estatais na diversidade social. Quais seriam as perspectivas negligenciadas? Deve-se lutar por novas legislações ou por repositórios adicionais? Ou ainda encontrar estratégias específicas para qualificar os acervos?

[96] A ausência de diretrizes nas políticas aquisitivas demandou esforços sistematizados de cooperação institucional, gerando inconsistências documentais. Marshall (1998) e Richard Cox (1989) relembram que os profissionais tinham pleno conhecimento de que preservavam informações redundantes; mesmo assim, continuavam negligenciando o preenchimento das lacunas informativas.

além disso, muitas ações eram efetivadas após a destruição dos registros, impossibilitando a revisão avaliativa. Essa conjuntura impossibilitava a consulta sistemática dos variados níveis governamentais.

Para sair desse isolacionismo, a *Documentation Strategy* considera o panorama institucional de compartilhamento de assuntos, funções, área geográfica e/ou subdivisão política. Como naquele momento inexistia uma maneira de elaborar programas de gestão documental para impedir a destruição dos registros, a duplicação dos recolhimentos virou fator crítico. As deficiências apareciam porque as empresas privadas não tinham programas de gestão documental, ainda que fossem obrigadas a relatar informações.

Outra razão para o surgimento da *Documentation Strategy* foi a consciência de que os documentos eram produzidos para além dos parâmetros institucionais. Por isso, a incomunicabilidade entre programas tornou imperativo operacionalizar processos seletivos condizentes com a dinâmica social. Por isso, tais profissionais perceberam tanto nas regulamentações governamentais quanto nas tendências culturais aspectos determinantes para esse objetivo.

Reportando-se aos pensamentos de Hans Booms na Alemanha, Samuels (1988) se preocupou também sobre como documentar a sociedade[97]. Esse desafio foi acompanhado da pergunta crucial de Cox (1989, p. 193, tradução nossa): os registros mantidos nesses repositórios representam o passado? A possível resposta a esta questão asseverava o processo de retenção oriundo da avaliação de conjuntos específicos. Tendo em vista a variedade de fontes, as abordagens disponíveis seriam insuficientes para rever tais retenções.

No que diz respeito à definição, o dicionário da Sociedade dos Arquivistas Americanos concebe a Estratégia enquanto metodologia orientadora da seleção de documentos sobre uma área geográfica específica, tópico temático, processo ou evento social[98]. Samuels (1986) afirma que, como apenas parte da documentação pode ser mantida, a sociedade pressionou o reexame da avaliação, gerando o desafio de selecionar registros sem técnicas específicas para tal.

Sendo assim, a *Documentation Strategy* é entendida como uma abordagem cooperativa

---

[97] Essa análise envolve o debate ocorrido na Alemnha nos anos 1950 e 1960. Conforme observado, a influência da teoria de Theodore Schellenberg enfatizou a estrutura burocrática em sua posição hierárquica. Se a natureza do processo decisório conduzia a seleção dos materiais, Samuels (1991) afirmou que o ponto de sustentação da Estratégia de Documentação reverte essa chave. Ao focar no entendimento dos objetivos institucionais retratados na variedade funcional, ela harmoniza um contexto de produção conceitual. Parte do físico ao intelectual, da matéria à mente, como bem observou Terry Cook (1992a).

[98] Hackman e Warnow-Blewett (1987) afirmam que a Estratégia não tem como objetivo centralizar a tarefa de seleção, muito menos ser uma grande teoria avaliativa. Ou seja, não serão criadas coleções de assuntos; forçando as instituições a assumirem mais do que as próprias responsabilidades. Tampouco foi projetada para debilitar decisões avaliativas. Essa "falta de ambição" é criticada posteriormente por Terry Cook.

promovida entre criadores, administradores e usuários a fim de garantir políticas de aquisição apropriadas[99]. Nessa perspectiva, Cox (1994) sugere quatro pontos em sua constituição: (a) servir como ferramenta analítica das decisões; (b) utilizar processos interdisciplinares; (c) reconhecer a multiplicação das maneiras de registro, e; (d) planejar documentação apropriada.

Esses entendimentos impulsionaram parcerias institucionais. Hackman e Warnow-Blewett (1987, p. 12, tradução nossa) demonstraram que "a comunicação e a coordenação para moldar programas de seleção" estaria em sua centralidade. Nesse sentido, Samuels (1986) resume em três seus elementos: (a) a análise do universo a ser documentado; (b) a compreensão dos problemas documentais, e; (c) a formulação de um plano para garantir a documentação adequada de um problema, atividade ou área geográfica. Estes pontos reiteram o princípio de que indivíduos e instituições não existem enquanto sistemas autossuficientes. Cada repositório integra algo maior para oferecer ao futuro "não árvores individuais, mas uma floresta" (SAMUELS, 1986, p. 124, tradução nossa).

No que se refere à metolodogia, Samuels (1986) assinala quatro pontos: (a) definir o tópico a ser documentado; (b) designar profissionais que estabeleçam locais para aplicação; c) estruturar a investigação para examinar documentação disponível, e; d) selecionar e recolher registros. Essas etapas são realizadas pela colaboração entre criadores e usuários, predominando a análise orientada pelas informações ausentes. Conferir importância a essas etapas ajuda na diversificação perspectiva, concretizando um plano adequado do problema, da atividade, da função ou até mesmo do assunto (HACKMAN; WARNOW-BLEWETT, 1987).

Após a seleção, é preponderante compreender o fenômeno a ser documentado pela disponibilidade de evidências. Técnicas analíticas fornecerão conhecimento da história, dos propósitos, das funções e das características desse tópico. Com o entendimento do fenômeno e dos problemas, os objetivos reformulam a retenção. Nessa medida, a ênfase na cooperação não elimina concorrências[100].

Além disso, a estratégia monitorará o plano de ajustes: (a) nomeando consultores para estabelecer o objetivo da atividade; (b) realizando projetos circunscritos a tópicos e/ou áreas geográficas; (c) avaliando a contribuição das cidades e das instituições no processo de escolha dos materiais; (d) desenvolvendo técnicas de coordenação estadual e nacional; (e) identificando

---

[99] A Estratégia amplia a cooperação pela coordenação de sistemas de aquisição participativos. A metodologia requer comunicação compartilhada para reduzir esforços de retenção. Ela promove, portanto, ações inclusivas que fortalecem a imagem pública das decisões. Seu intuito é intervir no processo de composição dos conjuntos, colocando a interdisciplinaridade no debate. Levanta a necessidade de constituir arquivos por refinadas políticas aquisitivas, assim como pela formulação de planos para "preencher" os espaços da memoria coletiva.

[100] Como cada área específica apresentará problemas particulares, o planejamento será modificado de acordo com a disponibilidade dos repositórios. A partir disso, tem-se uma base de experiências para orientar esforços futuros.

uma base permanente para a atividade; (f) elencando consultores que representem os interesses dos criadores e usuários; (g) monitorando mediante conselho consultivo e estrutura administrativa; (h) fornecendo recursos para acesso a longo prazo, e; (i) esclarecendo responsabilidades materiais.

Essas etapas permitem "entender o contexto de criação dos documentos a partir do conhecimento do que será documentado" (Samuels, p.128, tradução nossa). Duas atividades são preponderantes para isso: (a) combinar técnicas avaliativas com estratégias de coleta, e; (b) capacitar produtores para informar o público. Esses pontos fortalecem a premissa de que o planejamento precede o exame documental, tornando a análise funcional essencial.

Em vista desses fatores, Marshall (1998) reitera cinco pontos elementares. Primeiro, definir o foco da documentação. Segundo, planejar tanto com outros administradores quanto com usuários. Terceiro, a estratégia é multifuncional. Quarto, deve-se buscar a criação de registros em vez de focar apenas na documentação existente. Por último, ser vista em seu processo contínuo de revisão. Essas características fortificam mecanismos de integração. Mesmo que a *Documentation Strategy* foque numa área geográfica, tópicos ou fenômenos, o material não deve ser colocado enquanto formação de uma coleção. Ao contrário, deve ser preservado junto à instituição produtora[101].

No que diz respeito aos benefícios de sua aplicação, Marshall (1998) pondera:

a) documentar transações institucionais negligenciadas, observando atividades não documentadas;

b) reiterar a função profissional de pesquisadores, analistas, planejadores e agentes;

c) permitir sua adaptação a variadas necessidades;

d) fornecer flexibilidade para revisão, conforme a natureza da documentação;

e) demonstrar a relevância do trabalho envolvendo especialisteas e usuários;

f) aproveitar diferentes perspectivas para qualificar a documentação. Cox (1996) nomeia esse fator de *Synergetic*; e,

g) examinar as instituições na retenção de materiais em ambientes apropriados.

Cook (1995) busca superar a fragmentação ao apontar esses benefícios na pesquisa coordenada do patrimônio coletivo. Tal alargamento rompe as barreiras entre arquivos públicos

---

[101] As perguntas que orientam esse processo são elencadas por Samuels (1991): (a) como os tópicos serão selecionados e quem será envolvido? (b) por que se preocupar com projetos cooperativos? e; (c) como realizar essas atividades sem financiamento? Samuels (1991, p. 126, tradução nossa) diz que se deve "lançar mão do auxílio de conselheiros e participantes para orientar o processo após a seleção do tópico a ser pesquisado".

e privados. Em segundo lugar, concentra-se em todo o universo informativo.[102] Nesse sentido, a metodologia fornece ferramentas para lidar com a complexidade organizacional. Por último, substitui a agenda schellenberguiana (análise funcional e estrutura organizacional), embasada na abordagem taxonômica de isolamento dos valores de pesquisa. Em sua perspectiva, esse congelamento debilitou o papel do pesquisador ou do usuário nas decisões.

Em 1991, Samuels escreve um artigo esclarecendo as ações dos especialistas. Segundo seus argumentos, o grupo deverá (a) utilizar uma variedade informativa; (b) avaliar a projeção das ações; (c) observar áreas onde as informações não estão disponíveis, e; (d) recomendar maneiras de sua expansão. Essa avaliação inclui as maneiras como são gerenciadas as informações pelas organizações que operacionalizam a área temática, focando nos seguintes pontos: (1) políticas de aquisição; (2) registros previamente acessados, revendo o uso relacionado aos outros usuários que não são os criadores; (3) interesses dos usuários atuais e dos potenciais, e; (4) estudos especiais em andamento relacionados à área a ser documentada.

O resultado dessa análise questiona os seguintes aspectos: (a) que tipologias são essenciais? (b) por que são relevantes a outros grupos sociais? (c) quais devem fazer parte da amostra e quais abordagens de seleção são viáveis? (d) quem pode convencer criadores e gestores a considerar as recomendações? (e) quem pode fornecer exemplos práticos? (f) como se procura auxílio para implementá-la? (g) quais informações melhoram a análise das condições documentais? (h) quais demandas não estão sendo atendidas? (i) por que certos tipos de registros não estão sendo produzidos? (j) complementar as informações com história oral ou pesquisa documental?

Citado como o maior exemplo de aplicação da Estratégia de Documentação, o Projeto *Western New York* discutiu a natureza da documentação para preencher lacunas representativas. Para isso, um grupo multidisciplinar mapeou a distribuição geográfica dos municípios. Uma estrutura analítica incluiu tópicos baseados em princípios antropológicos para programas de aquisição[103].

A experiência para melhorar a qualidade nas aquisições dos municípios de Nova York

---

[102] Por isso a necessidade de uma abordagem de "cima para baixo", baseada na análise funcional; em contraposição à busca por valores fundamentados na empiricidade "baixo-cima".

[103] Em 2017, o Arquivo Nacional Brasileiro elaborou o Programa *Arquivos da Diversidade*, com o apoio da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Numa espécie de "Estratégia de Documentação à brasileira", seu objetivo é mapear a história da diáspora africana ofertando um cadastro ao público. Da mesma maneira, em 2018, O *Library and Archives of Canada* aportou 12 milhões de dólares para criar coleções representativas. Esse movimento condiz com a importância assumida pela reconciliação com a memória dos povos originários. Isso fica ainda mais evidente nas recomendações do relatório da *Comissão da Verdade e Conciliação* para se repensar objetivos memoriais à luz das nações originárias. Sete representantes nativos foram selecionados para detectar materiais relevantes à memória nacional, bem como realizar o registro oral dessas tradições.

é uma referência ao futuro das estratégias de aquisição. Um dos prováveis motivos para frustração norte-americana foi a ausência de uma meta realista. Mesmo assim, a tentativa foi importante por: (a) preparar futuras implementações; (b) auxiliar na avaliação das aquisições dos registros históricos, abrindo canais de cooperação, e; (c) detalhar os procedimentos que conduzem a uma análise geográfica. Para tanto, em cooperação com o *New York State Archives*, o comitê desenvolveu um guia das metas de planejamento da documentação local; (d) focar em períodos recentes é mais promissor que passados longínquos; (e) clarificar melhor os critérios para eleição das atividades prioritárias; (f) aprimorar a participação dos criadores, e; (g) obter recursos para análise dos fundos regionais.

Todos esses cuidados indicam que a estratégia requer mais testes. Também apontam que é preciso integrar melhor a análise funcional para potencializar a localização dos fundos. Dessa maneira, o conceito é vislumbrado enquanto uma etapa suplementar, utilizada após a avaliação com base na proveniência estrutural-funcional.

Cook (1992b) adverte que Samuels menciona de maneira tímida as ponderações de Gerald Ham sobre o impacto da dinâmica institucional na produção dos registros. A norte-americana coloca atenção excessiva sob os usuários combinando análises funcionais com estratégias temáticas (Física e Química modernas, indústrias farmacêutica ou o Oeste de Nova York). O professor canadense não aceitava essa abordagem pela sobreposição de temas-funções, duplicando o trabalho de pesquisa. Para ele, esse seria o maior equívoco da *Documentation Strategy*. A sua defesa seguia a primazia da proveniência.

Além disso, em sua opinião, Samuels deveria clarificar melhor os critérios pelos quais as funções são detectadas, assim como os dilemas associados à seleção de tópicos. A distinção é fundamental para não igualar funções. Esse posicionamento admite a subjetividade, tão rejeitada por Samuels. Como diria Cook (1992a, p.186, tradução nossa), um modelo ativo de preenchimento das lacunas aponta que "o menor conhecimento da teoria desconstrucionista rapidamente destrói a ilusão de neutralidade e/ou imparcialidade arquivísticas". Tais profissionais não podem prever tendências de pesquisa, pois a seleção corresponde a valores atuais transmitidos à multiplicidade geracional.

Posteriormente, Samuels (1998) tenta converter essas "debilidades" em seu trabalho com universidades. A autora altera a artificialidade do tema às atividades do criador. Segundo Cook (1992b, p. 181, tradução nossa), ela "se une aos teóricos europeus e a alguns canadenses ao diminuir muito o papel dos pesquisadores/usuários na determinação de quais registros serão mantidos".

Mesmo com tal guinada às estruturas sólidas, Samuels pareceu tímida a Terry Cook.

Em sua perspectiva, a ausência de ambição fez com que a norte-americana desperdiçasse a oportunidade de elaborar uma nova teoria avaliativa. Isso ocorreu por não integrar a análise funcional ao estruturalismo orgânico, em um modelo sócio-institucional. Assim, Samuels deixa mais conselhos práticos do que "modelos de pesquisa". Ao que parece, mesmo com a busca por uma ênfase menos temática, revitalizando a base da análise funcional, o sistema ainda encerra traços fortemente schellenberguianos.

Roberts (1994a) incrementou as críticas à *Documentation Strategy* apontando que seus resultados seriam mais efetivos sem essa abrangência. As considerações seriam mais precisas caso abraçassem objetivos menos ambiciosos, e não "documentar a sociedade em tudo, da agricultura à indústria, passando pelos assuntos ambientais, até os serviços de saúde, recreação e lazer, assuntos militares, política e muitas outras preocupações" (ROBERTS, 1994a, p.113, tradução nossa).

Em sua visão, o único avanço evidenciado pela proposta condiz ao preenchimento de lacunas indicativas da qualidade documental. Como eram muitas áreas em consideração e poucos especialistas, seus membros sentiram que estavam preenchendo lacunas com base na "intuição". Em suma, pode-se afirmar que a meta era bastante ousada para um processo sem precedentes[104].

O segundo ponto destacado por John Roberts é a tentativa infrutífera de institucionalizar sistemas teóricos de avaliação. Essa impossibilidade segue o argumento da desconexão com o pensamento arquivístico. Roberts contraria a ideia de Ham (1981) de que políticas de aquisição dinâmicas permitiriam contornar inconvenientes diversificadores. Elas seriam movidas pelo humor historiográfico. Em outros termos, as possibilidades reais foram ultrapassadas ao sugerir que, por intermédio da teoria, se pudesse solucionar tal dilema. Para ele, não é possível fornecer atalhos porque os esforços de ampliação dos sistemas teóricos tendem a "institucionalizar os preconceitos e modas do momento em que foram criados" (ROBERTS, 1987, p.116, tradução nossa). Desse modo, as aquisições seriam mais consequências do que causas dos processos históricos.

---

[104] Roberts faz a crítica com base no ensaio de Maureen (1990). Este premiado trabalho descreve o sucesso da aplicação da Estratégia no território minerador de quartzo no norte da Califórnia, durante o século XIX. Na opinião do pesquisador, não foi a teoria o estímulo das descobertas, e sim a formação do pesquisador em sociologia organizacional, bem como seu domínio das fontes. Ana Maria Almeida Camargo (2009, p.429) segue a mesma linha argumentativa. Para a historiadora, antecipar as ações que não resultam em registros contraria "o preceito da naturalidade, compromentendo o caráter reflexivo dos arquivos". Em sua perspectiva, a Estratégia subverte a natureza específica do contexto arquivístico.

> As lacunas nos acervos arquivísticos não poderiam ter sido citadas por Ham até que essas deficiências históricas fossem identificadas pelos estudos historiográficos. Se os arquivistas realmente querem contribuir para uma memória arquivística mais representativa, então devem ser historiadores - realizando pesquisas, aprendendo quais são os problemas, descobrindo lacunas na documentação, fazendo novas interpretações, localizando novas fontes. Eles não podem confiar no vazio da teoria arquivística para fornecer atalhos para a iluminação histórica. Como os próprios escritos de Ham demonstram inadvertidamente, as tendências históricas de hoje são as políticas de aquisições de amanhã (ROBERTS, 1994a, p. 116, tradução nossa).

5.4 MACROAVALIAÇÃO

A Macroavaliação é uma "maneira canadense" de avaliar informações arquivísticas. A partir dos anos 1990, Terry Cook demonstrou como o Arquivo Nacional implementou um programa prático nesse sentido. Com a finalidade de formular políticas públicas, aprovaram-se grupos de trabalho em cada agência governamental, assim como em seus respectivos programas funcionais. A ampliação desse sistema respeitou circunstâncias locais, cuja centralidade estava nas interações das funcionalidades governamentais com os cidadãos.

O foco social adotado pela instituição canadense representa uma maneira de contrapôr as ideias tradicionais da avaliação do século XX. A determinação dos valores se dava medindo-se a qualidade de pesquisa pelo uso atual. Quanto mais utilizados pelos pesquisadores, mais provável sua guarda permanente.

A tentativa de superação dessa "moldura conceitual" tornou positiva a recepção das ideias de Terry Cook. A quantidade de novos estudos fundamentados nessa teoria expõe sua força. Bearman (1992b), em sua ânsia por descortinar os desafios do gerenciamento eletrônico, adjetivou a metodologia enquanto um "terremoto arquivístico". Isso porque ela compõe uma estrutura teórica fundada na qualidade evidencial.

O arquivista do Arquivo Nacional sul-africano, Clive Kirkwood (1998) afirmou que ela fornecia uma sistematização para dispensar a perspectiva schellenberguiana do "uso potencial". Por outro lado, Samuels (1998) argumentou que a abordagem se transfere ao contexto conceitual de gênese. A norte-americana ampliou a análise da proposta à cultura organizacional, sugerindo o entendimento dos estilos gerenciais que impactam nas práticas de manutenção dos registros. Mais recentemente, Greene e Daniels-Howell (2010) a usaram para localizar ativos com valor de pesquisa no município de Minnesota. Diferentemente dessas propostas, Harris (2007) acolhe a macroavaliação pela via da teoria crítica. Seu intuito é explorá-la para documentar grupos marginalizados. O sul-africano retoma o "outro" nas interações cidadão-estado, reconhecendo a subjetividade dos processos avaliativos.

Numa perspectiva condizente com os movimentos traçados recentemente pelo campo de pesquisa, Botticelli (2000) ajusta a estrutura funcional às metas de aquisição. Sua virtude é não pressupor a estabilidade organizacional para focar particularidades descentralizadas, orientadas por redes computacionais.

Cook (2005a) afirma que esses exemplos harmonizam a Macroavaliação com a decomposição funcional (cima-baixo), partindo dos desejos sociais, expressos pelas estruturas estatais, com a interação corretiva do cidadão (baixo-cima)[105]. Essencialmente, a "seleção macro" reverte o enfoque ao contexto funcional. Essa inquietação recebeu a influência da antropóloga norte-americana Mary Douglas, em seu aclamado trabalho *How Institutions Think* (1986). A leitura desse texto fez com que o pesquisador canadense se preocupasse com as funções rotineiras das organizações e dos indivíduos. Retirou o foco exclusivo dos mandatos formais para atender culturas que impactam na lembrança e no esquecimento.

A Macroavaliação principia com uma estratégia de aquisição. Ela analisa as funções organizacionais equacionando propósitos dos produtores à estrutura. Nesse percurso, inverte a perspectiva às culturas de trabalho. Essa investida reduz os registros e o tempo para proceder ao processo avaliativo. Para tanto, a rigorosa metodologia protege a integridade dos conjuntos com uma estratégia racional de seleção.

A preocupação de Terry Cook é dar relevo aos valores sociais. Fundamenta, portanto, a análise cultural, utilizando a relação dos grupos sociais com o contexto funcional-estrutural de produção. De fato, a tese da Macroavaliação é a de que o ambiente contextual acaba sendo determinado por uma série de fatores, reconhecendo que o principal dilema não é mais "o que foi registrado, onde está e qual o valor da pesquisa" (COOK, 2000a, p.7, tradução nossa). Sua postura encerra agora outra perspectiva: aproveitar o conhecimento da análise funcional, a partir de sua interação entre a cultura organizacional, os sistemas de gestão e os cidadãos.

Essa amplitude caracteriza a Macroavaliação como uma abordagem de proveniência "virtual". Demarca estruturas administrativas, macrofunções, funções, subfunções, programas, atividades e transações. Tal "construção hierárquica" das estruturas produtivas com os cidadãos encontra melhores evidências. Por esse motivo, a abordagem fornece um equilíbrio na visão documental, deixando de lado a análise individual, concentrando-se nas funções estatais.

Sendo assim, a sub-representação de determinados grupos sociais é amenizada na medida em que o contexto funcional amplia possibilidades narrativas. Isso ocorre por revigorar a interação "cidadão-estado", refletindo a imagem abrangente das "esperanças, aspirações,

---

[105] Cinco anos antes, Terry Cook (2000a) infereu que o entendimento dos conjuntos arquivísticos privados inseriu uma preocupação com a imagem social.

atividades e frustrações públicas articuladas por seus cidadãos" (COOK, 2005a, p. 8, tradução nossa).

Nesse sentido, a pesquisa "macro" coordena três esferas: ***(i)*** a dos produtores (estrutura, agência e escritórios); ***(ii)*** a do processo sócio-histórico no qual o Estado provê o cidadão e demanda do governo (funções, programas, atividades e transações); ***(iii)*** a dos cidadãos, clientes, consumidores ou grupos sociais sobre as quais essas funções se solidificam. Embora haja dificuldade de identificação dos elementos que caracterizem os valores sociais, percebidos pelo ponto 3, a diversificação das evidências documentais sustenta dois pontos: ***(a)*** a rejeição da passividade profissional, e; ***(b)*** a alteração do foco de trabalho.

Mesmo abrangendo certos aspectos da abordagem avaliativa Schellenberguiana e do britânico Hillary Jenkinson, o ponto **A** amplia a visão dos "guardiões" de rastros "naturais". Em virtude das especificidades históricas, passa a percebê-los enquanto parte integrante da memória social. Nas palavras de seu idealizador, proceder à Macroavaliação nesses termos significa que estamos "co-criando arquivos. Estamos fazendo história. Estamos exercitando o poder sobre a memória" (COOK, 2004, p. 7, traduçã nossa).

O ponto **B** opera em direção às funções, aos processos de trabalho e aos padrões de elaboração dos documentos. Passa a encará-los pela sublimidade do processo. Para Cook (1992a), o foco está nos produtores, e não nos produtos. Em outros termos, a avaliação é sobre *records*; enquanto a macroavaliação se dá em contextos amplos (macro). Esse deslocamento induz uma base estável, não se sujeitando às reorganizações estruturais.

Brown (1991; 1992; 1995) aprimorou esses pensamentos "puristas" de Terry Cook. A consistência de seu percurso metodológico espelha ideias estruturais-funcionais de Anthony Giddens. Nas ideias do sociólogo britânico, os valores sociais não são aleatórios, muito menos produzidos por forças impessoais. A rotina legitima o contrato social. Isso porque os cidadãos estão permanentemente negociando rotinas normalizadas. Em verdade, os valores sociais interagem constantemente tanto com a agência humana quanto com a estrutura social[106].

Dessa maneira, Richard Brown oferece três argumentos para analisar a interconexão dos valores sociais com as funcionalidades. O primeiro diz respeito à busca aprimorada do contexto de gênese dos registros. O pesquisador valoriza essa compreensão previa à ação aquisitiva. Em sua perspectiva, deixá-la como final do processo impossibilita prever distorções. Por isso o autor defende a definição dos contextos funcionais. Do contrário, tal negligência resultará na perda de significado dos conteúdos, refletindo uma perspectiva "estreita, precária

---

[106] As reflexões de Anthony Giddens retratam a interação dos cidadãos com funções e estruturas governamentais. A depender da flexibilidade desse contato, os grupos sociais modificam variados níveis dos programas.

e potencialmente inválida" (BROWN, 1995, p.143, tradução nossa).

Seu segundo argumento aprecia abordagens baseadas no vigor da pesquisa para facilitar a leitura dos contextos. Dado que nenhum modelo avaliativo permanece imutável, Brown reitera que o ponto mais valoroso da Macroavaliação é justamente sua potencialidade em flexibilizar programas aquisitivos. Sua validade estaria no fato de não se apresentar enquanto um modelo, o que a torna aberta a ajustes posteriores.

Richard Brown transfere essa perspectiva ao seu último argumento: o da defesa hermenêutica pós-moderna. Essa postura penetra a crítica contundente das práticas avaliativas, condicionando estratégias de aplicação dos critérios evidenciais e informativos às suposições organizacionais weberianas[107]. Como a última tarefa deve ser a seleção em sua individualidade, Cook (2000b) aponta quatro resultados: (a) refletir o funcionamento do Estado na sociedade civil; (b) avaliar o impacto dos programas pelo contexto social dos registros; (c) documentar tanto a perspectiva "cima-baixo" quanto a de "baixo-cima" para favorecer visões dos formuladores de políticas e das reações cidadãs, e; (d) encontrar melhores evidências documentais.

O resultado da justaposição dos estudos sociológicos aos arquivísticos prognosticou que a Macroavaliação estaria menos vinculada a uma base prática para padronização metodológica. A interpretação do comportamento institucional, perpassada por razões sociais, pode trazer aspectos ignorados pelas visões avaliativas tradicionais. Em síntese, Brown propõe uma leitura holística do ambiente em que os registros são concebidos.

Como se percebe, a pesquisa é elemento-chave da Macroavaliação[108]. Por seu intermédio se investiga o universo produtivo, explorando diversos flancos organizacionais: natureza, estrutura, processos de criação e, principalmente, as inter-relações entre criadores e

---

[107] As perspectivas de Terry Cook e Richard Brown precisam ser analisadas sob circunstâncias específicas. Beaven (1999) afirma que, de um lado, o primeiro responde enquanto criador das ideias, o que o faz defender sua pureza teórico-metodológica. Enquanto o segundo refina a consistência da abordagem. Cook (2000a) conta com certa credibilidade por instituir um programa estratégico no *National Archives of Canada*. A partir dessa experiência, ele apresentou as contribuições da abordagem na seleção dos registros que: (a) forneçam informações sobre políticas, decisões e programas governamentais; (b) documentem o impacto dessas decisões sobre os cidadãos; (c) protejam direitos e privilégios coletivos e/ou individuais em seus ambientes social, cultural e físico, e; (d) contenham informações significativas para entender a cultura canadense.

[108] A análise funcional averigua os impactos sociais na estrutura governamental, identificando as identidades que controlam documentos. Seu resultado orienta o preenchimento das lacunas informativas. Evidências documentais das funções (subfunções, programas e atividades) consideradas mais relevantes devem ser investigadas com antecedência; destacando a eliminação ou aquisição das subsidiárias. Cook (2000b) afirma ainda que a pesquisa adequada desses mecanismos produzirá evidências da dinâmica social, respondendo às seguintes questões: (1) quais e quão relevantes são as funções/atividades desenvolvidas pelas instituições? (2) quem é responsável por elaborar registros? (3) como acontecem as interações institucionais? (4) quais tipos documentais são importantes? (5) quão relevantes são tais funções/atividades ao contexto social? (6) quais aspectos dessas funções/atividades necessitam ser documentados? (7) como os cidadãos interagem como esse universo funcional? (8) o que constitui uma documentação suficiente?

usuários. De maneira resumida, Wilson (1994) enfatiza esse ponto no relatório referente às estratégias de aquisição do *National Archives*:

> A abordagem estrutural-funcional analisa a estrutura de cada instituição, iniciando o processo pela perspectiva de seu todo; procedendo, em seguida, a análise individualizada de seus componentes (setores e ramificações); examinando suas funções e interações. Somente no final do processo os *records* são examinados individualmente. Em vez de examiná-los diretamente, os documentos são dispostos pela base de seus contextos, conhecidos por suas funções e pelas áreas mais significativas da instituição (WILSON, 1994, p. 220, tradução nossa).

Estas palavras consideram que a Macroavaliação analisa o funcionamento da estrutura racional que ampara funções sociais. A partir dessa avaliação se compreende as relações entre as atividades governamentais. Ademais, é possível visualizar a maneira de operacionalizar transações e como são elaborados os sistemas de informação. Permite ainda compreender os desdobramentos funcionais que precisam ser documentados.

Nesse caminho, as instituições representam um espelho de serviços socialmente relevantes. A metodologia se move de forma descendente, partindo do objetivo operacional ou ainda das funçõs sociais produtoras. A partir delas se observam variadas estruturas administrativas. Em seguida, foca sistemas informativos para racionalizar registros, permitindo o funcionamento dos processos, das evidências e da estrutura governamental. Recomenda-se passar de uma fase a outra para se evitar a duplicação. Contudo, reconhece-se que algumas fases podem ocorrer de maneira simultânea. Dependendo da complexidade do projeto, certas etapas podem inclusive serem dispensadas.

Naturalmente, a estabilidade institucional favoreceu a Macroavaliação canadense[109]. Isso porque a administração pública apresentava responsabilidades formais (funções), provindas de um órgão eleito com jurisdição constitucional. Os representantes legislativos exerciam seus mandatos promulgando regulamentos. A fim de responder às demandas sociais, a administração racionalizou as instituições (departamentos e/ou agências) com mandatos compartilhados. Seguindo essa lógica, o Arquivo Nacional canalizou evidências que resguardavam informações ilustrativas da condução dos negócios.

Sendo assim, a pesquisa das hipóteses avaliativas ocorre no estágio de análise dos

---

[109] Seu modelo teórico articulou duas demandas: (a) as governamentais (leis, regulamentos e orientações políticas), e; (b) as sancionadas pela sociedade civil (representantes parlamentares); constantemente revigoradas pelas pesquisas de opinião pública. Esses dois elementos foram preponderantes para Cook (2000b) enfatizar seus estágios operacionais: ***(a)*** analisar os critérios do *Government-Wide Plan;* ***(b)*** proceder a uma avaliação institucional adicional, após negociar o *Multi-Year Disposition Plan*; ***(c)*** observar decisões predecessoras ao processo com relação a outras funções, e; ***(d)*** destacar funções similares em outras organizações por intermédio das informações do *Records Disposition Authority Control System (RDACS).*

programas institucionais. Parte desse "entendimento do produtor" envolve consultas a outras fontes, assim como entrevistas com equipes. Esse estágio requer um diagnóstico do escopo legislativo, dos mandatos e das políticas institucionais. Posteriormente, busca-se o impacto público dessas funções, atividades e programas. Este ponto revela variações de indivíduos, empresas e grupos políticos.

Em suma, as etapas são: **(a)** entender subfunções, programas e atividades em relação ao objetivo funcional[110]; **(b)** identificar onde essas ações ocorrem, no caso canadense no *Offices of Primary Interest*; **(c)** entender a interação dos cidadãos com as funções e/ou programas; **(d)** formar hipóteses para encontrar representantes desses programas, assim como funcionalidades que deverão ser documentadas, e; **(e)** após testar a hipótese, selecionar tipologias documentais do programa. Como a pesquisa em nível macro ocorrerá antes da identificação do valor das séries, a descoberta funcional/estrutural estará relacionada à análise tipológica.

Para entender alterações nas culturas organizacionais, ganha relevo a hermenêutica arquivística defendida por Brown (1991-1992). Para que essa leitura ocorra, o autor recorre à publicação de entrevistas com os níveis mais altos, assim como às funções que desenvolvem estruturas de planejamento. Nelas se encontram a codificação dos recursos financeiros, assim como projetos de reengenharia processual, além das análises dos fluxos de trabalho.

A principal crítica ao processo de Macroavaliação enseja a maneira de operacionalizar essa "interpretação hermenêutica". Ela está relacionada a como se utiliza a funcionalidade burocrática para estabelecer níveis de contato com os cidadãos. Este ponto estabelece dilemas aos princípios definidores das maneiras de analisar evidências. Remete ainda à dificuldade de delimitar funções para identificar a homogeneidade dos registros.

A segunda crítica investe na interação cidadão-estado. Ela parte do argumento de que se estaria "selecionando conteúdo". Por um lado, afirma que partir do "cidadão como tema" desrespeita o contexto[111]. Por outro, a estratégia enriquece esse contexto funcional por enfatizar a proveniência virtual dos processos organizacionais.

A terceira crítica desaprova a Macroavaliação como imposição da agenda do historiador. Mesmo com sua postura anti-schellenberguiana, o conceito parece não assumir a função subjetiva da mediação informativa. Ainda prevalece um pragmatismo utilitarista que segue sendo determinante aos valores documentais.

---

[110] Cook (2000b) enfatiza que proceder a avaliação dos sistemas de classificação para discernir funcionalidades não é o mesmo que observar o potencial valor de pesquisa "Schellenberguiano". Isso porque toda a pesquisa ocorre antes da análise individualizada dos registros. Isso permite entender detalhes da "racionalidade" dos programas.

[111] Esse contraponto está presente na afirmação de que a metodologia se impõe ao valor fundamental dos conjuntos arquivísticos: a evidência transacional. Essa parece ser a principal bravata dos movimentos insurgentes.

A última objeção se relaciona ao fato de que o conceito seja mais adequado aos repositórios temáticos ou regionais. Parece recorrente a ideia de que a ferramenta necessita complementos para coletar arquivos pessoais ou privados; além de fortalecer culturas orais em conjunto com as mídias audiovisuais.

5.5 ARQUIVOS COMUNITÁRIOS

Os estudos do campo dispensaram pouca atenção às memórias comunitárias até o início dos anos 2000. A última década, sobretudo, demonstra movimento nesse sentido. A profusão reflexiva do tema aponta uma alteração paradigmática ao reconhecê-los enquanto "uma nova práxis da qual pode-se colher muitos ensinamentos" (COOK, 2013, p. 115, tradução nossa). Segundo essa lógica, esses arquivos independentes são um fenômeno relativamente recente. Entre as razões desse entusiasmo estão: (a) a migração internacional contínua, que estimulou um "lugar do pertencimento"; (b) a desindustrialização, que demarcou mudanças significativas na vida social; (c) a disponibilidade de financiamentos para projetos comunitários, e; (d) o impacto das tecnologias de comunicação na interação social.

Essa realidade se circunscreve às maneiras pelas quais grupos sociais desenvolvem esforços memoriais, vislumbrando (a) reconectar os princípios arquivísticos às alterações sociais emergentes do século XXI; (b) condenar a desasistência das autoridades formais para com suas demandas[112], e; (c) desvelar narrativas marginalizadas pelas estruturas hegemônicas.

Levando-se em consideração que tais acervos fundamentam a reunião de materiais pela pertinência social, argumenta-se que tal "artificialidade" incorpora elementos efêmeros. Essa característica torna problemático o termo "arquivo" para designar esse deslocamento. Tal peculiaridade, por sua vez, não atende às condições de confiabilidade reivindicadas por um programa tradicional. Sua composição admite o interesse por elementos parciais enquanto atos sociopolíticos de sustentação dos projetos. Sendo assim, a expressão "arquivos comunitários" se atenta à história local, coleções etnoculturais, arquivos religiosos, centros de recursos, clubes de esporte e lazer ou qualquer organização ativista que se preocupe com direitos sociais.

Embora as definições de comunidade sejam sempre mutáveis, Stevens, Shepherd (2009, p.73, tradução nossa) a enfatizam como "um grupo de pessoas que compartilha valores de auto-identificação". Essa costura no tecido coletivo pode se dar de variadas maneiras: étnica, racial

---

[112] A título de exemplo, o estudo realizado por Lisa Collins Shortall (2016), na Irlanda, argumenta que a consequência da negligência dos serviços formais de arquivo incitou serviços memoriais localizados.

ou religiosa (KAPLAN, 2002; 2000; DANIEL, 2010); gênero e orientação sexual (BARRIAULT, 2009; CASWELL, 2013a; 2013b); localização física e *status* econômico (STEVENS; SHEPHERD, 2009); além das lutas sociais (CASWELL, 2010; 2012; 2014a; 2014b).

Por retratar interesses simbólicos, um "arquivo comunitário" encerra o esforço de documentar grupos sociais ou de tipos específicos de organizações locais. Kaplan (2002; 2000) insere na definição o fato de seus membros exercerem controle sobre seus ativos, contribuindo "de forma inestimável à consolidação de um patrimônio inclusivo" (GILLILAND; FLINN, 2013, p.7, tradução nossa).

O conceito amplia a preocupação de Wurl (2005a; 2005b) para com as comunidades étnicas. O autor advoga um *status* de sobrevivência das vítimas dos crimes humanitários como proveniência. Seus trabalhos partem do pressuposto de que os registros desses abusos pertencem de forma legítima às comunidades. Por isso, enfatiza a relevância da função das organizações não-governamentais em seu gerenciamento, reiterando alianças cooperativas.

Dito isso, é possível afirmar que os arquivos comunitários emergem de uma natureza diferente dos movimentos insurgentes apresentados até emtão. Eles partem do desejo de representar a herança identitária. Amparados pelo interesse de "correção" da visão "oficial", tais empreendimentos tendem à edificação memorialística, ressignificando redes formais e resistindo "às narrativas dominantes do patrimônio, considerando o potencial de contribuirem para a cura do trauma da alienação pelo empoderamento" (STEVENS; SHEPHERD, 2009, p. 73, tradução nossa).

A dinamicidade desse pertencimento considera elementar a elaboração de vestígios para dar vazão a grupos negligenciados pela maneira convencional de elaboração das memórias. Sob essa perspectiva, eles desvelam ativos estratégicos à subsunção da legitimidade das culturas em risco. Esse fator desmobiliza projetos resistentes devido à insuficiência de apoio das demandas socias. Tais "traços de memória" acabam sendo vislumbrados como refúgios vitais ao que são, ao que foram e, fundamentalmente, ao que poderão vir a ser esses coletivos.

Dessa maneira, a ênfase no controle comunitário define a participação ativa de seus membros "contando" histórias possíveis em seus próprios termos. Controlar meios pelos quais essas narrativas são constituídas transpõe determinados coletivos a um *locus* de decisões sobre o que de fato apresenta valor duradouro. Esse cenário estaria mais atrelado àquilo que Wurl (2005a) denominou de "tarefa essencial de perpetuação", ou ainda Caswell, Cifor e Ramirez (2016) indicaram como "pertencimento representacional".

Esse sentido expressa alternativa à estrutura tradicional de enquadramento da memória. Não à toa, Bastian (2001, 2002; 2003-2004) e Wurl (2005a) sugerem a manutenção desses conjuntos para além dessa especificidade funcional de "moldar um passado". Esse sentido monolítico dialoga com urgências identitárias. É um desdobramento das ideias mais vivazes da constituição dessa "ilha de edicão", que se desdobra na desmistificação do "paraíso perdido" pelos refugiados do pós-guerra.

Destarte, o estabelecimento dos Arquivos Comunitários é expressão do ativismo. Se por um lado estabelecem a relação intencional com os conjuntos, por outro, apresentam-se como ferramentas vitais diante das forças que reprimiam determinadas subjetividades. A partir disso, projetam um enfrentamento memorialístico conciliador. Está em seu horizonte a manifestação incisiva da inclusão social. Nessa pespectiva, Sheffield (2017) afirma que sua motivação relaciona questões políticas e/ou culturais às falhas representativas das instituições tradicionais.

De uma maneira geral, a literatura apresenta três objetivos ao uso do conceito de Arquivos Comunitários: (a) descrever conexões emocionais dos coletivos com suas heranças (Flinn; Stevens, 2009); (b) interpretar memórias de grupos etnoculturais, e; (c) discutir como se moldam os valores simbólicos (KETELAAR, 2005).

Esses propósitos fortalecem a visão estratégica de resistência. Stuart Hall vê nesse ponto o reconhecimento de histórias até então inexploradas. Para o sociólogo jamaicano, o momento de sua constituição demonstra "o fim de certo tipo de inocência criativa" (HALL, 2001, p. 89, tradução nossa). Essa espécie de autoconsciência reverbera um sentimento afirmativo do "projeto deliberado, baseado no reconhecimento de que toda a documentação é uma forma de intervenção" (APPADURAI, 2003, p. 24, tradução nossa). Ou ainda, conforme bem relembrou Sheffield (2017): trata-se de um projeto político que legitima experiências sublevadas por um esforço de condensação coletiva.

Outro fator preponderante à eclosão dessas memórias minoritárias foi a relevância assumida pela história oral entre 1960 e 1970. A possibilidade de acesso a gravadores portáteis intensificou estudos folclóricos das "histórias de baixo". Nesse mesmo período, alinham-se trabalhos acadêmicos com narrativas afro-americanas de migração.

Além disso, segundo Dicks (2003), o intuito de revitalizar o turismo cultural fez com que os governantes investissem em projetos comunitários. Devido à recessão econômica, a escassez de trabalho levou à busca por atuação no setor cultural. Ao mesmo tempo, a interseção com os direitos humanos incentivou reflexões sobre o paradoxo desses acervos: sob o manto da reconciliação pacificadora, eles reconheciam o peso da estrutura governamental no controle

desses vestígios. Esse fato ocasionou uma guinada de abordagens para entender o doloroso passado dessas populações.

A suposição desses estudos parte da necessidade de centralizar resistências como elemento ético. Naturalmente, esse objetivo se vinculou às evidências contextuais informativas. A análise dos vestígios elaborados pelos regimes opressivos não se dissocia da proveniência originária. Ao contrário, conforme afirma Caswell (2014): os profissionais da informação e os usuários subsidiam colaborações para produzir evidências. Isso potencializa a manutenção dos processos de tomada de decisão a longo prazo.

O interesse pelas memórias comunitárias consolida a interdisciplinaridade das questões culturais, feministas, diaspóricas e etnoculturais. Embora parte da literatura apenas tangencie questões arquivísticas, esses caminhos discutem o poder da representação. Esse movimento, segundo Gilliland e Flinn (2013), corresponde a três momentos: (a) ao ciclo de protestos dos anos 1960, que fortalece inquietações anti-guerra; (b) ao incremento do ativismo estudantil, e; (b) às demandas dos trabalhadores e dos movimentos feministas.

A partir dos anos 1990, a suspensão de suas reivindicações arrefece esses projetos memoriais. O segundo momento alega a falta de maturação das exigências antecessoras. Essa mobilização corresponde à ascensão do pós-industrialismo das abordagens participativas. Ao final, a suspensão das demandas originárias do movimento ocasionou a integração dessas memórias ao "patrimônio nacional", contrariando suas solicitações iniciais.

Ao que parece, apresentam-se três modelos de significação desses projetos: os autônomos, os participativos e as organizações dos movimentos sociais. O primeiro define atos conscientes de agrupamento das evidências que neutralizem narrativas. Sua essencialidade é a ausência da autoridade arquivística que atenda a públicos excluídos. Esse sentido corrobora o argumento de que as fronteiras desses acervos são cada vez mais difusas. Por compartilhar a resistência, esses empreendimentos sustentam o sentimento de coesão com usuários. Isso faz com que contribuam para "entender o arquivo como um processo de criação de mundo que contribui ao conhecimento compartilhado do passado, transformando modos de engajamento público" (MOORE; PELL, 2010, p. 256, tradução nossa).

A segunda abordagem foi articulada inicialmente por Huvila (2008). Posteriormente, recebeu aprimoramentos de Shilton e Srinivasan (2007). Ela absorve as maneiras pelas quais indivíduos compartilham a ideia de patrimônio. Apresenta-se em oposição à cultura de consumo, cujos engajamento cívico e a expressão artística enfrentam pouca resistência. Os participantes são incentivados a compartilhar experiências e tomar as lacunas representativas

enquanto elementos simbólicos da história social. Por isso, os sujeitos são observados como antídoto às deturpações.

O movimento *Do It Yourself* (DIY) surge como resposta ao neoliberalismo ocidental inglês. Ele é discutido em profundidade pelo sociólogo Gauntlett (2011), que lança mão de Karl Marx para apresentar tarefas alienantes, intensificadas pelo uso tecnológico. Sendo assim, além de ser visualizada enquanto prática social, também deve ser observada como ativismo politico. Isso porque as culturas locais desafiam os entendimentos dominantes para elaborar narrativas.

A última abordagem corresponde aos arquivos comunitários enquanto Movimentos de Organizações Sociais. A literatura fornece seu surgimento para além da batalha por melhores qualidades econômicas pós-industrialização. Seu propósito encerra a ideia de que as instituições culturais condensam mobilizações coletivas em direção às questões identitárias. Esses acervos sustentam um deslocamento social, sendo preponderante heranças que fortaleçam laços emocionais.

Também Eichhorn (2013) se utilizou do campo de produção cultural de Pierre Bourdieu para argumentar que esses acervos são frequentemente negligenciados. O autor apresenta a ideia de que, na contramão das galerias e dos museus, o trabalho do arquivo é frequentemente retroativo. Entretanto, o seu gerenciamento deve estar "localizado de maneira única, na medida em que permite que as obras migrem pelos campos da produção cultural em diferentes pontos da história" (EICHHORN, 2013, p. 25, tradução nossa). Desse modo, conceituá-los como partícipes desses movimentos sociais intensifica seu caráter cultural, sugerindo a neutralização das estruturas interpretativas. Em suma, seu escopo é levar adiante evidências que reconfigurem visões representativas das futuras gerações.

Quadro 5 - As Insurgências Arquivísticas

	INSURGÊNCIA	CONTEXTO	OBJETIVO	FOCO	CRÍTICAS
1970	Plano Documentação	Alemanha Dividida	Documentar sociedade	Crônica Histórica (o que documentar?) Estrutura Administrativa (onde encontrar?) Quadro Eventos - Pesquisadores	Conteudística Politização Arquivistas historiadores
	Arquivos Totais	Obrigação legal Identidade inglesa Instituições culturais	Desejo Totalidade	Todos Suportes Variados níveis Estatais e privados	Gestão x História Suportes Função profissional
1980 1990	Estratégia Documentação	Inconsistências documentais	Diretrizes aquisição	Cooperação - Parcerias Processo/Evento Social/Assuntos/Área geográfica	Integrar análise funcional Cook: (1) peso excessivo usuários (2) sobreposição temas e funções (3) duplicação pesquisa. (4) falta ambição Roberts: (5) abrangência ambiciosa; (6) Institucionalizar sistemas avaliativos
	Macroavaliação	Superar Schellenberg	Proveniência virtual Análise funcional Melhorar aquisição	Relação Cidadão – Estado Rejeitar passividade Sublimidade processo (a) Produtores (estrutura/agência) (b) Estado-cidadão (Funções/Programas/Atividades/Transações) (c) Cidadãos	- Operacionalização - Cidadão como tema - Agenda historiográfica - Não coleta acervos pessoas/privados
2000	Arquivos Comunitários	História Oral Interdisciplinaridade	- Conexão grupos/herança documental - Gerenciar memórias - Moldar valores simbólicos	Alianças cooperativas – confiança Tarefa de perpetuação Pertencimento representacional Instituição cultural Justiça e direitos sociais Patrimônio inclusivo	Intencionalidade Ativismo

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abrir a torneira, escuta-se um chiado seco. Um ruído indicando a ausência de água. Por sua condição física debilitada, em decorrência da idade, *Matriz Estruturante* recomenda a *Insurgência* que suba na escada para abrir o registro da caixa d`água. *Insurgência* acima. *Matriz Estruturante* abaixo. Na torneira se escuta: "abriu?" *Insurgência* responde demoradamente que "sim". Por não perceber qualquer sinal de água, *Matriz Estruturante* pede a *Insurgência* que continue abrindo o registro.

A cena propositiva reitera que as duas personagens ignoram a distância a ser percorrida pela água na descida do cano. A questão é o tempo. *Insurgência* necessita esperar. Só assim pode perceber a caída regular da água. Aos olhos insurgentes, essa parece ser uma imagem emblemática do movimento epistemológico do campo. Com o passar do tempo, os efeitos colaterais da matriz estruturante se acumularam no encanamento, aumentando a pressão sem vazão; até o momento em que a água jorra descontroladamente.

De modo geral, a condição de "transgressoras da ordem" tem sido comumente atribuída às iniciativas pluralistas. Seriam elas ferramentas de alteração da natureza essencial do conservadorismo? No entanto, esse diagnóstico parece insatisfatório por tratá-las como causa, e não como efeito da supressão temporal. Tal determinação obscurece que a matriz estruturante exerceu uma força centrífuga para adotar medidas de contenção indeléveis. Além disso, a conduta de apresentar a matriz estruturante enquanto situação imutável, com a qual temos que necessariamente conviver, solapou a herança histórica. Essa perspectiva não atribuiu a ela um caráter construtivo, ocultando o motor de arranque de suas considerações de verdade.

Não é difícil perceber que a incessante negociação com os desdobramentos da matriz estruturante transformou as insurgências em compensações teóricas contrárias ao desvanecer pluralista. Enquanto a primeira se auto-observa como paladina científica da "apoliticidade", tais iniciativas são interpretadas como heresias militantes contraproducentes. Ao invés disso, esta tese ilustrou ser mais razoável pensá-las de outra maneira: as insurgências não devem estar expostas ao julgo simplório, típico da contradição dogmática entre o que é verdadeiro e o que é falso. Esse cenário não caracteriza uma "postura tipicamente científica". Do contrário, elas podem ser políticas compensatórias à corrosão das bases estruturantes. Ao mesmo tempo, as debilidades de seu caminhar forçaram um "olhar no retrovisor". A fim de agenciar seus movimentos, elas ocuparam certas brechas que protegem o funcionamento do campo.

Dessa maneira, as insurgências convidam a pensar que a transformação não aniquila o conjunto do que é negado. Da mesma forma que o ser adulto não significa o apagamento da

criança, seria ingênuo pensar que também o fruto rejeite a flor. Vê-los desse modo esconde a beleza de pensar que ambos são etapas indispensáveis do mesmo processo vital. Assim como a semente não confina a planta à estagnação, as insurgências não suprimem a matriz estruturante. Deixam de lado a oposição, reconciliam-se a ela. Opõem modificando, negam conservando. A cada novo passo superam certas visões, ao mesmo tempo em que conservam outras. Essa estratégia rebuscada concatena contrários, suprimindo contradições nos termos de um processo dinâmico em direção a um outro estágio de entendimento de si mesmas.

Nessa perspetiva, as insurgências alertam que habitamos um edifício teórico repleto de danos estruturais. O mais triste: não podemos abandoná-lo. O mais bonito: devemos fortalecê-lo sob os escombros da ruína. Nesse curto espaço das grades que nos protegem e nos trancafiam encontramos possíveis correções, levantando novas paredes e abrindo janelas de oportunidades.

Após pensar esses cenários, a função principal das insurgências pode ser definida pelo mitigar dos efeitos da sedimentação teórica do campo. São elas responsáveis por pavimentar um novo sentido comum à Arquivística. Elas querem romper o regime de autorização discursiva da qual as narrativas hegemônicas se valeram para afirmar sua incapacidade representativa.

Como se percebeu, desde os anos 1970 o campo seguiu investigando possíveis respostas à percepção da sub-representação das categorias sociais. A infraestrutura de suas propostas, entretanto, acabou sendo pulverizada. Isso porque a disputa perspectiva sinalizou impactos da discursividade estruturante. Não obstante, sejam "tolas", "repletas de politicidade" ou vítimas da militante "cruzada anti-modernista", as insurgências continuaram no terreno das dispustas por oposições negociativas. A falta de acordo sobre suas verdades consensuais não as impediu de "tatear" caminhos sociais. Ao contrário, condicionou a visualização de seu processo intermitente de surgimento, cuja inconsistência vem modulando estratégias de enquadramento dos novos horizontes.

As críticas que alcançam as insurgências partem de uma agenda moderna. Abraçadas à defesa da autonomia científica, foi preciso confinar o campo à neutralidade do pragmatismo utilitarista. Era tarefa indispensável aprisioná-las numa camisa de força que impedia seus movimentos em direção à subjetividade mediativa. Não só isso, tornava-se imprescindível afirmar que a busca pelo seu caráter social equivalia ao abandono do contexto evidencial, único parâmetro de negociação de sua credibilidade.

Contudo, esses elementos jogaram no terreno oposto ao das ambições insurgentes. Elas, por sua vez, sempre souberam que disputar um jogo com regras epistemológicas impostas por outrem significaria seu aniquilamento. A única saída era forjar uma negociação. Ceder a certas

regras de uma aposta que já se sabia perdida. Ao mesmo tempo, virar pelo avesso determinados elementos da racionalidade moderna, recriando o sentido da memória coletiva.

Parecia cada vez mais evidente a esses empreendimentos as repercussões da notabilização dos vestígios gerados pela naturalidade do funcionamento burocrático. Em seu caminho, partiram do pressuposto de que a asserção dos arcabouços teóricos da modernidade/colonialidade reforçou uma estrutura de dominação sobre os espaços das memórias ditas "periféricas". Como toda escolha perfila uma perda, essa gramática constitutiva refundou questões essenciais acerca de como as relações coloniais sedimentaram a teoria.

Nesse sentido, as insurgências testemunham implicações dessa agenda moderna. Afinal, o vácuo reflexivo das forças implicadas no processo de formação de seus produtos sustentava uma atitude "egocêntrica". Por justificar sua existência no isolamento de seus compromissos, tornava-se palpável o abandono da utilidade social. Essa "introspecção" arquitetou um esforço contínuo de sustentação de um sistema teórico fundamentado em ideais positivistas. Em nome da neutralidade científica, desenhou-se a tendência em privilegiar o *status quo,* desvinculando-se das narrativas sociais.

Os impasses dessa revisitação, ao que parece, condenaram a natureza dos conjuntos arquivísticos a um *lócus* de desconfiança permanente. Isso tornou imprescindível a tarefa de entender como as resistências coletivas se auto-observavam nesse "espelho de memórias distorcidas". Essa dúvida reconsidera a promoção da multiplicidade pela quebra da insistência nos mecanismos que a impossibilitavam. Além de repisar certos dogmas, esse incômodo analisa tais acervos como construções historicamente contextualizadas. Em outros termos, ferramentas comprometidas com a realidade sociocultural.

Desse modo, o abalo dos encantos epistemológicos positivistas interpelou as estruturas de representação. Assumir o controle narrativo estimulou uma reflexão política, oportunizando a elaboração de artifícios para enfrentar tais assimetrias. Dito de outro modo, os esforços insurgentes indicaram que a matriz estruturante realizou movimentos insuficientes para estabelecer pluralidades. Isso tornou evidente a importância de ajustes regulatórios para validar discursos inaudíveis.

A problemática esteve fundada na qualidade dessas pluralidades. A pedra de toque estava em compreender por que certos cursos de ação podem receber esse "verniz", a ponto de seus traços serem preservados para uso público. Essa contraposição advém da clareza perceptiva sobre as possibilidades de confortar distintas instrumentalidades. Por esse motivo, o aparecimento das insurgências pode ser visualizado como um legado contrário ao silenciamento mediado por "enfrentamentos negociados".

Dessa maneira, os entraves à seara pluralista atenderam a pressões que desencadearam cooptações a padrões de credibilidade. As insurgências desvelaram processos de certificação para atendimento de critérios epistemológicos até então vigentes. Tais credenciais legitimaram um sistema que vem inibindo memórias específicas das disputas narrativas. Por isso, a busca por preencher silêncios institucionalizados forçou a moldura desse espelho de memórias distorcidas, num espaço onde os coletivos passam a elaborar estratégias de enfrentamento também no campo cultural. Sujeitos que não mais se colocam na condição de objetos cuja condição histórica é determinada por outrem. Sujeitos que assumem o empenho de sua autoafirmação.

Esse caminho prescreveu a visão de que tais viragens conceituais intervêm no processo de mediação informativa. A recomposição da autoridade funcional das instituições arquivísticas requer a dinamização da própria cultura. Por esse motivo, a qualidade instrumental se tornou símbolo do espírito potencializador de propostas que transformem a configuração das forças sociais. Pelo "direito de fala", a instrumentalidade pode se apresentar tanto nas estruturas estatais dominantes quanto nas associações dos trabalhadores ou ainda nos partidos políticos clandestinos. Ela desenvolverá a perspectiva de que tais instituições demonstram sua preocupação enquanto intermediárias coletivas, transformando-se em facilitadoras da comunicação.

Sendo assim, esta tese considerou que a incorporação dos princípios de participação, compartilhamento, multiplicidade, reflexividade, ativismo e justiça social, perpassando a base mediativa e a revisitação da infra-estrutura (proveniência, avaliação e documento arquivístico), motivaram insurgências pluralistas. Enquanto maneira de sobrevivência teórica, é importante notar que seu caminho não significou a "implosão" do campo. Longe disso, ele pode sinalizar uma ferramenta de desmontagem para melhoras perspectivas.

Isso significa que, até o presente momento, as tentativas pluralistas não decretaram uma "derrota" à matriz estruturante. Tampouco devem ser consideradas heresias conceituais ou até mesmo modismos convenientes a escolhas voluntaristas. Elas correspondem, antes de tudo, à enriquecedora capacidade de revisitação permanente de qualquer campo científico. Em outros termos, seus deslocamentos delineiam um horizonte cuja teoria não pode ser estacionária, muito menos expandir-se de maneira uniforme. Ao contrário, a Arquivística vem sendo convulsionada por empreendimentos que compreendem as transformações sociais.

Além disso, observar a insuficiência de certos aspectos da matriz estruturante sequer significa abandonar a capacidade de propor teorias que respondam a novas realidades. Essa melancolia permanente do "fracasso científico" não pode significar uma desistência. É preciso

abrir espaço a uma atitude típica da maturidade científica: não jogar o brinquedo fora porque não corresponde às regras impostas por quem está ganhando.

É imperativo continuar desconfiando e seguir vacilando. Cada etapa superada é aprimoramento da maneira de jogar. Essa é a consciência de qualquer campo científico: a cada momento as convenções se mostram insuficientes. Diante disso, o que temos em mãos é sempre um saber desatualizado, que não dá mais conta da incessante transformação das estruturas sociais. É preciso, portanto, fugir da confiança excessiva, não se entregando à ilusão da permanência das bases estruturais. Sob o risco da auto-sabotagem, não se renovar é a forma mais eficaz de garantir a morte anunciada da Arquivística. Isso significa dizer que o aprimoramento da consciência científica é fruto de seu caráter transitório, típico do confronto permanente com o *devir* de si mesma.

Dessa maneira, o enigma colocado às insurgências parece ingrato. Pela emergência enquanto auto-observação da insuficiência das condições estruturantes, elas reiteram a tomada de consciência das questões representativas. Porém, sua compleição negociadora indica certa saturação apreciadora de determinada radicalização. Mesmo sob o risco de violar limites do campo, o "extremismo" teórico dos arquivos comunitários sinaliza um futuro de insurgências intransigentes?

Nesse sentido, a promoção da almejada diversidade pode enfraquecer seu feitio negociador. Ou seja, a busca por resultados audaciosos aposta no rompimento dos contornos teóricos. Caso não cumpram a promessa, elas serão responsabilizadas por deteriorar sua própria credibilidade? Tal escolha reafirmará as plataformas que as obstaculizaram? Em suma, é premente insurgir com mais radicalidade ou aceitar a sub-representação como desdobramento natural das condições de existência dos conjuntos arquivísticos?

Diante dessa complexidade, as insurgências se empenham em superar esse estado de aporia. De fato, elas reconhecem a insuficiência das disputas narrativas pelos entraves inibidores de vozes dissonantes. Seu intuito é compreender uma sociedade na qual os conjuntos arquivísticos surjam como uma demanda real. Isso significa que esse desejo deva questionar as maneiras dessa presença, reposicionando suas qualidades existenciais. Essa parece uma postura impiedosa. No entanto, se a teoria passou a ser o empecilho dela mesma, ironicamente, ela continua sendo a salvação para suas próprias armadilhas em busca da diversidade.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. A lei de acesso à informação e a cidadania. *Revista Época*. Rio de Janeiro, 16 maio 2012. Disponível em: http://revistaepoca.globo.com/opiniao/fernandoabrucio/noticia/2012/06/lei-de-acesso-informacao-e-cidadania.html. Acesso em: 20 maio 2017.

ACCOUNTABILITY. *Cambridge Advanced Learner's Dictionary on-line*, 17 out. 2018. Disponível em: https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/accountability. Acesso em: 17 out. 2018.

ACCOUNTABLE. *Longman Dictionary on-line*, 17 out. 2018. Disponível em: https://www.ldoceonline.com/dictionary/accountable#accountable__2. Acesso em: 17 out. 2018.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da Pesquisa em Ciência da Informação*, v. 2, n. 1, 2009.

APPADURAI, Arjun. Archive and Aspiration. *Information Is Alive:* Art and Theory on Archiving and Retrieving Data, edited by Joke Brouwer and Arjen Mulder, 14-25. Rotterdam, Netherlands: v. 2. 2003.

ARAÚJO, C. A. A. Mediação como conceito potencializador do diálogo entre a Ciência da Informação e os campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 13., 2012. Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos [...]* Rio de Janeiro: ANCIB, 2012. Disponível:http://www.eventosecongressos.com.br/metodo/enancib2012/arearestrita/pdfs/19256.pdf. Acesso em: 13 maio 2014.

ARENDT, H. *Origens do totalitarismo:* antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARENDT, H. *Entre o Passado e o Futuro.* 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ATKINSON, Ross. *Toward a redefinition of library services.* En virtually yours: models for managing electronic resources and services. Peggy Johnson y Bonnie MacEwan (eds.) 3-21. Chicago – Londes: American Library Association, 1999.

BAILEY, Jefferson. Disrespect des Fonds: Rethinking Arrangement and Description in Born-Digital Archives. *Archive Journal 3,* summer 2013. Disponível em: http://www.archivejournal.net/issue/3/archives-remixed/disrespect-des-fonds- rethinking-arrangement-and-description-in-born-digital-archives/. Acesso em: 04 mar. 2020.

BARRIAULT, M. Archiving the queer and queering the archives: a case study of the Canadian Lesbian and Gay Archives (CLGA). *In:* BASTIAN, J. Alexander B (eds). *Community archives:* the shaping of memory. Facet, London, p. 97-108, 2009.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. *Uma trajetória da Arquivística a partir da Análise do Discurso:* inflexões histórico-conceituais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Disponível em:

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/138613/ISBN9788579836619.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 18 de agosto de 2016.

BASTIAN, Jeannette Allis. A Question of Custody: The Colonial Archives of the Danish Virgin Islands. *The American Archivist*, v. 64 (Spring/Summer): 96-114, 2001.

BASTIAN, Jeannette Allis. Taking custody, giving access: a postcustodial role for a new century. *Archivaria* 53, 2002.

BASTIAN, Jeannette Allis. In a house of memory: Discovering the Provenance of Place. *Archival Issues 28*, 2003-2004.

BAUTIER, Robert-Henri. La phase cruciale de l´histoire des archives: la constitution des dépôts darchives et la naissance de larchivistique. *Archivum,* Paris, v. 18, p. 139-149, 1968.

BEARMAN, D; LYTLE, Richard H. The Power of The Principle of Provenance. *Archivaria,* 21, 1985-1986.

BEARMAN, D. Documenting documentation. *Archivaria,* v. 34, 1992a.

BEARMAN, D. Review of Cook, Archival Appraisal of Records Containing Personal Information, *Archivaria,* 34, 1992b.

BEARMAN, D. *Archival Methods:* Archives and Museum Informatics Technical Report 9. Pittsburgh, Archives e Museum Informatics, 1994a.

BEARMAN, D. *Electronic Evidence:* Strategies for managing records in contemporary organizations. Pittsburgh: Archives and Museum Informatics, 1994b.

BEAVEN, Brian P.N. Macro-Appraisal: From Theory to Practice. *Archivaria,* 48, 1999.

BELLOTO, H. L. O Papel Instrumental dos Arquivos e as qualidades profissionais dos arquivistas. *Revista Ágora,* v. 22, n. 44, 2012.

BENJAMIN, W. Tesis Sobre Filosofia de la Historia. *In: Discursos interrompidos*. Madrid: Taurus, 1992.

BERMAN, Marshall. *Todo lo sólido se desvanece en el aire.* La experiencia de la Modernidad. (1984), trad. de Andrea Morales Vidal, Siglo XXI, Madrid, 1988.

BERNER, Richard. *Perspectives on the Record Group Concept. Georgia Archive 4,* n. 1, 1976.

BERNER, Richard. *Archival Theory and Practice in the United States:* A Historical Analysis. Seattle and London: University of Washington Press, 1983.

BLOUIN, Francis X; ROSENBERG, William G. *Archives, Documentation and Institutions of Social Memory:* Essays from the Sawyer Seminar. Ann Arbor, 2006.

BOBBIO, Norberto. *El future de la democracia.* México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

BOLES, Frank. *Archival Appraisal.* New York: Neal-Schuman, 1991.

BOOMS, Hans. Gesellschaftsordnung und Überlieferungsbildung. Zur Problematik archivalischer Quellenbewertung, *Archivarische Zeitschrift,* 68, 1972.

BOOMS, Hans. Society and the Formulation of a Documentary Heritage: Issues in the Appraisal of Archival Sources. *Archivaria 24,* p. 69-107, 1987.

BOOMS, Hans. Ordre social et constitution du patrimoine archivistique: À propos de l'évaluation des sources d'archives. *Archives,* v. 33, n. 3, et 4, 2001-2002.

BOOMS, Hans. La constitution du patrimoine archivistique. L'archivage comme activité sociale et politique. Traduit par Barbara Roth-Lochner. *Archives,* v. 35, n. 1 et 2, 2003-2004.

BORGES, J. L. *Ficções (1944)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOTTICELLI, Peter. Records Appraisal in Network Organizations, *Archivaria 49,* 2000.

BOWDEN, Brett. *The Empire of Civilization:* The Evolution of an Imperial Idea. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.

BRADSHER, James Gregory. An Introduction to Archives. *In:* BRADSHER, James Gregory. *Managing Archives and Archival Institutions.* Chicago: University of Chicago Press, 1998.

BRAGA, J. L. Circuito versus campos sociais. In: JANOTTI JUNIOR, J.; MATTOS, M. A.; JACKS, N. (org.). *Mediação & Midiatização.* Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012. p. 31-52.

BRANDÃO, Gleise; BORGES, Jusssara. Mediação da informação arquivística: o papel do arquivista pós-custodial. *In:* CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 7., 2016, Fortaleza. *Anais eletrônicos [...]* Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn, João Pessoa, v. 4, n. especial, p. 118-136, out. 2016. Disponível em: http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_nesp, Acessado em: 18 jun. 2018.

BRENNEKE, Adolf. *Archivkunde.* Leipzig: Köhler & Amelang, 1953.

BROTHMAN, B. Orders of values: probing the theorical terms of archival practice. *Archivaria,* v. 32, p. 78-100, 1991.

BROTHMAN, B. Afterglow: conceptions of record and evidence in archival discourse. *Archival Science,* n.2, p.337-338, 2002.

BROWN, Richard. The Value of Narrativity & quot; In the Appraisal of Historical Documents: Foundation for a Theory of Archival Hermeneutics. *Archivaria 32,* 1991.

BROWN, Richard. Records Acquisition and Its Theoretical Foundation: The Case for a Concept of Archival Hermeneutics, *Archivaria 33,* 1991-1992.

BROWN, Richard. Macro-appraisal theory and the context of the public records creator. *Archivaria 40,* 1995.

BUCHANAN, Alexandrina, Strangely Unfamiliar: Ideas of the Archive from Outside the Discipline. *In:* HILL, Jennie (ed.). *The Future of Archives and Recordkeeping:* A Reader: London, 2011.

BURKE, F. The Future Course of Archival Theory in the United States. *American Archivist 44,* 1982.

BURKE, P. *Uma história social do conhecimento:* de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BURNS, Kathryn. *Notaries, Truth and Consequences.* American Historical Review, 2005.

BURNS, Kathryn. *Into the Archive:* Writing and Power in Colonial Peru. Durham, NC, 2010.

BURTON, A. *Dwelling in the archive: Women writing house, home and history in late colonial India*. New York: Oxford University Press, 2003.

CAMARGO, A. M. A. Os arquivos e o acesso à verdade. *In:* SANTOS, C. M. *et al.* (org.). *Desarquivando a ditadura:* memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, p. 424-443. 2009

CAMARGO, A. M. A. *Sobre espécies e tipos documentais. Dar nome aos documentos:* da teoria à prática / apresentação de Danielle Ardaillon. São Paulo : Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015a

CAMARGO, A. M. A. Arquivos não falam. *Arquivos pessoais e cultura:* uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2015b.

CAPPON, Lester J. What, then, is there to theorize about? *American Archivist 45,* 1982.

CARTER, R. G. S. Of things said and unsaid: Power, archival silences and Power in silence. *Archivaria,* v.61, 2006.

CASANOVA, Eugenio. *Archivistica.* Lazzeri: Siena, 1928.

CASTRO-GÓMEZ, S. *La hybris del punto cero:* ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816). Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

CASWELL, M. *Khmer Rouge archives*: accountability, truth and memory in Cambodia. *Archival Science 10,* 2010.

CASWELL, M. SAADA and the community-based archives model: What's a community—based archives anyway? *South Asian American Digital Archive.* 2012

CASWELL, M. On pluralism: what religious pluralism can teach us about archival studies. *Archival Science 13,* 2013a.

CASWELL, M. Rethinking inalienability: trusting nongovernmental archives in transitional societies. *American Archivist 76,* 2013b.

CASWELL, M. Toward a survivor-centered approach to records documenting human rights

abuse: lessons from community archives. *Archival Science,* 2014a.

CASWELL, M. *Archiving the unspeakable:* silence, memory, and the photographic record in Cambodia. University of Wisconsin Press, 2014b.

CASWELL; CIFOR; RAMIREZ. To Suddenly Discover Yourself Existing": Uncovering the Impact of Community Archives. *The American Archivist 79,* 2016.

CLANCHY, Michael T. *From Memory to Written Record:* England 1066-1307. Chichester-Malden, 2013.

COLLINS, P. H. *Black feminist thought:* knowledge, consciousness and the polittics of empowerment. Nova York: Routledge, 2000.

COOK, T. Clio: The Archivist's Muse? *Archivaria 5,* Winter 1977–1978.

COOK, T. The Tyranny of the Medium: A Comment on 'Total Archives'," *Archivaria 9,* 1979–1980.

COOK, T. From information to knowledge: an intellectual paradigm for archives. *Archivaria,* v. 19, p. 28-49, Winter 1984-1985.

COOK, T. *The Archival Appraisal of Records Containing Personal Information:* A RAMP study with guidelines. Paris: UNESCO, 1991.

COOK, T. Mind over matter: towards a new theory of archival appraisal. *In:* CRAIG, B. *The archival imagination: essays in honour of hugh a.* taylor. Ottawa: Association of Canadian Archivists, 1992a.

COOK, T. Documentation Strategy. *Archivaria 34.* 1992b.

COOK, T. *Appraisal Methodology:* Macro-Appraisal and Functional Analysis Part A: Concepts and Theory. National Archives of Canada Government Records Branch, 2000a.

COOK, T. *Appraisal Methodology:* Macro-Appraisal and Functional Analysis Part B: Guidelines for Performing an Archival Appraisal on Government Records. National Archives of Canada Government Records Branch, 2000b.

COOK, T. Macro-appraisal and Functional Analysis: Documenting Governance Rather Than Government. *Journal of the Society of Archivists 25,* 2004.

COOK, T. Macroappraisal in Theory and Practice: Origins, Characteristics, and Implementation in Canada, 1950–2000. *Archival Science,* 2005a.

COOK, T. *From Provenance to Practice:* archival theory and "return to community" Reilly University of Calgary, 2005b.

COOK, T. Electronic Records, Paper Minds*:* The Revolution in Information Management and Archives in the Post-custodial and Post-modernist Era. *Archives & Social Studies:* A Journal of Interdisciplinary Research, v. 1, 2007a.

COOK, T. Archival Principles and Cultural Diversity: Contradiction, Convergence or Paradigm Shift? A Canada Perspective. *International Council on Archives (ICA).* Cooperation to Preserve Diversity, CITRA, 2007b.

COOK, T. *Landscapes of the Past:* Archivists, Historians and the Fight for Memory". Public Lecture. Madrid, Spain. https://www.educacionyfp.gob.es/dam/jcr:c15b65cd-851c-4a81-9528-6ef87984e417/conferencia-terry-cook.pdf. 2010.

COOK, T. The Archive(s) is a Foreign Country'; Terry Cook (ed.), *Controlling the Past: Documenting Society and Institutions: Essays in Honor of Helen Willa Samuels*, Chicago, 2011.

COOK, T. Evidence, memory, indentity, and community: four shifting archival paradigms, *Archival Science,* 2013.

COOK, T. *O conceito de fundo arquivístico:* teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

COOK, T; SCHWARTZ, J. M. Archives, records and power: from (postmodern) theory to (archival) perfomance. *Archival Science,* v.2, p. 171-185, 2002.

CORROY, Laurence; GONNET, Jacques. Médiation. *In: Dictionnaire d'initiation à l'info-com. 2*ème édition. Paris: Magnard-Vuibert, 2008. Dictionnaire d'initiation à l'info-com, dirigido por Laurence Corroy e Jacques Gonnet.

COX, Richard J; SAMUELS, Helen W. The Archivist's First Responsibility: A Research Agenda to Improve the Identification and Retention of Records of Enduring Value. *American Archivist,* 1988.

COX, Richard J. A Documentation Strategy Case Study: Western New York. *American Archivist 52,* 1989.

COX, Richard J. *American Archival Analysis:* The Recent Development of the Archival Profession in the United States, Metuchen, NJ: The Scarecrow Press, Inc., 1990.

COX, Richard J. The Documentation Strategy and Archival Appraisal Principles: A Different Perspective. *Archivaria 38,* 1994.

COX, Richard J. *Archival Documentation Strategy:* A Brief Intellectual History and Practical Description, 1995.

COX, Richard J. The Archival Documentation Strategy and Its Implications for the Appraisal of Architectural Records, *American Archivist 59,* 1996.

COYNE, R. *Designing information technology in the postmodern age:* from method to metaphor. Cambridge: MIT Press, 1995.

CROOK, E. The politics of community heritage: motivations, authority and control. *Int J Herit Stud 16,* 2010.

CROUCH, C. *Post-Democracy.* Cambridge, UK: Polity Press, 2004.

CRUZ DOMÍNGUEZ, Silvana Elisa. La permanente defensa de la archivística por su autonomia. *In:* ROJAS, Miguel Ángel Rendón. *La mediación en el campo informativo documental.*(coord). México: UNAM. Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2017.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia.* Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008.

DANIEL, D. Documenting the immigrant and ethnic experience in American archives. *American Archivist* 73, 2010.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? *Prisma.com*: revista de Ciência da Informação e Comunicação do CETAC, 4, 2007.

DE LA GARZA, M. T. *Politica de la memoria:* una mirada sobre Occidente desde el margen. Barcelona: Anthropos, 2002.

DERRIDA, Jacques, Archive Fever: A Freudian Impression, trans. Eric Prenowitz. Chicago, 1996.

DIAMOND, L. *In Search of Democracy.* Londres: Routledge, 2016.

DICKS, Bella. Culture on Display: The Production of Contemporary Visitability. Maidenhead, U.K.: Open University Press. 2003

DIRKS, J. M. Accountability, History, and Archives: conflicting priorities or synthesized strands? *Archivaria*, v.57, 2005.

DOUGLAS, Jennifer. Origins: evolving Ideas about the principle of provenance: In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). *Currents of archival thinking*. Libraries Unlimited, 2010.

DOUGLAS, Mary. *How Institutions Thinks*. Contemporary Issues in The Middle East, 1986.

DRAKE, J. Insurgent citizens: the manufacture of police records in post-katrina new orleans and its implications for human rights. *Archival Science,* v.14, 2014.

DUCHEIN, M. Le Respect des Fonds en Archivistique: principles théoriques et problèmes pratiques. *La Gazette des archives Année*. v. 97, n. 1, p. 71- 96, 1977.

DUCHEIN, M. The History of European Archives and the Development of the Archival Profession in Europe". *American Archivist* 55, 1992.

DUCHEIN, M. Le principe de provenance et la pratique du tri, du classement et de la description en archivistique contemporaine. *Janus,* p. 87-100, 1998.

DUNBAR, A. Introducing critical race theory to archival discourse: getting the conversation started. *Archival Science* 6:109-129, 2006

DURANTI, Luciana. The Odyssey of Records Managers, Part I & II, *Records Management*

Quarterly 23, n. 3 & 4, 1989.

DURANTI, Luciana. Diplomatics: New Uses for an Old Science. *Archivaria* 29, 1989-1990.

DURANTI, Luciana. The odyssey of records managers. *In:* NESMITH, Tom (org.*). Canadian archival studies and the rediscovery of provenance*. Metuchen: Scarecrow Press, 1993.

DURANTI, Luciana. The archival bond. *Archives and Museum Informatics,* v. 11, 1997.

DURANTI, Luciana. More than information, other than knowledge: the nature of archives in the digital era. *Cadernos BAD,* n. 2, 2003.

DURANTI, Luciana. Archive as a place. *Archives and Social Studies,* v.1., 2007.

DUSSEL, E. Europa, modernidad y eurocentrismo. *In:* LANDER, Edgardo (comp.). *La colonialidade del saber:* eurocentrismo y ciencias sociales – Perspectivas lationamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

DUSSEL, E. *Filosofía de la Liberación*. México: FCE, 2011.

DUSSEL, E. *Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão.* 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DUSSEL, E. Agenda para un diálogo inter-fisológico Sur-Sur. *In:* DUSSEL, E. *Filosofias del Sur:* descolonización y transmodernidad. Cidade do México: AKAL/Interpares, 2016.

EAGLETON, Terry. *Depois da teoria:* um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo. Tradução: Maria Lucia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

EASTWOOD, T. What Is Archival Theory, and Why Is it Important? *Archivaria 37*, p.122-130, 1994.

EASTWOOD, T. La Valoración Archivística en las sociedades democráticas. *In:* EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). *Tábula*, n. 6, p. 51-73, 2003.

EASTWOOD, T. A contested realm: The nature of archives and the orientation of archival science. *In:* EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). *Currents of archival thinking*. Libraries Unlimited, 2010.

EASTWOOD, T. Um domínio contestado: a natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. *In:* EASTWOOD, T.; MACNEIL, Heather. *Correntes atuais do pensamento arquivístico.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

ECHEVARRIA, Roberto Gonzalez *Myth and Archive: A Theory of Latin American Narrative,* Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. Tradução Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2016, 26 ed – Coleçao Estudos.

EICHHORNE, Kate. *The Printing Press as an Agent of Change:* Communications and Cultural Transformations in Early-Modern Europe, v. 2. Cambridge, 1979.

EICHHORNE, Kate. *The Archival Turn in Feminism*: Outrage in Order Philadelphia, PA: Temple University Press, 2013.

EISENSTEIN, Elizabeth. The Printing Revolution in Early Modern Europe: Cambridge, 1996.

ESPAIGNET, Stéphanie; RAMATOULA, Ye Fofana; AMELIA, Laurenceau. *Pertinence de Lidee de desintermediation documentaire*. Villeurbanne: École Nationale Supérieure des Sciences de lInformation et des Bibliotheques, 2003.

FANON, F. *Black skin, white masks*. New York: Grove Press, 2008.

FELMAN, Shoshana. Thaters of Justice: Atendt in Jerusalem, the Eichmann Trial, and the Redefinition of Legal Meaning in the Wake of the Holocaust. *Critical Inquiry*, v. 27, n. 2, 201-28, 2001.

FENYO, Mario D. The Record Group Concept: a critique. *American Archivist* 29, p. 229-239, 1966.

FLECKNER, J. The last revolution and the next. *Journal of Archival Organization,* v.2, n.1-2, 2004.

FLINN, A.; STEVENS, Mary. *'It Is Noh Mistri, Wi Mekin Histri':*Telling Our Own Story: Independent and Community Archives in the United Kingdom, Challenging and Subverting the Mainstream." In Community Archives: The Shaping of Memory, edited by Jeanette Bastian and Ben Alexander, 3–27. London: Facet Publishing, 2009.

FLINN, A.; STEVENS, M; SHEPHERD, E. Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy and the mainstream. *Archival Science* 9, 2009.

FONSECA, M. O. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. *Ciência da Informação*, v. 28, n. 2, 1999.

FONSECA, M. O. *Arquivologia e Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: Editora FGB, 2005.

FOOTE, K. E. To remember and forget: Archives, memory, and culture. *American Archivist*, v. 53, n. 3, 378-392, 1990.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. A *Ordem do Discurso:* aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FRANCO, C. M.; BASTOS, A. W. Os arquivos nacionais: estrutura e legislação. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.7-28, jan./jun., 1986.

FRANCO, Shirley Carvalhêdo. *O "Mito" da Destruição Total de Documentos:* um estudo dos arquivos relacionados à Guerrilha do Araguaia à luz de princípios e noções arquivísticas. 2012. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Basília, DF, 2012.

FRANCO, Shirley Carvalhêdo; THIESEN, I; RODRIGUES, Georgete m. As duas teorias arquivísticas segundo John Roberts: uma contribuição aos fundamentos do campo. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 22, n. 3, p. 35 - 63, set./out., 2017.

GALEANO, E. *As Veias Abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2010.

GAULD, Craig. Democratising or privileging: the democratisation of knowledge and the role of the archivist. *Archival Science* 17, p. 227-245, 2017.

GAUNTLETT, David. *Making Is Connecting:* The Social Meaning of Creativity, from DIY and Knitting to YouTube and Web 2.0. Cambridge, U.K.: Polity, 2011.

GIDDENS, A. *The Nation-State and Violence*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1994.

GILLILAND, A. Pluralizing the archival paradigm trough education: critical discussions around the Pacific Rim. *Archives and Manuscripts*, v. 35, n. 2, p.10-39, 2007.

GILLILAND, A; FLINN, A. *Community Archives:* What Are We Really Talking About? Keynote address, Nexus, Confluence, and Difference: Community Archives Meets Community Informatics: Prato CIRN Conference Oct 28-30 2013, edited by Larry Stillman, Amalia Sabiescu, Nemanja Memarovic, Centre for Community Networking Research, Centre for Social Informatics, Monash University, 2013.

GINZBURG, Carlo. "Clues: Roots of an Evidential Paradigm", in *Clues, Myths and the Historical Method.* Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989, pp. 96–125.

GOMBRICH, E. H. *Meditações Sobre um Cavalinho de Pau:* e outros ensaios sobre a teoria da arte. São Paulo: EDUSP, 2004.

GRAHAM, Nicholas M. The Form and The Function of Archival Theory. *The Katharine Sharp Review*, n. 4, winter/1997. ISSN 1083-5261.

GREENE, Mark; DANIELS-HOWELL. *Documentation with an Attitude:* A Pragmatist's Guide, p. 188-190, 2010.

GROSFOGUEL, R. (compil.). *El Giro decolonial:* reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

GUIBERNAU, M. *Nacionalismos:* o estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

HACKMAN, L. J; WARNOW-BLEWETT, J. The Documentation Strategy Process: A Model and a Case Study. *American Archivist*, v.50, 1987.

HAM, F. Gerald. The archival edge. *The American Archivist*, v.38, n.1, jan./1975.

HAM, F. Gerald. Archival Strategies for the Post-Custodial Era. *American Archivist 44*, 1981.

HALL, Stuart. Constituting an Archive. *Third Text*, v. 15, n. 54, p. 89-92, 2001

HARNEY, Robert. Ethnic Archival and Library Material in Canada: Problems of Bibliographic Control and Preservation. *Ethnic Forum 2*, n. 2, 1982.

HARRIS, V. Claiming less, delivering more: a critique of positivist formulations on archives in South Africa. *Archivaria*, v. 44, 1997.

HARRIS, V. *Archives and justice:* a South African perspective. Chicago: Society of American Archivists, 2007.

HARRIS, V. Jacque Derrida Meets Nelson Mandela: Archival Ethics at the Endgame, *Archival Science 1*, p. 1-2, 2011.

HARVEY, David. *Condición de la posmodernidad:* Investigación sobre los orígenes del cambio cultural (edición original Basil Blackwell Ltd.). Oxford, Inglaterra, 1998.

HAWORTH, K. *Archival Imagination:* Essays in Honour of Hugh Taylor. Ottawa: Association of Canadian Archivists, 1992.

HEAD, Randolph C. Documents, Archives and Proof around 1700. *Historical Journal*, SEP 2013.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HENRY, L. J. Schellenberg in cyberspace. *The American Archivist*, v. 61, 1998.

HEYMANN, L. Memórias da elite: arquivos, instituições e projetos memoriais. *R. Pós Ciências Sociais*, v.8, n. 15, jan. / jun. 2011.

HIGGS, E. Record and Recordness: Essences ou Conventions? *In:* STOCKHOLM CONFERENCE ON ARCHIVAL SCIENCE AND THE CONCEPTO OF RECORD, 2., 1998, Stockholm. Stockholm: Riksarkivet, 1998. Disponível em: http://www.worldcat.org/title/concept-of-record-report-from-the-second-stockholm-conference-on-archival-science-and-the-concept-of-record-30-31-may-1996/oclc/246040454. Acessado em: 4 jun. 2017.

HORSMAN, Peter.Taming the Elephant: An Orthodox Approach to the Principle of Provenance, in Swedish National Archives, *The Principle of Provenance: Report from the First Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance, 2–3 September 1993*, p. 51-63, Stockholm, 1994.

HORSMAN, Peter. The Last Dance of the Phoenix or The De-Discovery of the Archival Fonds. *Archivaria 54*, p. 1-23, 2002.

HOWARD, Zinn. Secrecy, Archives, and the Public Interest. *Midwestern Archivist 2*, 1977.

HUNTINGTON, S. The clash of civilizations, *Foreign Affairs*, v.72, p.22-49, 1993.

HUVILA, Isto. Participatory Archive: Towards Decentralised Curation, Radical User Orientation, and Broader Contextualisation of Records Management. *Archival Science 18*, p. 15-36, 2008.

IACOVINO, L. Rethinking archival, ethical and legal frameworks for records of Indigenous Australian communities: a participant relationship model of rights. *Archival Science*, 2010.

JACKMAN, T. *Activist archivists and the limits of postmodern thought*. 2011. Disponível em: http://www.armaedfoundation.org/pdfs/Paper_Jackman_Thomas_2011.pdf. Acesso em: 04 jul. 2019.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Revista Ciência da Informação,* v. 25, n. 2, 1996.

JARDIM, J. M. A implantação da lei de acesso à informação pública e a gestão da informação arquivística governamental. *Liinc em Revista*, v.9, n.2, p. 383-405, 2013.

JENKINSON, H. *A manual of archive administration*. Oxford: Clarendon Press, 1922.

JIMERSON, R.. Archives and memory. *OCLC Systems and Services*, v.19, n.3, 2003.

JIMERSON, R.. Archives for all: profesional responsibility and social justice. *The American Archivist*, v. 70, n. 2, p. 252-281, 2007.

JIMERSON, R. Archives and social responsibility: A response to Mark Greene. *The American Archivist*, v. 76, 2013.

JOHNSON, R. Historical returns: Transdisciplinarity, cultural studies and history. *European Journal of Cultural Studies*, *4*(3), 261-288, 2001.

KAPLAN, Elizabeth. We Are What We Collect, We Collect What We Are: Archives and the Construction of Identity. *American Archivist*, v. 63, 2000.

KAPLAN, Elizabeth. Many paths to partial truths: archives, anthropology, and the power of representation. *Archival Science*, v.2, n.3, 2002.

KAPUSCINSKI, Ryszard. *Encuentro con el Otro*. Barcelona: Anagrama, 2007.

KETELAAR, Eric. Tacit narratives: the meaning of archives. *Archival Science*, v.1, n. 2, p.131-141, 2001.

KETELAAR, Eric. Sharing: Collected Memories in Communities of Records. *Archives and Manuscripts 33*, 2005.

KIRKWOOD, Clive. The National Archives' Appraisal Programme. *South African Archives Journal 40*, 1998.

KIMBALL, G. D. The Burke-Cappon debate: Some Further criticisms and considerations for archival theory. *American Archivist*, v. 48, n. 4, p. 369-376, 1985.

KNIGHT, Todd. *Bound to Read:* Compilations, Collections, and the Making of Renaissance Literature, Philadelphia, 2013.

KRENAK, Ailton. *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

KUMAR, R. Research Methodology: A Step-by-Step Guide For Beginners. 2nd ed. Londres: Sage Publications, 2005.

LACERDA, R. T. O.; ENSSLIN, L.; ENSSLIN, S. R. Uma análise bibliométrica da literatura sobre estratégia e avaliação de desempenho. Gestão & Produção, v. 19, n. 1, p. 59-78, 2012. http://dx.doi.org/10.1590/S0104- 530X2012000100005

LALANDE, André. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LAMIZET, Bernard; SILEM, Ahmed. *Dictionnaire encyclopedique des sciences de l' information et de la communication*. Paris: Ellipses, 1997.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; TÁLAMO, M. de Fátima G. M. Informação e produção de sentido: a integração da categoría recepção no processo documentário-informacional. Rumores: Revista Online de Comunicação, *Linguagem e Mídias*, v.1, n. 2, 2008.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Conceitos de organização e representação do conhecimento na ótica das reflexoes do Grupo Temma. *Informação e Informação*, Londrina, v. 16, n. 3, p. 92-121, 2011.

LAS CASAS, F. B. *O paraíso destruído:* a sangrenta história da conquista da América Espanhola. Porto Alegre: L&PM Editores, 2011.

LAU, A; GILLILAND A. Naturalizing community engagement in information studies. *Inf Commun Soc*, v. 15, n. 7, p. 991-1015, 2011.

LAU, A. *Collecting Experiences*. PhD Thesis, University of California Los Angeles, 2013.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

LE GOFF, Jacques. Memória. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.) *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1997, p. 11-51.

LEMIEUX, V. L. An empirical exploration of the nature of the record. *Archivaria*, v.51, 2000.

LODOLINI, E. The War of Independence of Archivists. *Archivaria 28* (verano), p. 36-47, 1989.

LODOLINI, E. *Archivística:* princípios y problemas. Madrid: Asociación Española de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas, 1993.

LOPES, Luis Carlos. *A Nova Arquivística na Modernização Administrativa*. 3. ed. Brasília: Annabel Lee, 2013.

LOPEZ, A. P. A. *Tipologia Documental de Partidos Políticos e Associações Políticas Brasileiras*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

LOPEZ, A. P. A. *Arquivos Pessoais e as Fronteiras da Arquivologia*. Gragoatá, Niterói, n.154, p.69-82, 2003.

LOPEZ, A. P. A. Arquivos e História: interfaces. *In:* MORELI, A. J. (org.). *Introdução ao Estudo da História*. Maringá: EDUEM, 2005.

LOUSADA, M; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A mediação da informação e a Arquivística: aproximações teóricas. *In:* VALENTIM, M. L. P. (org.). *Estudos avançados em Arquivologia*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 259-274, 2012.

MACNEIL, Heather. Archival Studies in the Canadian Grain: The Search for a Canadian Archival Tradition. *Archivaria 37*, p. 134-149, 1994.

MALDONADO, Alberto Efendy. Reflexões sobre a pesquisa teórica em comunicação na América Latina. Rastros. *Revista do Núcleo de Estudos em Comunicação*. Joinville. dez./1999. ISSN 1517-9524

MARÍN, P. Memória coletiva: hacia un proyecto decolonial. *In:* WALSH, C. *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. v. 1. Quito, Equador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

MARSHALL, J. A. Documentation Strategies in the Twenty-first century? Rethinking Institutional Priorities and Professional Limitations. *Archival Issues*, v. 123, n.1, 1998.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações:* comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora Universitária/UFRJ, 2003.

MATIENZO, M. A. *Uncovering our tracks:* Ideology and the Archival Enterprise. 2004.

MAUREEN, A. Jung, Documenting Nineteenth-Century Quartz Mining in Northern California. *American Archivist 53*, p. 406-418, 1990.
MEEHAN, J. Towards an archival concept of evidence. *Archivaria*, v. 61, 2006.

MENNE-HARITZ, A. A Orality and writing: mediaeval charters: prototypes for electronic records? English version of: die archivwissenschaft, die diplomatik ind die elektronischen aufzeichnungen. *Archiv fur Diplomatie*, v.44, p. 337-376, 1993.

MENNE-HARITZ, A. *Business Processes:* an archival science approach to collaborative decision making records, and knowledge management. Switzerland: Springer Nature, 2004.

MENNE-HARITZ, A. Avaliação ou documentação: podemos avaliar arquivos através da seleção de conteúdos? *Registro*, v.4, n.4, p.19-34, jul. 2005.

MIGNOLO, W. D. Coloniality: the darker side of modernity. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, 2007a.

MIGNOLO, W. D. El pensamento decolonial: desprendimiento y apertura. *In:* CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (compil.). *El Giro decolonial:* reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007b.

MIGNOLO, W. D. Epistemic disobedience, independent thought and de-colonial freedom. *Theory, Culture and Society*, v. 26, n. 7-8, 2009.

MIGNOLO, W. D. La Colonialidad: la cara oculta de la modernidad. *In:* MIGNOLO, W. D. *Desobediencia epistemica:* retorica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Siglo, 2010.

MIGUEL, L. F. *Dominação e Resistência:* desafios para uma política emancipatória. São Paulo: Boitempo, 2018.

MILLÁN, M. (coord.). *La Teoría Social Latinoamericana:* Cuestiones Contemporáneas. New York: Monthly Review Press, 2010.

MILLAR, Laura. *The End of Total Archives? An analysis of changing acquisition practices in Canadian Archives Repositories*. Laura Agnes Miller. University of London, March 1996.

MILLAR, Laura. Discharging our debt: The Evolution of the Total Archives Concept in English Canada. *Archivaria 46*, p. 103-146, 1998.

MILLAR, Laura. The Spirit of Total Archives: Seeking a Sustainable Archival System. *Archivaria 47*, 1999.

MILLAR, Laura. The Death of the Fonds and the Resurrection of Provenance: Archival Context in Space and Time. *Archivaria 53*, 2002.

MILLER, Fredric M. *Arranging and Describing Archives and Manuscripts*. Chicago: Society of American Archivists,1990.

MINAYO, M. C. Ciência, técnica e arte: o desafio da *Pesquisa Social. In*: _____. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 09-30.

MOORE, Shauna; PELL, Susan. Autonomous Archives. *International Journal of Heritage Studies*, v. 16, n. 4, p. 255-268, 2010.

MORILLO, Johann Pirela; DELGADO, Francys. Dimensiones de los procesos de mediación del conocimiento. Contribuición para un discurso interdisciplinar en Ciencias de la Información. *La mediación ne el campo informative-documental.* Coordinador: Miguel Ángel Rendón Rojas. México: UNAM. Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2017.

MORILLO, Johann Pirela; DELGADO, Francys. Acción Intencional de los Procesos de Mediación del Conocimiento: Perspectiva para la fundamentación Epistemológica de las Ciencias de la Información. *La intencionalidade en la Ciencia de la Información Documental*. Coordinador Miguel Ángel Rendón Rojas – México: UNAM. Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2018.

MULLER, J; FEITH A; FRUIN R. Manual for the arrangement and description of archives. *Society of American Archivists*, Chicago, 2003.

MULLIN, Amy. Purity and Pollution: Resisting the Rehabilitation of a Virtue. *Journal of the History of Ideas 57*, p. 510, 520–523, 1996.

NAÇÕES UNIDAS. *Declaracão Universal de Direitos Humanos*, Dezembro de 1948.

NAÇÕES UNIDAS. *Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos*. 16 de Diciembre de 1966.

NAÇÕES UNIDAS. *Cumbre Mundial.* Reunión Plenária de Alto Nivel del 60 periodo de sesiones de la Asamblea General, ONU, 2005.

NESMITH, T. Hugh Taylor's Contextual Idea for Archives and the Foundation of Graduate Education in Archival Studies. In Barbara L. Craig, ed., *The Archival Imagination: Essays in Honour of Hugh A*. Taylor: Ottawa, 1992.

NESMITH, T. *Archives from the Bottom Up:* Social History and Archival Scholarship, Canadian archival studies and the rediscovery of provenance, 1993.

NESMITH, T. *Canadian Archival Studies and the Rediscover of Provenance.* Metuchen, N.J.: Scarecrow Press, 1994.

NESMITH, T. *Professional Education in the Most Expansive Sense:* What Will the Archivist Need to Know in the 21st Century? Annual Conference of the Association of Canadian Archivists, Regina, Saskatchewan, June 1995.

NESMITH, T. Seeing archives: postmodernism and the changing intellectual place of archives. *The American Archivist*, v. 65, p.24-41, 2002.

NUÑEZ CONTRERAS, Luis. Concepto de documento. *Archivística. Estudios básicos. Sevilla:* Diputación Provincial, 1983.

OLIVÉ, León. Interculturalismo y justicia social: autonomia y identidad cultural en la era de la globalización. México: UNAM. *Programa Universitario México Nación Multicultural:* Dirección General de Publicaciones. Fomento Editorial, 2004.

OPHIR, A. Das Ordens do Arquivo. *In:* MÁRCIA, C.; MARILENE, S. (org.). *Saber dos Arquivos*. Goiânia: Edições Ricochete, 2011.

ORTEGA, Cristina Dotta. La mediación de la información: del objeto al documento. *In:* ROJAS, Miguel Ángel Rendón (coord.). *La mediación en el campo informativo documental*. México: UNAM. Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2017.

ORTEGA, Cristina Dotta. La Intencionalidade en la Actividad Documentaria. *In: La intencionalidad en la Ciencia da la Información Documental. Coordinador:* Miguel Ángel Rendón Rojas. México: UNAM. Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2018.

O'TOLLE, James. On The Idea of Uniqueness. *American Archivist*, 1994.

PANITCH, J. M. Liberty, equality, posterity? Some archival lessons from the case of the French Revolution. *American Archivist*, v. 59, 1996.

PARKINSON, Jane. *Accountability in Archival Theory*. Master of Archival Studies thesis, University of British Columbia, p. 25–26, 1993.

PARTNER, Nancy. Making Up Lost Time: Writing on the Writing of History. *Speculum 61*, p. 105, 94. 1986

PAZ, O. *El labirinto de la soledad, Postdata, Vuelta a El labirinto dela Soledad*. México: FCE, 1999.

PETERSON, T. The acess initiative. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 85-98, jan/jun 2011.

PIERUCCINI, I. *A Ordem Informacional Dialógica:* estudo sobre a busca de informação em Educação. 194f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PITKIN, H. F. *The concept of representation*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1967.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992, p. 200-212.

PORTONDO, Maria M. *Finding Science in the Archives of the Spanish Monarchy*. Isis, cvii, 2016.

QUIJANO, A. Colonialidad y modenidad-racionalidad. *In:* BONILLA, Heráclito (compil.). *Los conquistados:* 1492 y la población indígena de las Américas. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1982.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. *In:* CUESTIONES y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires, CLACSO, 2014 (Coleção Antropológica). Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje1-7.pdf. Acesso em: 15 jan. 2016.

QUIROGA, C. *Invasão positivista no marxismo*: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

RAFFEL, Stanley. *Matters of Fact:* A Sociological Inquiry (London, Boston and Henley, 1979), p. 48-74.

RAMÍREZ ACEVES, M. M. C. Apuntes sobre los fundamentos científicos de la Arquivística. *In:* RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. *La mediación en bibliotecología, ciencia de la información e documentación:* algunas reflexiones. La mediación en el campo informativo documental. Coordinador: Miguel Ángel Redonón Rojas. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2017.

REILLY, T. *From Provenance to Practice:* archival theory and "return to community". International Canadian Studies Conference, Edinburgh Scotland May, 2005. Disponível em: https://dspace.ucalgary.ca/bitstream/handle/1880/47398/Reilly_From_Provenance.pdf;jsessionid=7200F02C21C55AA6454E936A4D4C7A82?sequence=1. Acesso em: 25 fev. 2015.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. Los valores sociales y políticos dentro del paradigma bibliotecológico en la era de la información. *Transinformação*, v. 1, n. 19, 2007.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. La mediación en bibliotecología, ciencia de la información e documentación: algunas reflexiones. *In:* RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. (coord.). *La mediación en el campo informativo documental*. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2017.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. La intencionalidad: el carácter social y humano de la Ciencia de la Información Documental. *In:* RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. (coord.). *La intencionalidade en la Ciencia de la Información Documental*. México: UNAM. Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2018.

RIBEIRO, Darcy. *A América Latina existe?* Brasília, DF: Editora UnB, 2010.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte, MG: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Fernanda. Da mediação passiva à mediação pós-custodial: o papel da Ciência da Informação na sociedade em rede. *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v. 20, n. 1, p. 63-70, jan./abr. 2010

RIBEIRO, Fernanda. A Arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011.

RIBEIRO, Fernanda. *O perfil profissional do arquivista na Sociedade da Informação*. 2004. Disponível em: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo887 1.PDF . Acesso em: 05 abr. 2016.

RIDENER, J. *From Polders to Postmodernism: a concise history of archival theory*. Califórnia: Litwin Books (LLC), 2009.

RITZENTHALER, Mary Lynn. *Preserving Archives and Manuscripts.* Chicago: Society of American Archivists, 1993.

ROBERTS, John W. Archival theory: much ado About shelving. *American Archivist 50.1*, 1987.

ROBERTS, John W. Archival theory: Myth or banality? *American Archivist*, v. 53, n. 1, p. 110-120, 1990.

ROBERTS, John W. Practice makes perfect, theory makes theorists. *Archivaria 37*, 1994a.

ROBERTS, John W. Response to Terry Eastwood Paper. *Archivaria 37*, 1994b.

ROBERTISON, Craig. The Archve, disciplinarity, and Governing: Cultural Studies and the Writing of History. *Cultural Studies, Critical Methodologies*, Volume 4. Number 4, 450-471. 2004.

ROBINSON-SWEET, A. Truth and reconciliation: archivists as reparations activists. *The American Archivist*, v.81, n.1, 2018.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Dicionário breve da informação e da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

RODRIGUES, G. O acesso aos arquivos: evolução de um conceito. *In:* RODRIGUES, G. M.; COSTA, M. G. (org.). *Arquivologia:* configurações de pesquisa no Brasil. Brasília: Editora Universitária/ Universidade de Brasília, 2012.

ROEDIGER, David. *Working toward Whiteness:* How America´s Immigrants Became White New York: Basic Books, 2005.

ROSENZWEIG, F. *El nuevo pensamento.* Madrid: Editora Visor, 1989.

ROSENZWEIG, F. *La estrella de la redencion*. Salamanca: Ediciones Sigueme, 1997.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Mal-estar na Modernidade:* ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

RUNCIMAN, D. *How Democracies Ends.* Londres: Profile Books Ltd., 2018.

SALOMON, M. A danação do arquivo: ensaio sobre a história e a arte das políticas culturais. *Saber dos Arquivos*. Goiânia: Edições Ricochete, 2011.

SALVADOR, A. D. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SAMUELS, Helen Willa. Who Controls the Past. *American Archivist 49*, 1986.

SAMUELS, Helen Willa. Improving our disposition: Documentation Stragegy. *Archivaria 33*, 1991.

SAMUELS, Helen Willa. *Varsity Letters:* Documenting Modern Colleges and Universities. The Society of American Archivists and The Scarecrow Press, Inc. Lanham, Md. London, 1998.

SAMUELS, Helen Willa. Who Controls the Past. *In*: RANDALL, C. Jimerson (coord.). *American Archival Studies:* Readings in Theory and Practice. Chicago: Society of American Archivists, 2000.

SÁNCHEZ GÓMEZ, Gonzalo. *Memorias, Subjetividades y Política:* Ensayos sobre um país que se niega a dejar la guerra. Editorial Planeta Colombiana S. A. 2019.

SANTOS, A. C. Memória, história e patrimônio cultural: notas para um debate. *História: Questões e Debates*, v.9. n.17, dez. 1988.

SANTOS, B. SOUSA. *Una epistemología del sur:* la reinvención del conocimiento y la emancipación social. México: Siglo XXI, 2009.

SCHAEFFER, R. C. Transcendent concepts: Power, appraisal, and the archivist as 'social outcast.' *American Archivist*, v. 55, n. 4, p. 608-619, 1992.

SCHELLENBERG, T. R. *Modem Archives:* Principles and Techniques. Melbourne: F. W. Cheshire, 1956.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil:* uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, P. et al. The Record Group Concept: A Case for Abandonment, *American Archivist 29*, 1966.

SCOTT, P. et al. Archives and administrative change: some methods and approaches (part 4). *Archives and Manuscripts*, v. 8, n. 2, 1980.

SHEFFIELD, Rebecka. Community Archives. *In:* MACNEIL, Heather; EASTWOOD, Terry. *Currents of Archival Thinking*. Second Edition. Libraries Unlimited. California, Denver, Colorado, 2017.

SHILTON, Katie; SRINIVASAN, Ramesh. Participatory Appraisal and Arrangement for Multicultural Archival Collections. *Archivaria 63*, p. 87–101, 2007.

SHORTALL, Lisa Collins Shortall. *A permanent house for local archives':* a case study of a community's archives in County Offaly, 2016.

SILVA, A. M. Mediações e mediadores em Ciência da Informação. *PRISMA.COM*, n. 9, 2009.

SILVA, A; RIBEIRO, F. *Paradigmas, serviços e medições em Ciência da Informação*. Recife: Néctar, 2011.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. *Das Ciências Documentais à Ciência da Informação:* ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Santos, SP: Editora Afrontamento, 2011b.

SILVA, E. P. A trajetória da arquivologia: três visões sobre os arquivos. *In:* CONGRESSO NACIONAL DEARQUIVOLOGIA, 3., 2008, Rio de Janeiro. Arquivologia e suas múltiplas interfaces. **Anais [...]** Rio de Janeiro: AAERJ; ENARA, 2008.

SILVA, M. *O arquivo e o lugar:* custódia arquivística e a responsabilidade pela proteção dos arquivos. Niterói: Eduff, 2016.

SKINNER, Q. Hobbes and the purely artificial person of the state. *The Journal of Political Philosophy*, v.7, n.1, 1999.

SMIT, Johanna Wilhelmina. Novas abordagens na organização, no acesso e na transferência da informação. *In:* SILVA, Helena de Castro; BARROS, Maria Helena. (comps.). *Ciência da Informação:* múltiplos diálogos.p. 57-66. Marília: Oficina Universitáia UNESP, 2009.

SMITH, J. Theodore R Schellenberg: Americanizer and popularizer. *American Archivists 44*, p. 313-326, 1981.

SMITH, W.I. Archival Selection: A Canadian View. *Journal of the Society of Archivists 3*, n. 6, October/1967.

SMITH, W.I. Introduction, Archives: Mirror of Canada Past. *Toronto*, p. 9–10, 1972.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Una epistemología del sur*: la reinvención del conocimiento y la emancipación social. México: Siglo XXI, 2009.

SOMBRA, L. L. O ocidente como problema filosófico. *Revista Ideação*, n.35, 2017.

SPIVAK, G. C. *Puede hablar el subalterno?* Buenos Aires: El Cuenco de Plata, 2011.

STEEDMAN, C. Culture, cultural studies, and the historians. In L. Grossberg, C. Nelson, & P. Treichler (Eds.), *Cultural studies* (pp. 613-622). New York: Routledge, 1992.

STEVENS, Flinn A; SHEPHERD, E. M. Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy and the mainstream. *Archival Science 9*, p. 71-86, 2009.

STIELOW, F. J. Archival theory redux and redeemed: Definition and context toward a general theory. *American Archivist*, v. 54, n. 1, p.15-26, 1991.

STOLER, Ann Laura. Colonial Archives and The Art of Governance. *Archival Science*, 2002.

SWANN, Marjorie. *Curiosities and Texts:* The Culture of Collecting in Early Modern England: Philadelphia, 2001.

SWEENEY, Shelley. The Ambiguous Origins of the Archival Principle of Provenance. *Libraries and the Cultural Record*, v. 43, n. 2, 2008.

TAYLOR, Hugh. Information Ecology and the Archives of the 1980s, *Archivaria 18*, 1984.

TAYLOR, Hugh. Transformation in the Archives: Technological Adjustment or Paradigm Shift? *Archivaria 25*, p. 1987-1988.

TAYLOR, Hugh. My Very Act and Deed': Some Reflections on the Role of Textual Records in the Conduct of Affairs. *American Archivist 51*, 1988.

TAYLOR, Hugh. The Discipline of History and the Education of the Archivist. *In:* TAYLOR, Hugh A. *Terry Cook and Gordon Dodds, eds., Imagining Archives:* Essays and Reflections. Lanham MA and Oxford: Scarecrow Press, 2003.

TÉCUATHL QUECHOL, Maria Graciela Martha. *Democracia e Información en América Latina*. UNAM: 2019.

THOMASSEN, Theo. Archivists Between Knowledge and Power on the Independence and Autonomy of Archival Science and the Archival Profession. *Arcuivaria 28*, 1999.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade:* uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

VANTI, N. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. Ciência da Informação, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ ago. 2002.

VILLORO, L. *Estado plural, pluralidad de culturas*. Buenos Aires: Paidos, 1998.

WAKIMOTO, D; BRUCE, C, PARTRIDGE, H. Archivist as activist: lessons from three queer community archives in California. *Archival Science 13*, 2013.

WALNE, P.; ELLIS, R. H. (Eds.). *Selected writings of Sir*. Hilary Jenkinson. Chicago: Society of American Archivists, 2003.

WALSHAM, A. *The Social History of The Archive:* Record-Keeping in Early Modern Europe. Past and Present, Supplement 11. The Past and Present Society Downloaded from: http://past.oxfordjournals.org/ at Glendale Adventist Medical Center Library, 2016.

WHITE, Hayden. *The Content of the Form:* Narrative Discourse and Historical Representation: Baltimore, 1987.

WILSON, Bruce. Systematic Appraisal of the Records of the Govern.ment of Canada at the National Archives of Canada. *Archivaria 38*, 1994.

WOLLHEIM, R. S. Wollheim on pictorial representation. *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*, v.56, n.3, 1998.

WURL, Joel. Documenting Displacement: The Migration of Archival Sources From Post-WW II East European Émigré Groups. *Archival Science 5*, p. 79-92. 2005a.

WURL, Joel. Ethnicity as Provenance: in search of values and principles for documenting the immigrant experieHnce. *Archival Issues*, v. 29, n. 1, 2005b.

YALE, Elizabet. W*ith Slips and Scraps:* How Early Modern Naturalists Invented the Archive, Book History, xii, 2009.

YALE, Elizabet. *Sociable Knowledge:* Natural History and the Nation in Early Modern Britain: Philadelphia, 2016.

YEO, G. Concepts of record (1): evidence, information, and persisten representations. *The American Archivist*, v.70, 2007

YEO, G. Concepts of record (2): prototypes and boundary objects. *The American Archivist*, v.71, p. 118-143, 2008.

ZIBLATT, D.; LEVITSKY, S. *How democracies die*. New York: Crown, 2018.

ZINN, Howard. Secrecy, Archives, and the Public Interest. *Midwestern Archivist*, v. 2, n. 2, p. 20-21, 1977.